UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A Crise do Império Colonial Português:

Economias, Espaços e Tomadas de Consciência (1961-1975)

LINCOLN FERREIRA SECCO

Nível: Doutorado

Área: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

São Paulo, 2003

"Toda progressão lenta acaba um dia; o tempo das verdadeiras revoluções é também o tempo que vê florir as rosas".

(Fernand Braudel, Discurso Inaugural no Collège de France, 1 de dezembro de 1950)[1]

[1] Braudel, F. *Ecrits sur L'Histoire*, p.31.

RESUMO

O Terceiro Império português começou a ser superado por uma ação militar em 25 de abril de 1974. Conhecida como Revolução dos Cravos, ela provocou uma série de lutas políticas entre partidos de alguma forma associados a diferentes facções das Forças Armadas. Os projetos em disputa tinham relações com a conjuntura crítica iniciada com a guerra colonial na África (1961). Entretanto, compreender o significado de uma ruptura histórica e das persistentes idéias que a animaram, exige inseri-la também na longa duração.

História de Portugal – Revolução dos Cravos – Descolonização – Longa Duração – Terceiro Império.

RÉSUMÉ

Le processus de supération du Troisième Empire Portugais se fait à travers l'action militaire du 25 avril. La "Revolução dos Cravos" (Révolution des Oeillets) – nom par lequel cet événement est devenu célèbre – entraîne une série de conflits politiques parmis les différentes factions de l'armée. La dispute de pouvoirs a de rapports fort marquants avec la conjoncture critique qui se fonde face à la guerre coloniale en Afrique. Cependant, pour comprendre la signification d'une rupture historique et des idées persistentes qui la bouleversent, il faut insérer les faits dans l'horizon d'une longue durée. En dernier mot, c'est sous la perspective de la longue durée que nous proposons l'analyse de la "Revolução dos Cravos".

Para meu pai,

Paulo Milton Secco

(In Memoriam)

"*Nem ouro nem prata possuo: o que tenho, porém, isto te dou*" (At 3,6).

"*O trabalho, bem o sabes, é um bom consolo para o sentimento de abandono*". (M.D.)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 9

EXPLICAÇÃO 12

PLANO 15

PARTE I - UMA CONJUNTURA LONGA

IMPÉRIO 20

LIBERALISMO E REPUBLICANISMO EM PORTUGAL 28

REPÚBLICA 38

A REPÚBLICA MALOGRADA 43

DO NOVO IMPÉRIO ÀS PROVÍNCIAS DE ULTRAMAR 49

ÁFRICA 54

NAÇÃO? 65

TOMADAS DE CONSCIÊNCIA 72

UMA GERAÇÃO 77

TEORIA 80

NEOCOLONIALISMO REPOSTO E TRANSFIGURADO 82

CRISE 85

ESTRUTURAS DA GUERRA 97

AS ORIGENS 104

PARTE II - RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

REVOLUÇÃO 111

25 DE ABRIL E DEPOIS 115

Atitudes dos partidos políticos 116

Mudanças de estruturas? 124

As "lutas de classes" 125

Verão Quente 130

Análises de interesses externos. Crise 139

Como se acaba uma revolução 142

Estruturas e permanências 145

AS ARMAS 149

Dinâmica revolucionária e estrutura militar 155

Liberdade e disciplina 161

A "Normalização" 165

Uma vez mais o 25 de Novembro 167

Estruturas e permanências 171

PARTE III - DESTINOS COLETIVOS

EUROPA 175

Fronteiras 177

O Lugar de Portugal na Europa 179

Construção européia 183

Integração 191

Fontes e Imagens 193

Estruturas e permanências 195

"GEOHISTÓRIA" 198

Lisboa, cidade européia 204

O Resto do país 213

Um fenômeno de longa duração: Emigração 218

O Mito da comunidade lusófona. África 222

ÁFRICA SUBSAARIANA: DESTINOS COLETIVOS E LONGA DURAÇÃO 223

HISTORIOGRAFIA 228

HISTORIOGRAFIA 231

A HISTÓRIA NO SALAZARISMO 232

RELATOS DA CRISE E DA REVOLUÇÃO 237

A NATUREZA DA REVOLUÇÃO 240

MEMÓRIA 242

A CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE 243

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E REVOLUÇÃO DE VELUDO 244

CONCLUSÃO 246

CRONOLOGIA 250

FONTES 253

FONTES PRIMÁRIAS 253

JORNAIS E REVISTAS 255

DICIONÁRIOS 255

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA 256

BIBLIOGRAFIA GERAL 256

ARQUIVOS CONSULTADOS 265

APENSO DOCUMENTAL 270

DOCUMENTO 1 – ANARQUISMO NO SÉCULO XX 270

DOCUMENTO 2 - COMUNISMO PORTUGUÊS 272

DOCUMENTO 3: PROGRAMA DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS DE MOÇAMBIQUE 273

TABELAS E GRÁFICOS 276

SIGLAS 280

Índice das Tabelas e Gráficos

Tabela 1:
Estrutura ocupacional da população ____ 276

Tabela 2:
Emigração em portugal ____ 276

Tabela 3:
Crescimento demográfico (população em números absolutos) ____ 276

Tabela 4:
Taxa de analfabetismo ____ 277

Tabela 5:
Votação para a assembléia da república ____ 277

Tabela 6:
Eleição para presidente da república em 27 de junho de 1976 ____ 277

Tabela 7:
Forças militares no ultramar ____ 277

Tabela 8:
Resultado das eleições para a ANC ____ 278

Tabela 9:
Saldos do comércio exterior (milhares de escudos) ____ 278

Gráfico nº 1:
Evolução da população branca (%/decênio) ____ 279

Gráfico nº 2:
Número de ações guerrilheiras da Frelimo (1974) ____ 279

AGRADECIMENTOS

Tudo se fez sombrio quando este texto ainda era inacabado. A morte de meu pai colheu-me de modo tão lancinante que eu só poderia, aqui, ressaltar a memória dele. Se eu o reencontrasse lhe diria que, graças à sua ajuda, pude chegar (espero) onde ele queria. Mas não poderei dizê-lo.

Como diria Gramsci, "a dor não pode ser evitada, mas deve ser circunscrita".

Este trabalho, portanto, é também a tentativa de limitar a minha dor.

Agradeço muito à minha Marianne que me acompanhou em tudo. Incluindo Portugal. À Maria. À minha mãe, sem a qual nada seria possível. E aos meus irmãos.

O Professor Osvaldo Coggiola orientou minha pesquisa. Os professores Marcos Silva e Marcos Del Roio qualificaram-me para concluir todo o meu trabalho desde o mestrado! Assim como, antes, dentro e fora da universidade, os Professores Carlos Guilherme Mota, Jacob Gorender, A. L. Rocha Barros, Paul Israel Singer e Paulo Cunha sempre me ajudaram de um modo ou de outro. Ou Florestan Fernandes apoiando sempre material e intelectualmente os estudos no interior do Partido dos Trabalhadores. O mesmo devo ao Professor Edgard Carone, a cuja biblioteca pude recorrer e que me permitiu nela passar horas inteiras de trabalho e contemplação dos seus livros, ao lado da minha amiga Marisa Deaecto. A ela devo também a leitura criteriosa desta tese entre outras coisas.

A Professora Ana Vieira cedeu-me fotos de murais da Revolução. Bernardo Ricupero e Paulo H. Martinez leram comigo parte da obra de Fernand Braudel no Centro de Documentação e Memória da Unesp, onde contamos com o apoio da Professora Ana

Maria Martinez Correa. Também tive a sorte de iniciar minhas aulas na Universidade de São Paulo falando a bons alunos de Geografia. O que me faz reler continuamente Marx e Braudel. O Professor mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas, um braudeliano que se formou antes na tradição marxista, também me estimulou constantemente. Além de ter me ajudado com seu profundo conhecimento da obra braudeliana. O Mediterrâneo não foi apenas uma leitura de história, mas um consolo. O de que nossas paixões e as mais terríveis decepções se diluem numa longa duração que a tudo transforma lentamente e, esperamos, às vezes abruptamente e para melhor, segundo aquela história de ritmos fortes de que Florestan gostava.

O parecerista que co-orientou a pesquisa, através da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), e a quem, por razões óbvias, eu não posso conhecer a identidade, foi de grande ajuda. Suas observações, típicas de quem conheceu muito bem Portugal, auxiliaram-me bastante. Sobretudo na análise da questão militar e da geografia econômica do país. Também cabe lembrar que a pesquisa, feita aqui no Brasil e em Portugal, não teria sido realizada sem o apoio financeiro da Fapesp.

O Centro de Documentação 25 de Abril na pessoa da Dra. Natércia Coimbra, permitiu que eu pesquisasse naquele espaço anexo à Universidade de Coimbra. A Cátedra Jaime Cortesão, graças ao empenho da Professora Vera Ferlini, deu-me o aporte financeiro e acadêmico de que precisava para uma segunda viagem a Portugal.

Pude estudar um pouco na Europa. Conhecer e vivenciar as belas paisagens de Portugal. Experiência diretamente transcrita no capítulo sétimo deste trabalho. Mas lamento não ter ido à África. Esse continente de homens simpáticos, como dizia Braudel. Não ter conhecido seus livros, seus arquivos e suas gentes. Digo isto porque o pouco que pude ler e aprender sobre aquele continente me fizeram admirá-lo. Fosse numa personalidade do porte intelectual e moral de um Amílcar Cabral, fosse nas forças com as quais Angola, Moçambique e os outros países precisam contar para sonhar com o futuro.

Agradeço àqueles que deram seu apoio moral na universidade ou fora dela: Marcos Cordeiro Pires, Marcelo Feitosa, Claudio Arasawa, Paulo Koguruma, Luiz B.

Pericás, Mariana Fix e Verônica Rodrigues. O mesmo aos companheiros de partido: Ana Lúcia Sanches (Aninha), Ciro Yoshiyasse, Agnaldo dos Santos, José Mao Jr., Luís Franco, Marisa Yamashiro, Carlos Félix e a todos os membros do grupo de leitura de O Capital. E, certamente, minha cara Marisa de Oliveira.

Não esqueço também de dois amigos de infância e de agora: Walcir Bruno e Carlos Santiago. E dos meus mestres de luta social: Salvador Pires, Raimundo Nonato, Antonio Messias da Silva, Amadeu Amaral, Heitor Sandalo e Ana Guiomar. Todos eles trabalharam com as mãos. E com as idéias. Eles também fizeram história.

EXPLICAÇÃO

"O povo português tem, como o galego, a fama de ser um povo sofrido e resignado, que tudo suporta sem protestar, a não ser passivamente. E, no entanto, há que ter cuidado com povos como esses. A ira mais terrível é a dos mansos".

Miguel de Unamuno[2]

Está o método a montante ou a jusante da pesquisa científica? Essa era a pergunta com a qual um geógrafo dos velhos tempos instigava os alunos em suas aulas. Foi ainda este mesmo professor, Milton Santos, que mostrou que as idéias compõem o espaço. Porque sua geografia não era mais apenas aquela de Vidal de La Blache. Mas uma geografia nova. E esta noção simples e surpreendente mudou os horizontes desta tese. Sim, porque já havia uma tese. Ou antes uma idéia. E nas pegadas de outro professor de antanho, Eduardo D'Oliveira França, pode-se aprender que uma tese é uma idéia e um método a serviço dessa idéia. Talvez, a idéia de um método, como ele diria. O das comparações (*méthode dangereuse*, segundo Braudel). E o da longa duração.

Joaquim Barradas de Carvalho espantou-se, certa vez, com o fato da discussão sobre a "longa duração" ter sido feita, durante quase trinta anos, sem colocar em causa a história do pensamento. Por isso, argumentava Barradas de Carvalho, "a história política ficou, entre outras razões, talvez sob a influência de uma teoria marxista mal compreendida, estreitamente ligada à curta duração. A história política era a história *événementielle* por excelência"[3].

[2] Unamuno, M. *Portugal: povo de suicidas*, p.40.
[3] Carvalho, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*, 1981.

A tarefa que se deve propor numa história vista a partir das idéias (das idéias políticas), é a de se identificar as formas pelas quais uma dada sociedade (ou alguns de seus grupos ou classes) procurou dar respostas aos problemas que julgava mais importantes nos períodos críticos da sua história; em seguida, deve se objetivar a interação entre essas representações e a realidade vivenciada[4].

Por que partir de uma crise, de uma revolução? Ela pode condensar toda uma história de longa duração caracterizada por tentativas de superação de uma crise histórica. O momento crítico pode ser tanto um ponto de chegada, quanto um ponto de partida. A história portuguesa do *ottocento* e do *novecento* parece-se com um vale. Com suas vibrações e acontecimentos políticos, econômicos, é verdade. Tal qual o curso do rio que procura insistentemente rasgar as montanhas em busca da tranquilidade de um imenso platô. O rio, todavia, tem seu curso determinado pela conformação do relevo. Por mais que insistentemente o desgaste e também o mude.

Entre duas formações montanhosas, nos dois picos, o historiador poderá sempre observar a ampla depressão, um vale de extensão razoável. Exemplos: a França do século XIX, tomando como ponto de partida a crise do Antigo Regime e a Grande Revolução. Gramsci posicionou-se em 1871 para entender o 1789! Ou Portugal nos séculos XIX e XX, tomando como momento crítico o fim do Terceiro Império e a Revolução dos Cravos. Não se poderia fazer o mesmo com a Rússia escolhendo tanto o ano de 1917, quanto o ano de 1991? Enfim, trata-se de saber até que ponto a revalorização do que Vovelle chamou "acontecimento traumatismo", pode ser feita com uma "metodologia de ponta".[5] Ou, para falar com Chesneaux, se a longa duração não é ela mesma política.

[4] Cf. Rosanvallon, Pierre. "Por uma história conceitual do político", Revista Brasileira de História, vol.15, nº30. São Paulo, 1995, pp.9-22.
[5] Cf. Vovelle, Michel. "A história e a longa duração", in Le Goff, Jacques, *A história nova*, p.85.

Assim, deveríamos pesquisar o que ajuda e o que atrasa o tempo das flores e da primavera. Este tempo de "ritmos fortes", como diria Florestan Fernandes.

O ponto crítico só pode ser visto, em sua plenitude de significado, na longa duração, como síntese das contradições que acompanharam toda uma trajetória. Dessa forma, ao tempo quase imóvel da mentalidade dominante, reforçada por estruturas sociais recorrentes, superpõe-se uma conjuntura crítica, lentamente ritmada, onde as estruturas em crise reproduzem-se incorporando disfunções que levam ao paroxismo da Revolução (tempo curto). As estruturas são sempre históricas. E seus dinamismos internos assumem uma nova condição formadora de novos sistemas dependendo de seu valor estrutural interno[6].

A estrutura, para o historiador, nada tem daquele *deus ex machina* do estruturalismo. Ela apenas significa as realidades que resistem mais ao tempo. Como se sabe, a duração nunca foi um conceito teórico definido de forma precisa. Braudel não se interessava muito por definições teóricas acabadas. A noção de duração refere-se ao processo pelo qual os homens formam um conjunto de experiências, e não outro, que continua a ser reiteradamente funcional para sua existência material e espiritual. A duração adquire contornos estruturais, mostrando que também a história interessa-se pelas estruturas, mas por estruturas que se transformam.

A questão é: pode tal duração ser encontrada no plano das idéias? O próprio Braudel disse: "No plano das idéias, os homens do século XVIII são nossos contemporâneos"[7], embora não o sejam no campo das estruturas do cotidiano. Eis a duração nas idéias.

---

[6] Fernandes, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, p. 60.
[7] Id. ibid.

Plano

Nos capítulos desta obra o jogo entre as prisões de longa duração, as mesmas e reiteradas tomadas de consciência de uma crise permanente, e o aceleramento (aparente ou real) do tempo histórico, divide-se em algumas etapas. Procurei condensar aquelas sobrevivências ideológicas dentro de capítulos com nomes de continentes, numa alusão respeitosa a uma geografia que outrora encantava os historiadores. E terminar tudo com uma fusão das idéias sobre eles (especificamente Europa e África) num capítulo chamado geohistória.

Da perda da América, passaram os portugueses a buscar a miragem de "novos Brasis" no continente negro. E na iminência da perda da África, voltaram-se para o que, de fato, sempre buscaram: a Europa. Ou a ordem liberal que ela representava ou passou a representar. O capítulo europeu deveria, metodologicamente, postar-se junto com os dois outros que tem nomes emprestados da geografia, compondo uma primeira parte que se poderia denominar de "Continentes" ou "Longa Duração". Todavia optou-se por situá lo por último, para não antecipar conclusões que exigiriam desenvolvimentos prévios atinentes a todos os demais capítulos. A forma de exposição e a de investigação devem diferir.

A conjuntura que articula essas realidades duradouras é a da guerra colonial (capítulos 2 e 3), à qual se segue o tempo nervoso da revolução. E as mentalidades recorrentes dos fautores da rebeldia, os militares, aparecem no capítulo 6. Por isso, esta parte é sobre rupturas revolucionárias e permanências ideológicas, mas não esquece os acontecimentos espetaculares e nervosos ocorridos entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. Em seguida se faz apenas um resumo da historiografia do salazarismo e da revolução.

Ocorre que as mudanças dos discursos e atitudes políticas lusas pareceram mais variações de roupagem que de conteúdo. Aqueles portugueses, adeptos do republicanismo, do socialismo moderado, ou mesmo de um comunismo contido pelas suas circunstâncias históricas na geopolítica que lhe tolhia seu ideal revolucionário, apenas reeditavam teses liberais do século XIX, como veremos. Identificavam-se, paradoxalmente, com os que, na assim chamada "África lusófona", queriam (ou diziam querer) a independência total.

Como se sabe, não haveria idéia de império, nem o real imperialismo periférico sem as colônias e os trabalhos forçados que lá se operavam. As economias da metrópole e das colônias estavam interligadas. Também seus destinos. As movimentações políticas coloniais criaram as condições da Revolução dos Cravos. As relações sociais (o estatuto colonial) já não suportavam a pressão daquelas forças de produção que precisavam desenvolver-se no mercado mundial fora da carapaça política do império. Não se tratava de uma necessidade férrea, mas histórica. Como hoje acontece em África em virtude da sua marginalização, a superação do colonialismo poderia ter sido adiada *sine die* ao custo do perecimento de seus povos. Mas houve resistência. Assim como se acredita que, na África atual, também uma história de ritmos fortes poderá extrair dos seus próprios dinamismos internos as bases da criação de um novo padrão civilizatório.

Ora, como se tentará demonstrar aqui, a aceleração do tempo histórico não conduz, por si mesma, a superação da condição neocolonial ou dependente. Florestan Fernandes, ao avaliar os impasses da Revolução Portuguesa, tentou compará-la com outras vias de transição da condição dependente e associada à independência nacional[8]. Essa independência, em países sob os ditames e os imperativos do capital oligopolista internacional, só poderia se "completar" com o socialismo, passando da "revolução dentro da ordem" à "revolução contra a ordem". Cuba situou-se no caso extremo em que a

consciência social revolucionária foi produzida pela propria revolução[9]. Peru, Chile, Nicarágua e os países revolucionários africanos não lograram levar suas revoluções até o fim e até o fundo. Veremos (capítulo 5) como estes exemplos encantaram setores das Forças Armadas Portuguesas. Mas revoluções não podem imitar modelos. Precisam encontrar suas forças e seu destino na sua própria história.

À jusante das revoluções nem sempre está o socialismo. Assim como a montante, nem sempre reside o capitalismo e a dominação de classe "burguesa". As revoluções de 1989 solaparam essas certezas. Derrubaram o socialismo realmente existente e implantaram a democracia liberal e a economia de mercado. Assim, situar as revoltas na longa duração não implica aprisioná-las no passado, mas entender porque umas logram prosseguir até o fim e até o fundo, extraindo com vigor o neocolonialismo de suas economias e de suas consciências e outras se paralizam em diversas etapas intermediárias. Visão teleológica? Talvez. Afinal, por que as revoluções deveriam ir até a algum lugar? É o risco que se deve correr. As lideranças radicais da Revolução Portuguesa tentaram transformar a revolução "antifascista" numa tentativa de esboroamento completo da ordem social competitiva. Fatores conjunturais e até mesmo equívocos e ilusões compartilhados por diversos setores políticos, civis e militares, contribuíram para a solução européia, social democrata e liberal. Mas, essencialmente, a impossibilidade de mudar além dos marcos das reformas capitalistas do capitalismo, reside em projeções que dominaram as mentes das elites políticas das classes dominantes nos últimos dois séculos. E a ideologia dominante é sempre a da classe dominante. Essa mesma mentalidade se espraiou pelos setores de oposição a Salazar. A esquerda de cores mais vermelhas não pôde arrancar esse ideário pela raiz.

---

[8] Secco, L. "A sociologia como previsao: Florestan Fernandes e a Revolução dos Cravos", in: Martinez, P. (org). *Florestan ou o sentido das coisas.*

[9] Fernandes, F. Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.

O historiador não deve dizer se isso era desejável. Pode afirmar que, talvez, fosse possível. Mas, também, que era improvável.

Determinações estruturais condicionam as escolhas. Limitam. Mas nao levam ninguém a um lugar previsto. Porque os homens, dizia Marx, fazem a história sob as circunstâncias legadas pelo passado. Mas, enfim: eles fazem história!

Parte I

Uma Conjuntura Longa

IMPÉRIO

"Ahi está a França; essa França onde já se ganhou a causa da humanidade, onde já se perdeu, onde só ella póde ser perdida ou ganha".
Almeida Garrett[10]

O início do Terceiro Império Colonial Português foi marcado pela perda da América Portuguesa. Esta América que foi, desde então, procurada na África (Novo Brasil), quando em verdade só se desejava buscar (e reencontrar) a Europa. E o fim desse mesmo império foi marcado pela perda da África e o suposto reencontro da Europa. Por isso, toda essa história girou em torno de continentes. Mais das idéias que se fizeram sobre eles do que das reais e profanas extensões de terra. Elas já estavam configuradas no oitocentismo.

O século XIX assinalou a mais notável transformação interna do Império Colonial Português. Século do "progresso". Século "depressivo". Século "pacífico". Como quer que o qualifiquemos, Portugal seguiu nele caminhos singulares. De fato, o oitocentismo foi marcado pela chamada "Paz dos Cem Anos" (1815-1914). A Conferência de Viena (1815) e a Santa Aliança garantiram uma estabilidade diplomática e política entre as grandes potências da época jamais vista antes. Segundo Karl Polanyi, que chamou a atenção para este fenômeno:

"Excetuando-se a guerra da Criméia – um evento mais ou menos colonial – Inglaterra, França, Prussia, Áustria, Itália e Rússia só guerrearam entre si durante dezoito meses. Um cálculo de

cifras comparáveis para os dois séculos anteriores nos dá uma média de sessenta a setenta anos de grandes guerras em cada um'[11].

Todavia, basta voltar os olhos para a periferia da Europa e a situação se mostrará bem diversa. Em vez de estabilidade e paz relativa, guerras constantes e instabilidade das instituições políticas. Se considerarmos aquilo que Tilly definiu como "situações revolucionárias" no Velho Mundo, entre 1792 e 1892 (outros cem anos!), veremos a disparidade entre as ilhas britânicas (seis situações revolucionárias), Países Baixos (oito), França (quatorze) e Rússia (seis) de um lado; e a Península Ibérica (cinqüenta e oito) e os Balcãs e a Hungria (cinqüenta e cinco) do outro[12]. Portanto, tratar de Portugal a partir do século XIX é adentrar a selva escura das *mutazione* constantes do poder político, ou ao menos das tentativas revolucionárias.

República, revolução, Europa, Liberalismo (e o setembrismo), Socialismo (em sua versão moderada, e na segunda metade do século XX: social-democracia)... Nomes diversos para idéias recorrentes? O mais irônico seria dizer que o não-recorrente e, talvez, original, seja o ideário que assumiu as múltiplas formas que acompanharam (e justificaram) o imperialismo atlântico de Portugal. Seja nos quatrocentos, para operar seus grandes descobrimentos, seja com o fim do Império primeiro, houve uma utopia do império fora do convívio europeu. Aos liberais, republicanos e...depois socialistas, não haveria outra solução senão a "volta" à Europa. Enfim, seriam os portugueses o "povo escolhido" pelo próprio Cristo, aparecido que o fora para Afonso Henriques no milagre de Ourique? Ou seriam reintegrados, na forma que se lhes permitisse, à "Europa culta"? Boxer mostrou bem como a derrota e o fim do Império, assinalados pela dominação espanhola,

[10] D'Almeida Garrett, V. *Portugal na balança da Europa*, p. 98.
[11] Polanyi, Karl. *La gran transformación*, p.19.
[12] Tilly, Charles. *As revoluções européias (1492-1992).*

exprimiram-se na exaltação dessas idéias que povoaram os séculos XVI e XVII: o bandarrismo, sebastianismo, a historiografia de Alcobaça, as reedições orientadas de Os *Lusíadas* (onze durante o predomínio dos Filipes)[13]...

Já as "novas" idéias viriam de Europa: a França revolucionária expulsara a própria realeza. Mais atlântica ainda seria a vocação portuguesa. Contra interesses franceses e tão "amiga" das ilhas britânicas.

O entendimento da crise terminal do Terceiro Império Português e dos acontecimentos que aluíram definitivamente suas bases, exige que se retorne às vias pelas quais as idéias de revolução e república penetraram na cultura política portuguesa depois do fim do Segundo Império. Estranho parecerá recuar tanto para explicar fenômenos da história contemporânea, e ao mesmo tempo retroceder tão pouco para explicar as mutações no poder que, afinal, foram uma constante na trajetória moderna européia. Ocorre que é a partir do fim do século XVIII que se falará na perspectiva de mudar drasticamente os regimes políticos com o fito de construir uma nova ordem social.

E em Portugal, acreditando-se há muito em eterno naufrágio, sempre mais atrasado face aos ritmos históricos ocidentais, só o liberalismo radicalizado dos anos 20 e 30 do século XIX fará com que o Terceiro Império já nasça em meio a convulsões. Que os contemporâneos consideraram, conscientemente, revolucionárias. Não mais os disfarces habituais da revolução (lida como uma contra-revolução) ou uma restauração[14]. Não mais a poesia tirada do passado. Porém, o republicanismo, para o qual as elites das classes

---

13 Boxer, Charles. *O império marítimo português*, p.358.

14 A *revolução* servia para designar um movimento recorrente dos astros. Como metáfora política passou a significar *restauração* (uma "volta" a um antigo e supostamente melhor estado de coisas). Durante a Revolução Francesa passou a adquirir o significado atual. O *Dictionnaire* de Saint Laurent de 1845 (p.1185) definiu a revolução como algo ligado à desordem, reviravolta, confusão, ação violenta etc (a palavra francesa é *bouleversement*). *Revolutionnaire* (1789), *contre-revolution* (1790) são termos que fazem sua aparição nesse momento. Saint-Laurent, Charles. *Dictionnaire encyclopédique usuel.* Dauzat, Albert. *Dictionnaire étymologique.* Arendt, H. *Da revolução.* Hobsbawm, Eric. *Revolucionários.*

dominantes foram, lentamente, "evoluindo", carregou sempre as marcas e as formas do discurso revolucionário, ainda que fosse para impor uma Ordem. Não Marx, mas Comte. Por isso não era a República social. Mas a positiva.

República e Revolução não são sinônimos, mas estiveram, ao longo do século XIX, associados em diversos momentos. Já na constituição do ano I, a República aparecia associada ao direito de resistência à opressão (artigo 34). Isso implicava que "*Quand le gouvernement viole les droits du peuple, l'insurrection est, pour le peuple et pour chaque portion du peuple, le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs*" (artigo 35)[15]. E não sem razão, o *Dictionnaire universel des sciences, des lettres et des arts* de Bouillet (edição de 1862), depois de citar as "repúblicas" existentes no mundo, acrescentava: "*Presque toutes sont agitées par de perpétuelles révolutions*"[16]. Regimes instáveis esses republicanos, os quais herdaram as vicissitudes revolucionárias da França.

Durante a fase inicial da Revolução Francesa, a idéia de *République* não estava associada à de *Révolution*, posto que o conceito não era, ainda, definido em oposição à monarquia, mas apenas como a "coisa pública", ou "bem comum", segundo a visão dos romanos (Cícero), designando o governo que não fosse baseado na violência ou na anarquia. Em Maquiavel a República era uma organização política que representava a cidade (Florença, v.gr.), e o principado era o domínio de um príncipe[17]. Bodin usava a palavra república para designar a própria monarquia legítima. Essa ambigüidade apareceu na fase inicial da própria Revolução francesa: Saint-Just chamou o novo regime de

---

[15] *Les constitutions de la France depuis 1789*, p.83

[16] Bouillet, M.N. *Dictionnaire universel des sciences, des lettres et des arts*, 1862.

[17] Para Maquiavel, em 1513, todos os domínios são repúblicas ou principados. Machiavelli, N. *Il principe*, p. 3. Em Portugal as variantes repruvica e rrepubrica foram localizadas em textos do século XV (cf. Cunha, A.G., *Dicionário etimológico*, p.677), e é com a mesma noção dos antigos que eram utilizadas tais variantes. Por exemplo: Salgado de Araújo, em sua *Ley regia de Portugal* (Madrid, 1627, citado por Eduardo França, op. cit., p.268), pregava que cabia ao príncipe "manter a república em justiça e religião".

"monarquia sem privilégios", supostamente parecida à primeira monarquia de Roma[18]. Só depois das jornadas de agosto e da vitória de Valmy que se decretou solenemente a abolição da realeza. Mais tarde, o *Dictionnaire* de Saint Laurent definirá a *République* como o estado onde a constituição é democrática e o povo pode se autogovernar. Havia, então, a idéia, de matriz conservadora, de que a Revolução Francesa havia percorrido um caminho invertido: passara de um estágio democrático a um estágio aristocrático (governo dos melhores) até atingir o despotismo de um só (império napoleônico).

Em Portugal, esses princípios franceses parecem ter preocupado suas elites a partir do "elo mais fraco", as colônias. Já nos fins do século XVIII, as inconfidências no Brasil, que sinalizavam a crise daquele Sistema Colonial, traziam em seu bojo as chamadas "francesias", as idéias revolucionárias e sediciosas que tiveram papel destacado, particularmente, na Inconfidência Baiana de 1798. Enquanto a Inconfidência mineira inspirou-se mais na Revolução Norte-Americana, a baiana incorporou parcialmente os "abomináveis princípios franceses"[19]. Esses princípios que nada mais faziam do que projetar a idéia de uma nação, ainda que tal idéia estivesse longe de se efetivar na América Portuguesa. Sim, porque era isso que incomodava o império luso, a emergência de uma ou várias nações nas partes do Brasil. Porque seriam separadas de seu "imperialismo". Nação! Essa invenção tão abominável quanto francesa. Vejamos Lucien Febvre:

"A nação: a palavra revolucionária por excelência. Palavra de ressonâncias profundas, cuja história, que seria tão curiosa, não se fez. Uma história que nasce como, por assim dizer, por acaso, no fim do reinado de Luís XIV, no tempo em que a monarquia sofre as suas primeiras grandes derrotas, seus primeiros grandes eclipses e que estranhamente mescla-se à história dos progressos da idéia laica, às

---

18 Saint-Just, L. A. L. *O espírito da revolução*, p.49.
19 Vide: Mota, C.G. *Idéia de revolução no Brasil*, 1997.

reivindicações do livre pensamento contra a religião revelada. Foi a nação que, em 1789, diante da queda dos reis, do desmoronamento dos tronos, assumiu a qualidade de sujeito da história – e a guardou."[20]

As preocupações das elites portuguesas não eram extemporâneas. A Revolução Francesa havia chegado à forma republicana e, depois, ao império napoleônico. Em boa parte do século XIX o republicanismo[21] tornou-se a matriz da qual derivaram as diversas formas de radicalismo político. Para a república convergiram os liberais radicais franceses e os socialistas mais ou menos moderados (que prefeririam, certamente, falar em república social). Mesmo os que se restringiam à defesa do princípio da nacionalidade, por volta de 1848 (o termo *nacionalismo*, embora já existisse desde fins do setecentismo, só seria amplamente usado muitos decênios depois[22]), tinham em vista (embora nem sempre) algum tipo de república no seu horizonte político, sem excluir aquelas monarquias supranacionais que dominaram a cena política da época, mas que neste ano estavam no campo da contra-revolução. Se uma monarquia podia ser supranacional, talvez a nação, que no futuro seria criada quase sempre por radicais burgueses e pequeno-burgueses, podia ser republicana[23]. Mas também é verdade que o republicanismo revolucionário degenerou numa espécie de agitação política contida na ordem estabelecida.

---

20 Lucien Febvre. *Michelet e a Renascença*, p.86.

21 O termo republicano já aparecia em Portugal em 1813 (apud. Cunha, A.G., cit). Mas sua origem é antiga. *Républicain* (século XVI) e *républicanisme* (1750) foram registrados por Albert Dauzat no seu *Dictionnaire etymologique*, p.626.

22 A palavra apareceu em francês no fim do século XVIII. Reapareceu outras vezes (1812, 1836) até ingressar no *Grand Dictionnaire Universel* de Pierre Larousse em 1874. Cf. Dauzat, Albert. *Dictionnaire etymologique*, cit, p.496. Girardet, Raoul. *Le nationalisme français. Antologie 1871-1914*, pp.7-8.

23 Houve, é claro, a formação de duas nações significativas sob monarquias (Itália e Alemanha), mas elas se dividiam em vários reinos e principados que abominavam mais a República atéia do que um rei usurpador; além disso, a unificação já aconteceu durante a era de refluxo das lutas de esquerda e ascensão de uma nova fase de mundialização capitalista, nos anos imediatamente posteriores a 1850. Não foi sem razão, que Marx, embora criticasse o programa adotado pelo Partido Social Democrata Alemão, em 1875, aceitasse que, sob Bismarck, não era mais possível levantar a bandeira da República democrática.

Por outro lado, o princípio da nacionalidade era, até meados do XIX um apanágio de grandes Estados. Era preciso ter algum tamanho, como lembrou Hobsbawm, para querer ser uma nação respeitável. Talvez por isso, "o Dictionaire politique de Garnier-Pagès de 1843 pensava ser 'ridículo' que a Bélgica ou Portugal quisessem ser nações independentes dado seu visível pequeno tamanho"[24]. Nação era um conceito que adquiria tanta força que os mais revolucionários não hesitavam em dizer que o proletariado deveria primeiramente erigir-se em "classe nacional", ainda que não como a burguesia e, certamente, tendendo a fazer desaparecer os antagonismos nacionais. E o próprio Engels, em 1845, zombava do palavrório sobre uma "República européia", dizendo que a burguesia não conseguiria ultrapassar a nacionalidade[25].

Um dos fatos mais controvertidos do século XIX foi a fusão, em certos casos, do republicanismo com o nacionalismo e, no século XX, deste com a revolução. O ideário herdado pelos homens do século XIX provinha das luzes francesas, e nada menos particular e nacional do que o universalismo da idéia de uma natureza humana "tão invariável quanto o universo newtoniano"[26]. A reação a este universalismo iluminista apareceu principalmente com o historicismo alemão e, filosoficamente, fundamentou a política do princípio das nacionalidades, quase sempre associada à direita, durante o século XIX. O nacionalismo passaria a ser uma bandeira de governos estabelecidos onde os Estados já estavam consolidados, mas onde havia algum movimento nacional oprimido por outra nação ou Estado, ele poderia assumir feições radicais, como na Grécia, na primeira metade do século XIX e muito mais na Irlanda da segunda metade. A verdade é que o nacionalismo estava restrito a governos e cúpulas de movimentos autonomistas, e só depois atingiu as grandes massas. Transitou da idéia de um grande território para qualquer

[24] Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*, p.42.
[25] Löwy, Michel. *Nacionalismos e internacionalismos*, p.15.

pequeno povo (ou "nação") com alguma identidade linguística, religiosa ou étnica, real ou inventada - o *Dictionnaire* de Saint Laurent (1845) definia a *nation* apenas como uma reunião de pessoas com a mesma origem e que vivem juntas sob as mesmas leis.

Em Portugal e Espanha é difícil referir-se a um nacionalismo inteiramente popular antes do século XX, embora já se vissem indícios anti-britânicos desde a abertura do novo século[27]. Por outro lado, um camponês espanhol, até fins do século XIX, dificilmente saberia vincular a palavra "pátria" à idéia de Espanha[28]. Mais que a definição por uma, até então, abstrata idéia de nação, o camponês preferiria definir-se em função de sua vizinhança e de sua aldeia. Ao menos até que a emigração em massa e a autoridade do Estado lhe ditassem o contrário.

Em Portugal, o republicanismo foi antecedido pelo liberalismo. Só no último quartel do século, sob a influência positivista e a vinculação da perda do prestígio nacional com a monarquia, setores das elites tornaram-se a um só tempo nacionalistas e republicanos. Mas, como veremos, o nacionalismo só cumpriu papel essencial no século XX, para ressaltar cada vez mais a suposta grandeza da pátria como justificativa de um governo autoritário e de um colonialismo ultrapassado. O nacionalismo seria o de um governo estabelecido e colonizador, portanto, conservador.

---

[26] Apud Berlin, Isaiah. "O pretenso relativismo no pensamento europeu do século XVIII", p.69. A expressão é de Cliford Geertz.

[27] Profecia politica, verificada no que está succedendo aos portugueses pela sua céga afeição aos ingleses: escrita depois do terremoto do anno de 1755, e publicada por ordem superior no anno de 1762, em Madrid. Traduzida do hespanhol. Augurium ratio est & conjectura futuri. Ovid. Trist. L.I. Eleg. 8. Lisboa. Na Typografia Rollandiana, 1808. Publicado in: Armando Castro. *A dominação inglesa em Portugal com 3 textos do século XIX em antologia.*

[28] A palavra vinculava-se a uma realidade local. Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo*, p.28.

Liberalismo e republicanismo em Portugal

Se o liberalismo português teve um ato político inaugural, este foi a Revolução do Porto (1820). Não era simples fruto de uma contingência local. Explodia junto com as vitórias liberais em Espanha e em Napoli[29]. Na Espanha, convulsionada por lutas internas e mobilizações constantes para expulsar os franceses (1809-1814), fora proclamada uma constituição de cores levemente liberais em 1812, logo tornada sem efeito, a qual seria várias vezes reivindicada em movimentos liberais posteriores. A luta liberal era inseparável da exigência de uma carta constitucional.

Em Portugal, foi a grande burguesia liberal a integrar um processo político repleto de indecisões e recuos frente suas tarefas históricas. A burguesia comercial e média só encontrava respaldo nas camadas populares das cidades, num país que era (e sempre o fora) rural. O liberalismo luso teve seu primeiro revés com o golpe (ou golpes, melhor dizendo) de 1823, conhecido como vilafrancada, onde o infante Dom Miguel e o rei Dom João VI, retornado do Brasil, se opuseram várias vezes aos intuitos liberais das cortes.

O processo de instauração do liberalismo português viverá, por isso, um período de instabilidade política tão grave, que o irá macular irremediavelmente com as marcas do conservantismo monárquico. Das hesitações de políticos indecisos e pouco audaciosos. Das reformas sempre (enquanto é possível) adiadas. Mas também de um nacionalismo (sempre anti-britânico)[30] de parte de suas elites mais conscientes da situação marginal do país na Europa. Assim como ocorrerá com o republicanismo no século XX, o liberalismo luso será, na prática, uma curta experiência de desencontros e projetos malogrados,

---

[29] Como sabemos, a Sicília tinha seu destino vinculado às vicissitudes da coroa espanhola.

[30] Proclamação que nos fins de janeiro de 1825 se espalhou na cidade do Porto, províncias do Minho e Trazmontes, contra a nação ingleza; e em particular contra o governo de S.M.B.; precedendo á mesma proclamação, copia da carta, que a acompanhava. Publicado in: Armando Castro, cit.

servindo para coroar regimes que, se não são iguais aos anteriores, pouco se parecem com os projetos originalmente sonhados.

O período de convulsões liberais prosseguiu com a disputa entre a "direita liberal", apoiada no regime originado pela vilafrancada e em Dom João VI, e os liberais "cartistas", adeptos do regime constitucional. A reação dos partidários do Antigo Regime não era de se desprezar. Em abril de 1824 tentou-se um golpe militar em Lisboa, contra-revolucionário e realista, aparentemente chefiado por Dom Miguel[31]. Conhecido como a abrilada, este golpe fracassou.

Depois da morte de Dom João VI (1826), o imperador do Brasil, Dom Pedro I (Dom Pedro IV de Portugal), legítimo sucessor, concedeu aos portugueses uma carta constitucional e procurou, por pressões dos governos austríaco e inglês (este interessado na garantia da separação entre Brasil e Portugal, reconhecida em 1825), casar sua filha, D. Maria da Glória (de sete anos) com o tio Miguel. Este foi em seguida (1827) nomeado lugar-tenente de Dom Pedro em Portugal (na prática, confiava-lhe a regência, enquanto fosse menor sua filha Maria). D. Pedro também renunciou ao trono português.

Esses arranjos políticos foram frustrados pelo desembarque de Dom Miguel (1828), com intenção de restaurar a monarquia absoluta[32] e de rejeitar a conciliação de interesses que se formalizaria através de seu casamento com sua sobrinha. A partir daí, a luta entre a ditadura miguelista e a oposição liberal, quase toda ela emigrada, teve continuidade.

Os republicanos ainda não tinham força suficiente para entrar em cena. A tese da usurpação e a defesa do direito legítimo de Dona Maria II, deu a D. Pedro o motivo para reivindicar, de armas nas mãos, o trono para sua filha, a partir de 1832. Mas foram fatores externos que tornaram viável o recrudescimento da oposição a D. Miguel. Por quê?

---

31 Sá, Victor. *Instauração do liberalismo em Portugal.*

Até 1830, a Europa dava a D. Miguel o ambiente espiritual e propício no seio das classes dominantes para legitimar sua ditadura. Metternich reforçava, na Áustria, o poder absoluto; o duque de Wellington, um aristocrata do partido tory, era o chefe do governo inglês; na França, dominava o ultra-realista conde d'Artois (Carlos X)[33]. Todavia, em 1830 houve a Revolução de Julho na França, agora sob a monarquia da burguesia financeira, chefiada pelo novo rei Luís Filipe (duque de Orleans), com quem D. Pedro manteve boas relações, e em novembro deste ano caiu o gabinete Wellington na Inglaterra. Em sete de abril de 1831 D. Pedro foi obrigado a abdicar ao trono brasileiro, podendo (ou devendo) dedicar-se à reconquista de seus direitos supostos em Portugal. Os ideais da burguesia liberal triunfaram em 1834.

O novo governo gozava da confiança da Grã Bretanha e da França, que nada mais queriam senão expulsar da península ibérica as facções ultra-realistas de D. Miguel (Portugal) e D. Carlos (Espanha). Em 1836, a Espanha entrou em ebulição com a revolta dos sargentos da granja que obrigou sua rainha a prestar juramento à antiga constituição liberal de 1812. Os portugueses, por seu turno, pediram que a carta outorgada em 1826 fosse substituída pela constituição de 1822. Num ano de grave crise econômica, os setores liberais mais radicalizados da burguesia, transformaram as manifestações populares de Lisboa numa insurreição armada e em setembro o governo caiu. Era o triunfo daquilo que ficou conhecido como setembrismo. Este movimento foi o primeiro em que as massas populares desempenharam papel preponderante e decisivo[34]. Leia-se: massas urbanas, minoritárias na população. Entretanto, os trabalhadores não agiram neste movimento como uma força política autônoma, e nem as suas condições materiais de existência o

[32] Id. ibid., p. 31.
[33] Souza, Celestino. *Movimentos revolucionários em França e Portugal (1830-1848)*, p. 120.
[34] Sá, Victor, op. cit., p. 51.

permitiriam. Assim, o setembrismo gerou mudanças políticas e jurídicas, mas "não cumpriu qualquer reivindicação de ordem social"[35].

A contestação popular não foi peça ausente desse quebra-cabeças de indefinições políticas da conjuntura crítica portuguesa dos anos 1820-1851. Em 1846-47, houve a revolta da Maria da Fonte, curiosamente movida parcialmente pela obrigação de enterrar os mortos fora da Igreja, e a revolta da patuléia, que para muitos foi liderada pelos de "patas ao léu", os descalços do mundo rural, mas parece ter sido, de fato, um movimento de hegemonia pequeno-burguesa, movido por militares e gente do mundo politicamente estabelecido[36]. Eram, entretanto, desprovidos de organização política.

O ano revolucionário de 1848 encontrará as camadas populares cansadas de trinta anos de guerras e os mais pobres com uma lembrança muito recente de tenebrosas repressões. A Regeneração (1851) abrirá o período de um liberalismo monárquico adequado à grande burguesia e aos seus investimentos capitalistas. O setembrismo sobreviveria como uma herança histórica e desapareceria no interior daquela ideologia das camadas que não consentiram o esfriamento político inaugurado com a Regeneração: o republicanismo.

Na metade do século XIX, quando Portugal inaugurou seu arremedo de parlamentarismo monárquico (1851-1910), a idéia republicana, embora já tivesse vivido experiências práticas em alguns lugares (e presidia a evolução política de um país já importante, os Estados Unidos), permanecia marginalizada na maioria dos países, se descontarmos as Repúblicas nominais que surgiram na América Latina durante os primeiros decênios do século XIX.

---

[35] Id. ibid., p.54.

[36] Patuléia provêm do espanhol *patuléa*: soldadesca indisciplinada. Vide: Saraiva, J.H. *História concisa de Portugal*, p.299.

A idéia de república estava circunscrita as camadas "respeitáveis" da oposição política — aquelas que renunciavam momentaneamente a um tipo de revolução que pudesse, ao menos imediatamente, ameaçar a propriedade. Depois da Primavera dos Povos (1848), o tradicional republicanismo europeu foi a forma principal de uma certa esquerda temperada pelo período de refluxo das lutas revolucionárias que se sucedeu. Esse republicanismo floresceu na França em algumas áreas rurais, depois de 1848, e ganhou a maioria depois de 1871[37]. Na Espanha (1873) atingiu o poder por algum tempo, sendo depois restaurada a monarquia, sob a liderança de fato de Cánovas (1828-1897), que governou a Espanha durante a maior parte do tempo no período 1874-1897. De qualquer maneira, a curta experiência republicana impactou a intelectualidade de Portugal.

Ela, a república, poderia ser o remédio para aquele sentimento de perda que abalava as partes de cima da sociedade. No andar de baixo, esse republicanismo não chegava a existir (e, não poderia jamais viver nas mentes dos pobres, tão preso àquele formalismo democratico que, na história recente, tem interessado tão pouco os que não tem propriedade ou cabedais). O tempo dos republicanos, dos socialistas dos salões e dos cafés, não era o tempo da massa iletrada. Portugal estava muito aquém do restante da Europa e isto sabia-o muito bem quem se importasse com a "questão social". Lia-se pouco. Estudava-se pouco. Alfabetizava-se quase ninguém. O número de cartas recebidas por portugueses em meados do século XIX era, relativamente, tão baixo que o situava só à frente da Rússia. Talvez umas trinta vezes abaixo da França e umas oitenta vezes abaixo da Grã-Bretanha[38]. Se o republicanismo era dos que liam... era de tão poucos!

As fontes do republicanismo em Portugal seguramente remontam, como temos visto, ao ascenso do ideário liberal no século XIX, o qual influenciou as guerras civis que

[37] Hobsbawm, Eric. *Era do capital*, p.204.

envolveram o reino, entre 1820 e 1836 (e talvez até a Regeneração, em 1851). Ao liberalismo, associou-se a influência socialista, especificamente a do socialismo utópico francês e, mais tarde, a de outras correntes européias.

Essa associação não é só a mais curiosa. Na América Latina (México e Brasil) o socialismo combinou-se ao positivismo como fenômeno progressivo. Na Europa, essa combinação foi cedo questionada por correntes revolucionárias, como a de Rosa Luxemburg, na Alemanha, ou a de Gramsci e Bordiga na Itália. Ora, no extremo ocidente da península Ibérica, esse socialismo, malgrado o honesto sentimento igualitário de muitos de seus adeptos, nunca teve a consistência teórica de seus pares europeus. Jamais adquiriu densidade social. Ou apoio da classe operária, camponesa ou qualquer outra classe histórica. Ele tão só revisitou, com outra fraseologia, os temas, programas e necessidades do liberalismo (ou do republicanismo). Pensemos em Magalhães Lima, esse propagandista que viajou ao congresso da II Internacional e registrou a emoção com a qual assistiu a Engels a falar da tribuna. Quando tangencia os problemas práticos, ligados ao federalismo e o unitarismo (tema que interessava aos republicanos!), ainda cita o seu amigo brasileiro, o liberal gaúcho Assis Brazil[39]. Em Portugal houve socialistas. Mas não houve movimento socialista.

Dos socialistas, o mais brilhante foi Antero de Quental, ponta de lança da Questão Coimbrã na literatura portuguesa, através da qual se fez a crítica ao romantismo. Ele foi um dos mais ardorosos socialistas portugueses, bem como um analista da efêmera experiência republicana espanhola. Oliveira Martins, Sampaio Bruno, e inúmeros intelectuais também passaram a criticar a monarquia constitucional, sempre em nome da República.

---

[38] Dados apenas aproximados. Vide: Block, Maurice. *Dictionnaire général de la politique*, verbete "*postes*".

[39] Magalhães Lima, S. *A obra da Internacional*,1896, p. 125.

Antero Tarquínio de Quental (1842-1893), membro de uma aristocrática e brasonada família dos Açores, foi talvez o poeta português mais importante do século XIX. Mas não é como poeta que ele nos interessa aqui. Sua importância intelectual no âmbito da escrita prosaica é menor, do ponto de vista da inovação formal, mas é nela que encontramos suas idéias políticas e estéticas. Estas não foram de somenos importância. O jovem Antero foi um dos responsáveis pela famosa Questão Coimbrã (1865), ato de fundação do realismo literário lusitano. Tornou-se cedo um dos defensores da causa republicana.

Antero não se limitou ao republicanismo, superando o primeiro teórico da idéia republicana, o jovem José Félix Henriques Nogueira (1825-1858). Fez-se socialista e adepto da Associação Internacional dos Trabalhadores:

"Somos republicanos daquela república que não existe senão como idéia e aspiração, a República Social (...). A república não é mais do que a forma política daquela organização economica da sociedade que nós, com o nome de socialismo, temos sempre pregado como sendo a expressão exacta da justiça nas relações humanas" [40]

Joel Serrão notou essa passagem do Antero republicano ao socialista no universo das palavras: o predomínio de "república" e "liberdade", em 1870, cede lugar às palavras "classe" e pensamento em 1872[41].

Para Antero, a solução era Portugal, uma vez separado da marcha civilizatória, entrar de novo "na comunhão da Europa culta", opondo à monarquia centralizada uma federação republicana, renovando inclusive a vida municipal, tema que fora caro a José

[40] Quental, Antero. "Quem diz democracia diz naturalmente república", in: Serrão, Joel. *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português*, p.246-7.

Félix Henriques Nogueira[42]. Para isso, exigia-se a "crença no progresso" e a adoção do "espírito moderno", a revolução. Mas essa palavra vem associada à idéia de ordem: "revolução não quer dizer guerra, mas sim paz: não quer dizer licença, mas sim ordem". Essa "ordem", veremos, será importante nos republicanos positivistas e até num espírito tão crítico como Fernando Pessoa.

Mas voltemos a seguir a marcha da economia. A estrutura da produção material era o motivo da exposição das permanências, indicativas de uma crise que só podia se arrastar sem solução e que era percebida, seja na mentalidade de uma população que não sentia melhora nem mudança em sua vida, seja pelas tomadas de consciência mais elaboradas das elites intelectuais e políticas. O Portugal do século XIX enquadra-se nas conjunturas vividas pela economia européia de um modo geral, mas também afirma suas peculiaridades.

De 1847 a 1891 o setor mais dinâmico da economia portuguesa foi a agricultura, beneficiada pelo mercado externo[43]. A demanda agregada interna era limitada devido a atrofia do setor industrial. Lisboa e o Porto ocupavam lugar desproporcional no consumo da nação. Concentravam 11% da população, mas absorviam cerca de 50% da produção comercializada do país[44]. "Comercializada", pois vigorava também o autoconsumo nas propriedades rurais. Claro, o capital não se apropriara realmente da maioria das atividades. Prevalecia a subsunção formal (Marx) dos trabalhadores aos capitalistas. Também a economia doméstica. O consumo urbano fora inferior ao crescimento demográfico, o que diminuiu as possibilidades de uma acumulação de capital baseada no mercado interno. Por quê?

---

41 Serrão, Joel. "Para a história da cultura do século XIX português", *Revista de História*, São Paulo, n. 13, 1953.
42 Nogueira, José Felix Henriques. *O município no século XIX*. Primeira edição: 1856.
43 Pereira, Miriam Halpern. *Política e economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, p. 19.
44 Id. ibid., p. 80.

O protecionismo generalizado da era depressiva, que se seguiu à crise mundial de 1873, não foi bom para Portugal[45], embora este também tivesse sua pauta protecionista conquistada em 1892. Pouco industrializado e com parca renda gerada na atividade primária, Portugal tinha uma demanda interna insuficiente e dependia de mercados externos. Em 1883 havia apenas 1.150 fábricas no país, ocupando 90 mil trabalhadores[46]. Adotando tarifas protecionistas para os produtores de trigo, o governo fez o preço do pão subir para o dobro da média européia, baixando ainda mais o poder aquisitivo da população urbana. Os salários dos trabalhadores dos latifúndios cresceram ligeiramente, mas não o necessário para implicar a demanda interna[47]. O consumo anual per capita de carne em Lisboa sofreu queda sensível nos dois decênios anteriores à república, caindo de 45 Kg per capita (1887) para 25 Kg per capita (1911)[48]. Alto custo de vida e salários baixos. Nem as greves, disseminadas após 1910, mudaram essa situação. Mesmo porque os republicanos criaram uma lei de greve (1910) favorável ao patronato, e a recém-criada (1911) Guarda Nacional Republicana (GNR) reprimiu violentamente quaisquer veleidades reivindicatórias dos trabalhadores rurais e urbanos. Esta derrota prematura do movimento operário também era um elemento que antecipava a vitória futura do regime salazarista. Como força social, o operariado, dirigido por anarquistas e outros grupos seria marginalizado da vida civil republicana.

O quadro mental que presidiu grande parte do Terceiro Império foi deveras marcado por um complexo de sentimentos que envolvia um certo passadismo e uma projeção do passado no futuro. Sentimento, como já vimos, de descompasso com o processo histórico europeu, como se em Alcácer-Quibir ou em qualquer outro momento

[45] O país, entretanto, tomou medidas protecionistas em diversas ocasiões: 1837, 1841, 1861, 1871, 1882, 1885 e 1892. Cf. Marvaud, cit., p. 150.
[46] Vincent-Smith, J. *As relações políticas luso-britânicas 1910-1916*, p. 15.
[47] Smith, C. Op. cit., p. 17.
[48] Pereira, M. H. Op. cit., p. 82.

indefinido, Portugal tivesse desviado de seu destino. Outros o cumpririam, com suas velas sopradas pelo dinheiro acumulado por uma burguesia européia setentrional e das ilhas britânicas.

Desse sentimento de perda provém o de espera. O encoberto Dom Sebastião. Que podia ser o D. João IV da monarquia restaurada, sob a complexa mística do messianismo da casa de Bragança (conforme já o demonstrou à saciedade Eduardo D'Oliveira França[49]). Mas que mito sobreviveria ao toque da realidade? Os Braganças logo se tornaram rotina e o sebastianismo larvar voltou a se impor em alguns espíritos, embora nunca mais com a força popular de outrora.

Mas vamos ao final sem conclusões. Com o trauma da transição da monarquia à república, Portugal viu as elites de suas classes dominantes hesitarem. Afinal, a nova e esperada Ordem não trazia ordem, mas instabilidade política. Como já o dizia Unamuno, "Portugal, povo de suicidas". Em Manuel Laranjeira, em seu tristíssimo diário íntimo, via-se toda a desesperança pré-republicana de uma geração de literatos já acostumados a descrer. E a sofrer. Gomes Leal, poeta melancólico. Antes dele Antero de Quental já se matara desiludido, depois de ser socialista e republicano ardoroso. E antes dele, Camilo já não fizera o mesmo? E antes dele... Bem, proclamada a república, veremos hesitar a geração de Jaime Cortesão, de João Lúcio Azevedo, que escreverá uma história do ... sebastianismo. Veremos Sá-Carneiro matar-se em Paris. Florbela Espanca não fez, à sua maneira, o mesmo?

[49] França, Eduardo. *Portugal na época da restauração*, citado.

República

O primeiro ensaio de revolta republicana, em Portugal, teve claras razões nacionalistas. Com o avanço da política neocolonialista das potências européias, novos impérios passaram a sobrepujar os antigos ainda remanescentes, como Portugal e Espanha. Esta perdeu os despojos do seu antigo império pré-industrial na guerra com os norte-americanos (1898), quando Cuba, Porto Rico e as Filipinas tornaram-se satélites dos Estados Unidos. A história da colonização portuguesa em África não teve a mesma atenção que a da América portuguesa, mas era o que restava no século XIX do grande império colonial. Portugal teve mais "sorte", posto que não só manteve seus últimos territórios coloniais, como os ampliou em 750 mil quilômetros quadrados. Mas se os manteve não foi pelo seu poderio militar ou diplomático, mas "pela incapacidade de seus rivais modernos chegarem a um acordo quanto à maneira exata de dividi-los entre si"[50], opinião que já tinha sido emitida pelo próprio Lênin, que escreveu um artigo e algumas notas sobre Portugal[51]. Tanto é verdade que, quando quis reclamar para si os territórios da Zâmbia, Malawi e Zimbábwe, de acordo com a conferência de Berlim (1884-1885), foi rechaçado pela Alemanha e a Inglaterra[52]. O sentimento de inferioridade em relação aos britânicos era notório[53]. A aceitação de um ultimato britânico[54] pelo rei de Portugal, em 1891, humilhou o

[50] Hobsbawm, Eric. *A Era dos impérios*, p.89.
[51] Cf. Vidigal, Luis. *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal 1890-1916*, p.111.
[52] Em 1893 chegaram até a estabelecer tratativas secretas para assumirem os territórios portugueses, caso Portugal não conseguisse administrá-los. O resfriamento das relações diplomáticas entre os dois países e a Grande Guerra "salvaram" Portugal. Cf. Brunschwig, Henri, *A partilha da África negra*, p.68.
[53] A dominação ingleza em Portugal (o que é e de que nos tem servido a alliança da Inglaterra por um compatriota de Gomes Freire D'Andrade. Lisboa: Ed. João Antônio Rodrigues Fernandes, 1883. In: Armando Castro. Op. cit.
[54] O esforço português para unir Angola e Moçambique num único território contígüo foi desfeito quando os ingleses ordenaram (11 de janeiro de 1891) a evacuação do Shiré.

sentimento nacional (incluindo elites tradicionais[55]) e suscitou uma fracassada revolução republicana no Porto.

As elites portuguesas aproximavam-se de um momento de transição delicada e difícil, o qual foi definido por Florestan Fernandes como "a passagem da sociedade imperial à sociedade competitiva, uma transição que submergiria aquelas elites dentro de uma sociedade de massas, forçando-as a mudar de idade histórica (ao passarem de estamento a classe) e a confundir-se com a plebe"[56]. Além dos dilemas domésticos, tais elites precisavam posicionar-se na arena externa, onde um império secular e pobre sobrevivia junto com os vorazes países neocolonialistas. Portugal entrou, depois da Conferência de Berlim, na era daquilo que Rosa Luxemburg chamaria de "política mundial", para designar um fenômeno que, posteriormente, seria chamado de imperialismo[57].

Para superar os novos dilemas da política mundial, os setores republicanos das elites só podiam buscar exemplos externos, como a "revolução do Brasil" (1889), segundo Fialho de Almeida[58], ou a "incomparável tolice" (Oliveira Martins); enquanto a agitação intelectual e política interna afirmavam-se cada vez mais. É de se notar a importância da proclamação da República brasileira em Portugal, um país que mantinha seus principais laços econômicos (como teremos oportunidade de ver) com o Brasil. A maçonaria, cuja

---

55 Aqui caberia um parêntese. Mais que a literatura elaborada daqueles tempos (mesmo que seja a de Antero de Quental); mais que a crítica política consciente de então, tome-se uma trajetória individual e veja-se o quanto se mistura à azáfama do Portugal dos anos 1890. O Duque de Palmela, amigo de sempre dos ingleses, oficial voluntário da Armada britânica, fora condecorado com a *Baltic Medal* em 1856. Por ocasião do ultimatum, ele devolveu aquela condecoração ao governo da Grã-Bretanha. Convenhamos: este exemplo preencheu alguma das crônicas famosas do Tinop, cuja prosa desapressada dos cafés de Lisboa agradou o fim de século português. Pinto de Carvalho (Tinop), J. *Lisboa d'outros tempos*, vol. 1, p. 14.

56 Cf. Secco, L. "A Sociologia como Previsão: Florestan Fernandes e a Revolução dos Cravos", op. Cit.

57 Cf. Del Roio, Marcos. *O império universal e seus antípodas*, p.237. O termo "imperialismo" já era usado na Inglaterra, mas só deixou de ser neologismo depois do livro de John Hobson, um moderado simpatizante do fabianismo: *Imperialismo: um estudo* (1902).

grande figura era o intelectual Teóphilo Braga, e o PRP - Partido Republicano Português, já se faziam ouvir. Nos subterrâneos da vida política, a carbonária ensaiava seus atentados "terroristas" — era uma organização sincrética, formada por sargentos, soldados e marinheiros. O republicanismo passava das palavras à ação, entre fins do século XIX e princípios do século XX. Na periferia do mundo, Brasil (1889), Portugal (1910) e China (1911) espelham esse processo, que continuaria durante e depois da Grande Guerra, na Rússia (1917), Alemanha (1918), Turquia (1923) e, de forma passageira, na Grécia (1923).

O clímax da rebelião anti-monárquica portuguesa foi atingido em 1908 com o regicídio. Depois de abandonado por muitas defecções de políticos importantes, o rei submeteu-se ao ministro João Franco, um verdadeiro ditador no período em que controlou a economia com mãos de ferro. O PRP preparava uma sublevação para fins de janeiro, mas ela foi abortada e seus líderes encarcerados. Entretanto, o que mais intriga o historiador é a facilidade aparente com que os súditos portugueses passaram da adoração de um rei para o regicídio.

Mais uma vez, um poeta pareceu ser, como diria Pound, as "antenas da raça": "Não sei como isto vai acabar; mas acreditando, como eu acredito, que em Portugal há uma família a mais e que o rei é um monstro de perversão, se eu daqui pudesse matá-lo com o pensamento, fá-lo-ia"[59]. O Autor dessa frase, Guerra Junqueiro, pareceu ter realmente assassinado mentalmente o rei de Portugal. Disse tais palavras poucos dias antes do atentado que vitimou mortalmente o monarca português. Que sentimento expressava o poeta? O sentimento das elites políticas, econômicas e culturais do país, que não mais desejavam um reinado em crise. Portugal matou o seu rei. Queria a república? Queria ordem? Talvez mais esta do que aquela. Talvez o desejo da primeira escondia a necessidade

58 Almeida, Fialho. "O país não faz senão gritar viva a República", in Serrão, Joel. *Liberalismo, socialismo, republicanismo*, cit, p.272.

da segunda. Mas, apesar de tudo, era preciso pegar em armas, ou influenciar aqueles que as detinham. No dia 28 de janeiro de 1908, o rei Dom Carlos e o príncipe herdeiro, Dom Luís Filipe, foram assassinados. Não faltou muito para que um golpe militar implantasse a República em 5 de outubro de 1910, com uma pequena resistência que custou setenta e seis combatentes mortos.[60]

Mas não nos afoguemos apenas no mar de contradições de Portugal. Não era um país inteiramente fora dos ritmos europeus, como pensavam suas elites. A esse respeito é curioso ler o Almanaque Garnier de 1909. Nele, a notícia da morte do Rei D. Carlos acompanhava-se de um lamento:

"O velho Portugal lealista e monarchico caía no rol commun das nações onde a anarchia já começou a dar seus venenosos fructos"[61].

Um Portugal "atrasado", talvez. Mas também estreitamente associado aos interesses mais modernos da economia e da política mundiais. Desenvolvimento desigual e combinado, diria um ortodoxo. Visto em conjunto, também o ataque aos chefes de estado e de governo fazia parte do espírito da época. Se é verdade que desde o século XVII os reis europeus já não poderiam considerar-se imunes à fúria dos descontentes (fosse de natureza religiosa ou secular), o final do século XIX e os dois primeiros decênios do século XX entraram para a história como uma época em que monarquias e impérios transnacionais foram abalados por ideologias estritamente seculares (socialismo, anarquismo e, principalmente, o nacionalismo). Com seu habitual senso prático, Bismarck soube usar a tentativa de assassinato do Imperador Guilherme I para dissolver o Reichstag e jogar os

---

[59] Cf. Unamuno, M. Op.cit., p. 37.
[60] Reis, A. "A Primeira República", 1983, v. 6.
[61] *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1909, p. 423.

socialistas na ilegalidade a partir de 1878. Em 1881, o Czar Alexandre foi assassinado e, no último decênio do século XIX, foram assassinados o rei Umberto (Itália), a imperatriz Elizabeth (Áustria)[62] e o primeiro-ministro Cánovas (Espanha)[63]. A onda prosseguiu com D. Carlos (Portugal, 1908), o príncipe-herdeiro, arquiduque Ferdinando (Áustria, 1914) e o czar de todas as Rússias, Nicolau II (1918). O próprio assassinato de D. Carlos encontrou simpatia nos discursos de deputados socialistas na maior parte dos parlamentos europeus, e até Lênin lhe dedicou um artigo, onde criticava apenas o seu teor conspirativo, defendendo a necessidade de um terror coletivo, como o da grande Revolução Francesa[64]. Afinal, o rei era uma figura do passado quando outros sonhavam com o futuro. Que evocava tradição onde novos movimentos políticos queriam (ou diziam querer) a revolução.

Ainda em 1907, Faustino da Fonseca escrevia um artigo intitulado: "Queremos a revolução"[65]. Um ano depois, era o célebre Fidelino de Figueiredo a escrever essas proféticas palavras:

"As idéias vem descendo lentamente, descansadamente como um rio de plena planície sem cheias nem cataratas; quando se lhes põe um obstáculo, param, ganhando energias, que acumuladas derrubam o dique, galgando além impetuosas e destruidoras. São as revoluções"[66].

---

62 Mais conhecida como Sissi, a mitificada mulher do imperador Francisco José I foi apunhalada pelo anarquista Luigi Lucheni. Aliás, os anarquistas foram os principais artífices dos atentados políticos da época.

63Cf. Hobsbawm, *Era dos impérios*, op. cit., p.147. Repúblicas também foram atingidas, quando os presidentes McKinley (EUA) e Sadi Carnot (França) foram assassinados e Prudente de Morais (Brasil) sofreu um atentado, mas as razões são mais específicas.

64 Cf. Vidigal, Luis. Op. cit., p.114.

65 Apud. Baptista, Jacinto. *O 5 de outubro*, 1965, p.31.

66 Figueiredo, Fidelino. *A arte moderna*, p.13.

Até mesmo o conservador Oliveira Salazar (que depois dominaria a cena política do seu país por meio século), falava da necessária reforma educacional e mental do país, em 1909:

"Isto é uma inovação; será! Digam até, se quiserem, que é o início duma revolução, mas duma revolução útil como nenhuma"[67]

E de se notar que a palavra "revolução", quando proferida pela boca de um conservador ou um moderado, quase sempre precisa ser adjetivada.

A República Malograda

Nenhum intelectual da época hesitou em chamar à proclamação da República portuguesa de Revolução. Mas a idéia de Revolução aparece indissoluvelmente vinculada à de democracia:

"A República, que era uma aspiração do povo portuguez, foi proclamada das janellas da Câmara Municipal de Lisboa no meio de delirante enthusiasmo da multidão. Ao fim de muitos annos d'uma accesa propaganda e de dois dias de combate nas ruas, a democracia triumphou"[68].

Mas a república não democratizou o Estado e nem poderia fazê-lo. Obra de elites divergentes, a revolução republicana só fez circular o poder entre frações de uma mesma classe social; onde a sociedade civil era pouco, com uma legislação eleitoral que restringia o direito de voto e uma política dominada por caciques locais, o único Estado possível seria

[67] Salazar, A. Oliveira. *Antologia*, p.13.

autocrático ou um arremedo de democracia formal. Disse-o H. Baptista: "Pois quem é que elege o deputado? É o eleitor? De modo nenhum. É o influente, é o cacique, é a autoridade administrativa"[69] . A república não mudou esta realidade: não era o eleitor que realmente votava. O Velho Mundo dos espíritos continuaria a atormentar os portugueses. E nem as mulheres, que alhures já votavam, ou se mobilizariam para fazê-lo, desfrutaram de qualquer direito civil relevante. Certo, mesmo a Europa "avançada" ainda resistia aos movimentos feministas que já a agitavam. Inicialmente, as mulheres só puderam votar na sua "periferia" ou nas suas "colônias de povoamento" mais recentes como Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1906) e Noruega (1913).

As próprias publicações da época falavam em "forças revolucionárias" e revolução, referindo-se ao novo regime[70], mas tal revolução tinha poucas chances de se completar no aspecto social e econômico. A República e a revolução apontavam para o futuro, contra uma monarquia que vivia de supostas glórias passadistas. Teóphilo Braga declarou que o rei não fora defendido "porque já se perdera a fé no passado"[71], talvez remetendo inconscientemente ao sentido original da palavra revolução como a tentativa de voltar a uma ordem social perdida ou desfigurada. A República, surgida de uma revolução, desejava estabilizar-se, criar uma nova Ordem, ser reconhecida internacionalmente[72], e a própria Ilustração portugueza, que saudara entusiasticamente a revolução republicana, não deixava de intitular uma matéria sobre a revolta da chibata, liderada por João Candido, contra o governo republicano brasileiro, da seguinte maneira: "como se sufoca uma revolta:

---

[68] Cf. *Ilustração portugueza*, nº242, Lisboa, 10 de outubro de 1910.
[69] Baptista, H. *Eleições e parlamentos na Europa*, p. 20.
[70] *Ilustração portugueza*, nº243, 17 de outubro de 1910.
[71] *Ilustração portugueza*, nº244, 24 de outubro de 1910.
[72] O Brasil a reconheceu no rapidamente, para as circunstâncias da época. Em meio à proclamação da República estava presente, em Portugal, o presidente eleito do Brasil, Hermes da Fonseca. Vide: *Ilustração portugueza*, nº249, 28 de novembro de 1910.

a insubordinação da esquadra brasileira"[73]. Positivistas, muitos dos republicanos tinham em mente a noção comteana da ordem a ser instaurada, enquanto seus críticos acentuavam, mais realisticamente, que ela só tinha gestado a desordem e a anarquia, como o disse Fernando Pessoa (1915)[74]. De qualquer maneira, a intenção declarada era recolocar na Europa "uma nação que fora afastada pelos seus governos do convívio da civilização"[75]. Neste trecho, parte da mensagem do governo provisório enviada aos constituintes de 1911, e lida pelo próprio Teophilo Braga, há os ecos do que se foi, da idéia de perda do caminho que em algum lugar do passado os portugueses trilharam com a parte avançada da Europa. Idéia que já estava em Antero de Quental e em muitos antes dele, já o vimos, e que continuaria nas elites portuguesas posteriores ao 25 de abril. Enfim, deveria a casa comum européia receber novamente Portugal, como o quiseram os governantes que levaram Portugal à Comunidade Economica Européia (1986).

A República fracassou em seu intento de transformar a sociedade através de reformas impostas pelo poder político. Faltava-lhe base social e econômica para tal. Seu dilema foi bem definido pelo historiador Fernando Rosas: fenômeno de base urbana, o republicanismo, basicamente seu partido democrático ou jacobino, queria representar as " forças vivas" da nação, mas não podia alargar a cidadania política a essas mesmas populações porque isso significaria a marginalização política da elite de funcionários urbanos que chegavam ao aparato de estado[76]. Era preciso demonstrar, à direita, que se tinha autoridade para a governação, e à esquerda, que se pretendia representar os marginalizados desde que esses não quisessem a rebelião social. Mas uma extensão do direito de voto a todos poderia candidatar outros partidos e até mesmo uma força poderosa

[73] *Ilustração Portugueza*, nº253, 26 de dezembro de 1910.
[74] Pessoa, Fernando. *O banqueiro anarquista e outras prosas*, p. 285.
[75] Vidigal, L. Op. cit, p. 61.
[76] Rosas, Fernando. "A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal", p.103.

(a Igreja Católica), à liderança. Daí porque os republicanos reprimiram tanto o movimento operário quanto a Igreja e os monarquistas.

E também por isso a República foi responsável pela lei que separou o Estado e a Igreja (1911) e pelo código eleitoral (1913) que excluiu a população analfabeta, ou seja, a maioria esmagadora da população[77]. A reforma universitária foi feita, e a ideologia pedagógica, de inegável tom iluminista e racionalista, impulsionou um tímido alargamento da educação popular, por obra da geração de educadores simbolizada por João de Barros[78], para quem educação e democracia estavam unidas. Por fim, até mesmo o levante monárquico do norte (sempre o norte!) foi esmagado (1919). Os monárquicos ocuparam cidades setentrionais, mas fracassaram porque esperavam por uma insurreição em Lisboa, a qual não aconteceu[79]. Aprenderiam que uma revolução não se faz com Lisboa. Assim como em 25 de novembro de 1975, os radicais de esquerda, aqueles militares que não aceitavam o fim da rebeldia, entenderam que também não se prolonga uma revolução sem o resto do país.

Por outro lado, a ocupação do ultramar continuou e os republicanos não quiseram (ou não puderam) radicalizar a própria República:

"Os arautos e os próceres do movimento republicano defenderam obstinadamente essas transformações. Não obstante, eles não conseguiram ver a realidade com clareza crítica e, por isso, não identificaram nem se bateram com a decisão necessária contra dois obstáculos que se iriam revelar intransponíveis: 1) o poder relativo do resto das elites dessas classes dominantes, às quais pertenciam, que além de quantitativamente numeroso, abrangia cliques localizadas estrategicamente na estrutura da sociedade e no aparelho do Estado; 2) os resíduos arcaicos que se aninhavam em suas personalidades, em

77 Cf. Secco, L. "A sociologia como previsão: Florestan Fernandes e a revolução dos cravos" , cit.
78 Vide: Barros, João de. *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros.*
79 Marcadé, J. *Le Portugal au XX siècle,* p.31.

suas concepções de mundo e modos de agir ou nas orientações de seu comportamento coletivo, os quais solapavam, seus ideais 'nobres' ou altruísticos e impediam a formação de uma visão crítica autenticamente revolucionária da realidade".[80]

Em 1915, Ramalho Ortigão escreveu, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro um juízo acerbo: "Em Portugal a República é execrável"[81]. Até essa data, a República so conhecera a instabilidade política, sucedendo-se oito ministérios[82]. A participação na Grande Guerra também contribuiu para abalar os alicerces republicanos, notadamente os financeiros, com aumento do déficit orçamentário e, particularmente, do custo de vida entre 1914-1918[83]. A instabilidade política era patente. No âmbito da política oficial sucedem-se tantos golpes e violações do regime constitucional que seria enfadonho nomeá-los. Em 1915, por exemplo, uma insurreição deixou duzentos mortos; em 5 de dezembro de 1917, ocorre o golpe militar do major Sidônio Pais, e em 1918 o seu assassinato; enfim, entre 1910 e 1926 foram quarenta e cinco governos e sete eleições (em dezesseis anos!). Somente entre 1908 e 1923 (quinze anos) registraram-se vinte e duas situações de ruptura institucional, compondo aquilo que um historiador espanhol conservador, adepto de Franco e Salazar e obcecado pela idéia de ordem, chamou de "balbúrdia sanguinolenta"[84].

O golpe de 1926, que levou ao poder o general Gomes da Costa, permitiu tanto o novo arranjo das elites das classes dominantes, quanto à superposição de um processo de expansão econômica com estruturas simultaneamente modernas e arcaicas de poder. E

[80]Fernandes, Florestan. Democracia e Desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual.
[81] Apud Cabral, Antonio. *Em plena República*, p.275.
[82] D'Arriaga, Manuel. *Na primeira presidência da República portugueza*, pp.292-296.
[83] Apud Telo, Antonio José. *Decadência e queda da I República portuguesa*, p. 145.
[84] Pabon, Jesus. *A revolução portuguesa*, p.135.

depois do golpe de 1926, Antonio Cabral, ex-ministro republicano, perguntou-se: "Portugal lucrou com a mudança de instituições?"[85].

Tal mudança de instituições correspondia a um processo que se desenrolava em outros países. Portugal, a exemplo de outras nações periféricas ou de capitalismo tardio, aderiu a um regime cuja característica ideológica era a recusa tanto do socialismo marxista quanto do liberalismo. O país transitou da Monarquia à Ditadura, tendo a República liberal como um simples interregno. Os anos vinte assistiam a fenômenos semelhantes em outras nações periféricas e semi-periféricas, determinadas pela emergência de um capitalismo tardio impulsionado pelo Estado, como Itália e Alemanha. Fosse sob a forma de Monarquias aparentemente constitucionais ou sob a forma "republicana", regimes daquele tipo se instalaram na Turquia e na Espanha (1923), e depois em Portugal (1926), Áustria (1933), Grécia (1936), Brasil (1937) e, Espanha novamente (1939). O mesmo ocorreu na Hungria, Bulgária, Iugoslávia, Lituânia, Estônia e Letônia. Ressalvadas as peculiaridades nacionais, todos eles atacaram o movimento operário de inspiração socialista (ou anarquista) e recusaram os rituais da democracia liberal.

As democracias liberais estavam cada vez mais circunscritas aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha, à França e à Tchecoslováquia de Masaryk. No final dos anos vinte, tanto o liberalismo político, quanto o econômico (que os italianos chamam de liberismo) estavam à beira da catástrofe e os regimes fortes de homens como Horthy (Hungria), Pisuldski (Polônia), Mannerheim (Finlândia) e o rei Alexandre (Iugoslávia) exemplificavam que também para as nações menores algum tipo de autoritarismo parecia ser a onda do futuro. O próprio liberalismo econômico (liberismo) era deixado de lado pela idéia de planejamento estatal, fosse quase sem mercado, na versão mais radical da antiga União

[85] Cabral, Antonio, op. cit, p.503.

Soviética, fosse respeitando a propriedade privada, como na Alemanha e Itália, mas também nos países formalmente democráticos: França, Inglaterra e Estados Unidos[86].

Em Portugal, a instabilidade política e a crise econômica eram as marcas decepcionantes do regime republicano. Após o golpe de 1926, sucederam-se dois triunviratos, em que o desequilíbrio institucional do novo regime ainda era patente. O governo do general Carmona, instalado em 1928, resolveu convidar pela segunda vez (na primeira ele declinara ao convite por não lhe garantirem total controle do orçamento público) um famigerado intelectual de direita, um professor da tradicional Universidade de Coimbra, Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970), com o objetivo de "salvar" a economia do país (repare-se bem na forma verbal: "salvar"). Sua carreira foi meteórica: em 1928 assumiu a pasta das finanças, conseguindo reequilibrar as contas nacionais depois de vários anos de déficit público; em 1930, assumiu a administração colonial e, em 1932, aclamado pela maior parte da opinião pública, foi nomeado presidente do conselho de ministros (primeiro-ministro), já sob o mito de que era um homem excepcional.

Do novo império às províncias de ultramar

Progredir sem sobressaltos, sem grandes mudanças políticas que afetassem os lucros: eis o anseio dos chamados "agentes econômicos" de todas as épocas. Mas para chegar à época sem mudanças era preciso mudar. Para não fazer a revolução, era necessário querer alguma revolução. Que não fosse uma revolta dos mais pobres, bem entendido, já que tal perspectiva nem se colocava seriamente no horizonte político. Mas que talvez lhes desse mais direitos, pensariam alguns republicanos mais exaltados. Ou que os mantivesse

[86] Vide Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos*, 1995, cap. 4.

definitivamente no seu devido lugar, como desejaria um antigo e persistente pensamento conservador, mesmo que não-monárquico. Este foi o vencedor.

O Estado português hesitaria entre o compromisso com um desenvolvimento que cortejaria os humildes, e outro que os encararia como esteios da produção material, mas não do usufruto da cidadania republicana e liberal. Até mesmo quando ausentes, os pobres se tornavam um problema. Ainda mesmo que sua revolta não pudesse assumir mais que feições de explosões espontâneas e localizadas, havia que se lhes opor um bom aparato, fosse repressivo, fosse educativo. Como todo estado não é mais do que uma forma de contração dos lucros, na visão microeconômica dos capitalistas, do campo e da cidade, só se redireciona parte maior do excedente social aos pobres quando estes se tornam uma ameaça política. Não era esse, ainda, o caso português. Salazar o sabia.

Salazar era um renomado professor da Universidade de Coimbra. Em 1928, quando o general Carmona assumiu a presidência, ele foi convidado para a pasta ministerial das finanças. Sua política ortodoxa reduziu os desequilíbrios macroeconômicos e garantiu-lhe a popularidade que outros governantes europeus conquistaram, à mesma época, em função de políticas de estabilização monetária e de estímulo ao emprego. A partir de 1933 o salazarismo já estava consolidado como política de estado.

No início, o governo de Salazar só conheceu um fato importante: o decisivo apoio que deu aos sublevados franquistas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Durante a Segunda Guerra, Portugal se manteve oportunamente neutro, com discretas colaborações com ambos os lados e muitas simpatias pelo nazi-fascismo. As oposições republicana e comunista (as duas principais), acompanhadas de pequenos grupos socialistas, recobraram ânimo neste período em que a aliança americano-soviética, a vitória em Stalingrado e o combate ideológico mundial ao fascismo lhes conferiam um certo prestígio. Entretanto,

elas nunca deixaram de ser reprimidas, e seus membros continuaram a ser presos, torturados e assassinados[87].

A convivência entre militares e governo civil nem sempre era harmônica, pois às Forças Armadas era concedido um papel na estrutura de poder fascista diferente daquele em que os militares tradicionalmente têm numa ditadura militar comum. O governo logo se encarregou de submeter as Forças Armadas ao Conselho de Ministros, introduzindo a Lei da Reforma Militar em 1937, pela qual diminuiu o efetivo de oficiais e o tempo de permanência em cada patente, acelerando as promoções e, portanto, a adesão contínua da oficialidade jovem ao regime.

As poucas manifestações de descontentamento militar tinham mais a ver com as demandas de modernização profissional e organizacional das Forças Armadas depois da sua integração à OTAN - Organização Tratado do Atlântico Norte, no pós-guerra. Os ataques ao regime eram logo sufocados: tentativa de levante operário em 1934; revolta dos marinheiros, em 1936. O objetivo da oposição era, desde o início, um golpe militar "libertador": em 1931 já havia sido criada a Aliança Republicano-Socialista, liderada pelo general Norton de Matos, que depois chefiou o MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (1943), transmutando-se, com finalidades eleitorais, para MUD Movimento de Unidade Democrática (1945)[88].

Descontente com a manipulação eleitoral e as restrições à participação política, o MUD dedicou-se à conjuração militar[89]. Em outubro de 1946, o MUD foi derrotado, no

87 Este foi o caso do Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves, morto no campo de concentração do Tarrafal.
88 Vide: Cervelló, J.S. A revolução portuguesa.
89 As tentativas de golpe de Estado em Portugal foram incontáveis durante o século XX. Ainda que se desconte o agitado período republicano, o regime salazarista enfrentou conjurações militares nos anos quarenta e, particularmente, nos anos sessenta.

golpe da Mealhada[90]. Um outro golpe de alguma forma vinculado ao MUD, chefiado pelo general Marques Godinho, também foi desbaratado. Depois disso, a agitação militar arrefeceu, pelo menos até o final dos anos cinquenta. As eleições presidenciais permitiam que a oposição formasse coligações políticas provisórias, mas além do monopólio da comunicação social pró-governo e do apoio financeiro das empresas, os oposicionistas enfrentavam as grandes fraudes eleitorais, como ocorreu em 1958, quando se candidatou o general dissidente Humberto Delgado. O salazarista Américo Thomás foi eleito num eleitorado limitado e vigiado, e mesmo assim Salazar resolveu abolir de vez o sufrágio direto, após a ameaça que Delgado havia representado.

Como já disse alhures[91], a ditadura lusitana baseava seu aparato repressivo nas forças armadas, na PIDE - Polícia Interna e de Defesa do Estado, na PSP - Polícia de Segurança Pública, na GNR - Guarda Nacional Republicana (unidades blindadas que combatiam greves) e na Guarda Fiscal (aduaneira). Politicamente, o país era governado por uma Assembléia Nacional e uma câmara corporativa, ambas eleitas, mas só um partido existia legalmente, a União Nacional. Da Assembléia emergia um Conselho de Ministros, chefiado por Salazar. Havia também um presidente da República com poderes decorativos de chefe de Estado.

A base civil do fascismo lusitano abrangia vários grupos ideológicos de apoio, os quais combinavam muitas vezes funções de propaganda e organização da sociedade em apoio a Salazar com intimidações, perseguições, espionagens, delações, agressões e tudo o que pudesse auxiliar o aparato repressivo; faziam parte desse esquema a Legião Portuguesa (camisas verdes) e a Mocidade portuguesa; serviam ainda de "correia de transmissão" da ideologia fascista os sindicatos oficiais e as organizações católicas (ainda que neles

[90] Local onde o capitão Queiroga, isolado e sem o apoio de outras unidades comprometidas com o golpe, rendeu-se em abril de 1947.
[91] Secco, L. "A sociologia como previsão: Florestan Fernandes e a revolução dos cravos", op. cit.

pudessem surgir eventualmente surtos de pensamento oposicionista). A inexistência de um movimento operário forte e organizado, contrário ao regime, diminuía um pouco a necessidade de ação dessas organizações espontâneas da sociedade civil, mas elas existiram e foram importantes em alguns momentos cruciais. A Igreja Católica difundia a ideologia da ordem, do *status quo*, da noção de dilatação da fé e do império como fatos coligados e indissociáveis; e, num país camponês e economicamente estagnado, o salazarismo recorria freqüentemente à sanção religiosa do seu poder.

ÁFRICA

"Os grupos subalternos estão sempre sujeitos à atividade dos grupos dirigentes ainda quando se rebelam e se levantam: só a vitória permanente rompe sua subordinação"[92].

Antonio Gramsci

Jacques Godechot viu a Revolução Francesa de 1789 como uma Revolução Ocidental, extrapolando os seus marcos cronológicos e espaciais[93]. A França seria o epicentro de um vasto movimento sísmico que se estendeu da América do Norte aos Países Baixos, à Irlanda, à França, à Bélgica, à América do Sul... Sintomático que um de seus livros mais difundidos tenha sido produzido na passagem dos anos 50 para os anos 60, momento da descolonização da Argélia e de quase toda a África. A primeira edição é de 1963.

Uma revolução sempre tem, para fins políticos, limites cronológicos e espaciais bem delimitados. Em Portugal, os limites poderiam se instalar entre o dia 25 de abril de 1974, quando um golpe militar eclodiu e derrubou o governo estabelecido e o dia 22 de julho de 1976, quando assumiu um governo constitucional. Uma história que não se prenda apenas aos marcos políticos, não deve ignorar essas datas, mas não precisa ater-se a elas. Da mesma forma, o espaço vital da Revolução é Portugal Continental. Quando muito as ilhas. Ou ainda mais especificamente a cidade de Lisboa. Ora, a Revolução Portuguesa, embora seja nacional (sem isso se perderiam as peculiaridades ideológicas que explicam o

[92] Apud Green, M. "Gramsci no puede hablar", p. 104.

período que se lhe seguiu, com a integração do país na União Européia), é, na sua conjuntura e na sua fonte imediata, Atlântica. Sem respeitar essa geografia de idéias, pouco se entende do processo todo.

Ninguém duvida que a Revolução, em termos ideológicos, não começa em Lisboa. Mas na África. As idéias que circulavam pela Metrópole e pelas Colônias eram, muitas vezes, as mesmas, ainda que interpretadas diferentemente. A soldadesca colonialista (ou seus oficiais) não pensaria jamais nas colônias como um problema se os rebeldes africanos não houvessem surgido e se insurgido com armas nas mãos e levado o exército colonialista a uma virtual derrota.

Isso nos coloca um problema. A crise do império colonial, inscrita numa conjuntura mais ou menos curta que, do ponto de vista econômico e social, abrange os anos 50 e se estende aos dias de hoje, está na linha divisória entre correntes de longa duração (estas sim, especificamente lusas, mas também européias) e um ciclo conjuntural em que a questão política é Atlântica e africana. Ou seja, Portugal era império colonial e atlântico (principalmente), mas o era cada vez menos em termos de idéias e das economias. Embora fosse um império de larga idade, pretendia cada vez mais ser apenas europeu. Mas é exatamente o seu elo mais fraco que desencadeou a crise e lhe imprimiu um caráter atlântico uma derradeira vez. Daí porque a idéia de Godechot precisa ser matizada em relação à Revolução dos Cravos (sempre guardadas as devidas proporções), porque ela é atlântica na conjuntura e na longa duração, embora não nos eventos nervosos que se sucederam em 1974-75. É atlântica sim. Porque ampla nas suas conseqüências ou nas suas origens. Mas serviu para apagar o império e o mar do horizonte histórico do país. Ainda assim, a compreensão da conjuntura crítica que medeia o pós-guerra e a eclosão do 25 de

[93] Godechot, Jacques. *Les Révolutions (1770-1799)*, pp. 286-303.

abril, seria incompleta sem a análise do império e sem voltar os olhos à África e à guerra colonial. Sem voltar os olhos para aquilo que Portugal perdeu: o Atlântico.

A crise do Império português é metropolitana. E é colonial. Por isso não se pode olvidar o ultramar. Sim, é por essa expressão "anexionista", com pretensões de se eternizar, que o salazarismo designará a África lusófona e os territórios lusos da Ásia. São "províncias de ultramar". Não tentaram os franceses o mesmo com seus fugidios territórios d'além mar? Mas não foi sempre assim.

"Colônia" é uma palavra antiga derivada do latim *colere* (cultivar a terra). Se a procurarmos no *Littré*, encontraremos *colonisable*, *colonisateur*, *colonisation*, *colonisée*, *coloniser*... *Colonie* apresenta-se com seus vários significados no dicionário. O segundo deles é o que mais denuncia a visão eurocêntrica da palavra e, portanto, da missão que ela carrega. Diz o *Littré* que a colônia é uma possessão européia numa outra parte do mundo. Certo, é do século XIX o *Dictionnaire*. Mas a definição persiste numa edição dos anos 50[94].

"Colonial" é uma palavra datada do século XVIII. Em português seu registro é de 1813 ou anterior. A idéia de um sistema colonial, portanto de sua crítica, só pôde aparecer naqueles círculos que também "denunciaram" o imperialismo (palavra que já existia, mas que só adquiriu o significado de expansão da dominação colonialista em fins dos oitocentos, na língua inglesa). Sabemos, neste caso, que foi entre os socialistas (mesmo fabianos) e, depois, na Social-Democracia alemã, que o termo assumiu implicações maiores. Com Lênin também. Mas antes dele Hobson. Hilferding. Rosa Luxemburg. É apenas na virada do século XIX, por isso, que os vocábulos *colonialisme* e *anticolonialisme* fizeram sua aparição na língua francesa.

Se é verdade que o colonialismo é uma realidade de longa duração, a sua crítica social mais conseqüente só surgiu na conjuntura que os historiadores preferiram chamar de

[94] Littré, Paul-Emile. *Dictionnaire de la langue française*. Edição de 1956.

neocolonialista, especialmente depois de 1870. Só que o termo é anacrônico para os contemporâneos de Bismarck, pois eles não o conheciam. De toda maneira, a crítica ao colonialismo apareceu ao mesmo tempo em que a realidade que ela denunciava se fortalecia. Porque só a partir daquele ano de 1870 uma gama maior de países entrou na esfera colonial ou na disputa por territórios coloniais. De 1583 até 1800, a Inglaterra ocupou oficialmente 40 possessões coloniais[95]. Só na primeira metade do século XIX (ou pelo menos até 1869), ocupou outras 41 colônias, mas daí em diante ocupou outras 35 até o fim da Guerra Européia. A França antes de 1870 tinha sete possessões, conquistando outras 14 até 1904. A Rússia tinha oito colônias antes de 1870 e ganhou outras oito até 1939[96]. Entre 1895 e 1942, o Japão ocupou oito territórios que não lhe pertenciam originalmente. A Alemanha, se considerarmos suas conquistas durante a Segunda Guerra Mundial, adquiriu 19 territórios entre 1871 (Alsácia-Lorena) e 1941 (grandes extensões da Rússia). Os Estados Unidos, se olvidarmos sua importante expansão anterior, somente a partir de 1867 recebeu sete territórios (até 1944, se considerarmos Okinawa). A Itália, desde 1911, conquistou seis colônias e a Bélgica apenas uma no ano de 1879[97]. Ora, a crítica ao colonialismo só podia emergir com força na virada do século XIX para o século XX.

Já um termo de cores tão esquerdistas como *neocolonialisme* passou a ser usado só em 1955[98]. Mas ele se referia a um *indirect rule*. Vejamos. A definição da língua inglesa diz que o neocolonialismo alude às práticas econômicas e políticas com as quais as grandes potências mantêm ou expandem indiretamente sua influência sobre outras regiões e povos. O pequeno dicionário norte-americano onde se encontrava este tipo de definição não trazia

[95] Brown, Michael Barrat. *Economia do imperialismo*, 115.
[96] Neste caso estou considerando a ocupação da polônia, Finlândia, Lituânia, Letônia e Estônia em 1939, como conquistas territoriais não pedidas ou desejadas pelos governos instituídos daqueles territórios. Certamente, não se trataram de colônias no sentido estrito do termo.
[97] Brown, Michael Barrat. *Economia do imperialismo*, pp. 202-204.
[98] Dauzat et al. *Dictionnaire Larousse étymologique et historique.*

a palavra *neocolonialism* em sua edição de 1964[99]. Mas a registrou num suplemento de 1970. E nesses anos sessenta que a palavra de fato ganhou notoriedade.

Ora, o que deve ser o colonialismo para nós outros? Uma definição pode nos servir. Uma vista d'olhos nos dicionários velhos permite ver a carga simbólica que as denominações das colônias carregavam. O *Dicionário Enciclopédico* de Saint-Laurent (1845) definia *colonies* como o "nome dado hoje em dia aos estabelecimentos de agricultura e de comércio fundados na India, África ou Oceania e pertencentes às várias potências européias"[100]. Bem, ainda não podia se falar de vultosa exportação de capitais ou de industrialismo periférico. O mesmo dicionário, entretanto, ainda se referia a Moçambique e Angola como reinos. O dicionário de Bouillet (1876) moderava a soberania portuguesa sobre as regiões da África[101].

O termo "colônias" tinha longa trajetória em Portugal. Era usado desde o século XVI, quiçá antes. Em 1663 passou-se a usar também o termo "províncias do ultramar", termo que conviveu com a palavra "colônias" até 1926, quando os territórios de além-mar passaram a ser chamados apenas de "colônias"[102]. A partir de 1951 Salazar passou a empregar, oficialmente, a designação de "províncias do ultramar" face às críticas que sofria fora do país[103]. Assim, podia defender-se com a idéia de que as antigas colônias eram parte integrante de Portugal.

A expressão colonial era tímida ainda no oitocentismo. Havia publicações voltadas ao tema, como *Colônias portuguesas – revista ilustrada* (número especial de 1877). Obras várias que compunham as bibliotecas dos homens de erudição, como *Les colonies portugaises, court*

---

99 "*The economic and political policies by wich a great power indirectly maintains or extends its influence over other areas or peoples*". *The New Merriam-Webster Pocket Dictionary.*

100 Saint-Laurent, Ch. *Dictionnaire encyclopédique usuel.*

101 "*La souveraineté du Portugal sur ces contrées est presque vaine: les peuplades qui les habitent sont gouvernées par leurs propes chefs*". Bouillet, M. *Dictionnaire universel d'histoire et de géographie.*

102 Vide: L'Empire colonial portugais, 1937 (catálogo da exposição de Paris).

exposé de leur situation actuelle (1887)[104]. Se voltarmos o olhar para esses bibliófilos que não produziram as grandes obras (e por isso mesmo são mais reveladores do espírito da época, pois persistem na média), veremos um deles ter sua biblioteca em leilão contendo um lote de 58 volumes acerca das colônias portuguesas e outros dois volumes e 32 opúsculos sobre questões ultramarinas[105]. Lembremos que, por ocasião do assassinato do Rei D. Carlos, o seu reinado foi exaltado e recordado pelas suas campanhas contra os resistentes das colônias[106]. Sabemos que só no novecentismo Portugal, seguindo a onda neocolonial, irá aprofundar seu controle direto sobre Angola e Moçambique. Porque a República não mudou o estatuto colonial. O Dicionário de Brunacci (1915) aludia a Angola e Moçambique como "possessões portuguesas"[107]. Um livro da mesma época (1912) intitulava-se *Le Portugal et ses colonies*[108].

Em 1933 foi lançado o selo postal do Congresso Internacional do Instituto Colonial e, no ano seguinte, o da Exposição Colonial. Em 1938 saiu, em Guiné e Moçambique, um selo postal com o lema: "Império Colonial Português"[109]. Não se enrubesciam, as elites dirigentes de Portugal, com a expressão colonial. Essa situação modificou-se depois da Segunda Guerra Mundial. O termo tornou-se pejorativo e transitou dos colonizadores para a fala dos colonizados (na forma de denúncia). Fenômeno constatado na produção intelectual. Na historiografia que deixou (ou tentou deixar) de ser eurocêntrica. Nas revistas acadêmicas, a *Revue d'histoire des colonies* mudou o nome

---

103 Bender, Gerald J. Angola: mito y realidad de su colonización, México, Siglo XXI, 1980, pp.13-14.

104 *Catálogo da importante livraria que pertenceu aos falecidos jornalista Joaquim Martins de carvalho e General Francisco Augusto de Carvalho etc, 1923, p. 53.*

105 *Catálogo da curiosíssima livraria que pertenceu ao inolvidavel escriptor Dr. Sousa Viterbo que será vendida em leilão etc,* 1914, pp.26 e 39.

106 Cf. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1909, p.424.

107 Brunacci, A. *Dizionario generale di cultura*, 1915.

108 Marvaud, Angel. *Le Portugal et ses colonies.*

109 *Catálogo de selos de Portugal continental, insular, ultramarino, Macau e novos países de expressão portuguesa,* 1985.

sugestivamente para *Revue française d'histoire d'outre-mer*[110]. Os estudiosos encontrariam, depois, o termo "Terceiro Mundo" (hoje também em desuso). O abandono do eurocentrismo refletia-se também na composição dos estudiosos da questão colonial. Num congresso de 1948 em Paris, que reuniu 299 orientalistas, havia somente 37 estudiosos originários da Ásia e da África. Em 1960, em Moscou, havia 197 asiáticos e africanos entre 767 participantes. A percentagem com relação ao total de comunicações feitas subiu de 12% para 26%[111].

Um salto para o nosso período. Em 1962, um simplório Almanaque Mundial referia-se às colônias como "províncias de ultramar". Será por esse eufemismo anexionista que Portugal designará seus territórios ocupados de África e Ásia? É verdade, Portugal não era o pequeno ocidente extremado da Europa. Era um império. Chame-se de outra maneira, era de fato uma realidade imperial com sua sede centralizada em Lisboa.

Ora, Portugal continental não ultrapassava muito (não ultrapassa!) modestos 91 mil quilômetros quadrados. Mas Angola ultrapassava os 1.246.700 quilômetros quadrados. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano. As demais colônias eram menores do que a parte européia do Império. Não se podia pensar no Império (e nas idéias que sobre ele se faziam) ouvindo, lendo, observando, só aquela extremidade ocidental da Península Ibérica.

É só no continente negro que se poderá perceber a crítica mais forte ao regime, porque nascida do elo mais fraco. Lá estavam as gentes que suportavam todo o peso do século e das defasagens sociais, culturais e técnicas de Portugal. E lá situavam-se as fortalezas do regime e toda sua força militar garante da lealdade à metrópole. Mas, para Maquiavel, as fortalezas não são os pontos mais vulneráveis do inimigo? Superá-lo apenas

[110] Wesseling, Henk. "História de além-mar", In Burke, P. (org). *A escrita da história*, p.97.
[111] Chesneaux, Jean. "A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África", p.76.

pelas armas: assim imaginaram os partidos que se embrenharam nas matas e formaram guerrilhas. Mas no campo das idéias uma luta árdua se impunha. Conquistar apoio "popular" onde nunca houvera unidade ou "povo". Projetar uma sociedade e uma economia nacionais onde nunca houvera nações. Adotar algum tipo de socialismo fosse como técnica de desenvolvimento ou utopia mobilizadora. Tais os dilemas em África.

Se compartilhavam o mesmo quadro mental dos europeus, as elites políticas e intelectuais africanas não podiam fechar os olhos para as especificidades do seu solo histórico. A ameaça maior residia em dois fatores. Um de matiz político. Outro de natureza estrutural (ou de infra-estrutura, se quisermos):

1. Nada garantia que a transição de poder, assinalada pela independência política, geraria estabilidade;

2. O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas era um ponto de partida insuficiente para viabilizar estados nacionais prósperos.

Essas estruturas tornavam-se parcialmente "conscientes" em formas ideológicas que, aliadas à vontade de se livrar do jugo colonial, produziam, amiúde, distorções sérias em análises de conjuntura. Naquela altura era factível projetar no horizonte histórico a vitória diplomática e/ou militar sobre o colonialismo. Ele já era questionado mundialmente mas era o exemplo prático da Revolução da Argélia que mostrou, pela primeira vez, ao menos aos olhos dos movimentos de libertação nacional, que o colonizado podia derrotar um colonizador muito mais poderoso. A violência, muito mais do que as pregações ou práticas pacíficas dos partidos nacionalistas mais antigos, animava os grupos guerrilheiros mais jovens. Frantz Fanon, o teórico da Guerra da Argélia e de todas as guerras de

descolonização, considerava que a violência tinha uma dimensão nacional e de autoconfiança para os colonizados, mesmo quando seu efeito militar era apenas simbólico.

'La violence du colonisé, avons-nous dit, unifie le peuple. (...). La violence dans sa pratique est totalisante, nationale. (...). Au niveau des individus, la violence désintoxique. Elle débarrasse le colonisé de son complexe d'infériorité, de ses attitudes contemplatives ou désespérées'[112].

Colonialismo era agonizante e, nos países europeus, crescia a crítica interna. As forças africanas procediam a uma radicalização proporcional à resistência européia, permitindo dois tipos de transição: aquela controlada pela metrópole (ou por interesses estratégicos do capitalismo monopolista), como na Tunísia desde o princípio (também Camarões, Togo e outros francófonos). Marrocos, onde o nacionalismo bastante popular do partido Istqlal e a resistência do sultão Bem Yussef mediram forças com os interesses franceses, foi um caso intermediário talvez. O outro tipo foi aquele que preservou, inicialmente, algum tipo de crítica à metrópole. Poderíamos voltar os olhos para Madagascar, que se recusou a entrar na Comunidade francesa (1958) e, a partir dos anos setenta teve uma "evolução" na direção de políticas inspiradas no terceiro-mundismo radicalizado e no socialismo. Mesmo Gana (antiga Costa do Ouro), livre já em 1957, sob a liderança do Dr. Kwame N'Krumah (1909-1972), assumiu idéias do "socialismo africano", até ser derrubado por um golpe em 1966. Exemplos maiores de uso sistemático da violência contra a metrópole foram o Congo belga antes e depois do assassinato de Patrice Lumumba (1961) e a via "revolucionária" argelina.

[112] Fanon, F. *Les damnés de la terre*, pp.50-51. "A violência do colonizado, já o afirmamos, unifica o povo. A violência na sua prática é totalizante, nacional. No nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Ela livra o colonizado de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas".

Acreditava-se que somente no primeiro caso haveria uma simples eliminação da superposição da exploração colonial sobre a apropriação interna do excedente. Abolir-se-ia o parasitismo tributário da metrópole, de natureza improdutiva, e o controle direto de fatores produtivos internos baseados em dados exógenos ao tipo ideal de sociedade de classes, como aqueles oriundos do poder militar, da justificativa histórica ou "civilizacional" ou da heteronomia racial que persistia sob o estatuto jurídico burguês. Assim, o poder econômico, social e político seria redistribuído a uma burguesia interna. Ver-se-ia, depois, que isto tendia a ocorrer mesmo nos países que passaram por revoluções e adotaram a ideologia socialista oficialmente: a Tanzânia (1967), a Tunísia (1969) e o Benin (1974) declararam-se socialistas. O PAIGC fez sua opção marxista em 1977. Outros, como o Madagascar (1975), a Líbia (1976) e Moçambique (1977) radicalizaram seu "terceiro-mundismo". E o que dizer da Etiópia, da Somália e de Angola, estreitamente vinculados à União Soviética?

Mas esse socialismo, salvo no Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), nunca orientou uma compreensão profunda das realidades locais, parecendo mais uma cobertura de chocolate no bolo nacionalista. E mesmo Cabo Verde e Guiné-Bissau fracassaram a longo prazo. Olhemos o Máli. Depois de abandonar a federação formada com o Senegal (1961) escolheu o "socialismo científico" e adotou os "planos quinquenais", à maneira soviética:

"A União Soviética tinha um prestígio pouco discutido como modelo (...): a planificação parecia uma panacéia capaz de tirar um país atrasado do subdesenvolvimento num ritmo acelerado, sem que as direções quisessem levar em conta, nem as condições políticas necessárias, nem as condições objetivas (recursos materiais e humanos, quantitativa e qualitativamente)"[113]".

[113] Chaliand, Gerard. *Mitos revolucionários do terceiro mundo*, p.135.

O Plano quinquenal do Máli (1961-1965) previa taxa média anual de crescimento de 8,4%. Só atingiu 1,7%! Uma economia nacional não podia surgir sem os pressupostos humanos, técnicos e os recursos produtivos que permitem a inserção ativa de um estado Nacional no mercado mundial.

Nem a promessa de estabilidade pós-colonial se cumpriu. Guerras civis, assassinatos de chefes de estado e o que, hoje, a grande imprensa chamaria de "limpeza étnica", foram feitos em maior ou menor escala (por exemplo: Mauritânia, Gabão, Somália, Burundi etc). Através de um levantamento meramente indicativo, baseado em literatura secundária, calcula-se que, entre 1960 (ano símbolo da independência africana) e 1984, houve 45 golpes de estado na África (bem ou mal sucedidos), sendo a maioria (17) na porção ocidental do continente (excluindo as revoluções de independência e os motins populares). Esse número, desde então, cresceu ainda mais.

O segundo fator a ser considerado é o do nível das forças produtivas. Os homens, diria Marx, herdam o subdesenvolvimento, essa outra "permanência" que se inscreve no espaço, mas também na base econômica. Herdam as forças produtivas com as quais podem contar para prosseguir sua marcha. A África tem sido sinônimo de miséria. Se excetuarmos as potencialidades naturais do Níger, Sudão, Gabão (por sua renda per capita melhorada em função da pequena população), o Quênia, Camarões, a República Democrática do Congo (antigo Zaire), Nigéria e grande parte da África austral, quase todos os países da África sub-saariana apresentaram-se, permanentemente, abaixo de índices suportáveis. Mas não era assim nos anos sessenta! Em 1962 não havia déficit alimentar na África sub-saariana, mas em menos de vinte anos a taxa chegou a 15%[114] e a fome grassou! A piora dos termos de intercâmbio no comércio internacional, a dívida externa, uma piora do clima

[114] Chaliand, Gerard. *A luta pela África*, p.31.

entre outros fatores, foram determinantes para que isso ocorresse. Além disso, houve o custo da Guerra Civil, especialmente no caso da África Portuguesa. Ela começou nos anos 60 e prosseguiu depois da independência. Para Moçambique e Angola, os custos haviam ultrapassado os bilhões de dólares em perda de produto interno bruto e centenas de milhares de mortes. Isso não é uma realidade portuguesa e de ex-colônias lusas[115]. É uma realidade subsaariana! Repete-se, por exemplo, no Chad, no Sudão, na Etiópia / Eritréia e em Uganda.

Ora, parece evidente que para além da expropriação colonial e neocolonial houve crescimento demográfico acima do incremento da renda nacional, rebaixando o produto interno bruto per capita. Onde aquele aumento podia ocorrer, acompanhou-se de desequilíbrios econômicos, notoriamente na constituição de uma agricultura de exportação, crescimento desordenado das cidades[116], êxodo rural maciço e desarticulação das formas pré-capitalistas de reprodução da vida material. Depois de 1970 a taxa de crescimento demográfico africana foi de 2,9% (contra 2,7% na América Latina e 2,1% na China) e a taxa de crescimento do PIB por habitante foi 0,2% entre 1970 e 1980, enquanto foi de 1,4% na India e 2,7% em outros países da Ásia[117].

Nação?

No século XX, os Estados multiétnicos são a norma e não a exceção[118]. Aquele "ponto crítico" sem o qual uma "nação" não pode aspirar legitimamente a esse título não vale mais para o século XX ou XXI. As colônias africanas poderiam lutar contra seus colonizadores segundo suas numerosas repartições tribais internas. Por que não o fizeram?

115 Rotberg, R. (ed). *Africa in the 1990s and beyond,* p. 39.
116 Id.ibid., p.33.
117 Vidrovitch, C. *Afrique noire. Permanences et ruptures*, p.63.
118 Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo*, p.204.

Uma resposta teórica poderia ser dada a partir dos atributos de uma nação moderna: 1. Ter um território específico; 2. Tamanho mínimo; 3. Certa integração; 4. Uma consciência de si mesma como nação[119]. Obviamente esses critérios são extremamente frágeis. Apenas o 1 e o 4 são de fato essenciais na constituição, não de uma nação, mas de um estado nacional. E só o quarto fator é um desafio para a explicação histórica. Esse tipo de estado nacional é bastante recente em nossa história. Ele é entendido, hoje, como "uma unidade territorial soberana e idealmente homogênea, habitada por cidadãos membros da nação, definidos de várias maneiras convencionais (étnicas, linguísticas, culturais, históricas etc)"[120]

A conquista européia da África deu-se em dois níveis ao menos. E os líderes africanos de maior porte logo o entenderiam. Um, espetacular, e que desapareceu nos anos 60, foi o da ocupação militar e da administração direta. Mas o outro foi, como diria Braudel, uma "conquista mais lenta e mais eficaz" que poderia ser desenhada no espaço em dois outros níveis de infra-estrutura (ou "subníveis"): o da construção de rotas, estradas, cidades, pontos fortificados, que atendiam à opção (ou necessidade) de ligar as regiões africanas ao comércio mundial controlado por europeus e, depois, norte-americanos[121]. Rotas que levavam das fontes de matérias primas à operosa indústria de transformação situada no hemisfério setentrional. Exemplo sempre lembrado é o da usina hidrelétrica de Cabora Bassa, feita no Moçambique colonial para atender interesses sul-africanos. Lembremos que Samora Machel (1933-1986), este enfermeiro que se revoltou, foi o responsável pela transferência da força principal da Frelimo do norte de Moçambique para o Tete, concentrando a luta em torno da Usina de Cabora Bassa. Embora distante de suas bases na Tanzânia, a Frelimo operou ali uma luta muito mais direta contra o colonialismo

[119] Davis, Horace. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio: Zahar, 1979, p.16.
[120] Hobsbawm, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional*, p.137.
[121] Vide: Braudel, Fernand. *La Méditerranée*, p. 511.

econômico português. Símbolo de luta contra o racismo da África do Sul e contra o colonialismo europeu. Todavia, depois da independência, o governo revolucionário continuou a fornecer energia elétrica ao regime sul africano, posto que a quantidade de energia produzida não poderia ser consumida por Moçambique "socialista". Apenas pela indústria do país do *apartheid.*

Ora, 80% do movimento portuário e ferroviário de Moçambique estavam orientados para a Rodésia e a África do Sul, na época da independência moçambicana[122]. Em Moçambique as estradas correm de leste para oeste, embora a orientação geral do país seja norte – sul. A rede de estradas foi construída para transportar produtos sul africanos e da Rodésia através de portos de Lourenço Marques (atual Maputo) e Beira. E não para servir as necessidades da população[123]. Como negar essas pesadas heranças? Isto, por outro lado, valia também para os regimes políticos conservadores ou de direita, apoiados pelos Estados Unidos, como o Zaire. O ditador Mobutu restabeleceu relações diplomáticas com Angola em maio de 1976. Por quê? Certo, não se tratava obviamente de simpatia ideológica ou solidariedade continental. Reconhecia-se simplesmente que a ferrovia que liga Benguela ao porto de Lobito, dentro de território angolano, era a única via cômoda de escoamento para o cobre de shaba[124].

Vejamos o exemplo do Sudão. Não é um caso escolhido aleatoriamente[125]. Trata-se do maior país africano em extensão territorial (2.506 mil quilômetros quadrados ou 8% da superfície africana). Os dados de 1962 nos dizem que os caminhos, as estradas e as ferrovias, construídas durante a colonização e, certamente, seguindo rotas ainda anteriores,

---

122 Ki-Zerbo, J. *História da África Negra*, vol. II, p.282.
123 Vários autores. *Dependency and underdevelopment. Consequences of Portugal in Africa*, p. 17.
124 Ki-Zerbo, J. *História da África Negra*, p.240.
125 Os regimes independentes pós-coloniais tentaram reconstituir rotas internas de importância regional, algumas delas remontando à Antigüidade, como foi o caso da estrada de ferro do Xinjiang, na China, que retomava o percurso da rota da seda. Apud Chesneaux, Jean. "A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África", p. 81.

destinavam-se a interesses forâneos e não à integração do país. Valia-se o Sudão de suas vantagens naturais. Rios navegáveis: o Nilo histórico. Mas a rede ferroviária de quase 4 mil quilômetros de extensão nascia no sudeste e dividia-se em dois sistemas: um dirigido ao Egito (ao norte), ao qual o país esteve ligado por laços históricos de sujeição[126]. O outro dirigido a Porto Sudão no Mar Vermelho[127]. Corredores de exportação! Ora, a população concentrava-se ao longo do vale do Nilo, especialmente na planície de Gezireh, a montante do encontro do Nilo branco e do Nilo azul. Ora, que é o Sudão atual? Uma população que persiste ao longo do vale do Nilo. Onde estão as maiores cidades, as barragens e as obras de irrigação. O Sudão herdou suas rotas e os destinos de suas mercadorias. E recebeu depois os conflitos e as guerras civis e golpes que têm caracterizado sua história recente. Ora, se olharmos para o mapa, não veremos que também Angola herdou seus corredores ferroviários de exportação? E os conflitos estimulados por potências do hemisfério norte?

Mas há outro "subnível" daquela conquista lenta. Que também constituiu aquelas "rugosidades" de que falou Milton Santos. Inércia dinâmica. Pois só a partir dela se poderia retomar (ou principiar) algum desenvolvimento. O tempo incorporado na paisagem. Esse espaço que só existe *com* e *para* a sociedade. Que é sempre social, humano, histórico. Espaço-tempo de formas duráveis. Descubramos assim que as próprias fronteiras políticas se incorporaram à paisagem. Porque também interesses poderosos as fixaram. E aquilo que os europeus recortaram e subdividiram tornou-se, por direta responsabilidade do chamado mundo civilizado, fonte de conflitos sem fim. Diga-o a Bélgica. Esse conquistador tardio por vontade de seu rei Leopoldo. Mostre-o Burundi. Ruanda. Ou o Congo.

Os povos africanos "escolheram" buscar sua autonomia baseando-se naquilo que aparentemente os unia[128] (ao menos essa foi a escolha de suas elites políticas): as próprias

[126] Em 1821 o Sudão tornou-se Sudão egípcio, sob a influência do Império Otomano, do qual o Egito era uma província. No fim do século XIX surgiu o Sudão anglo-egípcio, sob a dominação preponderante dos ingleses e dos egípcios.

estruturas da administração colonialista[128]. Nas palavras de um teórico, tratou-se do "isomorfismo entre o âmbito territorial de cada nacionalismo e o da unidade administrativa anterior"[129], o que faz o nacionalismo colonial recente assemelhar-se aos nacionalismos coloniais mais antigos, como os da América. Considere-se ainda que os anos 50 assistiram a uma nova divisão de territórios coloniais que conduziria, fatalmente, àquilo que Senghor chamou de "balcanização" da África, ou seja: a pulverização de pequenos estados sem poder[130]. A tradição de uma submissão (forçada) a um colonizador comum se superpôs às identidades parciais (étnicas, linguísticas e culturais). Parciais porque, como é sabido, diferentes lealdades de natureza pré-moderna (aos olhos de um europeu) conviviam sob as mesmas unidades administrativas coloniais. Nas colônias portuguesas, como também no Congo Belga, acrescia-se a dificuldade de Portugal não ter procurado partilhar sua cultura com os colonizados[131]. Comprove-se com o número de "assimilados" nas colônias de Moçambique e Angola.

Os nativos das colônias eram obrigados a realizar trabalhos forçados (depois do ato colonial salazarista de 1933); muitos eram vendidos para trabalhar em minas de ouro da África do Sul. Quanto à tarefa civilizatória do subimperialismo lusitano, um levantamento de 1959 mostrava como era pequena a capacidade de assimilação dos nativos na vida civil, pois também ali, como no ultramar francês, o racismo era uma ideologia e, acima de tudo,

---

127 Cf. *Almanaque Mundial 1962*, p.286.

128 Havia estados centralizados antes da dominação colonial, e estrutural e funcionalmente bastante desenvolvidos, como a Etiópia e o Madagascar. Vide: Ki-Zerbo, J. *História da África Negra*, vol. II. Mesmo Angola tivera uma unidade territorial, ainda que diversa da atual, muito antes, mas isso era apenas uma reminiscência histórica depois do século XVII, quando as últimas coligações de reinos da região foram derrotadas. E a partir de fins do século XIX, quando os portugueses fizeram os primeiros contatos com africanos que portavam ainda nessa época algum grau de unidade territorial, pôde logo derrotá-los militarmente. A ocupação do Kubango (1915) selou a sorte dos últimos recalcitrantes. Cf. Vários Autores. *História de Angola*. Porto: Afrontamento, s/d, p.159. Primeira edição: Argel, 1965.

129 Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*, p. 125.

130 Linhares, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole*, p.77. Senghor (líder do Senegal) referia-se aos casos da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa, cortadas em vários países.

131 Davis, H. Op. cit., p.229.

uma prática social consciente que impedia a extensão de cidadania a negros e mestiços (seria diferente, hoje, a sorte desses novos negros que trabalham em Lisboa?). E como fazê-lo se os próprios portugueses eram destituídos de tantos direitos? Essa situação talvez dissimulasse a prática de exclusão racial muito mais do que no caso francês, onde um estado nacional podia ser democrático e livre na metrópole, e exercer a tortura e a pena capital na Argélia.

Entre todos os 5.738.911 moçambicanos, apenas 91.954 eram considerados "aptos para a vida civil"; entre os 4.145.266 angolanos, apenas 135.355 eram "civilizados"; entre os 510.777 guineenses, eram apenas 8.320 os "civilizados"; entre os 442.378 timorenses, eram somente 7.471[132]. Portugal via-se incapaz de promover uma absorção molecular dos seus dominados, concedendo-lhes a cidadania portuguesa. Por outro lado, a população portuguesa nas colônias era insignificante, em relação aos nativos e quase não se misturava a estes: não havia um número grande de brancos, as colônias não atraíam muitos colonos e a burguesia colonial, instalada em África, tinha sólidas raízes metropolitanas, sendo, por isso, incapaz de gerar um movimento próprio de ruptura colonial baseada em interesses econômicos de uma camada dominante nacional. Os índices de brancos em Angola e Moçambique nunca ultrapassaram 4%, e só começaram a crescer lentamente nos anos 40 (depois de séculos de colonização!)[133]. Apesar disso, as populações locais não tentariam reconstruir (ou construir!) nações senão segundo os modelos das populações de origem européia.

A África no seu todo padecia de problemas semelhantes, resguardadas as peculiaridades de cada área geográfica. Ainda que Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, dissesse em 1963 que as fronteiras herdadas dos europeus eram um "absurdo etnológico e

[132] Dados reconstituídos a partir de: Netto, José Paulo. *Portugal: do Fascismo à Revolução*, p. 27.
[133] Silva, Rui F. "Racismo e Colonização Étnica em Angola", p.27.

geográfico"[134], elas permaneceram em grande medida. Porque eram as unicas. As separações entre tribos e etnias anteriores à chegada dos europeus eram tão nítidas assim? Poderiam ser, mas não para critérios geopolíticos que predominaram a partir do século XIX na arena internacional. Ademais, toda uma estrutura organizatória e administrativa havia se fixado. Ela seria o foco das lutas anticoloniais e a base dos futuros estados independentes. Nem sempre acomodariam todos os grupos internos, mas este foi um problema transferido ao período posterior à independência. Um caso notável, fora da África, foi a Índia. O Paquistão dela separou-se para incorporar-se à Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947, dois anos depois da própria Índia. Em 1971 surgiu no Paquistão Oriental um outro estado independente: Bangladesh.

O perigo da fragmentação contínua havia e incomodava as próprias potências colonialistas. E mesmo depois de trocar sua dominação direta por algum tipo de ascendência econômica. Tanto que o Ocidente não hesitou em armar o Marrocos independente (e também a Mauritânia) para combater os separatistas da Frente Polisário. Isso depois que a Espanha retirou-se dali (1975), provocando a marcha verde do rei do Marrocos e a anexação daquela parte do Sahara, fenômeno semelhante à retirada portuguesa do Timor Leste, que seria invadido pela Indonésia. Mas à medida em que esses países "sub-imperialistas" obedeceram aos interesses econômicos dos Estados Unidos e de alguns países europeus, a anexação foi tolerada, mesmo porque a criação de novos estados nacionais era (e é) antes um problema que uma solução em muitos casos. Eles eram sessenta às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Atingiram a cifra de 108 em 1963![135]

[134] Davis, H. Op. cit., p.229.
[135] Delmas, Philipe. *O belo futuro da guerra*, p.153.

Tomadas de Consciência

Voltemos ao início. Apesar da ideologia oficial declarar as colônias como "províncias de ultramar" nunca houve dúvida sobre o real estatuto político das colônias e dos colonizados. E esta condição determinava muito mais o que dela se pensava à medida em que se tornava mais desenvolvida a organização política dos colonizados. Tratava-se de territórios ocupados e mantidos sob a tutela metropolitana predominantemente pelo uso da violência. Tanto é assim que os governadores do Império, que exerciam sua autoridade em Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Diu, Damão, Goa, Timor Oriental e Macau, eram quase sempre militares. Porque era militar a primordial função nas colônias. A colonização era inseparável da vigilância das Forças Armadas. A exploração econômica não seria possível apenas pelas suas virtualidades intrínsecas, pelos lucros que acarretava, pelos empregos que pudesse criar, pelos rendimentos com que pudesse seduzir. Não. Acompanhava-se do trabalho compulsório, da desarticulação de tradições culturais e hábitos de vida sem as compensações reais e ilusórias que o capital ofereceria em circunstâncias em que sua lógica interna se pudesse fazer valer sem alimentar-se de modos de produção e formas de trabalho pré-capitalistas.

Toda a compensação restringia-se a um so agente econômico: o colonizador branco. E os administradores desses territórios eram os homens que, na estrutura do Estado, definem como nenhuma outra categoria a sua função básica: o monopólio legitimado do uso da violência. Refiro-me às Forças militarizadas. Às três armas e também às forças policiais e paramilitares presentes na colônia. Certamente, os casos mais flagrantes eram aquelas colônias simbólicas. Que não tinham importância econômica apreciável, como Guiné, São Tomé e Príncipe e as colônias do extremo Oriente – as da Índia já haviam sido retiradas dos portugueses no período ao qual refere-se esta investigação (1961-

1975). Corroboremos o supradito: entre os 15 últimos governadores do Império ainda vivos, quase vinte anos após a Revolução dos Cravos, somente três eram civis![136]

Por isso a crise das mentalidades, tão aguda nos anos sessenta, não pode ser transcrita no espaço nacional português. As idéias circulam num espaço metropolitano tanto quanto nos territórios coloniais. E ambos (continente e ultramar) inserem-se em ondas mundiais. É o fato de passarem de um a outro continente, este submetido a ritmos mais lentos, aquele a ritmos supostamente mais velozes, que pode trazer a impressão de que, ao viajar no território, viaja-se às vezes no tempo. Mas qual o tempo? Republicanismo, socialismo e revolução não estavam, à sua maneira, próximas do século XIX português? Os africanos não poderiam descobrir tais idéias àquela altura, mas o fizeram no século que se seguiu.

Não seria estranho a uma "geografia nova" considerar que também as idéias compõem o espaço. E se assim é, existem horizontalidades e verticalidades especificamente ideológicas que se interpenetram[137]. Ora, um estudo dos discursos e programas dos movimentos de libertação em África revelaria muitas convergências com a metrópole, pois todos se inseriam num mesmo sistema, caracterizado pela circulação de mercadorias e idéias. Dir-se-ia ainda melhor: todos, no continente e no ultramar, estavam sob estruturas muito pesadas legadas pelo passado. Sob circunstâncias que os homens não comandam, como diria Braudel[138]. As reflexões, longe de serem resultantes de grandes análises solitárias (ainda que as houvesse um Amílcar Cabral, por exemplo), provêm da "lição das coisas", de uma experiência coletiva alicerçada sobre uma base material comum.

---

136 Abreu, Paradela (Org). *Os últimos governadores do Império.*

137 "As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com outras sociedades". Santos, Milton. *Por uma geografia nova*, p.200. "As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos". Santos, Milton. "O tempo despótico da língua universalizante", *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000.

138 Braudel, F. *La mediterranée*, p.506.

O sistema colonial português (visto da metrópole como um império) estava subordinado à lógica sistêmica das correntes mais poderosas do capital oligopolista internacional. Portanto, ideologias e interesses de europeus, soviéticos, norte-americanos também inscreviam-se no espaço geográfico luso-africano. Vivia-se a época do máximo avanço da descolonização. Os soviéticos fundaram uma Sociedade de Amizade Soviético-Africana em 1959 e, no mesmo ano, Kruschev avistou-se com Sekou Touré em Moscou[139]. Os Estados Unidos não se envolviam menos, apoiando regimes de sua confiança, como o que se sucedeu ao assassinato de Patrice Lumumba.

Na África portuguesa, a "evolução" ideológica dos grupos armados na direção de algum tipo de "comunismo nacional" era uma tendência forte. Mesmo os programas que fundamentaram os partidos guerrilheiros preferiam mais a velha idéia de nação, do que o socialismo, que se reduzia a uma mera referência no imbróglio ideológico desses tempos[140]. Expliquemos melhor: as fontes ideológicas exógenas precisavam se adaptar ao solo específico da África porque, se é verdade que suas elites políticas buscavam no hemisfério norte sua inspiração, tais verticalidades precisavam ser superpostas, no que tange à mobilização social mais ampla, pelas horizontalidades. Pois é nos lugares que as pessoas se mobilizam e não num, até então, abstrato espaço mundial sobredeterminado por interesses igualmente mundiais[141].

Além do nacionalismo, também um tipo de republicanismo era uma fórmula vaga o suficiente para os objetivos programáticos e políticos de partidos africanos. Vejamos a Constituição da República da Guiné-Bissau, aprovada em 24 de setembro de 1973, antes,

---

139 Kolarz, Walter. *Comunismo e colonialismo*, pp.92 e 118.

140 O programa escolar de história da Frelimo (1968) inspirava-se num vago socialismo, mas sua marca era a projeção da nação desde os primórdios até a luta armada contra o colonialismo. Vide: Passerini, Luisa. *Colonialismo portoghese nel Mozambico*, pp.269-275.

141 "As massas se mobilizam nos lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo". Santos, Milton. "O tempo despótico da língua universalizante", *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000.

portanto, da própria descolonização formal do território de Guiné (e Cabo Verde)[142]. O artigo primeiro dizia:

"A Guiné-Bissau é uma república soberana, democrática, aticolonialista e antiimperialista que luta pela libertação total, pela unidade da Guiné-Bissau e do Arquipélago de Cabo Verde, assim como pelo progresso social do seu povo"[143].

Progresso social, soberania. Aliados ao anti-imperialismo, certo. Poder-se-á objetar que tal é a linguagem de uma constituição. Ou de um acordo. Ou do Direito como ele deve ser escrito.

Na África nem mesmo se propunha ir além do quadro liberal democrático temperado pelo nacionalismo e a luta contra o "imperialismo". O programa do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) referia-se à "nação angolana". Os estatutos do PAIGC referiam-se à "independência nacional" e o programa da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) concedia prioridade à "libertação nacional" e ao "progresso da nação". E o que desejavam além de ser nações? O programa do MPLA não pedia mais do que um "regime republicano, democrático e laico". Os estatutos do PAIGC repetiam a mesma formulação. O "Programa maior" da Frelimo referia-se à substituição da "cultura colonialista implantada pelos portugueses" por uma "cultura popular e revolucionária"[144]. O programa de história da Frelimo (1968) lia no passado longínquo e pré-histórico de Moçambique (sic), um território, um povo e uma nação. Esta busca da identidade nacional, forjada ou não, assumia contornos curiosos às vezes. Jean Chesneaux observou bem que:

---

[142] Essa colônia não tinha importância econômica tanto quanto Angola e Moçambique. Nem tantos investimentos estrangeiros ali invertidos. Ainda assim exigia a presença militar portuguesa numa situação de virtual derrota diante do PAIGC.

[143] Cf. Silva, Antonio. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*, p.401 (anexo).

"Sukarno, passando em revista os diferentes Estados independentes que marcaram a história da Indonésia, opunha aqueles que (...) correspondem grosso modo à Indonésia dos nossos dias, aos que só ocupavam uma parte do território atual"[145].

Mas o programa da Frelimo lia também o futuro: ele seria o de duas vagas idéias, a justiça social e a igualdade. Bem, já naquela data se falava também no fim da exploração do homem pelo homem. De toda maneira, um nacionalismo que não ultrapassou (e poderia?) os marcos simbólicos e ideológicos do século XIX europeu, para não falar que os congressos republicanos portugueses não diriam muito mais do que os estatutos dos partidos africanos. Como se pode observar, as elites políticas africanas compartilhavam da mesma cultura do colonizador (ou de suas frações oposicionistas).

Na metrópole, entretanto, a ação africana "reagia" sobre o substrato ideológico das oposições. Quase todas elas assumiram posturas favoráveis à descolonização. O General Humberto Delgado, figura de proa nesse momento, defendeu-a abertamente[146].

No espaço ideológico metropolitano, colonial e mundial, as idéias circulavam e se interpenetravam, mas a força com que os partidos contaram foram de duas direções: o apoio de superpotências economicamente interessadas e a mobilização popular. No primeiro caso, a adoção do socialismo pareceu ser mais do que uma oportunidade. Acreditou-se mesmo que ele podia ser uma técnica de desenvolvimento ainda que em realidades "difíceis" de baixo nível de avanço das forças materiais da produção. E o apoio da União Soviética aos movimentos nacionais complementaria os argumentos a favor do

---

144 Todos esse documentos estão reproduzidos em: Comitini, Carlos. *África arde*. Citaram-se aqui as páginas: 69, 70, 80, 84, 90-92.
145 Chesneaux, Jean. "A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África", p.77.
146 Vide: Delgado, H. *A tirania portuguesa*, p.126.

"progresso social". No segundo caso, o nacionalismo tentou preencher o vazio deixado por séculos de espoliação colonial, que destruíra antigas lealdades pré-modernas (tribais, étnicas) ou mesmo de estados anteriores à ocupação européia. A nova lealdade a um novo estado com fronteiras definidas pelos colonizadores também fracassaria. É sabido como a persistência de largas solidariedades étnicas, culturais ou linguísticas entrava a emergência de uma consciência de interesses econômicos comuns ou mesmo de uma identidade de classe[147].

Uma Geração

Aqui é possível abrir um parêntese para reiterar o papel dessas sobrevivências incômodas, essas *permanences* que moldam tanto a ação política dos homens. Uma vez mais retomemos aquelas rugosidades de que fala Milton Santos. Elas também podem ser vistas na confluência da ocupação do território com fatores étnicos e ideológicos (ou de mobilização para fins políticos). Isso passa pelo filtro individual. Não é possível, nos marcos deste capítulo ou de todo este trabalho, desnudar os dilemas psicológicos e sociais, os dramas humanos e as esperanças e medos que envolveram os intelectuais africanos que se revoltaram contra a colonização.

De fato, compunham uma geração bastante específica. As lideranças dos movimentos africanos eram, em geral, de formados na Europa. Compunham uma geração que nascera nos anos 20 ou 30. De homens e mulheres que assistiram, já adultos, a independência da India e a evolução do Congresso Nacional Africano, no sul do Continente Negro. Para não fugir ao caso lusófono pensemos em Amílcar Cabral (1924-1973), este que foi o mais eminente teórico da libertação da África Negra. Um engenheiro formado em Portugal. Ou Agostinho Neto (1922-1979), que recebeu uma bolsa da Igreja

[147] Vidrovitch, C. op.cit., p. 374.

Metodista para tornar-se médico na Metrópole. Ou Samora Machel (1933-1986), um enfermeiro. Eduardo Mondlane, este doutor em sociologia pela Northwestern University (Illinois) assassinado em 1969.

A partir de fins dos anos 40 eles estavam na Faculdade de Letras de Lisboa ou nos demais cursos universitários. Eram filhos da pequena burguesia de funcionários assimilados pelo governo colonial. O exemplo de Mário de Andrade[148] é flagrante. Revela o salto da condição do assimilado ao revoltado. E, depois, ao revolucionário. A revolta expressa-se na poesia. Na pesquisa das culturas africanas. Na reflexão sobre o papel do homem negro no mundo. Nas reuniões em Lisboa para saborear os pratos que não se preparavam em Portugal. E nas leituras. Especialmente de livros do Brasil. De Jorge Amado. Das edições Cruzeiro. Da literatura negra norte americana traduzida no Brasil. De Politzer. De Nicolas Guillén. Mário de Andrade e outros africanos freqüentavam as livrarias. Entre elas a alemã Bücholz: importadora. E da importação de livros franceses sobreveio a *Antologia da poesia negra e malgaxe*, de Leopold Senghor. Publicado em 1948, em Paris, este livro circulou pelas mãos de todos os africanos que estudavam na universidade[149].

De volta à África, eles eram intelectuais cosmopolitas urbanos em sociedades agrárias em rápido processo tumultuado de urbanização e crescimento demográfico. Em muitos casos eram *intellectuels déclassés*, dotados de urbanidade e conhecimentos técnicos ou filosóficos, mas não do prestígio que sua condição reclamava. Fenômeno que não é novo. Que foi observado naqueles momentos em que o crescimento econômico e o desenvolvimento institucional e burocrático do Estado foram insuficientes para absorver os quadros qualificados que o próprio sistema gerava. E foi percebendo isso que Amilcar Cabral procurou na pequena burguesia urbana que trabalhava na administração colonial sua

[148] Líder revolucionário. Homônimo do grande poeta paulista.
[149] Azevedo, Licínio e Rodrigues, Maria. *Diário da libertação*, p.92.

"vanguarda revolucionária". Os intelectuais colonizados, mas capazes de revolta, segundo o modelo de Fanon. Todavia, com chances de virar uma realidade secular pelo avesso?

Isso trazia problemas graves com as heranças do passado. O MPLA, por exemplo, sempre teve dificuldade de apelar para uma base social além dos angolanos urbanizados. O sertão do Bakongo pertenceu exclusivamente à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), rival do MPLA. Mais por motivos étnicos do que políticos. O MPLA colhia seu apoio ao longo da ferrovia de 280 quilômetros entre Luanda e Malange, onde estavam (estão) mais de 1,3 milhão de falantes de kmbundu, um dos quatro grupos linguísticos mais importantes de Angola[150]. Além disso, seu apoio estava em Luanda. Isso porque seu apelo, predominantemente nacional, portanto além do tribal, só podia articular-se com a herança paradoxalmente mais moderna do colonizador: a via de transporte essencial e a maior cidade. Cidade que tendia a apagar os traços pré-nacionais.

Mesmo as cidades eram de significativo crescimento populacional recente. Kinshasa (antigo Zaire, atual República Democrática do Congo), por exemplo, decuplicou sua população entre 1950 e 1975, chegando a dois milhões de habitantes[151]. Sem cidades não há cidadania. Deveremos repetir *ad nauseam* a frase de Magalhães Godinho? Ora, como no retângulo peninsular, as partes colonizadas do Império Português também sofriam a ausência de cidades. De médias cidades. E de grandes.

A África que foi portuguesa nunca desenvolveu sua urbanidade nem o seu urbanismo. Se no alvorecer do Terceiro Império Lisboa devia ter uns 230 mil habitantes, a cidade de Luanda não passava de 18 mil e a sede administrativa de Moçambique estava ao redor de 2.800 pessoas. Ora, em 1962 a população de Lourenço Marques (Maputo) chegou a 120 mil habitantes num total de 371 mil para Moçambique inteiro. Desproporção menor em Angola: 200 mil almas em Luanda para um total de um milhão e meio de habitantes.

---

[150] Maxwell, Keneth. *Chocolates, piratas e outros malandros*, p.291.

Ainda assim um mar rural com algumas ilhas de urbanidade. Também aqui a identidade, por mais estranha que possa parecer, por mais inadequada às aparências, entre metrópole e suas possessões.

Os intelectuais que passaram das armas da crítica à crítica das armas, julgaram retirar o colonizador de dentro de si e, pela violência purificadora, engendrar o novo. Mas como poderiam fazê-lo, antes e depois da tomada do poder, se tinham que patinar no ponto zero, sem forças produtivas exceto a vontade humana? Alguns dirigentes adiantaram que a falta de teóricos respondia pela falta de desenvolvimento nacional. Mas como lembrou Florestan Fernandes: "Não surgiram novos teóricos ou a realidade em transformação ainda não absorveu a teoria revolucionária que levou a luta anticolonialista e anti-imperialista à vitória?"[152].

Teoria

Se operássemos com conceitos sociológicos destituídos de densidade histórica, poderíamos observar na tentativa de criar um "neocolonialismo *avant la lettre*"[153] (como o fez Portugal) a necessidade objetiva de romper com a economia capitalista, abrindo assim a possibilidade de um desenvolvimento independente[154]. Tal não se verificou.

As teorias que avançaram nos anos cinqüenta, sessenta e setenta, pretendiam que o subdesenvolvimento estava associado à deterioração dos termos de troca no comércio internacional. Isso contribuiu para derrubar a teoria ultraliberal das vantagens comparativas (de matriz ricardiana). Os países centrais, argumentava-se, por disporem de uma situação de monopólio e devido à mobilização interna de seus agentes econômicos (empresários e assalariados) desfrutavam de transferências do excedente econômico da periferia. De fato, a

[151] Vidrovitch, C. op.cit., p.372
[152] Fernandes, Florestan. "Apresentação", em: Azevedo, L. e Rodrigues, M. *Diário da libertação*, p.6.
[153] M'Bokolo, Elikia. *L'Afrique au XX siécle*, p.175.

"exploração internacional" existe. O caso da África é paradigmático. Entre 1965 e 1969, o continente africano teve déficit em sua balança comercial. Excetue-se o norte da África e a porção equatorial do continente. E, talvez, a África Ocidental depois de 1967. Mas a África austral e oriental teve déficit comercial em todos os anos[155].

Os marxistas, originalmente aceitando a hipótese de Rosa Luxemburg, Kautski, Bukharin, Hilferding e Lênin de que a expansão de mercados e capitais desenvolveria os países colonizados[156], romperam com essa idéia (mesmo porque Marx não estudara profundamente a concorrência e o comércio exterior). Aplicando os modelos de transferência da mais-valia do setor de baixa ao de alta composição orgânica de capital através da transformação dos valores em preços de produção (constantes do volume terceiro de *O Capital*), procuraram reproduzi-los para explicar a "exploração internacional"[157].

Todavia, exageros a parte, é difícil provar o desenvolvimento do chamado primeiro mundo somente pelo subdesenvolvimento do terceiro mundo. Isso não explicaria o aumento constante da produtividade do trabalho e o conseqüente aumento da mais-valia relativa (em termos marxistas) e o desenvolvimento em situações de dependência externa em países que lograram diferenciar seu parque produtivo mesmo na periferia[158]. Aqueles que preferiram derivar o aumento da produtividade da força de trabalho no centro a partir dos preços baixos dos produtos agrícolas da periferia que seriam consumidos pelos operários "centrais", rebaixando o valor de sua força de trabalho, esqueceram que no

---

154 Vide: Guerra, Henrique. *Angola: estrutura econômica e classes sociais*, p.12.

155 Valles, Edgard. *África: colonialismo e socialismo*, p.55

156 Um histórico a esse respeito: Cardoso, F.H. *As idéias e seu lugar*, pp.13-80.

157 Silveira, Paulo. "O problema da troca desigual". De fato, ela existe (como hoje o sabemos, ainda que não nas dimensões antes pensadas) em várias formas econômicas e extra-econômicas. Há o endividamento externo, a remessa de lucros e a depreciação dos preços dos produtos agrícolas em relação aos preços dos manufaturados. Há geração de divisas mediante uma exportação baseada no câmbio desvalorizado e na inflação que corrói o preço da força de trabalho.

agregado o barateamento dos produtos que compõem o consumo habitual da classe operária é que reduz o valor da força de trabalho e aumenta a chamada "mais-valia relativa". Parece que ninguém provou que os produtos alimentícios importados eram decisivos na composição da cesta de consumo básica do trabalhador europeu.

Essas teorias estavam nos mercados ideológicos dos anos sessenta. Mas as forças de libertação africanas, em especial da África lusófona (e mesmo, na Ásia, do Timor Leste), só podiam confiar na hipótese de um desenvolvimento nacional e autônomo, como rezavam os programas do PAIGC, Frelimo e MPLA. A economia planificada era o futuro. E a guerra revolucionária o único caminho para atingi-lo.

Neocolonialismo Reposto e Transfigurado

Uma ilustração histórica pode ser feita com o caso das relações entre os interesses norte-americanos e o continente negro. Immanuel Wallerstein demonstrou que essas relações foram frágeis durante tanto tempo porque os Estados Unidos não tinham grandes mercados ali para defenderem. Deixavam a primazia para os Europeus. Os investimentos maiores eram dirigidos à África do Sul. A maior "ajuda" foi dada, entre 1946 e 1967, aos países onde havia interesses estratégicos da América do Norte (Libéria, por razões históricas e Líbia e Marrocos, os quais abrigavam bases militares norte-americanas). Esses investimentos eram dirigidos em segundo lugar àqueles países que não podiam ser confiados a antigas metrópoles européias, mas que tinham importância política (Egito, Etiópia, Somália e Sudão). Os países que tinham eventualmente problemas de relacionamento com a Europa receberam "ajuda" de acordo com essas oscilações políticas (Argélia, Guiné, Tunísia e Zaire, a partir da ditadura de Mobutu). Talvez isso explique porque a Argélia de Bem Bella recusou reabastecer navios soviéticos durante a crise dos

[158] Isso ficou demonstrado em: Cardoso, F.H. e Falleto, E. *Dependência e desenvolvimento na América*

mísseis de Cuba. A África Ocidental ex-britânica (Ghana, Nigéria e Serra Leoa) também recebeu ajuda financeira, talvez em função da língua inglesa e da proximidade com a Grã-Bretanha. De todos esses países, apenas o Zaire foi alvo de intervenção direta dos militares norte-americanos, certamente porque um regime de inspiração nacionalista revolucionária seria um apoio imediato para outros movimentos esquerdistas, especialmente o de Angola.

Esse envolvimento maior dos Estados Unidos na África (ainda bem menor que o europeu) inseriu-se numa conjuntura. A dos trinta anos gloriosos. Entretanto, esse interesse começou a crescer na medida em que a economia mundial demonstrou sinais de mudança:

"[desde 1945] Houve uma forte inflação dos preços e uma forte expansão da produção mundial. Houve, é claro, um forte crescimento da população. Mas o problema crucial refere-se ao da relação entre a produção total e a procura efetiva. Eu defendo que o mundo se tem encaminhado para uma crise de procura efetiva que pressagia uma queda da produção total e, consequentemente, uma competição pelos mercados para produtos manufaturados e uma grande preocupação em exportar desemprego"[159].

De fato, a economia mundial ingressou, nos meados dos anos setenta, num ciclo recessivo (a fase B de Kondratiev). Na Europa isso pode ser medido pelo ritmo de crescimento econômico do período 1965-1973 em cotejo com o do intervalo 1973-1981. Todos os países da Europa Ocidental, com a exceção da Noruega, tiveram um diferencial negativo na comparação dos dois períodos[160]. A recuperação da economia norte-americana, nos anos noventa, coincidiu com o abandono da África a uma situação calamitosa.

De toda maneira, as relações de uma potência (os Estados Unidos) com um continente não desenvolvido, expressa quanto os laços de dependência têm suas

---

Latina.

[159] Wallerstein, Immanuel. *A política dos Estados Unidos em relação à África*, p.21.

[160] Cf. Holland, Stuart (coord). *Sair da crise: um projeto europeu*, p.239.

especificidades. Na maior parte da África, não foi possível um desenvolvimento interno e uma diferenciação produtiva como a que ocorreu no sudeste asiático e, em menor medida, em algumas áreas da América Latina.

CRISE

"La mobilisation des masses, quand elle se réalise à l'occasion de la guerre de libération, introduit dans chaque conscience la notion de cause commune, de destin national, d'histoire collective".

Frantz Fanon[161]

Em cada época a economia é um "complexo, ou mesmo um conjunto de complexos geograficamente definidos, e é a estrutura de cada complexo que temos que deslindar" [162]. Observemos melhor: estrutura geograficamente definida. Mas também cronologicamente determinada. Se quisermos falar não em "formação econômica e social", mas acrescentar o adjetivo "espacial" à velha noção marxista[163], devemos tratar da crise imersa num espaço. Não num ou mais territórios apenas. Mas numa totalidade dada pela natureza e pelas relações sociais. Essa totalidade é um sistema sincrônico que, em verdade, é uma combinação de diacronias. Quando essas diacronias se afastam e se opõem, e os homens percebem os abismos históricos, sociais, regionais e econômicos que os afastam, instala-se a crise[164]. Daí porque não se poderia, como já se disse no capítulo anterior, tratar da Revolução Portuguesa, sem a África. E a percepção dessas desiguladades entre as diversas partes do império só assumiu feições violentas numa conjuntura: a da guerra

161 "A mobilização das massas, quando ela se realiza durante a guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva". F. Fanon. *Les damnés de la terre*, p.51.

162 Godinho, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. I., p.50.

163 "A sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas". Santos, Milton. *Por uma geografia nova*, p. 1999.

colonial. O deslocamento da pesquisa para o continente negro explica-se pela necessidade de dar conta desta conjuntura.

Como vimos, tanto a economia quanto o universo das idéias não eram elementos de uma mônada isolada em Portugal. A metrópole é também suas colônias. E é ainda o elo de ligação destas com outras "metrópoles". Portugal está enredado numa vasta área de movimentos de interesses, idéias e mercadorias que o une, simultaneamente, à África e aos países mais desenvolvidos da Europa e América do Norte. E essa "geografia" que exige ultrapassar os marcos estreitos do retângulo peninsular.

A compreensão dos fatores que levariam ao esboroamento do regime político vigente em Portugal demanda um deslocamento da explicação dos fatores endógenos para as formas de relacionamento com as colônias e o mercado mundial. Não se poderia aqui, entretanto, seguir esse percurso integralmente sem extrapolar nossos limites temáticos e cronológicos, fugindo muito do estudo das "tomadas de consciência". Mas também não se pode ignorar que o colonialismo português era um *sistema*, uma unidade na diversidade, em que as partes não poderiam sobreviver da mesma forma sem as conexões internas recíprocas. A superação do sistema, por isso, também não poderia se dar apenas a partir de dentro. Era preciso uma nova conjuntura internacional que forçasse a rebeldia interna e modificação das formas de pensamento, de ação política do Estado e das classes sociais e de acumulação capitalista.

Portugal era um Império periférico. Oxímoron que quer dizer que o país alimentava-se das bases coloniais apenas porque outros também se beneficiavam da sua condição de semi-metrópole. Algo que se evidenciou com a importância cada vez maior do capital estrangeiro nas colônias africanas nos anos 60. Capitais forâneos que Portugal não teria condições de substituir. Por isso não se entende a crise de Portugal nos anos 60-70

---

[164] Cf. Milton Santos e de acordo com minhas anotações de seu último curso na Universidade de

senão como crise de um sistema pleno de relações internacionais. Isso justificaria os diagnósticos feitos à época pelas elites intelectuais e políticas que se opunham ou queriam modificar o país? Parece que as atenções centrais dirigiam-se à guerra.

O problema que mais estrangularia as opções e alternativas do governo português nos anos 60 não era a Guerra Colonial. Esta, era um capítulo de outra questão maior, e o fato de ter se tornado dominante nas preocupações das elites políticas devia-se àquilo que a fundamentava e que se encontrava subjacente na infra-estrutura da sociedade civil: a necessidade de transformar um ultracolonialismo direto, num *indirect rule*, conforme já haviam feito outros países. Portugal não adotou essa via indireta, embora sua economia já não fosse tão dependente das relações comerciais com as Colônias. A indagação persistente era: por que o regime político, implantado em 1926, sobrevivia tanto a essa rigidez da política colonial direta, quanto à alteração de suas bases materiais? Mas uma outra pergunta ainda impunha-se: por que a idéia de Império persistia como *conditio sine qua non* da manutenção das estruturas do regime?

Havia uma crise. Ela era evidente nos dados estatísticos oficiais. É fato que o II Plano de Fomento (1959-1964) não só fracassara, como demonstrara a ineficácia do planejamento estatal do regime. Todos os saldos de comércio exterior (em verdade déficits) previstos no Plano, se mostraram piores do que o esperado (vide tabela 9). Havia uma crise nos Portos da Metrópole[165]. O movimento marítimo era regressivo e um pequeno aumento nos anos 1963-1964 deveu-se unicamente à navegação estrangeira[166]. Mas a natureza dessa crise não estava em Portugal, mas nas suas tantas relações com Europa, África.

A contradição fundamental que conferia a dinâmica da crise sistêmica do Império Colonial Português, a partir dos anos 60, residia no afastamento, dilatado e constante, de

São Paulo.

[165] *Relatório da execução do II Plano de Fomento. Metrópole, 1959-1964*, CD 25 A, 338. 1 (469).

interesses e laços econômicos entre a Metrópole e suas Colônias. Ou seja, a sobrevivência do Império, enquanto superestrutura jurídico-política da sociedade metropolitana, tornava-se cada vez mais vital para a manutenção do regime, mas não das suas economias e da sua infra-estrutura. Ao contrário, era o desenvolvimento das forças da produção que exigia a mudança política, como pré-condição para adaptar o país aos ritmos da sociedade européia, à qual os industriais e comerciantes portugueses encontravam-se cada vez mais vinculados.

Além disso a oligopolização infrene por que passava a economia portuguesa exigia do Estado, ao qual os oligopólios ligavam-se umbilicalmente, uma reordenação que levasse em conta os interesses do capital interno e internacional (sobremaneira britânico, norte-americano e europeu em geral). Lembremos que em 1960, Portugal fez-se membro da Associação Européia de Comércio Livre (EFTA), sob hegemonia dos interesses capitalistas ingleses e, com a entrada da Inglaterra na Comunidade Econômica Européia (CEE), Portugal também assinou um acordo com a CEE em 1972. Aproximava-se tanto da Europa, quanto mais se afastava da África. Vejamos os fatos.

As percentagens de importações que Angola e Moçambique faziam, no ano de 1961, da metrópole, eram de 44% e 33%, respectivamente. Em 1973 eram de 26% e 19% apenas. Em 1960, Angola contribuiu com 40% da produção portuguesa de aço e ferro, contra apenas 6% em 1970. Dados semelhantes poderiam ser apresentados no que tange à indústria química e de papel[167]. Portugal era um país dependente da Europa e dos Estados Unidos e sua indústria em desenvolvimento sob os oligopólios não sobreviveria sem as importações de meios de trabalho mais avançados. Portugal precisava de máquinas e aparelhos elétricos, produtos químicos e material de transporte (esses produtos

[166] Banco de Portugal. Relatório do Conselho de administração. Parecer do conselho fiscal. Gerência de 1965. CD 25 A, 336-7 (469) (047-3).
[167] Clarence-Smith, G. *O Terceiro Império Português*, cap.7.

compunham, em 1967, 46,7% de toda a pauta de importações do país, enquanto 58,9% das suas exportações compunham-se de têxteis e matérias primas[168].

O investimento direto extrangeiro em Portugal era predominante europeu. No período 1961-1971 os países da Comunidade Econômica Européia, juntamente com Grã Bretanha, contavam 42,2% do total, seguidos pelos Estados Unidos (23,8%)[169]. E já não eram portugueses muitos dos interesses estabelecidos na chamada África Portuguesa. O petróleo angolano estava em mãos da Shell, através da *Tanganica Concessions* (também concessionária da estrada de ferro de Benguela) e da *Standard Oil*, por via da *The Angola Coaling co.* O cobre pertencia à belga *Commerce Bancaire*, à *Cooper co.* (Estados Unidos), ao *Grupo Pecheney* (Inglaterra) e à *Thissen* (Alemanha). Os diamantes eram explorados pela *Anglo-American Company of South Africa*, pela *Cooper Brothers Co.* e pela *Diamang*[170]. A lista seria interminável. Poderíamos citar o controle da extração de ferro e manganês pela *Krupp* e por empresas da Dinamarca e dos Estados Unidos, ou o alumínio, a bauxita e a prospecção mineral por outras empresas estrangeiras. Somente no ano de 1969, foram 98,5% dos investimentos efetuados nas colônias com origem em apenas cinco países: Belgica, Estados Unidos, África do Sul e Alemanha[171].

Este fato (investimentos estrangeiros nas colônias portuguesas) questionava o próprio conceito de colônia. Esta, como se sabe, deveria, em última instância, ser uma economia complementar para o império. Portugal parecia mais se ajustar a um meio termo

---

168 II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e documentos, p. 325. A história é sobejamente conhecida: país que exporta produtos de baixo valor agregado e compra mercadorias com alta composição orgânica de capital sofre, inevitavelmente, a deterioração dos termos de intercâmbio no mercado internacional, vendo partes do seu excedente social passar às mãos de nações mais industrializadas.

169 Keyman, M. *Revolution and counter-revolution in Portugal*, p. 26.

170 Amílcar Alencastre. *O Brasil, a África e o futuro*, pp.58-9.

171 Ferreira, Eduardo de Sousa. *África austral – o passado e o futuro*, p.82.

entre o colonialismo *tout court* e o "colonialismo interno" [172], que surgia nos países que se libertavam de suas antigas metrópoles, mas reproduziam internamente relações de exploração entre grupos sociais, culturais, econômicos e regiões. Como não havia mais um exclusivo metropolitano (ou monopólio colonial), o qual havia sido a característica tendencial do Segundo Império Português, também se esvaíam as bases econômicas e conceituais do sistema. Do Bloco Histórico, essa união de superestrutura e infra-estrutura[173]. Vejamos, então, os liames entre a crise das economias com o governo, as classes e grupos sociais e, depois, os intelectuais (os que cimentam o bloco histórico).

Obviamente o Estado Português não tinha possibilidades de explorar por si so suas colônias e faltavam capitais nativos de vulto para todas as potencialidades coloniais[174]. A oligopolização da economia interna começava a alterar (ou deveria fazê-lo tão logo quanto possível) as superestruturas políticas. Uma solidariedade muito mais orgânica entre o governo e os grandes grupos empresariais estabeleceu-se. Sob o Capitalismo Monopolista de Estado, as próprias ações oposicionistas ganharam um sentido político muito maior. E muito antes que o livre jogo da concorrência redistribuísse o excedente socialmente produzido, intervinha a ação estatal[175] e, por meio de políticas fiscal, aduaneira, tributária, financeira e de investimento público direto e indireto, favorecia o condomínio de grandes oligopólios[176]

---

172 Cf. Gonzáles-Casanova, P. "Internal colonialism and national development", in: I. L. Horowitz et. Al. *Latin American Radicalism*, p.125.

173 "Complexe, déterminé par une situation historique donnée, constitué par l'unité organique de la structure et de la superstructure. En évitant de privilégier l'un (economisme) ou l'autre (idéologisme) élement, Qui sont dans un rapport de réciprocité et d'interdépendence, Gramsci insiste sur leur union et sur le rôle des intellectuels oeuvrant au niveau superstructural et remplissant la fonction spécifique de tisser le lien organique qui noue les deux éléments". Grisoni, D. e Maggiori, R. *Lire Gramsci*, p.159.

174 O exemplo da barragem de Cabora Bassa, à qual ainda voltaremos mais adiante, é revelador. Erguida com capitais estrangeiros para alimentar a indústria da África do Sul. Cf. Homem, Eduardo e Corrêa, Sônia. *Moçambique: primeiras machambas*, p.329. *Machamba* é um campo de cultivo (roça).

175 Vide: Cunhal, Alvaro. *A revolução portuguesa: passado e futuro.*

176 Trata-se de reconhecido mecanismo de transferência de parcelas da mais-valia gerada no setor concorrencial para o setor oligopólico. Isso se dá tanto por meio da ação estatal, quanto pelo

A cena empresarial portuguesa era dominada por alguns grandes oligopólios que fizeram fama. O secular CUF, surgido de uma pequena fábrica de sabão no século XIX, possuía, em 1973, mais de cem empresas interligadas nos ramos químico, têxtil, naval, elétrico, bancário, de seguros etc. Isso sem contar os restaurantes, hotéis e cassinos. Só uma de suas empresas (em verdade a empresa-mãe) contava, em 1971, com 4,4% do capital industrial do país[177]. Além disso, o grupo estava quase que diretamente representado no Estado pelo Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, um íntimo amigo da família Melo, dona do grupo CUF. Outros grupos eram igualmente poderosos, como o Espírito Santo, Champalimaud, Borges e Irmão, Grupo Português do Atlântico, Banco Nacional Ultramarino, Fonsecas e Burnay, Grupo Jorge de Brito e Grupo Pinto de Magalhães. Os balançetes dessas empresas, notadamente as financeiras, revelavam lucros crescentes[178].

Os oligopólios, ao contrário do que ocorreu no fascismo clássico, não foram importantes na constituição do regime instaurado em 1926. Somente depois dos anos cinqüenta é que adquiriram relevância. Mas qual era o efeito político dessa novidade? A aliança do Estado com o latifúndio, pela primeira vez, teve que incorporar os interesses da grande indústria e do capital financeiro, deixando os ruralistas para segundo plano. Ora, esses interesses todos nem sempre se combinavam. O pequeno industrial, o proprietário de mentalidade de *shopkeeper* (como diria Marx), o comerciante varejista, os pequenos proprietários rurais, mas também os grandes, não se interessavam por políticas econômicas que lhes deixassem como alternativa a falência e a emigração, ainda que protegessem a grande indústria e o grande comércio de importação e exportação. O que dizer da carestia

próprio poderio dos grandes grupos empresariais, que podem impor preços administrados. Não é aqui o lugar e o momento para desenvolver tão questão. Ela foi, no que se refere a Portugal, tangenciada antes. Vide: Secco, L. "A sociologia como previsão etc", cit.

[177] Martins, Maria Belmira. *Sociedades e grupos em Portugal*, p.22.

[178] Vide, por exemplo: BPA, Relatório, balanços, contas, 1971. Contêm dados de 1961 a 1971.

numa pequena economia tão oligopolizada? Mesmo um setor novo, o turismo, tornou-se fator de crítica ao regime, porque muitos portugueses travaram contato com mentalidades e hábitos de consumo supostamente mais sofisticados que os seus. Nessa área, a presença européia era marcada e, certamente, trazia com ela os valores, as críticas, as desconfianças, as reações de orgulho ou inferioridade diante de padrões civilizatórios aparentemente distintos. 752.457 europeus visitaram Portugal em 1964. Esse número foi de 1.188.116 no ano seguinte. Um aumento de 156.926 para 201.678 de canadenses e norte americanos também ocorreu no mesmo período[179]

As vias de exposição das críticas e insatisfações não eram muitas, ao menos dentro da ordem. Um regime fascista nunca possui muitas válvulas de escape para seus insatisfeitos. Só pode conter a oposição enquanto tem a maioria do povo ao seu lado e os seus mecanismos de repressão fiéis ao governo. Se até amplos setores da pequena-burguesia e das classes médias instruídas já não tinham interesses materiais na sobrevivência do regime, como vimos, e se o palavrório de pátria, império e ordem já não tinha função econômica e se as colônias não eram sequer o sorvedouro da emigração contínua, por onde fluiriam os descontentes? Esta pergunta não é de somenos importância, porque da sua compreensão pode advir a explicação do porquê Portugal trilhou um caminho muito mais radical que outros países do sul da Europa na superação de suas ditaduras herdadas do período fascista[180].

As manifestações de descontentamento, na área da cultura e da política existiram e exerceram seu impacto na opinião pública. Mas era esta crítica, urbana e diminuta e quase sem nenhum poder de pressão. Quando algum intelectual levantava a voz contra o regime

[179] Banco de Portugal. Relatório do Conselho de Administração. Parecer do Conselho Fiscal, cit, p. 118.
[180] Refiro-me a Espanha e Grécia.

era severamente punido[181]. Não é preciso falar das prisões e torturas que estavam reservadas aos opositores (orinudos de agrupamentos políticos clandestinos). Poucas vezes o regime precisava da tomada de posição de algum intelectual que lhe fosse favorável. É verdade que controlava a universidade usava o instrumento da censura. Mas esta também tinha seus rompantes de folclore: a lista de autores proscritos, divulgada depois do 25 de abril, mostrou que o governo impedira a publicação de Bocaccio, Casanova, Sade e Henry Miller, talvez por serem contrários à boa moral. Mas também Schopennhauer, talvez por seu ceticismo. E certamente tinha mais motivos para impedir Mao Tsetung, Gramsci e Althusser entre tantos outros. Já quando saiu, no exterior, o livro de Charles Boxer, *Race relations in the Portuguese Colonial Empire*, que mostrava os aspectos racistas da colonização lusitana, o Sr. Armando Cortesão[182] dirigiu-lhe graves admoestações na imprensa[183]. Não o sabia, mas já era opinião corrente que: "Um grupo social, um país, uma civilização, não podem ser racistas inconscientemente" [184]

Um estudo da história recente do livro em Portugal revelaria mais ainda sobre a fragilidade cultural e também sobre os efeitos deletérios de um regime que se propôs a controlar a produção intelectual. A censura provavelmente limitava o intercâmbio científico, especialmente aquele sujeito a produzir um conhecimento crítico do país. Em 1965, 19,5% dos livros editados em Portugal eram traduzidos (oriundos do exterior). O gênero predominante era a literatura (81%), fato que colocava Portugal à frente de todos os outros países. Em contrapartida, apenas 4% dos livros traduzidos eram das áreas de

[181] Vitorino Magalhães Godinho, que renovava a historiografia lusitana, introduzindo as novidades metodológicas da Escola dos Annales em Portugal, com seu livro sobre a Economia dos Descobrimentos Portugueses, o compreendeu pessoalmente, quando foi demitido da Universidade de Lisboa por motivos políticos (1962). Barradas de Carvalho, J. *O obscurantismo salazarista*, p.53.
[182] Que não se o junte ao historiador Jayme Cortesão.
[183] *Diário Popular*, Lisboa, 27 de dezembro de 1963.
[184] Fanon, Franz. *Por la revolución africana*, p.45.

ciências humanas[185]. Portugal também via filmes estrangeiros. Seu cinema não era nacional e nem formava ou difundia uma auto-imagem do país. Norte-americanos, melhor dizendo. Viu 132 no ano de 1966. Contra 62 italianos e 49 franceses. Neste mesmo ano, os portugueses só produziram cinco filmes de longa metragem[186].

Na oposição, o programa alternativo pouco ultrapassava o tradicional republicanismo. Excetuado um vago linguajar socializante e/ou comunista, todos reconheciam uma agenda bastante limitada para um novo regime. Divergiam, isto sim, quanto aos meios. Houve quem falasse na "vacuidade e inocuidade da concepção de república das hostes do Estado Novo" , para propugnar um conceito "renovado, dinâmico e atuante de República" que ultrapassasse o sentido do início do século XX[187]. O professor Rodrigues Lapa, entretanto, disse que a diferença não opunha mais republicanos e monárquicos, e sim democratas e fascistas[188]. Mas será que a transposição de termos (republicanos por democratas) mudava a essência do programa que se chamou liberal primeiro e republicano em seguida já lá no velho oitocentismo?

Mas retomemos o curso dos acontecimentos. Os partidos clandestinos eram reduzidos e insignificantes, excetuado o antigo PCP. A oposição democrática e liberal se reorganizara em 1957, no Primeiro Congresso Republicano de Aveiro, mas somente noutro congresso, realizado mais tarde, no ano eleitoral de 1969, houve uma maior convergência dos diversos interesses oposicionistas. Os comunistas tentaram unir toda a oposição no MOD - Movimento de Oposição Democrática. Fracassado o MOD, criou-se com o PCP e parte da oposição moderada o CDE - Comissão Democrática Eleitoral, para concorrer às legislativas de 1969. Havia nessa época até mesmo uma mitigada esperança de alteração

185 Escarpit, Robert. *La revolution du livre,* p.107-114.

186 Geada, Eduardo. *O imperialismo e o fascismo no cinema*, p.177.

187 Assim o declarou Alvaro Seiça Neves na alocução de abertura do II Congresso Republicano do Aveiro, cujas teses e documentos foram aqui consultados. Vide volume I, p.13.

188 Ibid., p.56.

interna do regime, pois no verão de 1968 Salazar havia sofrido um derrame cerebral que o obrigou a uma vida vegetativa, falecendo dois anos depois, aos 81 anos de idade, sem perceber o que se passava à sua volta; Marcello Caetano se tornou então o primeiro-ministro de fato já em 1968.

Como bem sustentou o historiador Fernando Rosas, o governo Caetano não despontou no horizonte político como uma mera continuação do salazarismo. Já pela sua trajetória pessoal podia-se esperar o acender de alguma luz de esperança na escuridão do regime. Caetano fora afastado do governo em 1958. Demitido da posição de reitor da Universidade de Lisboa em 1962. Era visto como um potencialmente liberal e contava com amplo leque de apoio político inicial. Até setores à esquerda, como socialistas e comunistas não negavam na prática uma possível primavera marcelista[189]. A esperança foi logo frustrada.

No caso dos comunistas, apesar da ação pública e legal do PCP, eles nunca aceitaram totalmente as diretivas do XX congresso do PCUS - Partido Comunista da União Soviética senão por um pequeno período posterior ao seu V congresso, que declarara a possibilidade de uma via pacífica ao socialismo (algo que diversos PCs europeus passaram a propugnar). No VI congresso do PCP, em 1965 (realizado no exílio, em Kiev), afirmou-se a via insurrecional como elemento necessário à derrubada de Salazar. No início dos anos 70, com a cisão castrista denominada Brigadas Revolucionárias (BR) e o surgimento de grupos maoístas no meio estudantil, o PCP resolveu criar a ARA - Ação Revolucionária Armada, chefiada por Augusto Ferreira Lindolfo, logo preso com a mulher e a filha de dois anos pela polícia política.

Ainda assim, o PCP era visto como partido reformista por grupos de extrema esquerda. Em meados dos anos 60 havia surgido a FAP - Frente de Ação Popular, como

braço armado de dissidentes do PCP, depois a sua direção política, CML - Comitê Marxista Leninista. Desmantelada pela PIDE em 1966, a FAP-CML se reorganizou lentamente até fundar o PCP m-l. Outros grupos foram: a LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária (1966), liderado pelo carismático Palma Inácio; o MRPP - movimento revolucionário do proletariado (1969); OCMLP - Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (1973); CCR - ML - Comitês Comunistas Revolucionários - Marxistas-Leninistas (1969); URML - Unidade Revolucionária Marxista Leninista (1972); CARP - ml - Comitê de Apoio para a Reconstrução do Partido Marxista Leninista (1973). A URML, o CARP ml e o CCR - ML se fundiram em 1974 na UDP - União Democrática Popular, "fachada eleitoral" do PC r (reconstruído).

Todas essas organizações tinham penetração praticamente exclusiva nos meios estudantis. Os meios operários eram hegemonizados pelo PCP, embora contassem também com a presença de outras organizações em Lisboa, principalmente. As ações armadas dos grupos de esquerda tiveram impacto nulo no abalo do regime, reduzindo-se a assaltos a bancos (ex: Banco de Portugal, na Figueira da Foz, em maio de 1967, pela LUAR), algumas ações mais ousadas das BR e duas ações mais importantes do PCP: a destruição da base aérea de Tancos, que contava com dezesseis helicópteros e onze aviões, e o ataque ao quartel general da OTAN - Organização Tratado do Atlântico Norte, em Oeiras. Em 1973, a Ação Socialista Portuguesa, num congresso realizado na Alemanha Ocidental, dá origem ao PSP - Partido Socialista Português, liderado por Mário Soares e Salgado Zenha. No campo da oposição liberal-conservadora, permitida pelo regime, Sá Carneiro se destacava como crítico de Caetano, mas até que suas ilusões numa evolução para a democracia liberal acbassem. Básicamente, essas eram as forças oposicionistas ao regime salazarista-marcelista.

[189] Rosas, Fernando, "O marcelismo e a crise final do Estado Novo", in: Id. (coord), *Portugal e a transição para a democracia*, pp. 9-27.

Estruturas da Guerra

Em Portugal foram os próprios militares "colonialistas" que se tornaram um problema para o regime salazarista no início dos anos sessenta. Imbricada com a questão colonial, a problemática da situação militar assumia duas dimensões: a econômica e a política. Um terço da renda nacional portuguesa, nos anos sessenta, provinha das colônias. O déficit da balança comercial era estrutural e permanente. O agravamento da situação econômica era produzido claramente pelo aumento dos gastos militares. Durante a guerra colonial, a percentagem do PIB gasta com as forças armadas e a defesa nacional se manteve em patamares muito altos, próprios de países em esforço total de guerra (o problema é que essa situação durou quase quinze anos)[190].

A crise do Império Colonial Português começou efetivamente nestes anos sessenta. Diante do agravamento da guerra no ultramar e dos problemas sociais e econômicos, Portugal começou a ser sacudido, internamente, por uma série de agitações golpistas.[191] Sucediam-se fortes críticas ao governo provenientes até mesmo do alto comando das forças armadas. Tentativas de sublevações militares localizadas, protestos de rua que redundavam em verdadeiras batalhas campais e greves ocorreram durante os anos de 1961-62. Neste momento foi fundada a Frente Patriótica de Libertação Nacional, propositora de uma ação insurrecional, chefiada pelo general Humberto Delgado (mais tarde assassinado pelo regime)[192]

Toda a ação armada equerdista, como vimos anteriormente, era exógena ao grupo profissional que detinha o monopólio legal das armas. Entretanto, o aparelho repressivo

---

[190] Carrilho, Maria. "O Papel político dos militares", p.89.

[191] Uma das ações mais ousadas aconteceu em fevereiro de 1961, quando o capitão Henrique Galvão seqüestrou em alto mar o transatlântico Santa Maria e, depois de uma alucinada fuga, terminou sua viagem no Recife.

[192] Esse assassinato foi desvendado com o auxílio de, entre outros, Mário Soares, advogado da família do general. Lafer, Celso. "A clarividência do líder que ama a democracia".

também é atravessado pelas lutas na sociedade civil e não está imune à relação social entre as diversas classes sociais que é o Estado — a Revolução dos Cravos mostrou como um exército, que foi o sustentáculo de quase 50 anos de fascismo em Portugal, acabou tendo suas demandas específicas de solução do problema colonial cruzadas com as demandas democráticas.

Uma insurreição armada, que fosse obra de pequenos grupos exógenos ao Estado, em pleno solo europeu, dificilmente teria resultado positivo. A solução adveio da verdadeira *catarse* (Gramsci)[193] que se operou nas forças armadas, ou seja, a forma como reivindicações corporativas (do *esprit de corps*) se tornaram um projeto nacional, democrático e, às vezes, socialista. Para se entender tudo isso é preciso ver a situação objetiva em que as forças armadas portuguesas se encontravam, às voltas com uma encarniçada guerra colonial sem perspectivas de vitória, e composta por uma oficialidade jovem que acumulava rancores de ordem sócio-profissional.

Nas colônias, a situação militar portuguesa piorava continuamente desde 1960, com o surgimento dos movimentos de libertação nacional e da luta armada (guerra de guerrilhas), que efetivamente teve início em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964). Isso era uma resposta ao bloqueio de qualquer solução negociada para uma independência. Demonstravam-no os fatos. Já o dissera Gandhi: "Visitei Moçambique, Delagoa e Inhambana. Não encontrei lá nenhum governo com propósitos filantrópicos". Ali estavam os "não-civilizados", os destituídos de tudo, constantemente à beira da miséria e da fome, enquanto os monopólios do comércio metropolitano, assentados numa secular expropriação colonial, engordavam seus lucros. A capacidade de revolta dos colonizados era grande. Em agosto de 1959, os colonizadores portugueses massacraram 50 estudantes em Bissau; no mesmo ano, a revolta do povo maubere, do

Timor Leste, foi reprimida. Em 1960, os macondes, do norte de Moçambique, também foram rechaçados. Em Angola, ainda neste ano, Agostinho Neto foi preso e, na seqüência (setembro) a população do Catete foi atacada. Um mês depois, os primeiros levantamentos populares, na baixa de Cassange, foram reprimidos, com um prejuízo de centenas de vidas perdidas. Estava criada a base social e política para o início das ações guerrilheiras contra Salazar e sua política colonizadora.

O teatro de operações era muito vasto, e exigia das forças armadas lusitanas um esforço de guerra caro e pouco eficiente. Angola era agitada por dois poderosos movimentos, o MPLA - Movimento popular de libertação de Angola e a UNITA - União para a independência total de Angola; em Moçambique, a Frelimo - Frente de libertaçao de Moçambique era já um inimigo estruturado nos anos 60; o mais notável de todos era o PAIGC - Partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde, liderado pelo mais formidável dos líderes africanos: Amílcar Cabral.

Esses movimentos custaram 8.290 portugueses mortos, num corpo expedicionário que nunca ultrapassou 200 mil homens por ano. Ao total, foram um milhão e trezentos mil portugueses que serviram as forças armadas nas colônias, o que representava 14,7% da população[194]! Em Moçambique, em que pese o sacrifício que sofriam os guerrilheiros, sua vantagem estratégica só crescia. A Frelimo teve uma média mensal de cento e sessenta baixas em 1967. Um ano depois essa média caiu para cento e vinte e atingiu setenta mortos em 1969. O número total de baixas foi, respectivamente em cada um daqueles anos de 1.045, 920 e 381[195]. A desmoralização das forças armadas já tinha

---

193"Pode-se empregar o termo catarse para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político". Gramsci. A. *Quaderni del Carcere*, p. 1244.

194 Cf. Cervelló, Josep Sanches, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, p.132.

195 Neves, João Alves. *Raízes do terrorismo em Angola e Moçambique*, p. 21. O fato dessa obra ser favorável ao colonialismo coloca os dados sob suspeita, mas só a admissão da redução das baixas do lado adversário já é um indício da perda progressiva de capacidade bélica das forças portuguesas.

se iniciado quando, depois de insistentes avisos por vários anos, a Índia resolveu invadir o enclave português de Goa e expulsar os portugueses — Salazar foi intransigente e ao final responsabilizou os militares pela perda do território.

O mapa das zonas de conflagração militar na Guiné, em 1970, também demonstrava que a guerrilha já controlava a maior parte daquela Colônia (as áreas rurais)[196]. Em Moçambique, a implantação da Frelimo era menos extensiva, restringindo-se ao norte e noroeste, próximos à Tanzânia e à Zâmbia. Portugal mantinha o controle das principais cidades, das ferrovias e da área de construção da grande barragem de Cabora Bassa às margens do rio zambeze[197]. Também Portugal deixou suas "rugosidades" no espaço africano. Embora sua lenta conquista tenha sido a mais precária e insuficiente.

Apesar do desgaste econômico, psicológico e moral que a guerra no ultramar significava, o primeiro-ministro Marcello Caetano continuava insensível à situação das forças armadas, pressionadas pelo repúdio internacional, pela impossibilidade de vencer militarmente os rebeldes e com a perspectiva aterradora de ter de assumir sozinha a culpa de uma possível derrota humilhante. Como o próprio Caetano reconhecia, a guerra de guerrilhas feita por um pequeno núcleo, num território grande e pouco povoado, com ações de surpresa, baseadas em zonas de apoio logístico situadas nas áreas libertadas ou em território estrangeiro, exigia a presença maior de um exército colonial de milhares de homens[198]. Para enquadrar tropas tão numerosas na África, Caetano teve que promover o

---

Um levantamento das baixas portuguesas pode ser lido em: *Baixas militares portuguesas na guerra colonial*. CD 25 A, N. 642.

196 Vários autores. Colonialismo e lutas de libertação, pp.206 e 242.

197 Este rio, cuja montante está nos limites do Zaires, Angola e Zâmbia, tem sua jusante no território de Moçambique, dotado de notável potencial hidrelétrico. Potencial que deveria (e foi) aproveitado pela indústria sul-africana, pois Moçambique não precisou (e sua paupérrima indústria não o exigiria) tanta energia elétrica. O zambeze deságua no oceano índico por um grande delta.

198 Batista, António A. *Conversas com Marcello Caetano*, p.226.

aumento do quadro de oficiais médios, aumentando o efetivo de oficiais permanentes de 3.305, em 1965, para 4.164, em 1973[199].

Essa necessidade advinha da falta de interesse cada vez maior, por parte da juventude, pela Academia militar. Em 1961 o número de inscritos na academia passava dos 500 e o de aprovados atingia aproximadamente a metade. Em 1973, o número de inscritos era 5 vezes menor e o de aproveitados não chegava a 100 aspirantes. Sobretudo a partir de 1967 começou-se a formar mais oficiais a partir do quadro de sargentos. Mas a falta de tenentes, alferes e capitães do quadro permanente diminuía a qualidade dessa formação. Até 1970, os centros de instrução de quadros milicianos (escolas práticas, por exemplo) eram de responsabilidade de oficiais do quadro permanente. Depois, os próprios oficiais milicianos passaram a formar nesses centros, especialmente no primeiro ciclo geral de instrução[200]

Ainda assim, o governo fez aumentar cada vez mais o número de oficiais milicianos, que não pertenciam ao quadro permanente das Forças Armadas. Por outro lado, também era grande o número de africanos recrutados para serviço militar nos teatros de guerra. Em 1973, o número de militares africanos era maior do que o de metropolitanos em serviço em Moçambique (27.572 recrutados no local contra 23.891 portugueses metropolitanos). Maior ainda na Guiné (25.610 africanos nativos e apenas 6.425 metropolitanos). Em Angola eram 37.773 nativos e 27.819 metropolitanos[201]. Tratava-se de uma "africanização" da própria guerra colonial, o que trazia conseqüências graves para o exército colonialista. Tanto a "africanização", quanto a "milicianização" violavam a natureza das forças armadas, exteriormente identificadas com a ideologia de um Estado Nacional e interiormente com o princípio da carreira militar e da hierarquia.

---

199 Carrilho, Maria. Op. cit, p. 85.
200 Martelo, David. *1974: cessar fogo em África*, pp.32-36.
201 Id. Ibid.

Além do óbvio descontentamento com o serviço militar em regiões inóspitas, em condições tão diversas da geografia da metrópole, alguns militares, por motivos profissionais, foram obrigados a travar contato com livros sobre as guerrilhas (Mao Tsetung, Guevara, Giap, Marighela, Samora Machel etc), como foi o caso do major Otelo Saraiva de Carvalho, futuro comandante operacional da Revolução Portuguesa (ou pelo menos assim se refereria àqueles tempos nas suas memórias). Crescia entre os oficiais a certeza de que uma guerra colonial não poderia ser vencida no plano militar e que se deveria buscar uma solução política negociada.

Enquanto os portugueses tinham o domínio absoluto dos céus e dispunham de unidades especiais helitransportadas, com grande mobilidade e capacidade operacional, a ordem governamental de "resistir até o fim", ainda tinha algum respaldo militar. Embora logo no início da guerra colonial, o PAIGC ocupasse o sul da Guiné-Bissau e o exército português ficasse confinado à faixa leste do território, graças ao apoio de parte da etnia fula. As tentativas mais sérias de revide militar, feitas entre 1964 e 1967, fracassaram[202]. O armamento dos revoltosos era superior ao dos portugueses: os seus lança-granadas foguete eram armas terríveis e de fácil transporte e pontaria, enquanto os lusitanos só tinham a pesada bazuca; a Kalashinikov (inventada por um soldado soviético na Segunda Guerra), de menor dimensão e peso, e com munições leves, era também usada pelos guerrilheiros, por fim, a entrada de mísseis antiaéreos em 1973 na luta guerrilheira acabou com a superioridade militar portuguesa. Mas não eram as armas o essencial. Eram superiores porque o Império estava em inferioridade. Os móveis de sua existência dasagregavam-se.

Os mísseis tiveram importância crucial na perda da superioridade militar portuguesa porque compensavam outras vulnerabilidades estratégicas. A miniaturização dos mísseis tornou-os mais leves, mais baratos e sem perda de mobilidade da guerrilha (e

[202] Fabião, Carlos. "A descolonização da Guiné-Bissau", p. 305-11.

toda guerrilha depende muito mais da guerra de movimento do que da guerra de posições). Tudo isso aumentou a potência e a precisão dos ataques rebeldes, sem lhes retirar a capacidade de movimento e alcance espacial nas áreas beligerantes. No início do ano de 1974, o número de ações guerrilheiras da Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique, por exemplo, já era espantoso (Vide Gráfico nº2).

A ação rebelde cresceu muito entre fevereiro e março, e se estabilizou daí até o final de maio, o que mostra que o 25 de abril não fez recrudescer a ação guerrilheira, ela apenas se manteve sempre em patamares "normais", ou seja, altos. Além disso, em geral, as tropas portuguesas estavam se fragmentando, com apoios logísticos escassos, politicamente isoladas, tanto internamente quanto internacionalmente. O isolamento da política colonial portuguesa no cenário internacional ficou nítido no dia 24 de setembro de 1973, quando a independência da Guiné foi proclamada e obteve o reconhecimento diplomático de 86 países (mais do que o número de nações que mantinham relações diplomáticas com Portugal!).

Em Portugal, um fascismo longevo, imperialista e colonialista, encontrou sua agonia militar num conjunto de fatores endógenos e exógenos ao regime, onde os primeiros fatores foram os mais importantes. A condenação geral da ONU - Organização das Nações Unidas e dos países democráticos ao colonialismo lusitano, a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das forças armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime, a insatisfação popular e as demandas corporativas dos militares se somaram.

As Origens

Idéias em confronto. Uma vez mais, depois de desnudadas, ainda que superficialmente, as contradições profundas da infra-estrutura material, vejamos as alternativas políticas que se ofereceram. O avanço das forças produtivas já estava a reclamar novas relações de produção que pudessem conter a rebelião do trabalho (na Metrópole e nas Colônias). Para alguns era preciso findar o colonialismo e a guerra. Os mais radicais pensariam em extirpar os monopólios e engendrar uma nova economia, fosse de cooperativas e empresas de autogestão, de economia mista, planificada ou de mercado. Pouco importa. As soluções é que eram muitas. Veremos depois que a Revolução que avizinhava testaria todas elas porque, nas superestruturas jurídico-políticas a sorte de todas elas só poderia depender da transformação do próprio Estado, pelo gradualismo da ação política ou pela ruptura. Era o primeiro o caminho de Marcello Caetano:

"Há uma coisa que eu lhe quero esclarecer desde já: não sou revolucionário. Acho que os governos têm antes uma função rectificadora dos vários elementos que despontam numa sociedade"[203].

A situação política portuguesa agravava-se cada vez mais, tanto interna quanto externamente. Em julho de 1973, a imprensa mundial divulgou o massacre de cerca de quatrocentas pessoas numa colônia luso-africana, o que ajudou a desprestigiar ainda mais as tropas portuguesas situadas em África. Um mês antes tinha se realizado, na cidade do Porto, o congresso dos combatentes do ultramar, que reuniu os milicianos (combatentes que não pertenciam ao quadro permanente das forças armadas); eles queriam obter

[203] Baptista, Antonio Alçada. *Conversas com Marcello Caetano*, p. 51.

facilidades para se profissionalizarem nas forças armadas. Ao mesmo tempo circulou um abaixo-assinado contra o congresso, expressando a oposição dos oficiais regulares.

Para satisfazer os milicianos, Caetano editou o decreto-lei nº 353 de 13 de julho de 1973, abrandado pelo decreto nº 409 de 20 de agosto do mesmo ano. Esses decretos visavam preencher o escasso quadro de oficiais das forças armadas, posto que era grande o número de baixas e até deserções, em virtude da guerra, dos salários baixos e do desprestígio das forças armadas. Permitia-se assim que os combatentes do ultramar, milicianos, que não eram soldados de carreira, pudessem depois de quatro anos de combate, voltar à metrópole e se tornar oficiais da escala ativa, fazendo um curso acelerado de dois semestres na Academia Militar (ao invés de cursarem os quatro anos regulamentares dos oficiais de carreira). Isso ofendia a hierarquia das forças armadas, à medida em que os novos oficiais, ex-milicianos, podiam até ultrapassar o grau hierárquico dos seus ex-comandantes no ultramar.

No dia 18 de agosto, cerca de vinte oficiais se reuniram no clube militar de Bissau e divulgaram uma carta-protesto contra o primeiro decreto. No início, o governo pode ter pensado em punir administrativamente os líderes dessa manifestação de indisciplina perante o alto comando das Forças Armadas, mas deve ter desistido depois de saber do comprometimento de tantos oficiais. Em 9 de setembro de 1973 ocorreu, sob o pretexto de um simples churrasco, na casa de campo de um primo do capitão Dinis de Almeida, nos arredores de Évora, a primeira reunião de oficiais de baixo e médio escalão, com destaque para os capitães. Esta foi considerada a reunião de fundação do movimento dos capitães. Em 6 de outubro, outra reunião numa residência particular de Lisboa resultou numa circular lançada em 23 de outubro, que colocou Vasco Lourenço, Dinis de Almeida, Otelo

Saraiva de Carvalho e Vitor Alves, dentre outros, a frente da Coordenação do movimento[204].

Ora, mesmo depois que o governo suspendera os dois decretos em outubro, voltou a ocorrer nova reunião de oficiais no Estoril, durante a qual já apareceram os primeiros pedidos de derrubada pela força do governo. Em primeiro de dezembro, em Óbidos, declarou-se a necessidade de substituir o governo de Marcello Caetano, através de um golpe que restituísse às forças armadas o seu prestígio. Foi então "institucionalizada" a CCP (Comissão Coordenadora do Programa), responsável pela direção do MFA (Movimento das Forças Armadas).

Em dezembro, a Comissão Coordenadora reuniu-se numa casa de praia, na rua Barros de Castro, na Costa da Caparica, onde apareceu pela primeira vez o coronel Vasco Gonçalves (presença significativa porque integrava o quadro ativo da oficialidade de primeiro escalão). Mandatou-se uma executiva para elaborar um plano de ação, composta por Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Alves e Vasco Lourenço. A 12 de janeiro, a CCP mandou elaborar um mapa político-militar do país, mostrando a predisposição de cada unidade militar para um golpe do MFA[205]. O caminho para a insurreição começava a ficar mais explícito. Mas como preservar as forças armadas desafiando sua hierarquia? Este o dilema que acompanharia o movimento dos capitães do início ao fim. E é por isso que, nesse ínterim, houve contatos com altos oficiais que pudessem ser simpáticos ao movimento.

Havia ainda dúvidas, por parte da comissão coordenadora do MFA, sobre a continuidade da elaboração do seu próprio programa político. Em 5 de março de 1974, ocorreu a reunião de Cascais, na qual se aprovou o documento "as forças armadas e a nação", já de índole nitidamente política. Nesta reunião, aconteceu finalmente a

[204]Vários Autores. Portugal: *A Hora dos Capitães*, p. 41.

convergência de interesses entre alguns representantes dos milicianos e o movimento dos ex-cadetes. Entretanto, o que, genericamente, se entende por movimento dos capitães é o dos oficiais do quadro permanente, posto que foram seus membros.

Mas o documento de maior significado no período não veio dos capitães. O general Spínola, desejando antecipar-se à iniciativa deles e reaglutiná-los sob uma crítica moderada ao regime, fez antecipar a publicação do seu livro-bomba: "Portugal e o Futuro", verdadeiro recorde de vendas. Admitindo que a dominação colonial estava num beco sem saída e que a solução não poderia ser de natureza militar, somente política, o general Spínola advogava "o reconhecimento dos povos à autodeterminação" e o "recurso à consulta popular", uma "solução federativa" que contemplasse a independência progressiva das colônias, através da sua integração numa "comunidade lusíada", com eleição democrática dos seus representantes. Os objetivos de Spínola eram moderados e constituíam uma alternativa conservadora, pois se apresentavam como antídoto à "desagregação de Portugal pela via revolucionária" [206]. O livro abalou pessoalmente o primeiro-ministro Marcello Caetano porque, ainda que moderado para as exigências revolucionárias dos capitães, implicava o fim da estrutura de poder fascista, e era escrito por um alto oficial insuspeito, leal ao salazarismo e herói de guerra no ultramar.

As divergências entre Spínola e o MFA eram muitas e cresceram à medida em que o novo poder instaurado em 25 de abril de 1974 teve que tomar medidas concretas para terminar a guerra na África. Inicialmente, todas as diretivas do MFA apontaram para a necessidade de construir um Estado democrático de Direito e não uma ditadura militar, no que concordavam com as proposições aparentes de Spínola. Ainda que muitos oficiais tivessem uma simpatia pelo socialismo, tratava-se de uma idéia vaga. Em conseqüência, também a idéia de revolução, mantida por tanto tempo nos subterrâneos da história,

[205] Ferreira, J. Medeiros. "Portugal em Transe", p. 22.

aparecia de forma igualmente vaga, subsumida à idéia de democracia. Era o instrumento para chegar-se a esta, portanto igualava-se mais a uma técnica militar (o golpe de estado) com o fito de derrubar a ditadura.

Era a democratização do país que unia as diferentes posições ideológicas do MFA. Contudo, esses objetivos genéricos não implicavam que não houvesse posições divergentes no seio do MFA, pois foi exatamente essa diversidade que impôs o comedimento do programa político. Toda a história posterior mostrou que foi a intervenção das massas populares e dos partidos políticos que impôs uma nova dinâmica ao MFA. E fez com que muitos assumissem posições políticas mais definidas (é verdade que o programa do MFA permitia leituras à esquerda, pois se resumia em democratizar, descolonizar e desenvolver o país numa via antimonopolista e até socialista, como disse Melo Antunes, mas essa é uma leitura feita *a posteriori*[207]).

Foram os grupos políticos civis que levaram as diferentes facções militares a aprofundar suas convicções ideológicas. Isso explica que, na dinâmica revolucionária e contra-revolucionária posterior ao golpe de 25 de abril, os grupos civis tiveram uma importância inversamente proporcional àquela que tiveram antes do golpe, quando sequer souberam com antecedência dos preparativos técnicos.

Quando o MFA escolheu os generais Costa Gomes e Spínola como líderes de um futuro governo revolucionário, entregou a Spínola o "Programa de Ação política do Movimento das Forças Armadas", e este o devolveu com modificações assinaladas à mão, constituindo um documento[208] notável para se observar as divergências programáticas entre o general e os capitães. Dentre as principais modificações propostas estão: retirar as expressões "abolição da censura", "projeto político", "juventude fascista", "controle

[206]Spínola, António. *Portugal e o Futuro*, pp. 56, 160, 149 e 133, respectivamente.
[207] Melo Antunes, Ernesto. "As forças armadas e o MFA", p. 48.
[208]In Carvalho, Otelo Saraiva. *Alvorada em Abril*, pp. 622-625.

imediato da emissora nacional e da radio e televisão portuguesa", "ordem democrática". O general era contrário ainda à exclusão dos grupos e personalidades fascistas do futuro governo, e à montagem do governo subordinada ao acordo entre o chefe de governo e a CCP - Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Ele assinalava, no tópico sobre a permissão para a formação de associações políticas, a expressão: "a discutir". A adesão de Spínola, o general mais conceituado do exército português, e de Costa Gomes, conferiu ao MFA a imagem de que ele seria capaz de assegurar a continuidade hierárquica da instituição militar durante a ruptura com o regime[209], facilitando o consentimento passivo da maioria dos militares ao golpe.

Mais tarde, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, o major Otelo Saraiva de Carvalho declarou:

"... o general travava o movimento, tornava difícil o funcionamento da revolução. Era preciso afastá-lo. Mas é justo dizer que não era o general que descumpria o programa do MFA. Acontece que antes do 25 de abril os oficiais do movimento acertaram o programa com o general, porque precisavam dele. Então foram feitas muitas concessões, o programa não saiu como queríamos".[210]

A adesão de Spínola, entretanto, foi fundamental para conquistar o apoio dos militares indecisos e neutralizar aqueles que porventura quisessem manter o regime. O programa do MFA também era vago o suficiente para agrupar todas as oposições ao governo do professor Marcello Caetano e, com algumas modificações feitas por Spínola, acabou sendo adotado. Faltava apenas operacionalizar o golpe de Estado.

---

[209] Marques, Fernando P. "A instituição militar", p. 145.
[210] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1974.

Parte II

Rupturas e Permanências

REVOLUÇÃO

"Revolução isto é: descobrimento".

Sophia de Mello Breyner Andresen[211]

A tomada de Ceuta iniciou o Império Marítimo Português. E, muito mais, a descoberta do Novo Mundo. O fim do Império Colonial Português também trouxe consigo uma descoberta. Ou redescoberta. A de dois continentes. África e Europa. Sabia-se, na surdina, dessas imensas realidades que tragavam vidas e recursos numa guerra sem fim. Olhavam-se os fluxos do turismo e as promessas européias. A emigração, que agora se dirigia à França e outras paragens mais distantes. Mas a alvorada de 25 abril de 1974 revelou um exército que não mais seria o vetor da colonização forçada na África. Libertou, assim, o país, da carapaça política imperial e permitiu aos partidos e à sociedade civil tratarem das saídas para depois do fim do império. Veremos Vasco Gonçalves ir à África. Mário Soares retornar da França lembrando da Alemanha de Brandt. Veremos Otelo Saraiva de Carvalho em Cuba. Alvaro Cunhal voltando do Leste Europeu! E Marcello Caetano partir para o Brasil. Simbolizam mais que destinos pessoais. Simbolizam escolhas ou tentativas delas. Ilusões ou projetos de futuro para um país em ebulição. Poderia ele recriar um espaço próprio, em bases atlânticas, porém não mais imperiais, ou se contentaria em ser cauda política ou portal de entrada, segundo a visão de um crítico ou a de um

[211] *Obras Poéticas,* III.

apóstolo, de uma "Europa unida"?[212] Porque de todas alternativas, só a do império redivivo, chmando-se federalismo ou qualquer outra coisa, não tinha futuro. Não é por outro motivo que os colonialistas mais exaltados foram rapidamente derrotados ou se transformaram em liberais e socialistas. Ou que os mais realistas se uniram com os adeptos de um federalismo também sem esperança, defendido por Spínola. Embora a revolução tenha acelerado a história e decidido em menos de dois anos qual tendência, dentre as várias que tinham idades históricas velhas e diferenciadas, seria a vitoriosa, seu início seria ainda mascarado pela liderança de um general colonialista: Spínola.

Mas as divergências ideológicas existiram. Talvez sob a roupagem de divergências operacionais. Toda a preparação técnica e militar do golpe ficou restrita a um número pequeno de oficiais. Com várias manobras de contra-informação, associadas à preocupação da PIDE (agora DGS - Direção Geral de Segurança) com o anúncio das oposições clandestinas de um 1º de maio "vermelho", os revolucionários lograram apanhar o governo de surpresa no dia 25 de abril. Antes disso, outro fator, aparentemente uma derrota, auxiliou o efeito surpresa: o golpe falhado de 16 de março. Neste dia, uma coluna de soldados e oficiais sublevados, saiu do regimento de infantaria 5, das Caldas da Rainha, e se dirigiu a Lisboa. Vendo-se isolados e sem apoio de outras unidades do exército, os revoltosos foram obrigados a retornar para serem presos. Liderada por oficiais milicianos e, supostamente, mais próxima do general Spínola, esta revolta apenas preparou o 25 de abril.

Seguindo o cronograma das ações daquele que é o relato mais detalhado sobre a preparação do levantamento militar, *Alvorada em Abril*, de Otelo Saraiva de Carvalho, pode-se observar que os capitães tinham extrema preocupação com a informação e com o apoio da opinião pública: o controle dos meios de comunicação social (rádio e TV) foi crucial e

[212] Barradas de Carvalho, nos velhos anos 50, escrevia nos jornais paulistas acerca da escolha atlântica que deveria orientar Portugal. Mas a história caminhou em outra direção. Ou melhor, já caminhava há muito tempo.

antecedeu a tomada de outros objetivos estratégicos[213]. Depois do fracasso do precipitado golpe das Caldas da Rainha, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA estabeleceu toda a codificação das ações e objetivos de natureza política, tática, psicológica, técnica e militar

Dentre os principais alvos do MFA estavam: aeroportos, a casa da moeda, o Banco de Portugal, a sede da CTT - Correios, Telégrafos e Telefones (na praça D. Luís), o ataque à sede da PIDE-DGS, a GNR, a Emissora Nacional, os fortes de Caxias, Peniche e da Trafaria (cadeias onde estavam os presos políticos), o QG da RML - Região Militar de Lisboa, a RCP - Rádio Clube Português, garantia de segurança nas residências dos generais Costa Gomes e Spínola e a tomada do QG da Legião Portuguesa (na rua Penha de França)[214]. A análise do conjunto desses objetivos mostra que os capitães davam extrema relevância ao controle da informação, e tinham objetivos de natureza política que visavam criar um ambiente institucional realmente novo em Portugal, com a soltura dos presos políticos e a extinção da polícia política da ditadura. As medidas econômicas, para evitar uma eventual fuga de capitais, se representavam no controle da casa da moeda e do Banco de Portugal.

Antes do amanhecer o MFA já detinha as principais fontes de informação audiovisual e fez o primeiro comunicado público. Seguiram-se vários outros por toda a

[213]O MFA havia feito uma sondagem informal, junto às forças armadas, sobre o apoio a um golpe militar: 50% eram favoráveis ao MFA; 15% participariam da ação golpista e 10% eram hostis. Audibert, Pierre e Bringnon, Daniel. *Portugal: os Novos Centuriões*, p. 115.

[214] A ação militar que fez desabar 48 anos de regime fascista começou às 23:00 h do dia 24. Os emissores associados emitiram a senha combinada e o locutor João Diniz anunciou a música "E depois do adeus", cantada por Paulo Carvalho. O pessoal do 10º grupo de comandos, reunido junto ao parque Eduardo VII, em Lisboa, já estava preparado para tomar de assalto a RCP. Às 00:30 h, a Rádio Renascença tocou a música de Zeca Afonso "Grândola, Vila Morena. À 1:00 h da madrugada, foi ocupada a central telefônica do batalhão de caçadores, para o controle dos telefonemas diretos nos gabinetes do comando. à 1:30 h, o capitão Salgueiro Maia acordou seus subordinados, explicou as razões do movimento, obteve o apoio de todos e organizou a saída da EPC - Escola Prática de Cavalaria, rumo aos ministérios, localizados no centro da capital; às 3:00 h, a EPAM - Escola Prática de Administração Militar, tomou a RTP - Rádio e Televisão Portuguesa;

manhã, pedindo que a população permanecesse em casa, que as forças paramilitares não resistissem e que só os funcionários dos hospitais fossem trabalhar, para socorrer os feridos de uma eventual luta militar. Uma vez controlada a informação, faltava o aspecto simbólico da renúncia formal de Marcello Caetano. E coube ao capitão Salgueiro Maia protagonizar este evento, para o qual se preparava desde que recebera instruções de Otelo Saraiva de Carvalho, no dia 23 de abril[215]. O que deve impressionar o historiador não são apenas os fatos ruidosos e excitantes do dia 25 de abril. Mas a facilidade com que o governo caiu. A impossibilidade do contra-ataque. A recusa, mesmo dos indecisos e recalcitrantes, em disparar contra os revoltosos.

Um exemplo: no "caminho da revolução" surgiu a primeira coluna de soldados fiéis ao governo e fortemente armados, mas eles se recusaram a obedecer ao comando e se confraternizaram com os revoltosos. Outro exemplo: Na Praça do Comércio, o perigo residia na fragata F473, Gago Coutinho, que cruzava o rio Tejo a todo momento. O Posto de Comando posicionou a artilharia contra a fragata, mas não foi preciso atirar. Houve um motim a bordo.

Mas retornemos às idéias. Porque eram idéias novas que os capitães poderiam divulgar, uma vez conhecedores da vitória. Somente no fim da tarde houve um comunicado oficial do MFA, detalhando os objetivos políticos do levante militar. À cautela dos comunicados matinais talvez tenha correspondido o receio de que o movimento

---

logo depois foi a vez da RCP, na rua Sampaio Pina, e da Emissora Nacional, na rua de S. Marçal, caírem nas mãos dos revolucionários.

[215]*Manchete*, nº 1152, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1974 (entrevista do capitão Salgueiro Maia). Os militares da EPC saíram de madrugada, em direção ao terreiro do paço, lugar dos ministérios. Os blindados iam a uma velocidade de 60 Km/h; ao serem avistados por uma patrulha da GNR, essa se limitou a informar o serviço central de Lisboa, que retrucou: "Não se inquietem, são exercícios". Quando o sol nasceu, ainda tímido numa manhã nevoenta, as ruas desertas começaram a despertar, enquanto meticulosamente tudo passava para o controle das tropas de Maia, incluindo o Banco de Portugal. Depois, seguindo informações fornecidas pelo Posto de Comando das operações revolucionárias, situado na Pontinha, onde os majores Otelo Saraiva de Carvalho, José Eduardo Sanches Osório e outros oficiais estavam a interceptar as conversas telefônicas do governo e a

fracassasse e seus articuladores ficassem mais ainda comprometidos; so com a situação militar definida é que se divulgou o programa que, embora nitidamente democrático e antifascista, era vago o suficiente para suscitar todas as expectativas possíveis.

A intervenção popular também suscitava dúvidas. Não haveria mais um exército disposto a atirar em civis. Os últimos a fazê-lo foram os policiais da DGS, na rua Antônio Maria Cardoso.

25 de Abril e depois

Portugal conseguiu, inicialmente, livrar-se de todos os males de uma revolução, sem perder a "energia revolucionária". Assistiu-se a um golpe de estado sem grandes violências, mas que alterou radicalmente as estruturas políticas e econômicas, embora não contasse com lideranças carismáticas ou mesmo simplesmente conhecidas pela população. Por isso, logo após o 25 de abril criou-se um vácuo de carisma: a revolução militar estava a procura dos seus líderes civis. Apesar disso foram militares os chefes dos governos provisórios que se seguiram.

O primeiro líder político civil a se avistar com a Junta de Salvação Nacional (JSN) foi o socialista Mário Soares, convidado para representar o novo governo junto à comunidade internacional. Em seguida foi a vez do secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, ser recebido no aeroporto pelos militares do MFA e transportado num blindado! Na história dos homens imperioso é, para além dos acontecimentos, ouvirmos os discursos. O que revelavam de "novo"? Na sua alocução de chegada ao aeroporto, Cunhal expôs as cinco demandas do PCP: consolidar as "conquistas democráticas" de 25 de abrill: legalizar os partidos políticos; pôr fim à guerra colonial; satisfazer as reivindicações imediatas dos trabalhadores; e assegurar a realização de eleições

orientar os revoltosos de todas as regiões, o capitão Maia seguiu para o Quartel do Carmo, onde se

livres para uma Assembléia Constituinte. Essas demandas estavam subordinadas a uma estreita aliança entre o "movimento popular" (leia-se: suas vanguardas, aquelas que seriam formadas pelos grupos partidários) e os capitães, como acentuou Cunhal no comício do primeiro de maio:

"O fascismo procurou cavar o divórcio e uma barreira de ódio entre o povo e os militares. Que se estreite a fraternidade entre as massas trabalhadoras e os oficiais do Movimento das Forças Armadas, entre as massas trabalhadoras e os soldados e marinheiros"[216].

Essa atitude, esses pensamentos, eram modelos de uma postura perante a revolução. Perscrutemos as atitudes, as tomadas de consciência possíveis naquele momento. Através das resoluções dos partidos, dos discursos dos líderes, das falas da assembléia constituinte...

Atitudes dos partidos políticos

Serão o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP) as forças principais da consolidação do processo revolucionário português. Por quê? Em primeiro lugar, foram os que tinham (ou passaram a ter) maior nível de organização e influência social no campo da esquerda. Ora, as forças de esquerda pareciam representar o futuro de um país liberto da extrema direita. E haviam sido quase monopolizadoras da oposição ao antigo regime. Em segundo lugar, apoiaram logo no início o golpe do MFA. Para a nova Junta governista pareceu necessário institucionalizar o regime com os partidos políticos existentes, dada a onda de protestos e ações ilegais surgidas numa sociedade civil cujas demandas estavam represadas há vários decênios: casas invadidas em Lisboa, ocupação de

---

escondia Marcello Caetano.

terras e fábricas, assembléias de moradores, professores, estudantes, caça aos colaboradores do regime anterior... A própria Comissão Coordenadora do MFA perceberia, por seu turno, que sua existência já representava uma grave ruptura hierárquica no interior das Forças Armadas[217]. A maneira encontrada para brecar as movimentações espontâneas foi uma aliança informal com a chamada esquerda: primeiro os comunistas e no final do processo, os socialistas.

Inicialmente, o PS não era um partido estruturado no país, e dependia em grande parte da própria mobilização popular espontânea para aparecer à testa de manifestações públicas e se afirmar como força política significativa. Detinha o apoio externo da social-democracia européia, mas era uma qualidade que só poderia render frutos a médio prazo, enquanto o MFA precisava ordenar um processo revolucionário e institucionalizá-lo a curtíssimo prazo.

A esquerda de cores mais radicais, além de ser muito fragmentada e com escassa inserção social, era na sua maioria oposta ao MFA ou oportunamente não tomava nenhuma posição, esperando uma definição do regime — só mais tarde uma parcela se destacará pela ligação com o setor militar liderado pelo major Otelo Saraiva de Carvalho. Vejamos suas idéias. Suas posições. Suas palavras de ordem. A Frente popular de Libertação Nacional apoiou o 25 de abril, mas o Partido Revolucionário do Proletariado declarou que "quem continua no poder é a burguesia". O MRPP- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado definiu o 25 de abril como "golpe de Estado conduzido por um setor da oficialagem do exército colonial-fascista", chamando os capitães de abril de "abutres", "hienas" e "chacais"! [218]. As Comissões de Base Socialistas

[216] Cunhal, Alvaro. *A revolução Portuguesa*, p.191.
[217] Isto ficou patente já no dia 25 de abril no diálogo entre o Capitão Maia e o Professor Caetano. Em suas memórias, Maia demonstra constrangimento ao dizer ao Primeiro-Ministro que havia generais no comando das operações, pois na verdade não havia.
[218] *25 de Abril: Documento.* Lisboa: casaviva, 1974, p. 177-82.

insinuaram que o novo governo era uma frente popular (como a chilena) que não rompia seu compromisso com o capitalismo e a Liga Comunista Internacionalista considerou o golpe uma ação ainda tímida e lançou desde o início palavras de ordem para radicalizar as medidas revolucionárias, sem se comprometer com o novo governo[219].

Os grupos conservadores, postados à direita, talvez tivessem a seu lado toda uma história silenciosa e oculta de estruturas mentais e ideológicas que já caminhavam a seu favor. Veremos mais tarde. Por isso saudaram o novo regime, e assim o fizeram todos os movimentos monárquicos e até os políticos que futuramente integrariam o "ultra-direitista" CDS - Centro Democrático Social. Os militantes da oposição liberal ao salazarismo reorganizaram-se no PPD - Partido Popular Democrático[220]. O PPD, contudo, por se aproximar do General Spínola, não conseguiu se legitimar perante os capitães.

Enquanto a ultra-esquerda se apoiava numa linha ideológica de "poder popular" autogestionário de inspiração luxemburguista, trotskista, maoísta ou conselhista, o PCP apareceu como a garantia da nova ordem, o verdadeiro freio (quando "necessário") do movimento operário e popular. Vejamos um documento. O seu Comitê Central declarou imediatamente após o 25 de abril:

"O Comitê Central sublinha a necessidade de, em estreita cooperação com as forças armadas, aumentar a vigilância das forças democráticas e das massas populares. São igualmente perigosos o oportunismo de direita, que se manifesta na tendência para abdicar de objetivos fundamentais do movimento

[219] *A Revolução das Flores (documentos).* Lisboa: aster, s/d., pp. 251-258.

[220] Hoje PSD - Partido Social-Democrata), era liderado por Sá-Carneiro — trata-se de um agrupamento de difícil definição, mais próximo do centro-direita, porém definindo-se pelo socialismo democrático; mas, *nota bene*, a revolução impulsionou toda a política para uma viragem à esquerda, e até setores de direita passaram a defender, de forma oportunista, algum tipo de "socialismo".

democrático e o esquerdismo que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças".[221]

O próprio Cunhal, mais tarde, e como teremos oportunidade de ver, passaria a criticar os "excessos" praticados por alguns sindicatos, cujas reivindicações "exageradas" poderiam levar o país a uma espiral inflacionária, com repasse dos aumentos salariais aos preços. Além disso, como demonstrara a greve dos CTT (Correios e Telégrafos), o movimento sindical podia facilmente ser conduzido ao isolamento político (conforme dissera Cunhal no seu discurso de 22 de junho, no Porto)[222].

Assim como os capitães precisavam de um braço popular-civil enraizado na estrutura sindical, os comunistas ansiavam por um braço militar-revolucionário que os conduzisse ao poder, afinal, desde seu VI congresso, em 1965 (conforme já o vimos), o partido definira a insurreição como caminho para a superação do salazarismo e rejeitara a política pacifista de outros comunistas europeus. Não é contraditório (nem paradoxal) que uma vez ocorrida a revolução, o partido se tornasse moderado o suficiente para atrair um setor importante dos capitães. Em seu VII congresso (extraordinário), realizado em outubro de 1974, abrandou suas críticas à participação de Portugal na OTAN e suprimiu a expressão "ditadura do proletariado" do seu programa[223]: o partido comprometia-se, ao menos em seu discurso, com a democratização formal do país.

Isto mostra que a aliança entre comunistas e socialistas, celebrada em 1973, estava fadada ao fracasso, particularmente se entendermos os dois partidos (mais particularmente

---

[221] *25 de abril*, cit, p. 176.

[222] Este e outros discursos encontram-se na coletânea: Cunhal, Alvaro. *A revolução Portuguesa*, publicado no ano seguinte. Não se pode confundi-la com outra obra quase homônima de Cunhal (*A revolução portuguesa: passado e futuro*). Esta outra é o relatório que o líder comunista escreveu depois para o congresso do PCP.

[223] Mujal-León, Eusebio. "The PCP and the portuguese revolution", *Problems of Communism*, nº 26, jan.fev. de 1977.

o PCP) numa evolução temporal lentamente ritmada, onde podemos discernir os traços de continuidade na sua dogmática ideológica. Os motivos eram evidentes: Portugal possuía o Partido Comunista mais ortodoxo, em termos doutrinários, da Europa Ocidental, adepto de um modelo de tomada do poder que partidos comunistas como o italiano, o espanhol e o francês tinham abandonado há muito tempo. Depois, era o único partido fortalecido no movimento operário, o que gerou na imprensa estrangeira, que cobria a revolução, muitas especulações sobre sua real força política. Em menor medida, mas não para seus militantes, o partido carregava a mística dos "santos" e "mártires" tombados na luta contra a ditadura. Nenhum grupo político sofreu tantas perdas quanto o PCP. Recorrer a essa "história" foi prática permanente dos comunistas, especialmente nos debates da Assembléia Constituinte, conforme se pode constatar nos seus anais[224].

Simultaneamente, Portugal possuía, na época, um Partido Socialista que, apesar da fraseologia revolucionária, estava muito mais propenso a uma política que o restante dos grupos de esquerda consideravam mais moderada do que a dos socialistas franceses ou suecos, por exemplo, e confessadamente inspirado no programa da Social-Democracia Alemã, aprovado nos anos 50, em Bad Godesberg, quando este partido abandonou o marxismo e participou do jogo "democrático" de um país que proibia constitucionalmente a existência legal do Partido Comunista Alemão. O tempo da evolução ideológica dos dois partidos não era o mesmo dos acontecimentos explosivos gerados pelo 25 de abril. A história política caminhava mais rápido do que a ideológica. E teria que, em algum momento, ser brecada por outra história, mais profunda e menos espetacular. Além disso, o fato de se situarem na esquerda do espectro político, não significava que socialistas e comunistas fossem substantivamente similares[225]. Ocupavam um espaço comum. Era só.

---

[224] Refiro-me aos Diários da Assembléia Constituinte, os quais serão referidos mais adiante.

[225] "Os dois conceitos 'direita' e 'esquerda' não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas do universo

Não era essa a regra. Os Partidos Comunistas de diversos países adotaram, depois do XX Congresso do Partido Comunista Soviético, uma postura cada vez mais reformista aos olhos de seus críticos e inserida na ordem, a qual ficou conhecida como "eurocomunismo" e extrapolou seu contexto geográfico inicial para orientar o aggiornamento de comunistas de vários lugares. [illegible] postura política do Partido Socialista (amálgama de tradições socialistas somado com a influência do SPD alemão), [illegible] com que as duas forças políticas fossem obrigadas a se encontrar em dois tempos diferentes: um enganador por excelência, o do 25 de abril, o do primeiro de maio, onde os partidos apresentaram-se unidos; o outro, o da longa noite salazarista, da guerra fria, do stalinismo, da Alemanha dividida, das dissensões históricas. Um encontro mais assemelhado a um desencontro. A convivência só era possível na oposição ao antigo regime. Naquilo que se esperava que fosse o novo regime, só havia um elemento que propiciava a colaboração: as forças armadas. Mais especificamente o MFA.

Apesar da crônica de uma divisão anunciada entre PCP e PS, eles compartilharam a tribuna do dia primeiro de maio, e foram seus líderes que se tornaram o objeto de análise biográfica dos principais jornais estrangeiros: Cunhal e Soares eram os personagens civis da revolução e integraram o primeiro governo provisório nomeado pela Junta de Salvação Nacional. Era a confraternização geral.

Como já se disse, os partidos civis em geral, e os de esquerda em particular, eram essenciais para garantir a estabilidade política do novo governo. O 25 de abril suscitou uma vaga de pedidos e exigências provenientes de baixo, o que as classes dominantes portuguesas consideraram perigoso. Aqueles que eram homens de bem e "de bens" na época salazarista viram-se à mercê de massas que lhes pareceram enfurecidas e que ocupavam as fábricas, as propriedades rurais e urbanas. A princípio, o governo apoiou as

---

político. São lugares do espaço político. Representam uma determinada topologia política, que não

"massas populares" e reconheceu legalmente várias das suas ações, como foi o caso dos ocupantes de apartamentos no bairro de Chelas, depois de gigantesca manifestação em frente ao palácio de Belém em 8 de maio. Mas a 11 de maio a Junta informou que não mais permitiria "ocupações abusivas de casas"[226]. Diante dessa situação, os comunistas não podiam, de nenhuma maneira, ficar fora do governo provisório. Eram necessários a todos, num momento em que a revolução deixava de ser substantivo para tornar-se adjetivo. A revolução tornava-se, nos discursos dominantes, ordem revolucionária, processo revolucionário em curso, situação revolucionária etc.

A revolução adjetivava tudo e a todos. Mas ela não podia, por não ser de fato um substantivo sobre o qual houvesse uma definição consensual, esconder as discórdias. O governo, ainda que formado por vários partidos, era fortemente influenciado pelo General Spínola. O primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos era um jurista conservador que logo se chocou com os capitães. Ciente das travas políticas e militares que cerceavam o presidente, Palma Carlos propôs a alteração da lei constitucional provisória emitida pela Junta, em acordo com o programa do MFA, que estabelecia prazos dilatados para a celebração de eleições de uma assembléia constituinte e só depois de presidente da república. O intuito era clarividente: submeter a referendo um projeto de constituição provisória elaborado pelo governo e eleger simultaneamente o presidente da república. O Conselho de Estado, nomeado sob influência do MFA, rejeitou a proposta. Um ponto de discórdia residia na velocidade da descolonização (os capitães exigiam rapidez enquanto o presidente desejava realizar plebiscitos nas colônias).

Outro elemento de divergência era a legitimidade do presidente, colocada em pauta pela proposta de antecipação das eleições. Esse ponto permite que nos aproximemos

tem nada a ver com a ontologia política". Bobbio, N. *Destra e sinistra*, p.94.

[226]Ferreira, J.M. "25 de abril: uma revolução imperfeita", *Revista de História das idéias*, volume 7. Universidade de Coimbra, Instituto de história e teoria das idéias, 1985.

das idéias, esperanças e ilusões que se tinham a respeito da revolução. Mas também da força (a curto prazo) que representava o movimento dos capitães diante de grupos socialmente dominantes, mas militarmente paralisados. Vejamos um exemplo. Um "fato". Houve uma certa reunião dos capitães. O coronel Vasco Gonçalves fez uma moção de crítica ao governo, e o capitão Vasco Lourenço, ao ocupar a tribuna, causou celeuma. Dois depoimentos "interessados" são esclarecedores porque as diferentes narrativas (e representações) de um mesmo "fato" foram feitas por dois personagens de tendências opostas. Um oficial "spinolista" do MFA, o major Sanches Osório contou que:

"O capitão Vasco Lourenço pediu então a palavra, começou por declarar: 'reafirmamos todo o nosso apoio e confiança no general Spínola, mas...' Neste momento o plenário irrompeu numa salva de palmas e nunca mais se conseguiu saber qual era o 'mas' do capitão Vasco Lourenço".[227]

Já outro oficial que se pretendia mais à esquerda, Diniz de Almeida, declarou:

"Vasco Lourenço a dada altura levanta-se e expõe com serenidade uma vez mais que 'a confiança que depositávamos em Spínola não estava em causa, mas...'. Aqui o setor spinolista irrompe com uma salva de palmas que abafa as últimas palavras de Vasco Lourenço: 'mas enquanto Spínola exprimisse o espírito do 25 de abril, representado pelas várias tendências que formavam o MFA'[228].

Foram as palavras abafadas que, no final, saíram vitoriosas: o cessar-fogo no ultramar foi cumprido; o primeiro-ministro teve que renunciar ao "golpe constitucional" e ao cargo; Spínola foi obrigado a "aceitar" um militar do MFA como primeiro-ministro, o coronel Vasco Gonçalves.

---

[227]Sanches Osório, J.E. *O Equívoco do 25 de Abril*,. 63.

Mudanças de estruturas?

A marcha dos acontecimentos, fugaz e vibrante, parecia cada vez mais aumentar sua velocidade para que a história pudesse usar e substituir os homens que realizariam seus desígnios. Líderes foram alçados à condição máxima, para depois serem devorados pela revolução. Spínola era um desses. Sabia que poderia contar com o Portugal profundo, das águas silenciosas. Mas não era ele, aos olhos do povo, um revolucionário? Não tinha, aos olhos dos conservadores, se rendido aos rebeldes africanos? Não era um conservador travestido de revolucionário, na visão da esquerda? Onde poderia se apoiar? A resposta: no povo, essa "maioria silenciosa que não queria Portugal nas mãos dos comunistas". Spínola, homem forte do Antigo Regime, presidindo o "novo", não queria continuar como um monarca constitucional, presidente a dividir poderes com um primeiro-ministro que considerava radical em demasia.

A descolonização ganhou impulso poderoso sob o governo do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Ainda em julho de 1974 foi publicada a lei que estabeleceu o direito das colônias à independência[229]. Ali se declarava, em consonância com o programa do MFA, que a solução para o problema do ultramar era política e não militar. Mas entre a lei e a realidade ainda havia uma distância a cumprir. As resistências do presidente eram fortes. Ele teria de ensaiar sua noite de Varennes[230].

---

[228] Almeida, Diniz. *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, p.114.

[229] Lei 7/74 de 27 de julho, promulgada no dia anterior. Arquivo do Centro de documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra.

[230] No dia 2 de agosto Spínola visitou a base aérea de Tancos, comandada pelo seu amigo Rafael Durão, a quem "confessou-se" preocupado com a agressividade ideológica de setores do MFA. Oito dias depois, o general chegou de helicóptero a um luxuoso hotel, situado nas montanhas de Bussaco, sobre o vale do rio Mondego, ao norte de Coimbra, onde talvez quisesse semear a dúvida com sua ausência inexplicável. Aqui estamos no campo das especulações; muitos alardearam posteriormente a existência da tentativa de um novo golpe, o de Bussaco: quinze dias depois circulou um documento contra a chamada "esquerda do MFA" assinado por muitos oficiais.

A marcha descolonizadora prosseguiu[231]. O reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau (26 de agosto) deve ter contrariado ainda mais aqueles que se opunham, na presidência, ao fim do colonialismo. O presidente passou a discursar à "maioria silenciosa", a qual não aceitaria, segundo os conservadores, "um governo comunista em Lisboa". Uma vez mais opunha-se Lisboa ao resto do país[232]. Mas o intuito dos que advogavam soluções federalistas, plebiscitárias, adiamentos ou quaisquer formas de descolonização diferentes daquela definida pelo MFA, não obteve sucesso: o poder acabaria sendo entregue aos movimentos guerrilheiros de esquerda que eram hegemônicos nas guerras de libertação em África. E em Portugal, Spínola cairia. O Movimento das Forças Armadas detinha, de fato, o poder político-militar do país e a renúncia do presidente fora apenas um acontecimento que corroborava isso.

As "Lutas de Classes"

Se por um lado, o MFA considerava-se o braço armado da revolução, por outro era o mais interessado na garantia da ordem. Semelhante ao tempo breve da República (1910-1926) os termos revolução e ordem misturam-se a todo instante nos discursos, entrevistas e análises políticas, particularmente depois da queda de Spínola. Afinal, a ameaça militar passava a ser a da contra-revolução. Assim, no discurso de Otelo Saraiva de Carvalho, referindo-se à necessidade de não se instaurar uma perseguição generalizada aos ex-integrantes da PIDE, o objetivo da revolução passava a ser a "reconciliação nacional". Para isto tornava-se preciso defender a Ordem! E até combater greves!

---

[231] A extensão da citada lei 7/74 às províncias ultramarinas foi feita em 8 de agosto. Cf. Portaria 79/74, de 8 de agosto. Retificação publicada em: *Diário do Governo*, nº179, agosto de 1974.

[232] Os partidários de Spínola marcaram para 28 de setembro uma marcha sobre Lisboa em apoio ao presidente, e que se dizia pacífica; naquele mesmo dia, militantes de esquerda ergueram barricadas que impediram o acesso da população do interior à capital. Mais de 200 personalidades "suspeitas" foram presas e armas confiscadas. *Manchete*, º 1173, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1974.

Certo, as greves se multiplicaram depois de abril. Mas não eram uma especial novidade. De outubro de 1973 a abril de 1974 mais de cem mil trabalhadores fizeram greve. Entre o 25 de abril e o 28 de setembro (queda de Spínola) foram 734 greves no país. Mas o maior número ocorreu entre a terceira (87 greves) e a quarta semana (97) e, depois, na sexta semana (61 greves). Posteriormente, o número semanal de greves oscilou entre 10 e 43. Na última semana de setembro ocorreram apenas 15 greves[233]. Essa diminuição foi assim explicada naquele momento por Alvaro Cunhal:

"Se não fosse a compreensão, pelos trabalhadores, de que a estabilidade economica e a ordem democrática são elementos essenciais para fazer frente à reação e consolidar e fazer progredir o processo democrático, teríamos incomparavelmente maior número de greves. Muitas não têm lugar apenas por essa razão. Por isso é justo explicar em larga medida o abrandamento das greves, pela elevada cosnciência política da classe operária e das massas trabalhadoras"[234].

Opunham-se, portanto, na visão dos comunistas, as tarefas políticas da classe operária aos seus interesses materiais imediatos. Mas em favor de quais outros interesses materiais imediatos? Vê-se que neste contexto, marcado por greves, mas não por uma ascensão incontrolável de movimentos paredistas, como à época se pensava, que os comunistas incorporaram com mais afinco o discurso da ordem. Até mesmo onde intervinham como membros de comitês de greves, não faltava este apelo à tranqüilidade. Olhemos o caso da Lisnave (indústria naval). Foi o mais espetacular. Um documento da

[233] Organizei tais números a partir de dados dispersos coletados por: Neves, Orlando (Dir). *Diário de uma revolução*, pp.193-238.
[234] *A Capital*, 28 de dezembro de 1974. In: Cunhal, Alvaro. *A Revolução Portuguesa*, pp. 393-394.

célula do Partido Comunista Português na Lisnave falava (como sempre) em vigilância e unidade[235].

É verdade que o período do III governo provisório, iniciado em outubro, foi marcado pela ascensão das lutas populares. "Populares" diziam seus líderes. As comissões de trabalhadores iniciaram experiências auto-gestionárias em algumas empresas e várias greves foram convocadas, novas ocupações de casas em Lisboa, a exigência da reforma agrária...e aprovou-se finalmente a lei da unicidade sindical a 13 de janeiro de 1975, propugnada pelo PCP, e que reconhecia na Intersindical, dominada pelos comunistas, a única central de trabalhadores legítima — o MFA buscava no PCP (que entre junho e setembro havia dobrado de tamanho e agora contava 100 mil filiados) o instrumento de manutenção da ordem no efervescente "mundo do trabalho", tão propício a reivindicações salariais reprimidas.

Uma vez mais voltemos às alocuções. Às frases ditas por um comunista tão ortodoxo quanto o Secretário-Geral Alvaro Cunhal. Suas frases eram sintomáticas da adaptação que as exigências de "estabilidade" impunham à "revolução". Já em outubro de 1974, Cunhal declarara que algumas greves serviam muito mais à reação contra o governo provisório, do que aos trabalhadores[236]. Durante o VII Congresso do PCP (extraordinário), Cunhal disse que os trabalhadores deveriam evitar "reivindicações irrealistas". Para os trabalhadores, como repetiria Cunhal em dezembro de 1974, eram mais importantes a estabilidade econômica e a ordem democrática, mesmo que ao preço do "abrandamento das greves"[237]. No discurso de encerramento na I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, ocorrido no dia 2 de fevereiro de 1975, Cunhal foi mais explícito:

---

[235]In: Santos, Maria de Lourdes; Lima, Marinús; e Ferreira, Vitor Matias. *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, p.124.
[236] *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 de outubro de 1974.

"Pensam alguns que ser revolucionário é dizer palavras e fazer barulho. Mas nós vemos que ser-se revolucionário, neste caso, é defender os interesses das empresas, impedir que elas caiam"[238].

Apesar de toda essa contenção das direções sindicais comunistas, o ano de 1975 foi o acelerador da revolução no campo econômico e social e das conquistas salariais, muitas vezes com o apoio dos comunistas, já que o PCP não podia, nem queria, brecar toda e qualquer reivindicação trabalhista[239]. Mas sua prática e papel social de sustentáculo político do governo o levaria a tomar decisões de manutenção da ordem, como vimos. As mesmas palavras que Cunhal e outros dirigentes repetiam em fins de 1974 e início do ano seguinte persistiram meses depois na atuação constituinte do partido. Daí que a idéia de ordem estivesse, por esses tortuosos caminhos que as idéias às vezes percorrem, nas mãos dos...comunistas! Eles seriam, mais tarde, na Assembléia Constituinte, contra a "liberdade de greve" e a favor do "direito de greve". A diferença bizantina escondia o interesse em restringir e regulamentar este "direito"[240].

A participação salarial no rendimento nacional saltou de 34,2% no ano imediatamente anterior à revolução para 68,7% ao seu final. Obviamente, as empresas reagiram, primeiro com a criação já em 1974 da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa, hegemonizada pelo grande capital monopolista que em Portugal se reduzia a algumas famílias. São esses Champalimaud e alguns outros. Depois com a descapitalização das empresas. Além do crônico déficit comercial, o país passou a conviver com uma crise gerada por um déficit na balança de pagamentos, particularmente durante o IV e o V

---

[237] *A Capital*, 28 de dezembro de 1974.
[238] *Avante*, 6 de fevereiro de 1976.
[239] Lembremos que o PCP cresceu de 14.593 membros em abril de 1974, passando a 29.140 no 28 de setembro, para 100.000 quando do golpe de 11 de março. Em fins de 1976 tinha 115.000, o que revela que no período entre setembro de 1974 e março de 1975, interregno de aceleração do processo revolucionário, o partido conheceu o maior crescimento de toda a sua história. Vide: Cunhal, Alvaro. *O Partido com paredes de vidro*, p. 175.

Governos provisórios, no segundo semestre de 1975 — isso não costumava ocorrer antes porque a remessa de recursos dos emigrados para suas famílias compensava o permanente prejuízo da balança comercial. Agüentariam calados os empresários vendo de perto uma parcela maior da poupança social ser retida por aqueles que deveriam apenas trabalhar e auferir salários baixos?

Se internamente prevalecia a idéia de ordem, ainda que associada ao adjetivo ("revolucionária"), externamente as representações podiam ser outras. Os tempos eram distintos. Aqui, a revolução com amplo apoio político; lá, as desconfianças dos governos ocidentais. Aqui, o inimigo era a sombra ameaçadora do passado salazarista; lá, era o comunismo sempre presente num Terceiro Mundo em disputa entre EUA e URSS, durante a segunda Guerra Fria. Internamente, o salazarismo era uma estrutura arcaica, mas externamente não fora sempre funcional para o capitalismo oligopolista internacional? A dúvida era: poderia um governo "democrático" continuar a ser funcional para o capital oligopolista nacional e internacional? Se a resposta era afirmativa, deveria haver uma segunda indagação: qual dos projetos localizados no interior da correlação de forças políticas interna deveria ganhar o respaldo dos Estados Unidos e da OTAN? Não desejamos (nem podemos) devassar as ações diplomáticas, confessáveis ou não, dos representantes dos interesses europeus e norte-americanos. Elas apaixonaram os discursos da época. E ainda apaixonam aquela história contemporânea investigadora, de detetives, muitas vezes aliada ao jornalismo. Deixemos estas representações para depois.

O que parecia é que Portugal evidenciava para o mundo que o caráter da sua revolução poderia ser socialista. A imprensa internacional se alarmou com o que denominava "a bolchevização de Portugal", o "surgimento de um satélite de Moscou no extremo Ocidente da Europa" etc. Enquanto as pressões (ou apreensões?)

[240] *Diário da Assembléia Constituinte*, 24 de setembro de 1975.

internacionais se desenrolavam, um acontecimento acelerou ainda mais a política de suposta inspiração esquerdista do governo português: a tentativa de golpe militar, feita pela oficialidade spinolista, em 11 de março[241]. Começaria o verão quente.

Verão Quente

Em março de 1975 o MFA suprimiu a JSN e o Conselho de Estado colocando em seu lugar o CR - Conselho da Revolução eleito e assistido pela AMFA - Assembléia do Movimento das Forças Armadas. Em abril foi assinado o primeiro pacto MFA-partidos e assumiu o IV governo provisório o que aumentou as tensões político-institucionais do país por quatro motivos principais: sua composição representou uma viragem ainda maior à esquerda; separaram-se pela primeira vez a dinâmica revolucionária e a dinâmica eleitoral; radicalizaram-se as medidas econômicas de teor nacionalista; houve a divisão irreconciliável do MFA.

O estudo do que pensavam (ou diziam pensar) os agentes dessa grande história, dessas vicissitudes políticas tão enganosas é sempre revelador. A superposição de ordem e revolução continuava. Para o capitão Vasco Lourenço, o problema fulcral residia em como "continuar o processo revolucionário após a entrada em vigor da constituição política"[242]. Exibia lucidez política. O regime constitucional ainda não vigorava, mas as eleições diretas aconteceram. As primeiras eleições livres para a ANC - Assembléia Nacional Constituinte

[241]Sob o pretexto inverossímil de que a esquerda preparava a "matança da páscoa" (onde executaria centenas de spinolistas e direitistas) um batalhão de pára-quedistas, um grupo de oficiais da Guarda Republicana e alguns pilotos se sublevaram, sendo no mesmo dia detidos e Spínola fugiu para Madrid e depois para o Brasil. Alguns jornalistas e memorialistas contestam a existência de uma tentativa frustrada de golpe, considerando "armação" da esquerda, mas hoje já parece comprovado que se tratava mesmo de um intentona precipitada contra o governo de Vasco Gonçalves, e que não fosse a rápida ação da 5° divisão, que pôs em alerta os meios de comunicação e todos os centros militares do país, a manobra golpista poderia ter confundido muitos militares e até poderia ter triunfado. Um jornalista russo acusou a imprensa internacional, notadamente a inglesa, a norte-americana e a brasileira, de adiantar-se com a notícia do golpe, prevendo ou desejando a sua vitória. Ermakov, V. e Poliakóvski, V. *Encruzilhadas da Revolução Portuguesa*, p. 97.

ocorreram em abril de 1975. Os resultados surpreenderam o MFA e deram ao bloco civil-militar dos socialistas moderados um grande prestígio numa eleição em que votaram quase 92% dos eleitores com voto facultativo (vide tabela 8).

A estrutura do eleitorado português não condizia com opções revolucionárias, pois incorporava contingentes que não eram em si mesmos avessos às transformações sociais, mas pela circunstância histórica de submissão à ideologia salazarista por quase 50 anos, ao poder local, à estrutura familiar conservadora, às tradições rurais etc, optaram por valores como segurança e tranqüilidade, em meio às incertezas da revolução: entre os eleitores, predominavam os mais velhos (60% com mais de 50 anos), as mulheres (54%) e a população rural (38% da população era analfabeta!)[243]. Ninguém mais desejava a "desordem". O próprio Vasco Gonçalves, ardoroso defensor da revolução, saudou "a ordem e o civismo" que guiaram as eleições[244].

De qualquer forma, o fracasso do PCP revelou para muitos sua fragilidade até então desconhecida, por mais que o partido afirmasse ter sido vítima de uma situação em que os eleitores não estavam "preparados para votar" (mas quando estariam?). Instaurou-se o embrião de uma estrutura potencialmente dual, entre um poder real (o governo provisório apoiado pelo MFA, pelo PCP e pela intersindical) e a Assembléia, onde as posições da burguesia e da pequena burguesia estavam bem melhor representadas. Esta realidade não está nas interpretações posteriores nem na bibliografia. Encontramo-la na própria documentação da Assembléia Constituinte. Ouçamo-la!

Dissera um representante socialista, o Sr. Lopes Cardoso, naquela chamada "seção antes da ordem do dia", que antecedia os trabalhos dos constituintes e lhes permitia discursar com mais liberdade: "É contra a dialética marxista dissociar as realidades,

---

242 Vasco Lourenço, op. cit., p. 31.
243 D'Arthuis, Beatrice et. al. *As Mulheres Portuguesas e o 25 de Abril*, p.19.
244 Vasco Gonçalves. *Discursos, Conferências, Entrevistas*, p.358.

dizendo-se: na Assembléia elaboramos a constituição, lá fora o povo luta pelo socialismo". Notemos a linguagem "marxista". Pois até os que depois a esqueceriam precisavam legitimar-se com ela. Façamos o contraste com um deputado comunista. Preferiria elaborar uma constituição de acordo com a defesa do processo revolucionário em curso. Assim expressava-se o sr. Otávio Pato, alto representante dos comunistas[245]. Aqueles que preferiam ver as decisões nas mãos dos militares atacavam a idéia de fazer a Assembléia "extravasar das suas funções, constituindo um instrumento de pressão política sobre o MFA" (Deputado José Tengarrinha)[246]. Intenção esta que podia ser detectada nas palavras de Medeiros Ferreira, um socialista:

"...existem aqueles que por concepções elitistas ou até secretistas, preferem que as decisões sejam tomadas sem que o povo português delas possa ter conhecimento"[247]*. Daí porque um deputado comunista ter acusado alguns de tentarem fazer da Assembléia Constituinte uma Assembléia parlamentar*[248]*! A disputa de idéias era sobre a dualidade de poderes. Sobre quem se sobrepõe a quem. Qual o poder legitimado. Tanto que outro deputado se insurgirá contra a paralisação e institucionalização da revolução promovida pela Assembléia*[249]

Em verdade, não houve dualidade de poderes, naquele sentido que Lênin certamente daria ao termo. Houve aquilo que se chamou "Estado dual"[250], onde o MFA de um lado e o governo de Spínola de outro, representaram duas alternativas de

[245] *Diário da Assembléia Constituinte*, 17 de junho de 1975.
[246] Id. 20 de junho de 1975.
[247] Id. Ibid.
[248] Id. 11 de julho de 1975.
[249] Id. 16 de julho de 1975.
[250] Um analista afeto à ultra-esquerda falou em dualidade de poderes nesse período, mas transpondo a situação da Rússia entre fevereiro e outubro de 1917 para Portugal, acreditando num duplo poder entre o governo e um poder popular "conselhista" formado por comissões de trabalhadores e de

transformação diante de uma máquina burocrática paralisada. O MFA promoveu o saneamento de pessoas e não de processos burocráticos[251], de modo que o Estado assumiu novas funções na distribuição do excedente social tributado, no controle indireto da taxa de acumulação do capital social e até como administrador direto de empresas nacionalizadas, além de incorporar novos órgãos responsáveis por atender novas demandas da sociedade, mas no geral, sua estrutura fundamental permaneceu intocada, não sofrendo as propaladas transformações revolucionárias.

A chamada extrema esquerda, tanto militar quanto civil, respondeu à dinâmica eleitoral com a defesa da "legitimidade das armas" e o aprofundamento das medidas nacionalistas. E como se poderá ver, nem eles conseguiam ir além do nacionalismo. "Revolução" era sinônimo de defesa de interesses nacionais. O coronel Vasco Gonçalves decretou a nacionalização dos setores financeiro, de seguros, eletricidade, petróleo, transportes, siderurgia e cimento, expropriou latifúndios no Alentejo... A "nacionalização da banca" (estatização dos bancos) foi impulsionada, em primeiro lugar, pelos próprios trabalhadores bancários, que foram tomando paulatinamente o controle das instituições para impedir fraudes que pareciam chegar ao paroxismo[252]. Mas um deputado socialista, o sr. Miller Guerra dizia, talvez sem o saber, que

"...alguns falam em avançar a revolução, mas em palavras, porque nos atos, eles procuram é fazer com que ela ande para trás"[253].

---

moradores, os quais encontravam alguma simpatia em membros do COPCON. Sabino, A.L. *Portugal é Demasiado Pequeno*, pp. 23 e 137.

[251]Santos, Boaventura S. *O Estado a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, p.34.

[252]O sr. Champalimaud, por exemplo, constituiu um banco, em 1973, com 1,2 milhão de contos; os 37 milhões de contos que obteve na forma de depósitos, investia prioritariamente nas suas próprias empresas, negando a função principal do sistema financeiro numa economia saudável, que é a de financiar e dar crédito aos investidores produtivos. Vide: Guimarães, Josué. *Lisboa: Urgente*, p.82.

Divisões anunciavam-se. Não eram so conjunturais. Eram a conseqüência dos atos daqueles que desejavam mais do que a revolução podia dar, diriam os socialistas mais moderados. No dia 1º de maio, os comunistas impediram Mário Soares de falar no comício dos trabalhadores em Lisboa. No Movimento das Forças Armadas as tendências mais afeitas ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e baseada no Serviço de Detecção e Coordenação de Informações e do serviço de extinção da PIDE-DGS) e aquela cuja maior parte integrava o COPCON começaram a se separar da ala que chamavam de "moderada". No mesmo mês de maio, o jornal "República" (nome sugestivo) foi ocupado pelos tipógrafos, e seu diretor socialista foi expulso. Em julho o "República" foi reaberto com um novo diretor nomeado pelo Conselho da Revolução. Com esse episódio o PS (seguido pelo PPD) abandonou o governo em protesto e utilizando do seu prestígio eleitoral organizou duas grandes manifestações populares no Porto e em Lisboa, em 18 e 19 de julho, respectivamente. É o início do que foi chamado "verão quente" da revolução portuguesa.

Pouco antes, diria o Sr. Miller Guerra, na Assembléia, que "a liberdade foi subjugada". A idéia de liberdade, contraposta aos que defendiam a continuidade do governo das forças armadas, tornava-se monopólio dos socialistas e liberais. Porque os outros precisavam adjetivá-la. Explicá-la. O deputado Sousa Pereira terá que dizer:

"A liberdade tem de viver-se no concreto, isto é, a liberdade tem de ser claramente posta ao serviço da luta pela construção de uma sociedade justa..."[253].

"Liberdade", mas sob certas condições. Vejamos o que pensavam os comunistas sobre a "liberdade de greve" que eles diferenciavam do "direito de greve". A idéia de

[253] *Diário da Assembléia Constituinte*, 17 de junho de 1975.

liberdade, uma vez mais, era adjetivada, substituída ou mesmo negada pelos comunistas porque eles não podiam imaginar a liberdade de se atentar contra um "governo revolucionário". O partido deveria sempre, nas palavras de um constituinte comunista,

"...dizer à classe operária quando lhe parece que uma determinada greve é prejudicial aos interesses da classe".[255]

Ora, mas quando precisam incorporar uma idéia que foi monopolizada pelos adversários, os políticos perdem a iniciativa. Precisam adaptá-la. Mas nos discursos de socialistas e liberais a liberdade não é uma explicação. É, diria Gramsci, uma "idéia-força".

Entretanto, o verão quente foi pintado como se fosse o terror jacobino. Nada mais falso. Problema maior persistia sendo aquilo que os agentes dessa grande história não podiam perceber. A não ser na forma explícita da "dualidade de poderes". Refiro-me à pluralidade de tempos. Que pode ser detectada nas idéias. Recorrentes. Cansativas. Nacionalismo. República. Revolução. Ordem. Liberdade. Europa. Império. Comunidade. Socialismo. Palavras que escondiam realidades persistentes. Semelhantes. A ação humana parecia impotente, às vezes. Vanguardas tomavam consciência do problema. Ao menos parcialmente. Os oficiais que mais apoiavam o governo percorreram o país profundo e espalharam-se. Deram aulas sobre os partidos. Sobre política. Sobre o "novo" Portugal. Sabiam que o tempo da revolução estava distante do interior. Um constituinte exaltou-se na crítica da "intenção da Quinta Divisão de candidatar-se a vanguarda política"[256]. Mas a Assembléia Constituinte representava, para a esquerda mais radical, um retrato invertido do país. Nela, os interesses materiais da minoria da população tinham representação

254 Id. 19 de junho de 1975.
255 *Diário da Assembléia Constituinte*, 24 de setembro de 1975.
256 Id. 14 de agosto de 1975. Fala do deputado Costa Andrade (PPD).

majoritária e os da maioria tinham apoio minoritário. Mas as eleições, por vias tortuosas são, como reconheceria Gramsci, um teste de hegemonia. E esta pertencia aos que preparavam mudanças formais. Não substantivas. As que vieram foram pela pressão das Forças Armadas.

Em conseqüência, os comunistas declaravam que as eleições nada tinham a ver com a revolução, que Portugal não seria uma "democracia burguesa ocidental", com "liberdades democráticas e monopólios", e que "os comunistas não aceitam o jogo das eleições", nas palavras de Álvaro Cunhal. Dois dias antes da grande manifestação socialista supracitada, a esquerda restante participou nas manifestações das comissões de trabalhadores, sob a palavra de ordem: "Dissolução da Assembléia Constituinte Já!"; ainda que essa não fosse a posição oficial dos comunistas[257]. O PCP estava longe de ser aquele partido radical, que se preparava para a tomada do poder e a instalação de uma ditadura do proletariado no verão de 1975. Tratava-se de um partido em transição, ideologicamente circunscrito ao bolchevismo, forjado na militância clandestina, e politicamente modificado pela irrupção das massas de proletários rurais do Alentejo na sua estrutura organizativa. Os resultados eleitorais lhe deixaram explícito que, sem uma aliança do proletariado com setores médios da sociedade portuguesa (classes médias e pequena burguesia), a revolução sofreria uma "viragem à direita".

O MFA, refletindo essa disputa na sociedade civil, também cindiu-se. O governo caiu no isolamento; o poder que se autodenominava revolucionário, que havia tomado medidas que pretendia considerar radicais, mas sem transformar o país num sentido socialista, permitiu que fosse possível uma recomposição político-militar de setores representativos dos empresários, do capital internacional e das camadas médias. Como

[257]Cervellò, J. Op. cit., p. 235.

sintetizou Vasco Gonçalves mais tarde: em todo o processo político português daquele período, não houve um poder revolucionário, mas sim revolucionários no poder!

Essa recomposição do passado começou a ganhar força com a emergência da corrente socialista moderada do MFA. Em resposta ao documento governista "Aliança Povo-MFA", os chamados moderados lançaram o "Documento dos Nove", baseado implicitamente na noção gramsciana de bloco histórico[258], e propugnando uma via "pluralista" e de lenta construção do socialismo — o próprio Melo Antunes[259] (um dos signatários) reivindicou publicamente essa "inspiração gramsciana"[260]. O mesmo conceito de "bloco histórico" foi reivindicado pelo deputado José Nunes[261]. A terminologia gramsciana, que na época começava a ser lida com as lentes mais moderadas do eurocomunismo, era uma alternativa àqueles que não queriam as palavras de ordem dos comunistas, mas também não pretendiam parecer contra-revolucionários ou representantes da direita. Tanto no movimento dos capitães quanto na Assembléia Constituinte.

Mas aqui importam estes fatos pelo que eles trouxeram de significativo em termos de exposição de idéias. De manifestação de conflitos. O COPCON publicou um documento defendendo as nacionalizações, atacando os "nove" mas criticando também os comunistas e retirando o apoio ao governo — aliás, o próprio Otelo chegou a escrever, em agosto de 1975, um documento síntese das posições do COPCON e dos Nove, juntamente

---

258 Na terminologia gramsciana, bloco histórico é a unidade entre superestrutura e infra-estrutura. Os grupos sociais precisam, para que haja um bloco histórico, mover-se dentro dos limites estruturais que lhe são impostos. Não podem ir além. Da mesma maneira, as alianças de classes e frações de classes para se compor um bloco histórico, bem como seu programa político, devem ser formulados em relação com os interesses materiais em dado momento histórico. Esse conceito foi usado para atacar aqueles que pretenderiam fazer alianças sem levar em conta o período em que se vivia ou que não desejavam aliança alguma.

259 Melo Antunes fora um dos principais autores do Programa do MFA, escrito antes do 25 de abril.

260 Fonseca, R. *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa*, p. 212.

261 *Diário da Assembléia Constituinte*, 17 de julho de 1975.

com Melo Antunes, aceitando a idéia da transmissão do poder aos civis, mas os oficiais copconistas rejeitaram esse acordo[262].

A intenção do governo, já arrostando o isolamento, pareceu ser a de ir até um ponto em que a descolonização e as "conquistas" do processo revolucionário se tornassem irreversíveis, mesmo que se seguisse (como de fato aconteceu) um governo "moderado"[263]. Na política de descolonização, o governo cumpriu o esperado. O inevitável, diriam outros: Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se tornaram "independentes". Angola só depois: em novembro[264]. Timor Leste, onde Portugal procurou adiar a solução de independência, acabou sendo invadido e anexado pelo regime indonésio. No geral, Gonçalves tentou aprofundar a "via para o socialismo", propugnando sempre o compromisso efetivo do MFA com as representações políticas e sindicais. Era o que declarava. E também os seus críticos[265]. Não contrariava a hipótese de alianças dos trabalhadores com a pequena e a média burguesia[266], antes considerava-as parte de um bloco político, mas sob hegemonia dos que estavam em baixo.

O PCP não concordava com essa linha política de "radicalização" da revolução num governo isolado, ainda que publicamente tivesse mantido seu apoio ao governo. Muitos "acusaram" o PCP de "oportunismo" e afirmaram ser o próprio Gonçalves um estafeta do PCP. Porém, a documentação que veio a lume posteriormente atesta divergências significativas entre o agrupamento político chefiado pelo coronel Vasco

---

[262] Este documento não foi divulgado, só se conhecendo um pobre resumo publicado num jornal da época. Vide: Faye, Jean Pierre. *O Portugal de Otelo: A Revolução no Labirinto* (neste livro também estão os documentos antes referidos: "Aliança Povo-MFA", "Documento dos Nove" e "Documento do COPCON". Importantíssimos para a análise "discursiva" da revolução.

[263] Esta é a leitura de: Fonseca, Ronaldo. Op. cit., p. 206.

[264] Neste caso a independência e deu contra a vontade de Portugal, já sob o VI governo provisório entre o MPLA no poder e a UNITA, apoiada pelos EUA, e pela intervenção sul-africana a partir já de 23 de outubro (o governo português reconheceu Angola em fevereiro de 1976).

[265] Vide a crítica à celeridade da descolonização feita depois por um constituinte: *Diário da Assembléia Constituinte*, 3 de setembro de 1975.

Gonçalves e os comunistas. Na reunião do Comitê Central do PCP em agosto, Alvaro Cunhal declarou que não apoiaria o governo se não houvesse sustentação político-militar suficiente para o seu funcionamento[267]. Enquanto o governo buscava o confronto, tido por inevitável, e tentava "acelerar o ritmo da revolução", o PCP buscava o compromisso[268]. Outra fonte que em que se pode lastrear a interpretação supradita é uma entrevista concedida pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves ao semanário belga Hebdo 75 em outubro, logo depois da queda do seu governo. Perguntado sobre o PCP, Vasco Gonçalves disse:

"A situação actual do PCP é extremamente complicada e difícil. Participando de uma maneira ou de outra no governo, o PC entendeu que o inimigo principal não era a social-democracia, mas sim o fascismo. Esta idéia está na base da sua política. Mas uma questão que se põe e que se punha já no seio do V governo é a de saber se devemos lutar pela realização dos objectivos socialistas ou se estamos numa fase na qual deve luctar-se prioritariamente contra o fascismo e a reacção. Pessoalmente, penso que estas duas hipóteses quase se confundem. Neste momento é muito difícil distinguir entre os sociais-democratas e os reaccionários de direita e os próprios fascistas, de tal modo se confundem. É esta a minha opinião em face das práticas dos diferentes grupos políticos"[269].

Análises de Interesses externos. Crise

As relações próximas de Portugal com a comunidade de países que tinham interesses (investimentos) a defender nunca cessou. Mas elas podem ser melhor avaliadas com a retirada das aparências representadas pela "radicalização" do governo depois de

---

[266]Gonçalves, Vasco. "Discurso na tomada de posse do V governo provisório (8 de agosto de 1975), in Id. *Discursos, Conferências, Entrevistas*, op. cit., p.358.
[267]Cunhal, Alvaro. *A Crise Político-Militar. Discursos Políticos-15*, p.137. Para Maxwell, isso significou a ruptura do PCP com Vasco Gonçalves (Maxwell, K. Op. cit., p.252).
[268] Louçã, Francisco. "A Vertigem Insurrecional: Teoria e Política do PCP na Viragem de Agosto de 1975", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit, p.158.
[269]Gonçalves, Vasco. *Discursos, Conferências, Entrevistas*, op.cit., p.395.

março de 1975. A queda de Vasco Gonçalves liberou aquelas relações da fraseologia revolucionária. Mas a conjuntura econômica também se fez valer. E em largo tempo, as próprias "economias", aqueles conjuntos geográficos e econômicos aos quais Portugal estava há muito vinculado, mesmo que, politicamente, não mais o quisesse. E para além das disputas programáticas no seio do MFA. É preciso lembrar que, no ano de 1975, as reservas cambiais estavam baixando perigosamente, tornando o país mais suscetível às decisões dos países ricos acerca de empréstimos para Portugal.

Aqui voltamos ao problema nuclear dessa história. Talvez de toda história, como diria Braudel. É possível mudar a sociedade pela vontade política? É permitido superar aquelas estruturas herdadas, aquelas rugosidades (para empregar uma expressão do geógrafo Milton Santos) que o espaço, primeiro, e as economias, depois, impuseram? Um dos "fracassos" do MFA foi não ter conseguido impulsionar uma política econômica de substituição de importações e diversificação das exportações, com o objetivo de diminuir a dependência que Portugal tinha frente aos EUA, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e outros países da Comunidade Econômica Européia [270]. Vontade houve de aumentar o intercâmbio com os países socialistas. Vejamos o caso espetacular da greve da Lisnave. O estaleiro passou por um "saneamento" e teve em seus quadros de trabalhadores militantes de várias organizações de esquerda. Mas a greve, a ocupação e a retomada da produção enfrentaram aqueles problemas inevitáveis: como enfrentar o possível boicote de seus compradores? Como enfrentar a crise de demanda? Que pode a vontade política? Um relatório de abril de 1975 feito por uma comissão econômica da empresa citou a necessidade de procurar novos mercados nos países socialistas e no terceiro mundo. Mas quando se tratou de procurar suprimentos de carvão mineral (coque) voltavam-se os olhos

[270] Vide: Eisfeld, Rainer. "Sobre o murchar dos cravos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit, p.132.

para... "acordos a firmar com Angola e Moçambique os quais são suficientemente ricos nestes materiais"[271]. Sim, as colônias, exportadoras de matérias primas.

Vejamos também o caso do governo que se queria revolucionário. "Radicalizado" aos olhos de muitos e no mais sombrio isolamento internacional, o governo de Vasco Gonçalves tinha diante de si uma crise inevitável, pois teria que solucionar um célebre problema estratégico definido por Adam Przeworski: "chegar à democracia sem morrer nas mãos dos que detêm as armas ou passar fome nas mãos dos proprietários dos recursos produtivos"[272]. Um constituinte perguntou:

"Isolamento de uma vanguarda que avança a passo acelerado no caminho da revolução?"[273]

Se Gonçalves perdia a hegemonia no seio das forças armadas, também não contava com nenhuma simpatia do empresariado. A situação econômica e financeira de Portugal se agravava e corroía ainda mais as bases de apoio do governo, por mais que acreditasse que suas reformas de estrutura pudessem demonstrar bons resultados a médio e longo prazo[274]. O aumento dos custos de produção e a baixa dos preços de venda irava ainda mais a população do campo, particularmente os pequenos proprietários do norte[275]. O déficit estrutural da economia portuguesa parecia irremediável depois da perda abrupta das colônias. A desvalorização da moeda nacional, o escudo, para estimular as exportações, não podia ser feita em grande escala numa economia que importava ¼ do seu produto

---

271 Vários autores, *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, pp.150-153.
272 Przeworski, Adam. *Democracia e mercado*, p.77
273 *Diário da Assembléia Constituinte*, 13 de agosto de 1975.
274Em julho, as sementes de rações, adubos e pesticidas estavam 100% mais caros e os novos encargos da previdência rural sobre os pequenos proprietários agrícolas atingiam de 17% a 23%. O preço do leite, do gado, do trigo e dos cereais não compensavam os gastos dos camponeses. Vide: *25 de Abril: Textos Cristãos*, p.382 (documentos).
275 Vide: Collin, Claude. "Révolution et contre-révolution dans les campanges portugaises", *Les Temps Modernes*, Paris, 1975, p. 381 ss.

nacional bruto, pois significaria gerar uma inflação monstruosa e encarecer as importações sem um correspondente aumento da produção interna.

No novo governo do almirante Pinheiro de Azevedo, a desvalorização cambial foi maior do que antes[276], e tinha por objetivo baratear a mão de obra (encarecida pelas conquistas salariais de 1975) e estimular investimentos estrangeiros, promovendo a recuperação capitalista em muitas empresas nacionalizadas[277]. Na Conferência para Segurança e Cooperação Européias de Helsinque (ocorrida a 1 de agosto), o presidente Ford, dos EUA, e Wilson, primeiro-ministro inglês, haviam condicionado qualquer ajuda financeira à mudança interna da política portuguesa[278]. O governo cumpriu esses requisitos, de tal forma que o governo norte-americano e a Comunidade Econômica Européia deram a Portugal uma ajuda de emergência[279], à qual se seguiram outros empréstimos.[280]

Como se acaba uma revolução

Mas a economia exige a força. No plano militar, o governo logo se preparou do ponto de vista operacional para enfrentar os desalojados do governo anterior e aqueles que ainda desfrutavam de posições importantes nas Forças Armadas e não o apoiavam, criando a 25 de setembro o AMI - Agrupamento Misto de Intervenção (pára-quedistas, fuzileiros, comandos e duas companhias de cada força, rotativamente), extinto oficialmente em 20 de

---

276 Refiro-me aos dois governos anteriores (o IV e o V governos provisórios ainda sob a chefia de Vasco Gonçalves).

277 Até o V governo provisório, o escudo tinha se desvalorizado 7,4% em relação ao dólar; durante o efêmero V governo desvalorizara-se 0,7%, e no VI governo provisório, desvalorizou-se 16%.

278 Eisfeld, Rainer. "25 de Abril e a política externa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº11, Coimbra, maio de 1983, p.112.

279 Maxwell, K. Op. cit, p.189.

280 As pressões internacionais sobre Portugal eram compreensíveis: após 29 de maio de 1972, quando Nixon e Brejnev assinaram uma declaração de princípios, o clima pacífico não durou muito, iniciando-se uma nova etapa de conflitos tópicos entre as duas superpotências, a partir da guerra do Yom Kipur, em 1973, onde as revoluções dos anos 70 integraram a segunda guerra fria. Vide: Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos*, p.439

novembro mas não de fato, passando a atuar por algum tempo ainda na sede dos comandos na Amadora.

A oposição atacou-o violentamente: em setembro grandes manifestações da Associação dos deficientes das forças armadas, greve da construção civil... A informação permanecia nas mãos da chamada esquerda militar. Um deputado, Freitas do Amaral (CDS) falou em "crise de autoridade"[281]. O governo declarou-se em "greve", impotente para governar do ponto de vista militar, e pediu providências para o exercício da sua autoridade legal. Um grupo de oficiais das Forças Armadas lançava o "manifesto dos 18", pedindo a substituição da assembléia constituinte por uma "assembléia popular nacional", baseada no "poder popular armado".

A autoridade sobre o exército era o que mais preocupava o governo. Tinha razão. O COPCON, como já vimos, era quase independente da vontade política do primeiro ministro e do presidente. Poderia continuar a sê-lo indefinidamente, superando toda uma mentalidade existente há muito no exército? O governo estava sem autoridade militar completa no país, o que levou alguém a arriscar a hipótese de que a burguesia estava virtualmente sem exército[282]. Estava mesmo? Poderia um governo aceitar perder sua razão de existir, ou seja, o monopólio legitimado da violência?

Tentemos, até onde isso é possível, escapar da narrativa dos acontecimentos para nos atermos às suas representações ou versões. Porque eles ainda são muito controversos. Na madrugada de 24 de novembro de 1975 houve uma sublevação militar. Felizmente interessam-nos aqui as versões. Os relatos. O relatório feito posteriormente pelo governo, declarou que Otelo Saraiva de Carvalho ordenou a rebelião. Os militares profissionais e aqueles de matiz mais moderado organizaram-se para rechaçar a revolta antes mesmo dela ser efetuada, reunindo-se no quartel de regimentos da Amadora, posto de comando central

[281] *Diário da Assembléia Constituinte*, 30 de setembro de 1975.

da chamada operação vermelho 8. Lá não estavam membros importantes do MFA: a ação contra-insurgente que se preparava não era comandada operacionalmente pelo chamado grupo dos nove[283].

O que foi a sublevação? Os acontecimentos foram tão poucos. As implicações foram vastas. Na manhã do dia 25 de novembro, as unidades de pára-quedistas de Tancos ocuparam quatro bases aéreas, enquanto as tropas da Escola Prática de Administração Militar tomaram os estúdios de TV (sempre a disputa pelos meios de comunicação!). Os "páras" de Tancos eram reconhecidos pelo profissionalismo. Preparados para serem transportadas e lançadas de avião, as tropas de pára-quedistas também podiam se comportar como tropas que combatem em terra como infantaria de assalto.

Simultaneamente, o RALIS, chefiado pelo capitão Diniz de Almeida, ocupou a auto-estrada do Norte e o aeroporto de Lisboa. Às 14 horas os sublevados foram intimados à rendição[284]. Eis tudo! Mas a reação foi maior do que a ação. Estado de emergência em Lisboa. Estado de sítio no país. Suposta espera da entrada dos fuzileiros navais na contenda para desequilibrá-la a favor dos supostos revoltosos.[285] Pouco a pouco, porém, as forças oficiais foram retomando as posições rebeldes, além de terem se preocupado, desde o início, com o domínio dos meios de comunicação social (como no 25 de abril), elemento estratégico indispensável para o seu sucesso. Com o controle da informação audiovisual, o governo retomou a ofensiva e se legitimou perante a população como a força representante da legalidade instituída[286]. A legalidade, entretanto, era a revolucionária. A "verdadeira". Os

[282]Saldanha Sanches, J.L. *O MRPP: instrumento da contra-revolução*, p.137.
[283] Faye, Jean Pierre. *Op. cit.*, p. 292.
[284] Apud Rodrigues, Avelino; Borga, Cesario; e Cardoso, Mario. *Portugal depois de Abril*, p. 281.
[285]Wery, M. Op. cit., p. 180.
[286] O artífice da contenção do golpe foi o até então desconhecido tenente-coronel Ramalho Eanes (expressão da ala *profissional* das Forças Armadas, mais conservadora), que se tornaria em breve general e presidente da república.

outros eram os "sediciosos", "golpistas". Disputava-se ainda a idéia de "revolução"... Dizia um deputado socialista na Assembléia:

"Apoiar as forças das autoridades revolucionárias e dos chefes militares não sediciosos, no sentido de jugularem a revolta, empregando para tanto os meios necessários"[287].

O controle da informação foi crucial. E servirá mais tarde para se criar uma narrativa dos fatos. Uma versão dominante. Conforme Perrone:

"O que é importante notar é que, enquanto em Cuba, Chile e em outros países o jogo político teve como centro a disputa do controle da infra-estrutura econômica, açúcar ali, cobre aqui, reforma agrária ali, bancos aqui, em Portugal a luta pelo controle dos mass-media chegou a deixar em posição secundária os problemas econômicos"[288]

Estruturas e Permanências

Portugal não revolucionou as estruturas profundas de sua organização sócio-econômica. As profundidades de uma crise bissecular pediram o paroxismo da revolução, mas não permitiram que um novo padrão de acumulação e de desenvolvimento (socialista ou outro) se impusesse. A democracia liberal, que Portugal nunca havia conhecido de fato, esta sim se instalou, e o liberalismo e o republicanismo do século XIX precisaram, paradoxalmente, da retórica socialista para se implantarem.

Também estava, certamente, ajustado às ondas que levavam os países do sul da Europa a superar os resquícios de regimes fascistas em direção à democracia parlamentar. Grécia e Espanha caracterizaram-se por formas relativamente pacíficas e negociadas de

[287] *Diário da Assembléia Constituinte*, 26 de novembro de 1975.

transição. Nessa unidade geográfica e quase política do sul europeu, a Itália, menos por suas tímidas e tardias pretensões imperiais e mais por sua derrota na Segunda Guerra, associada a uma resistência interna, abandonou o regime fascista uns trinta anos antes. Portugal fez-se singular nessa nova onda de abandono dos remanescentes regimes dos anos vinte e trinta. E aqui mais do que nunca a "tripartição" do tempo se faz valer.

Em termos de longa duração, foi sua natureza imperial e metropolitana que o singularizou frente a Grécia e Espanha (esta havia deixado há muito seu sonho imperial depois dos golpes sofridos em 1898, na mesma época em que Portugal conseguia manter e organizar seu império africano apesar da corrida neocolonialista que envolvia países mais poderosos como Alemanha, Inglaterra e França). Já vimos anteriormente em que condições Portugal manteve suas colônias. Em termos conjunturais (média duração), mas devido sua natureza imperial, Portugal viu-se envolvido numa guerra. A impossibilidade de vencê-la só lhe dava a perspectiva de uma solução política (negociada) com as guerrilhas. Mas a solução negociada externa só era possível com a solução de ruptura interna, posto que os interesses que se opunham ao fim do colonialismo eram dominantes no aparelho de Estado. Por isso, na curta duração dos acontecimentos aqui apresentados, só uma revolução de cores radicais e socialistas (as cores da época) poderia realizar a tarefa "liberal" e "democrática" que nos outros países se concretizou sem os disfarces da linguagem e sem as esperanças dos revolucionários. A articulação do fator exógeno (guerra colonial) com o endógeno (Estado corporativo) mostrou que o externo não se impunha senão através de contradições internas. Portugal era um império periférico envolto por interesses e relações internacionais que não controlava. Mas essas relações nunca poderiam conduzi-lo sem aqueles elementos de longa duração inscritos em sua história. Sem a forma ideológica que acompanhava o país

[288] Perrone, Fernando Leite. *A luta pelo controle da comunicação social em Portugal*, p. 15.

desde o século XIX. Para lembrar Marx diríamos que a Revolução Portuguesa precisaria ter tirado sua poesia do futuro e não do passado...

A institucionalização do "regime democrático" exigiu um verdadeiro trabalho detalhado dos militares que não aceitavam um retorno a um regime político parecido ao anterior. Cabe lembrar que o 25 de novembro provocou o "Portugal profundo" e uma vaga contra-revolucionária e anticomunista impressionante tentou erguer-se, a tal ponto que o próprio governo teve que resistir, no dia 25 de novembro, ao recrudescimento da reação militar contra a esquerda por parte daqueles que lhe exigiam mais rigor. O suposto comprometimento comunista no golpe levou o CDS a pedir a saída dos comunistas do VI governo provisório e reivindicar seu direito de entrar no lugar do PCP. O PCP (m-l) pediu "prisão para Cunhal e seus lacaios", outros falavam em jogar os comunistas ao mar, em colocá-los na ilegalidade. Foi simbólico o momento em que Melo Antunes foi à televisão para afirmar que a democracia exigia que os comunistas nela tivessem seu papel...

Para muitos analistas estrangeiros o PCP fora apenas correia de transmissão da política exterior soviética, que estava interessada mais na África do que em Portugal. Parcela de razão talvez a tenham. O império esfacelado era maior que o retângulo continental e interesses das superpotências dirigiam-se muito à África lusófona, já o vimos. Uma vez obtida a independência de Angola, a 11 de novembro, a atitude dos comunistas teria se tornado mais moderada? Bem, não se deve reduzir as oscilações do comunismo português apenas a decisões exteriores ao partido. O PCP era decididamente pró-soviético, mas não se alinhava inteiramente à linha pacifista adotada no XX congresso do PCUS. Tudo isso mostra tanto a interferência das razões de Estado da antiga União Soviética na política interna portuguesa através dos comunistas. Fatores endógenos e exógenos foram determinantes na política desse partido. Se há um equívoco sério cometido pelos comunistas portugueses, como já se disse aqui, foi confiar inteiramente na força das armas

e na capacidade revolucionária imanente das massas, negligenciando a real distribuição de forças políticas do país[289]

Depois da queda de Vasco Gonçalves e, principalmente, posteriormente ao 25 de novembro de 1975, a correlação de forças militar já não era favorável ao comunismo. Oficiais e soldados considerados radicais foram licenciados, expulsos, transferidos, emigrados, presos, passados à reserva e perderam também seus representantes no Conselho da Revolução. Unidades tidas como garantes da revolução foram suprimidas ou saneadas. A extrema-direita incendiava os ânimos da população rural do norte de Portugal. Muitas sedes do PCP em todo o país foram incendiadas ou destruídas (lembre-se que a revolução portuguesa foi um fenômeno urbano num país camponês, de modo que muita gente propunha a separação de suas regiões do país caso triunfasse um governo comunista em Lisboa, como foi o caso dos separatistas dos Açores[290]!).

Mas os comunistas, tivessem ou não sido adeptos de uma visão leninista e de um calendário mais demorado para o fim do governo militar-revolucionário, aceitou a entrada rápida do país na "normalidade constitucional". Dir-se-ia "republicana". Ou liberal se se preferir. Nada que não se tivesse projetado nas mentes radicais do século XIX. O 25 de novembro preparou a eliminação da componente militar da revolução, a partir daí a democracia política começou a ser implantada gradualmente. A 26 de fevereiro de 1976, com a assinatura do segundo pacto MFA-Partidos, reafirmaram-se as garantias de autonomia da assembléia constituinte e um sistema pluralista e formalmente democrático.

[289] Hobsbawm, Eric. *Estratégias para uma Esquerda Racional*, p.134.
[290] A importância militar dos Açores residia no fato de que a sua base aérea fora vital como ponte da aviação americana com destino a Israel. Recentemente havia acontecido a guerra do Kippour.

AS ARMAS

"Em circunstâncias revolucionárias, muito mais do que em circunstâncias normais, os destinos dos exércitos refletem a verdadeira natureza do poder civil".

Karl Marx[291]

Os exércitos não estão fora da sociedade civil. Ao menos fora de suas correntes sociais e ideológicas. Seu meio de recrutamento é essa própria sociedade civil. Entretanto, eles obedecem aos seus estados, à sociedade política stricto sensu. Não são institutos privados de hegemonia. São partes do aparelho repressivo. Além disso, os avanços da ciência militar e das tecnologias aplicadas à guerra especializam cada vez mais o militar profissional, alimentando uma auto-imagem de um grupo profissional específico separado da sociedade ou das classes sociais. O aprendizado desses avanços da ciência militar tocavam, naturalmente, a situação dos oficiais de carreira. Não só a instrução militar se tornou mais complexa. Mas também a administração de contingentes humanos e recursos materiais em quantidades crescentes. Na França, foi a Escola Superior de Guerra, fundada em 1875, que deu aos oficiais a formação necessária para o comando de grandes unidades[292]. Não é preciso notar a data. A fundação dessa escola foi uma reação a Sedan. Uma resposta à derrota na Guerra Franco-Prussiana.

Esse fator de complexidade das tarefas profissionais dos militares deve ser mitigado para o caso português em virtude do menor nível técnico de suas forças armadas

[291] *Revolução Espanhola.*

ao longo do século XX. Mas ainda assim não deve ser ignorado, na medida em que os militares portugueses se submetiam às diretivas da NATO (OTAN) – Organização Tratado do Atlântico Norte e aos seus pretendidos propósitos de modernização.

De toda maneira, a especialização alterou os fundamentos da autoridade e da hierarquia militares. Também aqui, a persuasão e a qualificação se fizeram valer no seio das organizações militares. Esse é o primeiro fator de incidência da evolução geral da sociedade sobre o meio militar. Em Portugal, o Movimento dos Capitães surgiu como uma iniciativa da oficialidade média que exigia a incorporação dessa persuasão à autoridade militar de cariz tradicional. Veremos como depois do 25 de abril o Movimento das Forças Armadas reivindicará uma autoridade baseada em princípios mais modernos de administração e gestão, sem abdicar do espírito de corpo, ainda que a linguagem fosse a da política:

"As relações entre os quadros dirigentes e as tropas, entre superiores e inferiores, entre esta e aquela parte do exército, são relações de solidariedade entre camaradas, que se baseiam na igualdade política e na fraternidade"[293]

Outro fator de incidência da evolução geral da sociedade sobre as Forças Armadas é a mudança do meio social de recrutamento. Gaetano Mosca advertiu que "a ampliação da base social da oficialidade só serviria, em sua opinião, para ativar na instituição militar aqueles conflitos que atuavam na sociedade em geral"[294]. Aqui é preciso responder a duas questões: 1. Houve essa mudança na base de recrutamento em Portugal? 2. Essa mudança teve expressões políticas?

---

[292] Monteil, Vincent. *Les Officiers*, p. 33.
[293] *Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas*, N. 25, 14 de agosto de 1975.
[294] Janowitz, Morris. *O Soldado Profissional*, p. 251.

Em Portugal, essa alteração foi nítida na segunda metade do século XX, como atestam as análises sociológicas do movimento dos capitães e as citadas memórias de Otelo Saraiva de Carvalho, que narram uma mudança de perfil e de sentimento de pertença de classe nos oficiais. Um levantamento estatístico revelou que os membros do movimento dos capitães eram, do ponto de vista sociológico, filhos da pequena burguesia e das classes médias de um modo geral (alguns da classe operária). Nascidos nos anos 40 (portanto jovens na faixa dos 30 anos) e com mais de duas comissões militares na África (no caso dos majores). Uma maioria relativa (39,4%) provinha de famílias de servidores públicos, e um outro conjunto significativo pertencia às camadas menos favorecidas: proletários rurais, operários, empregados do setor terciário, artesãos etc (20,5%). No início de 1974, havia 4.165 oficiais permanentes no exército; desse total, 703 participaram do golpe (16,9%). Dos participantes, 73,82% pertenciam à infantaria e artilharia e 80,8% eram capitães e majores[295]. Dos 4165 oficiais do MFA, 51% eram de origem rural. Mas se usarmos a dicotomia cidade / província, esta fornece 70, 5% dos oficiais. Isso porque muitas cidades não diferem de seu meio rural circundante, deixando de lado a região de Lisboa e as cidades de Porto e Coimbra[296].

Esse fenômeno de eliminação do monopólio aristocrático do quadro de oficiais teve seus paralelos na Europa:

"*Na Europa Ocidental, à medida em que a qualificação tornou-se a base para recrutamento e promoção, o monopólio aristocrático da oficialidade diminuiu*"[297].

---

295 Afonso, Aniceto e Costa, Braz. "O movimento dos capitães", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit, pp. 104 e 109-110.
296 Rodrigues, Avelino et. al. *O Movimento dos Capitães e o 25 de abril*, p.297.
297 Janowitz, Morris. *O Soldado Profissional*, p. 18.

A segunda questão, já amplamente discutida anteriormente, merece novas ilações. As estruturas não se tornam superestruturas sem mediações. No campo das ideologias, os militares adquiriram consciência de seus dilemas, mas nem por isso essas ideologias eram a pura expressão daquilo que queriam. Daí porque foi tão fácil, para alguns, usar e abandonar uma linguagem socialista. E condenar à derrota aqueles que preferiram ser partidários mais da revolução do que da instituição. A própria honra militar (ou o sentimento dela) é fator inibidor de ligações políticas. O General Spínola, em carta a Marcello Caetano, lembrou-lhe que lhe competia "defender a integridade da nação", mas não deixou de acrescentar: "salvaguardar o prestígio das Forças Armadas"[298]. No primeiro caso ele falou como mandatário político, nomeado pelo poder civil. No segundo, falou como chefe militar corporativo. Conhecemos a evolução do Movimento dos Capitães já anteriormente discutida. Desde o primeiro encontro em 1973, nos arredores de Évora, até o seu fim, depois do 25 de novembro de 1975. O Movimento não era de todos os oficiais, mas daqueles de carreira. Não era de conscritos. Aos olhos daqueles, estes degradavam seu ofício profissional, o seu selfsteem[299]. Uma vez mais é o problema do profissionalismo, da dignidade profissional o motivo básico.

Como já se discutiu anteriormente, houve um fenômeno de transmutação de interesses corporativos em questão político-ideológica. Mas como explicar essa catarse? Forças sociais são capazes de mover assim os indivíduos sem que eles as compreendam no exato momento em que estão atuando? Oficiais acostumados a obedecer faziam um movimento alheio à alta oficialidade. Quase todos capitães e tenentes. Poucos majores. Nenhum general. Pouco adiantaria acompanhar trajetórias pessoais. Elas seriam reveladoras.

---

[298] In: Caetano, Marcello. *O 25 de abril e o ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*, p. 107.
[299] Finer, S.E. *The man on horseback*, p. 227

Cemecemos pelas exceções. Elas confirmam uma regra. O Coronel, depois General Vasco Gonçalves já era um quase comunista antes de Abril? Um jornalista, Carlos Coutinho, num rápido passar d'olhos na residência do General logo depois da queda do seu governo, inventariou sua curiosa biblioteca:

"Não fiz um inventário de títulos, mas julgo que não engano o leitor se lhe disser que a História era o gênero mais substancialmente representado e logo seguido pela economia, pela filosofia e pelo ensaísmo político. Reparei em edições francesas e inglesas de Marx e Engels sublinhadas e anotadas há muitos anos. Constatei o mesmo noutras obras e apontei desordenadamente nomes como Kant, Leibniz, Comte, Descartes, Lukacs, Gramsci, Lenine, Althusser (em francês), Plekhanov, Armando Castro, Hegel, Fernão Lopes, Basílio Teles, José Tengarrinha, Herculano, Oliveira Martins, Rebelo da Silva, Jaime Cortesão, Antonio Sergio, Antonio José Saraiva, Garaudy, Álvaro Cunhal e Henri Lefebvre. Também havia livros de Mário Soares publicados e lidos antes do 25 de abril de 1974. Senti inveja por pesadas coleções de revistas especializadas de filosofia, História e Economia. Retive os títulos de la Pensée; Sciences Sociales e Economie Politique. A Vértice e a Seara Nova também lá estavam comprimidas por cima e pelos lados por calhamaços amarelecidos com o tempo e de lombadas esbeiçadas pelo manuseamento. No que respeita à literatura propriamente dita, vi uma seara imensa de romance, novela, conto, poesia e tomos vários de teoria e ensaio. À medida que passava os olhos pela desordem das prateleiras, fui descobrindo Cervantes, Eça de Queiroz, Aquilino Ribeiro, Antonio Vieira, Shakespeare (em inglês), Gil Vicente, Diogo do Couto, Cavaleiro de Oliveira, Faure da Rosa, Tolstoi, Steibeck, Brecht, Mario sacramento, Aragon, Redol, carlos Oliveira, Manuel da Fonseca, Balzac, Dostoievski, Faulkner, Roland Barthes e muitos outros autores nacionais e estrangeiros que seria ocioso enumerar"[300].

[300] Vários Autores. *Companheiro Vasco*, p. 23.

A biblioteca de Vasco Gonçalves é eclética. Ele lê do conto à teoria. Mas revela duas vertentes: o conhecimento do marxismo e de análises concretas da realidade portuguesa. Otelo saraiva de Carvalho também revelou em sua autobiografia as leituras dos revolucionários africanos e de teóricos da guerrilha, como Mao e Guevara, que ele fazia. Até mesmo em função de suas tarefas no teatro de guerra africano. O Capitão Maia, protagonista do 25 de abril não era um militar comum, dirão muitos. Era, talvez, mais "politizado" do que devia, estudante que era de Ciências Sociais. Mas eram exceções. E essas leituras não foram as determinantes na evolução política dos capitães depois do 25 de abril. O major Otelo Saraiva de Carvalho, principal organizador do golpe de estado quisera ser um ator... Assim também se diz que Barnave tornou-se revolucionário na França depois que sua mãe foi expulsa do lugar destinado à aristocracia num teatro... Mathieu, o historiador da Grande Revolução Francesa, saberia integrar este fato numa narrativa dotada de sentido. Mas não são estas trajetórias que nos importam aqui. O que estava em jogo não eram somente carreiras individuais, mas a sobrevivência institucional das forças armadas. O singular é que só a média oficialidade pôde arriscar tudo para preservar o corpo militar. Porque só ela chegou à conclusão que precisava recuperar legitimidade social.

Vejamos pelos resultados. Se é verdade que toda a vertente revolucionária do Movimento das Forças Armadas foi afastada ou expulsa das Forças Armadas depois do 25 de novembro (e outros passados à reserva), os próprios líderes ditos moderados do MFA também não assumiram o controle das operações do 25 de novembro (como se pode ver no capítulo 4, "A Marcha dos acontecimentos") e muito menos os postos militares mais importantes do país posteriormente. O típico intelectual militar que foi Melo Antunes serviu para dotar o socialismo mais moderado de um discurso político-militar. Mas foi Ramalho Eanes o presidente da República escolhido pelos portugueses. O intelectual militar (e uma parte ponderável dos capitães o eram ou aspiravam a sêlo), assim como os

militares bastante "politizados" vinculam-se atividades especificamente intelectuais ou políticas. Seus contatos sociais são maiores nos meios civis (universitários no primeiro caso e políticos no segundo). O intelectual militar, para citar Janowitz, "é geralmente rejeitado, ou não recebe preparação para os postos máximos de comando, como seria o caso na sociedade civil. Sua posição é essencialmente consultiva, mas, no meio militar, a posição consultiva está institucionalizada e aceita"[301]. Também poderíamos ver na biografia pessoal do Capitão Salgueiro Maia (o protagonista da rendição de Marcello Caetano no Quartel do Carmo), estudante de Ciências Sociais, depois voltado à museologia, um típico aspirante à condição de intelectual militar.

Dinâmica Revolucionária e estrutura Militar

Eram intelectuais ou engajados os militares mais atuantes do MFA. E a eles nem sempre foi perdoada a audácia de passar das idéias (ou dos sentimentos) à ação revolucionária.

A Revolução era em si e por si mesma uma quebra de hierarquia. Sua justificativa para tanto era a "reconquista do prestígio das Forças Armadas". Portanto, a defesa da própria instituição. É como se a hierarquia estabelecida fosse acusada, em seu tope, de ser incapaz de manter a instituição. Daí se justificava a ação política:

"Na defesa do cumprimento do Programa do MFA e do governo provisório, não permitiremos que se confunda a necessária isenção partidária das Forças Armadas coma chamada isenção política na medida em que a esta expressão se pretenda dar o significado de apoliticismo, da ausência de uma opção política, por parte das Forças Armadas da Nação"[302].

---

[301] Janowitz, Morris. Op. cit., p.412.

Mas o MFA tinha que lidar com dificuldades permanentes que provinham da imobilidade da estrutura militar portuguesa. Tinha que enfrentar as heranças recebidas. As estruturas que mesmo as revoluções têm respeitado. Deveria saber que a estrutura militar só consentira que uma vanguarda se destacasse para derrubar o governo porque fora exatamente esse governo que começara a interferir no funcionamento normal das forças armadas, tornando-as disfuncionais para a reprodução sistêmica. A revolução só tinha sido possível, na visão de muitos militares, para restaurar as condições institucionais e sociais que permitiriam a "harmonia" do corpo militar. Esse o pensamento difuso da maioria dos oficiais, cujos resquícios apareciam mesmo no discurso articulado dos líderes mais exaltados. Mas para restaurar a ordem, foi preciso revolucioná-la. Até que ponto? Isso caberia aos capitães explicar ao conjunto dos homens de armas. Conseguiriam? Como vanguarda, absorviam o discurso oscilante entre o terceiro-mundismo e o socialismo, em conformidade com o tempo dos acontecimentos e da conjuntura crítica dos anos 60 e 70. Mas e o restante da tropa?

Como sabemos, o MFA não tinha um espaço institucional na estrutura militar, nem mesmo era um aparato legal do Estado, embora ninguém contestasse sua legitimidade, enquanto interlocutor do governo e seu sustentáculo armado. O MFA era um grupo reduzido de oficiais de médio escalão diretamente envolvidos em atividades políticas e militares antes e depois do 25 de abril. Inicialmente, não mais do que 3000 oficiais do quadro permanente estavam envolvidos no movimento[303]

A reduzida participação percentual do MFA no conjunto das Forças Armadas era compensada pelo alto grau de unidade política e de organização, e pelo controle de unidades militares-chave através das quais seus oficiais tinham capacidade de se impor

---

[302] *Movimento. Boletim informativo das Forças Armadas,* N. 1, 9 de setembro de 1974.
[303] Ferreira, J. Medeiros. "Os militares e a evolução política", in: Rosas, Fernando (corrd), *Portugal e a transição para a democracia"*, p. 265.

diante do resto das tropas. Se aceitarmos as informações de Poulantzas, veremos que nos dois primeiros meses depois do golpe, cerca de 25 generais do exército e 400 oficiais superiores comprometidos com a ditadura foram reformados. Na marinha, foram 82 almirantes e contra-almirantes afastados. Meses depois, foram afastados mais 5 altos oficiais, sendo três da aviação[304]. Este saneamento (depuração) no seio das forças armadas foi, contudo, insuficiente para os objetivos do MFA, como teremos oportunidade de verificar, pois só atingiu aqueles que foram explicitamente contrários ao golpe de 25 de abril ou que estavam por demais comprometidos com o regime salazarista. O Movimento continuou representando uma minoria de oficiais bem organizada, em meio a amplas massas de soldados e oficiais indiferentes à atividade política ou ligados difusamente ao antigo regime. Além disso, o MFA praticamente não dispunha de oficiais de alto escalão. Aliás, foi o próprio Coronel Vasco Gonçalves (único oficial de alta patente desde o início identificado com o movimento) quem depois reconheceu a força potencial de uma possível (inevitável?) contra-revolução militar indireta e lenta:

"Pelo próprio caráter da posição assumida pelo MFA em relação às forças armadas, desde logo se verificaram fortes contradições entre o MFA e o que restava da hierarquia anterior das forças armadas (salvo raras exceções) que, por oportunismo e razões de sobrevivência, não se opôs de maneira frontal ao MFA e, sobretudo, ao seu programa. Procedendo assim, mantiveram posições importantes no aparelho militar, das quais vieram a desenvolver um trabalho divisionista e contra-revolucionário dentro das forças armadas"[305].

[304] Poulantzas, Nicos. *A Crise das Ditaduras*, p. 78.
[305] Gonçalves, Vasco. "MFA e projetos políticos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº15/16/17, cit, p.58.

O MFA avançou sobre as estruturas do Estado depois da queda do primeiro governo provisório. Na ausência de um "partido revolucionário", o próprio movimento cumpriu este papel. Sua institucionalização baseou-se na legitimidade das armas e dos acontecimentos do 25 de abril, sendo feita através da transformação do Centro Coordenador de Operações, situado na Pontinha (o posto de comando clandestino dos revoltosos em 25 de abril), em COPCON - Comando Operacional do Continente, com cinco mil homens[306]. Ao COPCON se submeteram todas as forças militares do país, inclusive as policiais. Embora oficialmente subordinado à CEMGFA - Chefia do Estado Maior General das Forças Armadas, exercida pelo general Costa Gomes, o COPCON agiu com autonomia durante todo o processo revolucionário. Assumiu sua liderança, além do controle da RML - Região Militar de Lisboa, o ex-major, agora brigadeiro, Otelo Saraiva de Carvalho[307].

Este novo comando mudou a estrutura de poder militar do país. Uma estrutura estranha foi superposta àquela anterior. É como se um dique artificial fosse colocado para barrar o avanço multissecular das águas profundas do mar. Era o esforço humano para ganhar terreno perante a reprodução contínua do passado. Descrevamos, ainda que de forma cansativa, a nova estrutura. Oficialmente, todas as armas obedeciam ao EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas[308], e este se subordinava ao presidente da República. Ao QG da defesa se submetiam diretamente apenas o QG do exército, o da marinha e o da Força Aérea. Ao QG do exército se subordinavam as cinco regiões militares em que se dividia a administração militar de Portugal: Porto, Évora, Tomar, Coimbra e Lisboa. O COPCON foi criado exatamente na capital, absorvendo a autoridade da RML -

[306] Cf. Opello Jr., Walter. "The transition to democracy and the constitutional settlement as causes of political instability in post-authoritarian Portugal". *Luso-Brazilian Review*, vol. 27, number 2, winter 1990, p.81.
[307] Decreto-lei nº 310/74 de 8 de julho.
[308] O QG da defesa localizado na Cova da Moura, em Lisboa.

Região Militar de Lisboa. A alteração essencial foi o fato de que o COPCON não se subordinaria ao QG do exército e sim diretamente ao EMGFA. Mas os capitães foram além: colocaram sob as ordens do COPCON não apenas a RML mas também duas companhias dos fuzileiros navais, o RALIS I - Regimento de Artilharia de Lisboa situado em quartéis próximos ao aeroporto, a PM - polícia militar, a II Cavalaria e a Escola Prática de Tancos localizada na região militar de Tomar. Formalmente, o COPCON ainda coordenava as ações de todas as forças armadas do continente. Os capitães colocaram à frente do novo comando operacional um elemento de extrema identificação com o MFA, o próprio major Otelo Saraiva de Carvalho, nada menos do que o articulador principal do golpe bem sucedido de 25 de abril.

Esta manobra de grande impacto político deu ao MFA o poder militar real do país. Isso foi feito porque os chefes das regiões militares e das três forças eram todos homens estranhos ao MFA, posto que o movimento era formado por oficiais de patente média e baixa. Os capitães não podiam impor-se à hierarquia tradicional respeitando todas as formalidades e sem quebrar a disciplina, a não ser que adquirissem um comando de tropas importante que lhes desse capacidade operacional. A criação do COPCON e a elevação de patente de Otelo (de major a brigadeiro) cumpriram os objetivos principais do movimento. Mas sua persistência iria revolucionar de tal forma a estrutura militar do país que o corpo permanente das forças armadas não podia aceitá-lo (e só o fez enquanto a tradição nada podia contra a marcha dos acontecimentos). De fato, o comando só durou no período revolucionário, sendo extinto depois do 25 de novembro de 1975.

O MFA se debateu, durante toda sua existência, com aquela realidade de longa duração que é a hierarquia militar. Tema tão debatido. Um Boletim do MFA trazia o título "Disciplina e Hierarquia"[309]. Tema que tem sua justificativa técnica. E moral. Como se vê

[309] Id. Ibid., N. 9, 25 de outubro de 1974.

no gráfico 2, a ampliação das ações de guerrilha em Moçambique, por exemplo, aumentaram significativamente às vésperas de abril de 1974. Logo depois da revolução, o exército enfrentou um movimento de indisciplina no teatro africano de operações:

"Para a maioria dos militares aí presentes, o facto de o programa do MFA declarar que a solução para a guerra no ultramar era de natureza política e não militar foi interpretado erradamente, como justificativo da cessação imediata das operações. Embora não fosse esse o entendimento da maioria dos militares com responsabilidades de comando, o mau enquadramento das unidades operacionais iria facilitar a ocorrência de actos de indisciplina em número significativo. Em algumas unidades as tropas negaram-se a efectuar operações ofensivas, apenas saindo dos seus aquartelamentos para assegurarem os reabastecimentos de víveres, combustíveis e o transporte do correio"[310]

No interior do país também a indisciplina e a quebra de hierarquia eram realidades latentes, para usar a expressão de Otelo Saraiva de Carvalho:

"Convicto de que, de forma isenta e imparcial face às lutas interpartidárias, actuava em defesa da Revolução, extravasei largamente a missão que enquanto comandante adjunto do Comando Operacional do Continente me tinha sido cometida para, imbuído do espírito de um MFA que eu acreditava ser revolucionário, tomar decisões que outros deveriam Ter tomado mas que se haviam demitido. Fiel ao princípio que desde logo enunciei de que 'em princípio, os trabalhadores têm sempre razão', fiz uso da parcela de poder político e militar que me havia sido conferida para apoiar, clara e decididamente, lutas de trabalhadores e estratos da população mais desfavorecidos socialmente. Mantive-me, ao longo do PREC,

[310] Martelo, David. *As Forças Armadas após a Revolução de 25 de abril de 1974*, p.4.

em estado de insubordinação latente contra o poder político representado por Vasco Gonçalves e, mais tarde, por Pinheiro de Azevedo'[311].

Na verdade, o MFA trouxe à baila "métodos de trabalho a que as Forças Armadas nao estavam habituadas"[312]. Tinham consciência disso os oficiais do Movimento. Eram assembléias, discussões, decisões por consenso ou maioria, votações, eleições, negociações.

Liberdade e Disciplina

Salgueiro Maia foi aquele que não quis o poder. Simbolizou a generosidade de uma revolução e, nas palavras da poeta, foi o que na hora da vitória, respeitou o vencido. Na hora da cobiça, perdeu o apetite. Esse mesmo capitão, por estar afastado de posições políticas de mando, nào deixou de participar ou olhar criticamente os rumos de seu movimento militar. Num manuscrito por ele deixado há as frases: "Na realidade nào há MFA, pois nào há coordenação, info. E ação". "Conseqüências. Cisão interna. Mov. Armas. Forças. Facções, boatos, panfletos, descrédito do movimento". "Urgente buscar o que nos *une*, esquecer o que nos desune"[313]. Pouco importa se sào dele ou se anotou o que ouvia em reuniões. Os rabiscos revelam um espírito a notar o problema da disciplina.

O 25 de abril trouxe uma vaga de idéias que se destinavam a ir muito além daquilo que podia (ou queria) a Junta de Salvação Nacional. De vegetarianos de bom humor ("libertemos as sardinhas em lata") a maoístas, de homossexuais a ecologistas, de feministas a trotskistas, todos puderam (ou acreditaram poder) praticar suas esperanças. O MRPP, maoísta, imitava os Dazibaos chineses com grandes jornais murais. Os próprios muros de

311 Carvalho, Otelo Saraiva, "A revolução, o poder político e as forças armadas", em Rosas, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia*, p.273.
312 Estado Maior General das Forças Armadas. 5 divisão. Gabinete coordenador do secretariado da assembléia do MFA. Lisboa, 8 de junho de 1975. Datilografado. M. Duran Clemente, cap. do SAM. CD 25 A, Doc. 31. Espólio Salgueiro Maia.

Lisboa e alhures se encheram de grandes pinturas como se os militantes estivessem em plena Revolução Cultural chinesa. E as fotografias desses murais revelam que eram feitos por vários grupos políticos, incluindo o PCP.

As editoras começaram a lançar os livros proibidos ou que haviam sido recolhidos, as traduções prontas mas censuradas e uma vaga de títulos esquerdistas, de Mao a Guevara e Marx, ensaios de sociologia, política, guerra do ultramar, fazendo o movimento de vendas subir, repentinamente, 60%. Exemplo notável foi o *boom* das Novas Cartas Portuguesas, livro que estava proibido por apontar três caminhos para a mulher portuguesa: casamento, convento e suicídio[314]. Desde a crise do terceiro Império Colonial Português até os vinte anos que se seguiram ao 25 de abril de 1974, inúmeras organizações de base surgiram na sociedade civil. A maioria delas no entorno do processo revolucionário. A bibliografia de Ronald Chilcote anotou 580[315]. Entre elas pelo menos 13 eram órgãos políticos compostos por membros das Forças Armadas, desde associações de ex-combatentes do ultramar, a parentes de militares ou de soldados ou oficiais na ativa ou passados à reserva. Órgãos oficiais como o próprio Movimento das Forças Armadas, o Comando Operacional do Continente e outros eram de fato instituições políticas das forças armadas. O Regimento de Artilharia 1, por exemplo, ficou conhecido como "regimento vermelho" pelo suporte que dava às ações de Otelo Saraiva de Carvalho.

Não só o pluralismo organizacional, mas também o das idéias (especialmente aquelas de extrema esquerda) adentrou os quartéis. Assim, chamava-se o Regimento de Disciplina Militar de "fascista". Generalizou-se o uso de restaurante único para oficiais e praças. Indistintamente. Esse fato pitoresco, menor, nonada, também revelou um espírito que não podia subsistir sem agredir àquela mentalidade que garantia a disciplina militar.

---

313 Manuscrito de Salgueiro Maia, CD 25 A, Doc. 35.

31 *Visão*, 13 de maio de 1974.

Era a ideologia de "um exército democrático". Com esse título o jornal do Movimento das Forças Armadas pretendeu institucionalizar uma nova compreensão da hierarquia. Era a institucionalização do próprio MFA[316], que se definia como a "vanguarda política das Forças Armadas"[317], e que agora contava com suas assembléias de delegados de unidade (ADU). Órgãos de conselho e de apoio do comando. O comandante era, por sua natureza de superioridade hierárquica, o chefe da ADU. Assistido também pelos delegados da AMFA – Assembléia do Movimento das Forças Armadas. Mas quem comanda? "Importa salientar que a ADU de modo algum põe em causa a autoridade e a responsabilidade de decisão do comando". Entretanto, "os comandantes, por seu turno, deverão ser os primeiros militantes do MFA, tendo sempre presente que se não pretende restaurar uma instituição militar ultrapassada, mas sim criar uma nova, no sentido de se caminhar para um exército competente, democrático e revolucionário, posto ao serviço do povo e capaz de corresponder à sociedade socialista que se quer construir" (Directiva para a estruturação democrática do MFA nas unidades e estabelecimentos militares)[318]. Essa ambigüidade persistente entre o corporativismo e a liderança política, entre a democracia interna e a disciplina, entre a tradição e a revolução aparecia nas expressões, nas palavras, nas criativas combinações: "disciplina consciente e hierarquia dinâmica", "disciplina consentida", "persuasão anterior à ordem"[319], "vontade e disciplina revolucionárias"[320]. Vejamos ainda dois objetivos daquela "Diretiva" supracitada. O MFA queria tornar-se a garantia de um novo espírito de corpo. Vejamos: Diretiva 3) Missão, A) ADU, 1 – No âmbito da dinamização interna: a) Formação cultural e política dos militares, apartidária

315 Chilcote, Ronald. *The portuguese revolution of 25 april 1974. Annotated bibliography on the antecedents and aftermath*, pp. 193-268.
316 *Institucionalização do MFA*, CD 25 A, Doc. 3.
317 *Movimento. Boletim informativo das Forças Armadas*, N. 11, 25 de fevereiro de 1975.
318 Id. Ibid., 11 de julho de 1975.
319 Id. Ibid., N. 7, 24 de dezembro de 1974.
320 Id. Ibid., N. 14, 8 de abril de 1975.

mas informada pelo espírito da Revolução; c) O reforço da coesão e espírito de corpo de todos os militares entre si e em torno do MFA[321].

O que se discutia era a "total integraçào das Forças Armadas no espírito do MFA", que se daria pelo "esclarecimento e politizaçào das Forças Armadas". Ao mesmo tempo, este documento falava, paradoxalmente, de "elevado nível de disciplina, coesão e eficácia"[322]. Definir o MFA na estrutura das Forças Armadas era só mais uma das tarefas impossíveis da Revolução. Isso só seria possível, pensava-se à época, quando o MFA se pudesse diluir no conjunto das Forças Armadas e houvesse uma coincidência de posições políticas. Ou seja, "a médio prazo"![323]

Um intelectual, ideólogo do chamado "grupo dos nove", o Major melo Antunes, questionava essa ambigüidade da qual ele próprio fora vítima e agente:

"A atual situação de anarquia militar foi, em certa medida, fruto dos nossos erros, ou, mais precisamente, das nossas ilusões; nós acreditámos que se podia instalar no Exército uma estrutura política democrática"[324].

Melo Antunes dizia isto às vésperas do 25 de novembro. Do Termidor. E ressaltemos o acento em "acreditámos", que os portugueses escrevem e pronunciam para indicar que se esta a referir-se à terceira pessoa do plural do pretérito perfeito e não ao presente do indicativo. Era um lamento e uma desilusão. Os dias áureos da Revolução acabavam.

---

321 Id. Ibid., 11 de julho de 1975.
322 Estado Maior do Exército. Gabinete de dinamização do Exército. 19 de maio (1975?). CD 25 A, Doc 19, ms. 80, com anotações de Salgueiro Maia.
323 *Institucionalização do MFA.* CD 25 A. Doc. 2. Outubro de 1974.
324 *Jornal Novo*, 24 de novembro de 1975. Transcrito de *Nouvel Observateur.*

Antes, porém, havia um esforço. E uma busca. De algo inteiramente novo. Como os revolucionários alimentavam-se também de uma poesia tirada do passado, pregando alguma ordem, alguma hierarquia e alguma disciplina, para não romper com aquilo que as Forças Armadas eram e não poderiam deixar de ser, eles procuraram ansiosamente modelos, como o do Peru de Velasco Alvarado. Liam-se matérias jornalísticas sobre o golpe militar no Peru e o governo supostamente nacionalista e popular que se sucedeu. No catálogo da editora Prelo, encontrava-se o livro "Peru: dois mil dias de revolução". Paradigmas de revoluções feitas por militares. E também modelos negativos, como o "Chile: uma revolução militar trágica". Para o MFA os militares ali cometiam crimes contra o seu próprio povo. Contrapunham-se aos militares peruanos, que fizeram "uma revolução militar original"[325]. Outro modelo foi a revolução na Argélia.[326] É certo que esses modelos refletiam mais o espírito da Quinta Divisão, onde abrigavam-se os oficiais mais próximos do Primeiro Ministro, o então Coronel Vasco Gonçalves. O que explica esses modelos de terceiro mundismo. Mas também Cuba foi discutida. E sabemos como a visita de Otelo Saraiva de Carvalho, fotografado num passeio de carro militar com Fidel Castro, provocou celeuma. O Boletim publicou uma manchete: "O MFA em Cuba"[327]. Em maio de 1974 surgiram em várias empresas industriais de Lisboa os Comitês de Defesa da Revolução (à semelhança de seus congêneres cubanos). Eles resgatavam o mesmo nome e os mesmos princípios e eram vinculados ao Partido Comunista Português.

A "Normalização"

Os ideólogos conservadores costumam achar "normal" tudo aquilo que se parece com o status quo. Assim, para os "profissionais" de Ramalho Eanes, era preciso depurar as

[325] Id. Ibid. N.2, 3 de outubro de 1974. Vide também: N. 4, 12 de novembro de 1974.
[326] Id. Ibid., N. 6, 10 de dezembro de 1974. E N. 10, 11 de fevereiro de 1975. Dois artigos favoráveis à Argélia.

Forças Armadas daqueles "desvios" do período revolucionário. O decreto Lei 142/77 aprovou um novo Regimento de Disciplina Militar que previa "a interdição prática de atividades políticas aos elementos das Forças Armadas na efetividade do serviço". Procedeu-se a uma marginalização de todos os militares supeitos de ligação com o "espírito do MFA"[328].

A era dos capitães cedia lugar à dos coronéis. Os revolucionários eram substituídos pelos "profissionais". Tanto é assim que os militares do exército "saneados" depois do putsch de 11 de março, promovido pela direita militar, eram na sua maioria coronéis ou tenentes-coronéis (na marinha eram capitães-de-mar-e-guerra / capitães de fragata). Os militares de esquerda presos depois do 25 de novembro eram principalmente com os postos de major, capitão e tenente[329]

A "normalização" tinha sua ideologia. Afinal, aqueles Otelo Saraiva de Carvalho, Almirante Rosa Coutinho, Capitão Dinis de Almeida e tantos outros, eram acusados de querer subverter a ordem militar. Um documento de militares do COPCON foi muito citado a esse respeito:

"Mas o poder popular nunca será verdadeiramente poder se não for armado. Os trabalhadores só serão capazes de conquistar o poder e de o aguentarem nas mãos se estiverem armados, se tiverem a força organizada do seu lado. E é da conjugação dos trabalhadores armados com os soldados que estão nos quartéis que nascerá o largo movimento e a vanguarda que pode fazer frente à burguesia e ao imperialismo. Só o armamento dos trabalhadores e a sua organização com os soldados, formando um exército revolucionário, pode impedir a organização da burguesia e o perigo da intervenção estrangeira". (Manifesto dos dezoito).

---

[327] Id. Ibid., N. 21, 17 de junho de 1975.
[328] Martelo, David. *As Forças Armadas Portuguesas após a Revolução de 25 de abril de 1974*, p. 41.
[329] Id. Ibid., p. 37.

Esses e outros militares foram responsabilizados pela entrega de armas aos civis. Certo. Fizeram-no. Estavam imbuídos daquela revolução dentro da revolução que consideravam necessário ainda fazer. Aquelas jornadas de agosto da Revolução Francesa. Aquele Outubro depois de Fevereiro na Rússia. Mas não nos deixemos levar pelas ilusões ou auto-representações. Sabemos como o discurso da Ordem foi assim concebido ou lido porque foi o discurso do vencedor. Soube-se depois, e o Estado Maior do Exército o confirmou, que os "profissionais", os coronéis da ordem, também entregaram armas a "civis democratas" para, na hipótese de uma guerra civil, defenderem a democracia contra a "ameaça totalitária que uma parte das Forças Armadas queria impor à nação". Para David Martelo isso:

" *...constitui um dos exemplos mais flagrantes de como o mesmo acto, cometido por indivíduos de ideologias diferentes, pode, num caso, ser considerado como crime, e, noutro caso, como acto de patriotismo e amor à democracia*"[330].

Uma vez mais o 25 de Novembro

Mas o que de fato aconteceu em 25 de novembro de 1975 em Portugal? Já narramos tais fatos no capítulo anterior e voltaremos ao debate estritamente historiografico no capítulo 6. Aqui, é preciso tocar no papel do 25 de novembro na reformulação da instituição militar. Da manutençào ou mudança de seu ideário e funções. Que se leiam, a este respeito, as versões que indicavam o quadro ideológico dos envolvidos. Os adeptos do governo contaram a sua história, expressa num relatório oficial, terminado em 12 de janeiro

[330] Id. Ibid., p. 39.

e divulgado oito dias depois[331]. Os vitoriosos de 25 de novembro afirmaram que a ausência de coordenação da esquerda militar não implicava que a rebelião de Tancos fosse um ato isolado, e sim um golpe falhado pelo receio da descoberta prematura da conjuração e pela necessidade de não comprometer diretamente muitos comandantes, o que acarretou desorganização e defecções à última hora. A ação de debelar o golpe esquerdista, teria apenas preservado a legalidade contra aqueles que pretenderam rompê-la. O PCP limitou-se a negar qualquer envolvimento da sua direção nos acontecimentos de 25 de novembro, embora admitindo a eventual participação individual de militantes comunistas[332]. O deputado Vital Moreira discursou contra o "golpe de estado"[333].

A versão de ultra-esquerda, naturalmente, foi outra. Para a esquerda não-socialista, o 25 de novembro foi um golpe de direita, que se aproveitou de um motivo fútil, ou de uma provocação. Foi o Termidor. Otelo Saraiva de Carvalho declarou:

"A operação por eles desencadeada não tinha comando: não era evidentemente um golpe de Estado. E as forças da direita tiraram proveito disso: assim, em Évora, todos os oficiais de esquerda foram substituídos, embora não tivessem nada a ver com o caso"[334]

O VI governo e as forças que o apoiavam já se preparavam meticulosamente para um confronto militar e a maior parte dos oficiais e soldados radicais já havia sido licenciada. Tudo se colocava contra as esperanças de um aprofundamento da revolução. É verdade que a esquerda militar tinha (ou dizia ter) uma correlação de forças muito favorável na capital. Essa cidade desproporcional. Essa Lisboa onde tudo se resolve de imediato. E nada permanece contra o restante do país. Mas o espaço é atravessado sempre por relações

[331]Rodrigues, A. et. al., cit, p. 282.
[332] *Avante*, 22 de janeiro de 1976.
[333] *Diário da Assembléia Constituinte*, 26 de novembro de 1975.

sociais e marcado pelo encontro de verticalidades (interesses forâneos) e horizontalidades, como diria Milton Santos. Os interesses externos se valem de dados internos. Lisboa não estava só. Ela estava (e está) num país e num continente. Num mundo, se preferimos. À sua frente, os interesse e solidariedades britânicos, alemães. Os interesses norte americanos. Mas também os surdos reclamos de um país rural a viver outro tempo histórico. Tempo este, em alguma medida, articulado ao tempo veloz da cidade e das relações com a Europa e os Estados Unidos. Articulação feita pela política. Por Mário Soares, pelos socialistas, pelas elites das classes dominantes, pelos seus representantes civis e militares. O bloco histórico conservador, devido às idiossincrasias de uma revolução que legitimava o poder estabelecido, só poderia ser dirgido por... socialistas.

E se Otelo tivesse chefiado um golpe não enfrentaria todo o resto de Portugal? Não arrostaria o isolamento internacional, além do isolamento da própria Lisboa, a capital? Ora, Mário Soares já não havia se entrevistado na Grã-Bretanha com Callaghan, que enviara um oficial do serviço britânico de espionagem e prometera apoio logístico em caso de guerra civil aberta?[335] Os "profissionais" termidorianos já não entregavam armas a civis supostamente "democratas"? Acreditava Soares na possibilidade de instauração de uma Comuna em Lisboa e no início de uma guerra civil em Portugal[336].

Se a correlação de forças militares permitia um confronto militar equilibrado havia, no plano especificamente político, condições para uma saída à esquerda para a manutenção e aprofundamento do "pluralismo socialista" da Revolução Portuguesa?

"Só restava a hipótese teórica do entendimento entre as forças de esquerda, incluindo os agitadores anti-PC da extrema, e, bem entendido, uma atitude progressista por parte dos dirigentes do PS,

[334]Faye, Jean Pierre, cit, p. 32.
[335]Cervellò, J.S. Op. cit., p. 250.
[336] Soares, Mario. *Portugal: Que Revolução? (diálogo com Domenique Pouchin)*, p.202.

desvinculando-se dos aliados de direita e da sua ambição de poder. Impossível como se viu — por culpa das manobras e dos compromissos internacionais do PS e por culpa dos erros e dos compromissos internacionais do PC. Não sendo possível nenhuma dessas hipóteses, a única saída para a confusão foi a que o destino traçou: parar a revolução e calar os trabalhadores. Não seria isto que os nove queriam, não seria bem isso que o PS pensava ao mobilizar todo o mundo contra os esquerdistas e revolucionários (...). Mas era isto que queriam o CDS, os fascistas e os capitalistas, sobretudo os saneados. Por isso foram estes os que ganharam mais"[337].

O 25 de novembro tem sido visto tanto como um *putsch* esquerdista falhado, quanto uma reação termidoriana. O que de fato permaneceu, com seus reflexos na política imediata, foi a ascensão de um grupo estranho à conduta que até então tivera o MFA, o dos "profissionais". Um deputado e líder do CDS, Freitas do Amaral, aproveitou as circunstâncias para exigir o "reexame, redefinição e reconversão do MFA"(sic)[338]. O MFA foi levado pelos acontecimentos (ou será que pela ressurreição do passado?). A política portuguesa pôde dar um passo atrás (na visão dos que se situavam à sua esquerda), mas um passo tímido, em que muitas das mudanças de abril não puderam ser revogadas a curto prazo. De toda maneira, não houve violências excessivas dos vitoriosos do 25 de novembro contra a chamada esquerda militar. O *paredón* foi evitado como o fora em 25 de abril. Um escritor de ultra-esquerda diria que "o 25 de novembro foi brando porque a contra-revolução não tinha muita energia, mas também porque não havia muita revolução para destruir"[339]

Quais seriam as alternativas? Democracia popular (a la Leste Europeu), terceiro-mundismo à moda peruana de Velasco Alvarado, o poder popular dos copconistas, ou um

---

[337]Rodrigues, A. et. al., cit, pp. 256-7.
[338] *Diário da Assembléia Constituinte*, 2 de dezembro de 1975.
[339] Rodrigues, Francisco Martins. *Abril traído*, p.40.

tipo de social-democracia "forte", entendida como regime de transição ao socialismo... Uma síntese dessas propostas nunca foi possível. Como combinar a democracia representativa (parlamento e sufrágio direto, como queriam os nove), com organismos de auto-governo popular e com forças armadas politizadas e engajadas na construção do socialismo?. Boaventura Santos sintetizou bem essas alternativas:

"São conhecidas as negociações em fins de agosto de 1975 e o seu falhanço. Perante esse falhanço, só havia duas saídas para as forças progressistas do MFA: ou forçarem a democracia direta sem democracia representativa, arriscando a guerra civil e constituindo-se em vanguarda política para mais cedo ou mais tarde serem instrumentalizadas numa concepção leninista de partido; ou, pelo contrário, apoiarem-se numa concepção social-democrática que hostilizava frontalmente a democracia direta e visava a reconstituição do poder capitalista, o que mais tarde ou mais cedo conduziria à marginalização do MFA. Independentemente das posições políticas de cada um, é importante reconhecer que as forças armadas portuguesas daquele período preferiram a marginalização à instrumentalização. E, mais importante, é que isto se aplica tanto ao grupo dos nove como a Otelo, ainda que não ao COPCON no seu todo. No caso de Otelo, o significado é muito especial porque, logo após o 25 de novembro de 1975, pagou com a prisão a sua opção"[340].

Alguém poderia dizer que se tivesse havido um acordo político, é bem possível que a Revolução tivesse se aprofundado. Felizmente, o historiador não precisa falar do futuro, nem muito menos do futuro condicional.

Estruturas e Permanências

O verão quente e o 25 de novembro pareceram, se olharmos para os resultados eleitorais de 25 de abril de 1975 e de 25 de abril de 1976, muito barulho por nada. O novo

[340] Santos, Boaventura S., cit, p. 63.

país só aparentemente saía das urnas, pois o passado patrimonialista, apoiado na autoridade patriarcal local e nas prebendas pessoais, ainda existia no interior. Mas algo de inteiramente novo começava a ser retomado (desde o fracasso da experiência republicana): a autoridade tradicional transformada. O agente principal desse evento histórico, dessa instauração de uma autoridade legal (Weber), ou seja, baseada nas leis, tinha sido um elemento do próprio aparelho de Estado: a oficialidade do exército português. Tratava-se de um velho problema para a burocracia estatal, militar particularmente, que começava a se formar independentemente da relação com o partido único, a saber: a transição de um tipo de autoridade tradicional para a autoridade legal, de um governo patrimonial para um governo burocrático e racional, de um poder baseado na corrupção institucionalizada dos monopólios para um sistema impessoal de dominação política.

Os militares agiram muito mais como profissionais na contestação do regime. Apenas seus interesses corporativos se opunham inapelavelmente ao tipo de autoridade exercido pelo salazarismo — claro que essa tipologia se envolve com muitos outros fatores históricos e psicológicos já explicitados (dignidade das forças armadas, desgaste da guerra, reivindicações salariais, ausência de sentido político da colonização, condenação internacional, pressão da sociedade e dos soldados, a existência de guerrilhas de libertação nacional etc). O típico foi a "catarse" (em sentido gramsciano), a transformação do movimento dos capitães em movimento revolucionário, a passagem do momento puramente egoísta e passional ao momento ético e político[341]. A base sócio-profissional da contestação, entretanto, foi de tal forma determinante, que no bojo do processo revolucionário essa limitação acabou por se impor, derrotando aqueles que queriam uma maior politização do exército e instituindo um poder civil "democrático", sem vigor para "continuar" a revolução.

[341] Grisoni, D. e Maggiori, R. *Lire Gramsci*, p.161.

A Revolução dos Cravos demonstrou que muitos sonhos despertados em 1974-75 se desfizeram ou foram adiados. Sonhos de quem? Certamente das vanguardas de sempre. Dos enragés de todos os tempos. A revolução pretendeu abalar seriamente algumas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Porém, e seja isto pequeno ou grande, levou a cabo aquilo que teria que ser feito: a proclamação dos ideais do liberalismo e do republicanismo. Os capitães alteraram, mas não revolucionaram. Poderiam ter feito mais do que isso? Poderiam ter mudado a ideologia que orientou as elites portuguesas, da situação ou da oposição, pelos dois últimos séculos? Poderiam ir além de um conservantismo de grande flexibilidade hermenêutica e de um republicanismo radical? Parece que a grande história se serviu e se desfez de seus agentes. É por isso que Braudel tinha o sentimento de que o indivíduo é um "prisioneiro de um destino sobre o qual pouco pode influir"[342]. De que as revoluções agridem a hierarquia estabelecida, mas depois uma hierarquia se compõe de novo[343]. É verdade, "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas, transmitidas"[344].

Mas o que se realizou ou mudou, só se perceberá num futuro longínquo que escapa aos deveres do historiador.

---

342 Apud Burke, Peter. *A escola dos annales*, p.53.
343 Braudel, F. *Reflexões sobre história*, p.342.
344 Marx, Karl. "O dezoito brumário de Louis Bonaparte", in: Marx, K. e Engels, F. *Obras escolhidas*, p.417.

Parte III

Destinos Coletivos

EUROPA

"There is no european demos – only a European telos"

T. G. Ash[345]

A Europa não é um espaço. É um tempo. Ou um território de fronteiras sempre redefinidas imerso em temporalidades díspares. Por isso, ela tem sido mais assunto da História do que da Geografia. Ao menos daquela geografia descritiva, daquela geografia dos lugares, das *rigiditès* de que falava Braudel em *L'Identitè de la France*, das coisas imóveis. Enfim, de tudo o que foi tão caro à geografia de Vidal de La Blache. Quando o historiador fala da Europa vêm à sua mente não o nome de um certo Tatishchev, mas as histórias de Guizot, Seignobos, Croce, Pirenne. Ou as intervenções políticas de Nitti. A discussão sobre o declínio europeu. Spengler, Toynbee.

Todavia, a Europa é também uma paisagem. E um espaço cheio de tempos. A sua geografia rural, urbana, industrial permite transcrever num território todas as variáveis de tempo. Diacronias objetivadas nas regiões, nos países. Funcionando sincronicamente para benefício de uns e não de outros. Ainda assim, em cada região ou país, o que definiu essas desigualdades foi a história. Por isso, a integração ao velho Mundo se definiu sempre por um ritmo. Um ritmo dominante. Ou se o acompanhava ou se estava fora do continente.

---

[345] Ash, T. G. *History of the present*, p. 325. Se não há um *demos* (povo) europeu, somente um telos (finalidade), não deveríamos nos perguntar acerca da viabilidade de uma "democracia européia" (o regime do *demos*)?

A Revolução Industrial, por exemplo. Quem a fez? Quem foram, em seguida, os pais da modernização recuperadora, para lembrar uma expressão de Robert Kurz? E Portugal e Espanha? Não é na virada do século XVIII para o XIX que se afirma a consciência de uma perda de ritmo? Os homens da época a identificaram mais longe. Em alcácer Quibir. Em Dom Sebastião. Os mais engajados, em pleno século XX, lembrarão um simples tratado. O de Methuen. Mas todos concordavam: perdeu-se velocidade histórica.

Ainda hoje, a Europa é uma Ordem, no sentido sociológico da palavra. Ou a ela se adapta ou a ela não se integra. Uma Ordem social competitiva. Uma sociedade de classes, uma economia de mercado, uma democracia liberal, um conjunto de direitos humanos. Mas essa ordem trouxe de novo a ideologia da equiparação dos tempos e dos ritmos nas diversas regiões do continente. Como se agora, por obra dos fundos de ajuda da União Européia e de sua especialização no turismo, Portugal pudesse superar debilidades primevas.

Se Portugal não foi europeu por muito tempo (ao menos na percepção das elites de suas classes dominantes), o retângulo ibérico nunca existiu, de fato, fora dos fluxos monetários, econômicos e políticos especificamente europeus. Por isso, falar de Portugal não prescinde que se olhe com mais vagar para duas realidades que travejam a sua história e reafirmam sua condição. A primeira é a própria noção de Europa, continente histórico ao qual o país se (re) integrou cerca de dez anos depois da Revolução dos Cravos. A segunda é o fato de que essa Europa tem um centro (ou alguns centros) e uma periferia. Noção de Fernand Braudel, de Immanuel Wallerstein e outros que serve também para os propósitos de uma história das idéias. Essa periferia não decide nem cria as fontes do pensamento europeu. Ela as recebe, recolhe e até as modifica. Ora, (já o vimos no capítulo 2) não fez o mesmo esta África Portuguesa que foi a periferia da periferia da Europa?

O continente europeu é, hoje, uma ideologia. E um projeto. As palavras o espelham. Vicejam os candidatos à União Européia. E as recusas, adiamentos. É a Polônia e a República Tcheca. Ou a Turquia. E as desconfianças da França, da Alemanha. Ou o Chipre, fronteira há muito tempo no Mediterrâneo Oriental. E isto traz os problemas de identidade. Se a Turquia quer ser européia, qual a função fronteiriça da Grécia, cheia de rivalidades históricas com os turcos? Nos círculos poderosos de Berlin ou Paris discute-se sempre esta expansão para o Levante.

Fronteiras

O nome em si, Europa, tem lá seus 28 séculos. Desde que na sua Teogonia, Hesíodo descreveu a Europa como uma ninfa[346]. Sabemos como Zeus disfarçou-se de touro para seduzi-la... A parte sua mitologia, a Europa é um continente histórico. A idéia de Europa não era importante na Antigüidade e só começou a emergir depois do declínio da civilização grega (normalmente apresentada como seu nascedouro). E nem estava ligada à idéia de ocidente. Este se situava no Mediterrâneo Oriental[347]. Só no século VI a. C. Hecateu de Mileto contrapôs Erebos (poente) e Oriens[348]. Porque seus limites naturais (atinentes à geografia física) são imprecisos ou não existem, imersos numa imensa Eurásia (aliás, uma invenção produzida no âmbito da geologia do fim do século XIX)[349]. E a geografia não se limitaria a explicar a paisagem. Compraz ao geógrafo o estudo de um espaço pleno de relações sociais. Os fragmentos desse Velho Mundo devem sempre ser percebidos a partir de seu valor relativo num sistema mais amplo. Assim, o território português não basta. Este elemento interno da formação social, econômica e espacial

346 Henriques, António de Castro. "Europa: o todo e as partes", in: Vários Autores, *Corpo e espírito da Europa*, p. 33.
347 Delanty, G. *Inventing Europe*, pp. 19-20.
348 Ratzinger, Josepph (Cardeal). "Europa – uma herança responsabilizante para os cristãos", ibid, P.72.

portuguesa, deve ser "lido" numa totalidade. Seu valor é sistêmico e o lugar que ocupa é sempre uma articulação de vetores externos (europeus e mundiais) mediados por dados internos[350]

V. Tatishchev indicou, no século XVIII, os Montes Urais como a extrema fronteira natural à Leste. Foi tão poderosa essa classificação que ela permaneceu nos manuais escolares de geografia do século XX. Provavelmente, ele só expressava o desejo de Pedro, o grande, de ver seu império associado à Europa[351]. Esta nunca cessou de se redefinir por padrões étnicos, religiosos, políticos, culturais, militares e ideológicos. Por exemplo: se reconhecermos uma aurora européia num Império Romano no seu apogeu de domínio tricontinental, não ira passar pela cabeça de ninguém definir de forma diferente as partes meridional e setentrional do Mediterrâneo. Com a ascensão do Islam, entretanto, essa divisão se perpetuou[352].

Ora, a Europa poderia se definir a partir daí pelo Império Carolíngio, pela cristandade, pela feudalidade ou pelo capitalismo. Todas essas definições foram ultrapassadas. Porque no período em que o mundo foi de fato eurocêntrico, entre os séculos XVI e XIX, não se podia mais definir uma Europa por sua fé. Ainda que se desconsiderassem as minorias, à divisão da cristandade operada no século XI somou-se uma outra, a da reforma protestante no século XVI. E o Estado laico superou todas elas depois da Revolução Francesa. Mesmo o capitalismo, que se pretendeu vinculado a valores tipicamente ocidentais, floresceu em formas avançadas no Japão e, hoje, em outras porções asiáticas.

Para um político italiano do norte, separatista, talvez o sul da península não seja europeu, assim como para um vienense do fim do século XIX um húngaro deveria ser um

---

[349] Delanty, G. *Inventing Europe*, p. 60.
[350] Santos, Milton. *Espaço e método*, pp. 17-18.
[351] Delanty, G. *Inventing Europe*, p. 59.

extra-europeu ou hoje, certamente, um turco não é europeu sob nenhuma hipótese, embora pertença à aliança atlântica e sua seleção de futebol seja tão européia quanto a de Israel (que, aliás, faz parte da Ásia!). Ralph Dahrendorf, mais vinculado ao aspecto dominante da atual idéia européia (construção de uma ordem liberal), preocupou-se em fixar as fronteiras continentais às portas da Rússia, onde quer que ela esteja[353]. Essas declarações não tem muito a ver com a história, ao menos com a história como ela aconteceu. Tem mais a ver com o nacionalismo e outras ideologias.

O Lugar de Portugal na Europa

Um velho adágio diz que a África começa nos Pirineus. Embora no extremo ocidente da Europa, Portugal não foi visto como pacificamente europeu e ocidental em vários sentidos e em vários momentos da história européia. Certamente o era, retrospectivamente (na mente de suas elites cultivadas) no século XVI e, daí em diante, cada vez menos. Vivera num mesmo ritmo ou tempo que a Europa. Não compartilhara das conquistas (ou até não as liderara) no *quatrocento*? Não chegara à imprensa, por exemplo, quase simultaneamente aos demais? (Lisboa, 1489. Leiria, 1492). Perdera tudo. Depois de Alcácer Quibir. Assim imaginava-se. Um dicionário do século XIX (1845) definia aqueles países europeus mais civilizados. Portugal não se encaixava neles.[354]

Nos meados do XIX, Garrett, o ilustrado escritor portuense, num livro pouco inventivo, mas que nos serve de notável documento, fez um arrazoado de toda a história portuguesa, brasileira, americana, européia. Ilustrativo que ele principie quase com um truísmo para os europeus da época. Dos que constam em dicionários. Veja-se um deles:

---

[352] Hobsbawm, Eric. "A curiosa história da Europa", in: Id. *Sobre história*, p. 233.
[353] Insurge-se, aqui, contra a Ursa maior (a Antiga União Soviética) dizendo: "Provavelmente será melhor deixar de fora esse urso cinzento". Dahrendorf, R., *Reflexões sobre a revolução na Europa*, p. 157.
[354] Saint-Laurent, Charles. *Dictionnaire encyclopédique usuel*, p. 550.

"Europe, l'une des cinq parties du monde, la cinquième en grandeur, la deuxième en population, et la première en civilisation"[355].

Veja-se, agora, o Garrett:

"De todas as quatro partes em que temos dividido o planeta que habitamos, é por nós contada primeira a nossa Europa; e no estado da civilização presente (a ser esse o princípio de precedência) fácil obterá ella o primeiro logar se com as outras entrar em lide de prerrogativas. A ultima das quatro, por nós descoberta e povoada, deveria seguir-se n'essa ordem, com quanto na puberdade apenas da civilização – se não é que na infância em muitos logares e respeitos: tal é o estado de decrepitude das outras duas. Decidindo porém a questão aristocraticamente, quero dizer, pela ordem histórica dos progressos da raça humana, daríamos o primeiro logar à Ásia, onde nos põe a religião o berço do primeiro homem, e as tradições todas, oraes, escriptas – por essa China e Indostam – o de todas as humanas artes e civilização. D'ahi as recebeu o Egypto; por onde se deveria a África o segundo logar. De lá no-la trouxe a Grécia à nossa Europa, que n'esta ordem seria a terceira. Só nós a levamos à América; e só quarto logar assim lhe compete. Mas desde que a Grécia por suas luzes, a potencia romana por ellas e por suas armas pozeram a coroa de preeminência na cabeça da Europa, n'essa posse tem estado e se conserva. E pelas mesmas razões de sciencia e força a América é a Segunda – antes uma continuação ou dilatação da primeira porção do globo"[356]

Para Garrett (escrevendo em 1867 ou antes), Portugal tinha um papel de contrapeso entre a Espanha, Inglaterra e França. Equilibrava o oeste da Europa. Perdeu

[355] Id. Ibid., p. 550.
[356] D'Almeida Garrett, V. *Portugal na balança da Europa*, p.24.

esse papel, "sahiu de sua antiga posição no mundo político; hade tomar outra, e deve tomar a que mais lhe convier"[357].

Apartado da "comunhão da Europa culta", como já o vimos dize-lo Antero de Quental, Portugal era decadência para seus intelectuais oitocentistas. O texto mais significativo a denunciar a mentalidade de Antero, sua forma própria de introjetar o mal estar de sua época, foi: "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos". Sua pergunta básica era: o que teria levado uma região tão importante desde a Antigüidade romana, de notável espírito criador, com suas liberdades tão avançadas na Idade Média, a ser sufocada a partir do século XVII, ou de meados do XVI? Qual a causa de se ver a coroa espanhola "posta em leilão sangrento" a um neto de Luís XIV, e de Portugal se tornar "uma espécie de colônia britânica"?[358].

As causas seriam três e de três tipologias: moral, política e econômica. A primeira causa é o Concílio de Trento, a segunda, o absolutismo, a terceira, as conquistas ultramarinas:

"*Ora, a liberdade moral, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a classe média, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governado: a indústria, finalmente, é o oposto do espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio*".

Para Antero, a perseguição desencadeada contra os cristãos novos faz desaparecer os capitais, enquanto o jesuitismo matou o espírito científico em nome da memorização e

357 D'Almeida Garrett, V.*Op. cit.*, p.26.
358 Quental, Antero. "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos", In: in: Serrão, Joel. *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português*, pp. 139-171.

da repetição. O absolutismo é que embriagou Filipe II e o levou a afundar sua invencível armada numa aventura contra os ingleses, enquanto D. Sebastião desapareceu em Alcacer Quibir por ser absoluto. Outras monarquias absolutas souberam acolher a burguesia, mas nãos as de Espanha e Portugal, aristocráticas até a raiz dos cabelos, asfixiando a vida local, cerceando, desde a derrota dos *comuneros* espanhóis no século XVI, as cidades. A sedução do mar, das terras ignotas, despovoou os campos e levou os portugueses para paragens estranhas e desconhecidas. Foi o declínio da agricultura e da indústria. Portugueses, uma vez mais, olhavam o Atlântico e davam as costas à... Europa.

No último quartel do século XIX as classe ditas cultivadas de Portugal se voltaram para a idéia de Europa como nunca antes. Eça de Queiroz exprimiu esse europeísmo obsessivo de "um país que sempre se sentiu universal por dentro e insignificante e marginalizado no contexto europeu" [359]. Talvez, por isso, a colonização da África e a tentativa de lá produzir "novos brasis", tenha sido erigida à condição de ideologia do império salazarista a partir dos anos 30. E mesmo a República (1910-1926) não soube ou não pode romper com esse colonialismo.

Tratava-se, em verdade, de uma relação complexa e invertida. Portugal querendo ser europeu pensava-o não o ser. Mas de fato, o era. Não como sonhava ou idealizava a Europa (culta, capitalista, embora ainda não democrática). Nunca o país inseriu-se tão rapidamente, desde o século XVI (subalterno, como sempre), nas correntes dos centros dinâmicos da Europa. Esta era imperialista e neocolonial. Portugal também. Ainda que só um pouco para si mesmo e muito para Inglaterra e outros países que, cada vez mais, vão se inteirar nos negócios africanos de Portugal (chegando ao clímax nos anos 60, como já o vimos noutro capítulo). O que era lido como Terceiro Império era a tradução para o português da corrida neocolonialista e imperialista.

---

[359] Lourenço, Eduardo. *Mitologia da saudade*, p.128

Mas ser europeu deveria (teria de ser) outra coisa que não a de um país subalterno no contexto do Velho Mundo. Assim, no início do salazarismo, um autor menos conhecido (Sebastião da Costa), porém mais afeito às idéias mais comuns de sua classe, descreveu o que seria um país europeu visto do extremo ocidente do europeu:

"*País europeu não é todo aquele que geograficamente está dentro da Europa. Para ser um país europeu, é preciso Ter chegado àquele maior grau de civilização, nas coisas e nos homens, que na Europa se criou e teve desenvolvimento, e que por isso se chama civilização européia*"[360].

E para este autor, quais seriam as características que tornariam um país... europeu? Progresso material; estradas boas; cômodos comboios; jardins para crianças; escolas em que os mestres não batem nos alunos; bibliotecas e museus; produtos industriais bem feitos; frutas abundantes; honestidade; amor ao trabalho e ao estudo; respeito à liberdade, honra e propriedade; punição de criminosos independentemente de sua condição social. Bem, tratava-se de uma palestra feita para crianças no Funchal. Revelava, entretanto, tudo aquilo que Portugal não era, não tinha e desejava ser ou ter.

Construção Européia

Depois da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos, para todos os efeitos, consideravam a Europa apenas a região a oeste da "cortina de ferro". Ou seja, uma área definida pela ausência de regimes socialistas. E nessa classificação, certamente Portugal se encaixava. Aliás, fazia parte da aliança atlântica (formada em 4 de abril de 1949). Mas não se sentia (e não era visto) como europeu. Porque o que era ressaltado na diferenciação entre Europa Ocidental e Leste Europeu não convinha a Portugal. Ou Portugal não

[360] *Seara Nova*, N. 193, 25 de dezembro de 1929.

convinha ao discurso ocidental. Porque era uma ditadura. Tanto quanto a Grécia dos coronéis ou a Espanha de Franco. E esta, como aqueles, também tinha suas formas de identidade discursiva e de propaganda para se distanciar daquilo que os "europeus" dela esperavam: "El español se siente más unido a los pueblos americanos de su estirpe que a esa Europa desdichada que jamás supo comprender a nuestra patria". Dizia assim um cartaz de propaganda franquista, La frase quincenal, uma publicação do Departamento de propaganda (1948)[361]. Espanha partilhava com Portugal a idéia imperial. Mesmo que ela já tivesse perdido o seu império.

Como então se sentir europeu no renascimento da idéia de Europa? Pois é assim que muitos "europeus" passaram a identificar (ou desejar) caracterizar o período pós-guerra. Não uma Europa geográfica, mas uma "comunidade de história e de cultura, de tradição e de espírito". Winston Churchill, que em 1930 havia escrito um artigo sobre "Os Estados Unidos da Europa", voltou, em 1946 e 1947, a expor as razões de uma recente idéia européia. Luigi Einaudi, coerente com seu liberalismo, discursando em 29 de julho de 1947 na assembléia Constituinte Italiana, perguntava se era uma "utopia la nascita di un'Europa", vinculada ao ideal da liberdade[362]. Um ano depois, era o portuense Casais Monteiro a escrever seu longo poema: "Europa", essa fênix sempre renascida. Poema irradiado pela BBC de Londres. Feito por um português no exílio. Portugal não era (mas o seria) europeu.

A par das diferentes ideologias que disputaram a construção européia (como o Movimento Socialista Europeu), ela se desenvolveu por interesses econômicos mais práticos. O nascimento da Organização Européia de Cooperação Econômica (1948) compreendia na origem, Áustria, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia e, também, Portugal. A

[361] Cirici, Alexandre. *La estética del franquismo*, p.29.

Espanha manteve-se fora da OECE e do Tratado do Atlântico Norte. Aquela surgiu no bojo do Plano Marshall (1947) e da política de ajuda norte-americana para conter o avanço do comunismo. Entre 1951 (criação da Comunidade Econômica do Carvão e Aço) e 1957 (Tratado de Roma, criação do Mercado Comum Europeu), adensou-se, por um lado, uma Europa das "grandes economias" e, por outro, uma associação mais ampla dos páises ricos de todo o mundo capitalista – transformação da OECE em Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1960. Assim, realizava-se o real desiderato da antiga organização, que era reforçar os laços entre os países capitalistas, incluindo os Estados Unidos (e, neste caso, também Canadá, Austrália e Nova Zelândia).

A partir de 1973 a Europa dos seis (Itália, Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo) torna-se a Europa dos nove, com a inclusão de Inglaterra, Dinamarca e Irlanda. E, assim, permaneceu até o ingresso da Grécia em 1981, quando já se tinha criado o sistema monetário europeu e o European Currency Unit (ECU), como moeda de pagamento.

Durante essa construção européia, Portugal manteve-se apartado. Salazar pautou-se, sempre, pela defesa da originalidade de Portugal. Lugar de fronteira ante o mar ignoto (e que se tornara conhecido graças a portugueses), como, noutro extremo, o "germano" diante do "eslavo invasor". Se ele defendia uma idéia de Europa, acentuava três fatores para justificar o "caminho original" português: o fato de que a Europa, sempre que convulsionada em guerras intestinas, não devia abranger Portugal, separá-lo de suas "tarefas ultramarinas" e fazê-lo, uma vez mais, perder lucros, fazendas e gentes. Em segundo lugar, Europa não se reduzia ao Velho Mundo, mas tinha sua área de expansão, de influência, em grande medida garças aos portugueses, na África. Assim, Europa é também atlântica e africana. E a África é uma tarefa "civilizatória" européia e portuguesa.

---

[362] Rulli, Giovanni. Per un'Europa senza frontiere da Yalta a Helsinki, p.255.

Em terceiro lugar, a Europa é também atlântica e americana. No passado, pela descoberta e colonização do novo mundo e, em especial, do Brasil português. Depois do Plano Marshall (1947) e do Tratado do Atlântico Norte (1949) pela ajuda e relação com os Estados Unidos[363].

A partir da Guerra Fria, a Europa liberal e em reconstrução desautorizava os impérios. A descolonização também se impunha. O Estado, mesmo imperial, fazia suas primeiras fissuras para deixar penetrar o ideal do retorno à Europa. E o país também fazia parte do escudo ocidental ao avanço do comunismo. Interesses conflitantes rivalizavam capitalistas no proprio Portugal. Pois o país tinha liames já bastante sólidos com a economia européia ocidental. No período 1969-1971, 28% dos investimentos estrangeiros diretos em Portugal vieram do Mercado Comum Europeu e outros 25,5% de outros países europeus da OCDE. De fato, cerca de ¾ dos investimentos estrangeiros diretos no país tinham origem nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Bélgica e 1/5 em França, Espanha, Suécia, Suíça e Holanda[364]. Isso era base para crises cada vez mais crescentes entre os interesses capitalistas e o próprio governo. O ideal europeu ja se recriava. Mesmo no Estado. Mas Salazar persistia voltado ao Atlântico.

Certamente, esses "fatores" serviam para justificar a originalidade salazarista, não portuguesa. Para os opositores, tal originalidade, evidentemente, era uma deformidade. Tratava-se, tão somente, da tentativa de legitimação da ausência de democracia. Mas, ainda assim, havia um histórico que conferia as bases materiais e ideológicas para o afastamento de Portugal da construção européia. Além do império africano, as antigas relações com a Inglaterra. Esta, "eurocética", patrocinou a criação da Associação de Livre Comércio

---

363 Torgal, Luís Reis. "O Estado ovo. Fascismo, salazarismo e Europa", in: Tengarrinha, José (Org). *História de Portugal*, pp.324-328. Telo, António. "A Europa vista pela propaganda alemã", in: *Portugal, a guerra e os novos rumos da Europa*, pp.41-58. Medina, João. "A idéia de Europa: história da unidade européia desde o final da Segunda guerra Mundial aos nossos dias", in: ibid, pp.13-40.

364 Vários Autores. *Portugal / capitalismo e Estado* Novo, pp. 79-80.

Européia (EFTA), em 1960, envolvendo também Portugal, Áustria, Suíça, Dinamarca e os países escandinavos. Mas, em 1972, Inglaterra e Dinamarca abandonaram a associação e aderiram à Comunidade Econômica Européia. Pouco antes, o então Vice Chanceler e Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Willy Brandt, declarou que era preciso encontrar meios de desenvolver a cooperação econômica com Portugal e Espanha[365].

Nos anos 70, com a Revolução dos Cravos, Portugal passou por uma crise própria de consciência em relação, por um lado, à sua função atlântica e, por outro, em relação ao Leste Europeu. A própria expressão "Europa do Leste" era cada vez mais tomada pejorativamente em Portugal e alhures. Especialmente (no caso luso) depois da derrota do setor radical da Revolução e, no caso europeu em geral, a partir da invasão do Afeganistão (1979), e das contestações internas na "Europa Comunista", como a Carta 77, na antiga Tchecoslováquia e o movimento sindical "Solidariedade" na Polônia. É neste contexto que se reabilitou a expressão "Europa Central". Por vários decênios depois de 1945 a expressão "Europa Central" nunca era usada no tempo presente. Agora (anos 80-90) usava-se e se usa "Leste Europeu" em sentido neutro ou negativo e "Europa Central" em sentido positivo[366].

A natureza da propaganda ocidental contra o Leste europeu residia na vigência da democracia eleitoral a oeste do Elba. Como disse Timothy Garton Ash, mesmo aquelas áreas que por vários anos foram ditaduras (como Espanha e Portugal) eram agora (nos anos 80) democracias liberais (ou burguesas ou capitalistas)[367]. No início dos anos 80 os principais países da Europa Ocidental estavam mais próximos uns dos outros em termos econômicos, populacionais e sociais (Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha e Itália); e, em termos sociais, os países nórdicos eram muito superiores a todos. Não era (e não é) este o caso da Península Ibérica. Socialmente e economicamente, os portugueses não

365 Brandt, W. *A peace policy for Europe*, p.67.
366 Ash, Timothy Garton. "Does Central Europe exist?", in: Id. *The uses of adversity*, p.165.
367 Id. *In Europe's name*, p. 9.

serviam de modelo para o Leste europeu e, em muitos indicadores estavam bem atrás dos países socialistas. Isso era dito pelos que defendiam uma democracia popular ou de terceiro mundo na revolução dos Cravos. O Partido Comunista Português publicou em nossa língua as razões do Partido Comunista da Tchecoslováquia depois da Primavera de Praga. Fez seu congresso em solo soviético. O número de associações de amizade entre países socialistas e Portugal cresceu depois do 25 de abril. Basta olhar a citada bibliografia organizada por Ronald Chilcote para vermos o número de boletins dessas associações.

Ainda assim, em termos de modelo, por que escolher os países socialistas se os da Europa Ocidental eram ainda melhores? O que os portuguesas queriam "reencontrar" era a Europa Ocidental, liberal, capitalista e, de preferência, social democrata. Assim como os do Leste.

A integração à Europa não era um destino irrecorrível para o Portugal do Terceiro Império. Ou estaríamos fazendo aquilo que Henri Bérgson chamaria de "ilusões do determinismo retrospectivo". O "post hoc, propter hoc" (depois disso, por causa disso)[368]. Não era inevitável mas foi, desde o século XIX, um obsessivo projeto que abarcou até mesmo os comunistas (embora estes, preferissem mais a Europa do Comecon, a comunidade econômica do Leste Europeu) do que a União Européia.

O desaparecimento do Leste Europeu como entidade política, o ressurgimento da noção de Europa Central e a ruptura de Portugal com a sua função atlântica, fez desabarem todas as opções políticas exceto duas: a do socialismo liberal (ou social democracia), comprometido com os "valores europeus" fundados na democracia e no capitalismo, e o liberalismo social (ou simplesmente "liberalismo" *tout court*). No primeiro caso, o Partido Socialista e a tecnocracia governativa que o acompanha esforçam-se por serem liberais, mas inclinando suas políticas à esquerda. No segundo caso, os liberais esforçam-se por não

368 Id. *In Europe´s name*, p. 44.

parecerem anti-sociais, liberais puros de livre mercado e sem compromisso democrático, mas tentam inclinar a Europa (ou a pequena faixa ocidental extrema que é Portugal), à direita, ao conservantismo e ao fechamento de fronteiras. Isso porque parece ser mais útil ver a política européia a partir dos anos 80 e 90, mais em termos de uma ordem liberal do que de construção de uma real unidade[369]. Afinal, as liberdades fundamentais européias são definidas assim: livre movimento de trabalhadores, de investimento, de prover serviços e movimentar mercadorias e capitais[370].

Nos anos iniciais do novo milênio, a imprensa muito discutiu o desaparecimento das diferenças reais entre a esquerda e a direita ditas "democráticas" na Europa Ocidental. Excluindo os não democráticos, situados na margem de extrema esquerda (embora, no geral, sem nenhuma viabilidade eleitoral) e de extrema direita (estes eleitoralmente viáveis, como foram os casos de Le Pen, na França, Haider, na Áustria e, em menor medida, dos direitistas holandeses). Naturalmente, isso não vale para a Rússia ou demais países do Leste Europeu, onde a esquerda apareceu, inicialmente, como representante do *Ancien Régime* e a direita liberal como reformadora. Aponta-se o novo trabalhismo de Blair, na Inglaterra, a ala social democrata de Schroeder (em contraste com a de Oskar Lafontaine e dos sindicatos) na Alemanha, a moderação dos socialistas de Jospin (contra os grupos trotskistas), na França e do Partito della Sinistra de Acchille Occhetto, na Itália (contra a Rifondazione Comunista) como o sintoma da vitória de um sistema "normal", capitalista e democrático. Em Portugal, essa diferenciação pareceu ainda menor. Os dois partidos que existiram, de fato, para efeitos eleitorais, chamaram-se, a si mesmos, e Partido Social Democrata e Partido Socialista. O primeiro seria o congênere dos conservadores britânicos, dos democratas cristãos em boa parte da Europa. O segundo, o "social democrata" de fato. Essa confusão tem sua origem numa revolução que inclinou toda a simbologia política à

[369] Id. "The case for liberal order", in: Id. *History of the present*, p. 317.

esquerda. Como sabemos, aquilo que Sorokim chamou de "demora cultural" aqui também se aplica: as palavras, as roupagens, as ideologias e a mentalidade demoram mais do que as práticas sociais e as transformações econômicas para serem reconhecidas.

Muitos círculos situados na extrema esquerda e, por isso mesmo, sem nenhuma voz nos *mass media*, tentaram, no passado recente (1974-75) acentuar outra saída: a atlântica. Fosse pelo terceiro mundismo e pela solidariedade internacional (com países africanos e latino-americanos), fosse pelo internacionalismo mais genérico (o último suspiro dessa linha de atuação foi o movimento português de solidariedade ao Timor Leste, nos anos 90).

Embora essas vozes dissonantes sejam insignificantes no Portugal hodierno, elas tiveram apoio decisivo no aparato militar durante a revolução. O caso do General Vasco Gonçalves é paradigmático. Ele seria mais representativo de uma saída atlântica do que os círculos de extrema esquerda, do que os comunistas (mais vinculados a um terceiro mundismo soviético e, também, a uma aliança de Portugal com o bloco do Leste Europeu). O que seria esse Portugal atlântico, socialista, mas também pluralista (como o definiam Otelo Saraiva de Carvalho e, paradoxalmente, também Vasco Gonçalves), nunca se soube, dado o desentendimento entre as forças de esquerda em Portugal (incluindo os socialistas de Mário Soares) e o "grupo dos nove", do Major Melo Antunes.

Aqui retornamos ao início dessa história. Portugal apartado das civilizadas gentes européias. Essa lamentação de suas elites cultas e oposicionistas (republicanas, liberais, socialistas) não encontrou eco sempre no aparato estatal. Porque este, em conluio perene com os interesses materiais que precisava defender, preferia olhar para o Atlântico. Ver o império. Sonhar o império. Este sonho que irreversivelmente se abalara em 1822-1825. Mas que se arrastara até o 25 de abril de 1974. A Europa era a miragem. A África, a realidade imperial.

---

[370] Borchardt, K. *The abc of community law*, p. 12.

Integração

A integração de Portugal à Europa tem uma data. Ou as tem várias. Num jornal se declarou explicitamente que o 25 de abril foi o "renascimento da nossa vocação européia" [371]. Para outros, o início do discurso da integração começou em fevereiro de 1970, na inauguração de um Colóquio sobre Política Industrial, quando um membro do governo, Rogério Martins, fez um "prólogo a uma estratégia européia"[372]. A própria ascensão de Marcelo Caetano à presidência do Conselho de Ministros estava estreitamente ligada aos interesses de "grupos financeiros mais apostados na abertura à Europa".[373] Em 1979 apareceu o Boletim Inteuropa, da Associação Portuguesa para o Estudo da Integração Européia[374]. O governo português gozou da intenção dos "nove" europeus em alargar suas fronteiras ao sul. Mas não além do Mediterrâneo, como o desejariam mais tarde países como o Marrocos[375]. Como sabemos, os limites estenderam-se ao sul, detendo-se nas penínsulas e não ultrapassaram o Mar. A Itália já era membro e, assim, incorporou-se a Grécia (1981) e Portugal e Espanha (1986). Antes mesmo da integração de Portugal, ela era qualificada de miragem européia, tanto por círculos conservadores daquelas classes que, desalojadas momentaneamente do poder político, perdiam as rendas e lucros do colonialismo direto quanto pelos círculos "jacobinos" (os comunistas e os da extrema esquerda).

Mas o discurso dominante, travejado de vantagens econômicas aos trabalhadores portugueses dentro e além das fronteiras nacionais, não ocultava a consolidação do velho

---

371 Aguiar, Maria Manuela. "Os 21 anos que mudaram Portugal", *Portugal em foco*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1995.

372 Pinto, Jaime Nogueira. *Portugal os anos do fim*, p.227.

373 Rosas, Fernando, "O marcelismo e a crise final do Estado Novo", in: Id. (coord), *Portugal e a transição para a democracia*, p.14.

374 Chilcote, Ronald. *The Portuguese revolution of 25 april 1974. Annotated bibliography on the antecedents and aftermath*, p.40.

375 Boudant, J. e Gounelle, M. *Les grandes dates de l'Europe communautaire*, p .206.

projeto mental. No discurso proferido em 7 de março de 1985, no Palácio das Necessidades, por ocasião da visita a Portugal da Comissão de Assuntos Gerais da União da Europa Ocidental, o ministro Jaime Gama asseverou os motivos pelos quais Portugal deveria rapidamente integrar-se à união da Europa Ocidental: o primeiro deles de ordem militar, porque o país integrou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde o início. O segundo motivo seria a adesão portuguesa aos valores europeus: a liberdade e o respeito aos direitos individuais que fundamentariam as democracias ocidentais[376]. Neste caso, o mito fundador da união é menos a perdida e reencontrada vocação européia portuguesa e mais a sua adaptação à democracia formal. Portanto, não o Portugal de Vasco da Gama e suas ousadas circunavegações, mas sim o de uma revolução despida de suas tentações marxistas e convenientemente revestida do traje democrático. Fato corroborado no discurso proferido à Assembléia da República em 10 de julho de 1985, por ocasião da aprovação do Tratado de adesão à Comunidade Econômica Européia, Jaime Gama disse:

"*A integração numa forte estrutura política européia e pluralista acentuará, a nível político, a irreversibilidade da nossa própria opção democrática*"[377].

Discurso bem diferente, na aparência, àquele outro, proferido na assembléia da república em 11 de abril de 1985, por ocasião do debate sobre a política de integração européia. Debate e discurso para consumo interno onde Jaime Gama volta-se para o sonho liberal construído ao longo do interminável século XIX português, que parece ter começado com o terceiro império (1825) e ter acabado junto dele em 1975. A volta à Europa:

[376] Gama, Jaime. *Política externa portuguesa*, p. 109.

"Ao aderir às comunidades européias, Portugal, que abriu os horizontes do espírito europeu no século XVI, regressa ao que é seu e traz consigo a experiência de outras culturas e civilizações..."[378].

A citação basta por si só.

As relações com a Europa continental e as Ilhas Britânicas já eram muito mais significativas do que os fluxos comerciais com as colônias. Ao menos depois da Segunda Guerra Mundial. Como já o sabemos, o Portugal imperial era uma realidade cada vez mais carente de bases econômicas nos anos 60. Seus liames comerciais engrossavam as comunicações com a Europa e fragilizavam sua condição imperial. Só o véu ideológico do salazarismo e do império obscureciam o novo Portugal "europeu". A Revolução retirou esse véu. Usou para isso uma fraseologia socialista. Mas ela não se concretizou e tanto os conservadores do norte quanto os radicais de esquerda foram derrotados pelo projeto "europeu", liberal e "democrático". Uns com a nostalgia do Portugal pluricontinental. Outros com a certeza de que depois de dois anos de Revolução o país tem vivido decênios de uma contra-revolução prolongada.

Fontes e Imagens

Recolhamos essas imagens (e miragens) de reintegração à Europa num exemplo. Exemplo que se pôde colher num catálogo de selos. Um estudo serial das representações, símbolos e idéias transcritos nos selos postais talvez revelasse uma continuidade insistente ao lado dessas modificações.

Selos seguem certos padrões. Quase universais. Eles lembram. Comemoram. E difundem valores. Como são produtos contemporâneos do Estado Nacional (e, em geral,

[377] Id. Ibid., p. 133.

emitidos por governos estabelecidos), acabam por exprimir a famigerada "ideologia dominante".

Façamos um pequeno levantamento para ilustrar essa conclusão[379]. Vejamos tão somente as séries de selos e não cada emissão singular. Contemos também as repetições de séries. Não levemos, contudo, em consideração as emissões regionais ou de outros órgãos, os blocos, os privativos, as encomendas postais... E lembremos que as rubricas que criaremos não são rígidas. Um critério como "efemérides", por exemplo, é vago em demasia. Mas que remédio. Utilizemo-lo! Ele se confunde com outras rubricas (eventos, religiosos, motivos portugueses etc). O interesse deve ser ressaltar esse culto insistente ao passado. A rubrica "eventos" façamo-la abranger os selos de ocasião, as campanhas, congressos, jogos etc. Os "motivos portugueses" que lembrem os regionalismos, os costumes, o folclore, as bandeiras locais.

Ora, um filatelista saberá que todos os países cultuam o passado em seus selos. Mas cultuam também o futuro. E as realizações. Há quem colecione selos por tema. Aviões, por exemplo. Os russos eram pródigos nisso tanto quanto nas aeronaves espaciais. Portugueses cultuam o passado. A monarquia, entre a primeira série postal até a República, fez predominar os personagens históricos. Reis. 13 séries de selos num total de 21. A República (1910-1926) deu 5 personalidades e duas datas comemorativas (efemérides), seguidas de 4 Ceres[380] num total de 17 séries.

O regime salazarista (1926-1974) só lançou 8 vezes personalidades em selos. Cinco Ceres. As efemérides contaram-se em 105 séries! Sempre centenários, bicentenários, sesquicentenários. De literatos. De vultos históricos. De milagres e batalhas passadas. 37

---

[378] Id. Ibid., p.121.

[379] Analisei as séries de selos no *Catálogo de selos de Portugal continental, insular, ultramarino, Macau e novos países de expressão portuguesa*, 1985 (organizado por Eladio Santos).

[380] Ceres é a deusa da colheita e da agricultura. Sua figura é bastante usada nos selos e moedas de vários países.

séries se prenderam a eventos casuais. Um congresso. Uma olimpíada. Uma campanha de saúde. Mas nos anos sessenta surgem séries com o tema "Europa". Entre 1961 e 1973 foram 12! Num total de 194 séries. Os dez primeiros anos de "democracia" após o 25 de abril renderam 20 com o mesmo tema! E 58 séries com efemérides, 32 de eventos e 22 de costumes portugueses. Total: 152 séries. Notemos uma continuidade temática entre os estertores do salazarismo, quando Portugal, já vinculado aos interesses dominantes das grandes empresas européias, e o regime constitucional. O tema: a Europa.

Portugal buscou a Europa. Desde o quinhentismo. Desde o fim inglório em Alcácer Quibir. Ao menos em termos de idéias. Às vezes o sonho retornava, abafado que estava por um sonho ainda maior: o império. O império se desfez. E Portugal voltou ao convívio da Europa civilizada. Ingressou na União Européia. Voltou a ser Europa. Voltou?

Estruturas e Permanências

Que lugar para a sua extremada faixa sudoeste reserva um continente cujo centro dinâmico está no seu norte? Tanto nas mentalidades espalhadas ao longo do retângulo ibérico, quanto na mensagem de alguns setores mais ou menos adaptados a concorrer na Europa comunitária, Portugal deveria ter sua função. Seu papel. Aquele que teve o direito pela sua história. Como sempre é um lugar de fronteira:

"(...) *um lugar de passagem de homens, de mercadorias e de idéias importadas, quer eles tenham sido ou não assimilados pela Europa. Ou seja, Portugal e a Espanha (e o mesmo acontece também em relação aos países do leste, em relação às civilizações orientais) sempre foram lugares onde a identidade européia é mais vivamente sentida, do ponto de vista cultural, e como resultante da constante presença do outro*"[381]. *E o que restaria agora? Para este autor citado, "permanece todavia a função específica de*

381 Mattoso, José. "Portugal e a Europa", in: Vários Autores, *Corpo e espírito da Europa*, p. 104.

servirem de intermediários na troca de idéias e de experiências entre as regiões do hemisfério sul, sobretudo a África e a América Latina, e a Europa"[382].

Mas será esta a funcionalidade da União Européia para os portugueses? Querem ver o Atlântico em nome da Europa? Uma enquete realizada a este respeito revela outra percepção nas gentes de baixo, na infra-estrutura da sociedade civil. Fez-se um levantamento de como a Europa e sua união foram refletidas nos meios de comunicação social portugueses. Eis as imagens: 1) a Europa é um doador de fundos a Portugal, afinal entre 1986 e 1992 o país recebera 7 bilhões de dólares em fundos comunitários[383]; 2) A comunidade é um lugar de permanentes e demoradas negociações burocráticas; 3) A União não é só dos governos, é também de organizações da sociedade civil irredutíveis a seus estados; 4) Há uma perda de soberania etc[384].

A entrada na União Européia coloca um termo em qualquer sonho de autonomia monetária, financeira, econômica e, quiçá, cultural e política. Nada de nova união com os países africanos ou com o Brasil em bases solidárias (atlânticas), como pensou Vasco Gonçalves. Como o disse Florestan Fernandes num discurso na niversidade de Coimbra.

Mas em que isso mudou Portugal? Não era já o país uma quase colônia de ingleses e, um pouco menos, franceses, alemães? Apesar do império, já não tinha suas relações comerciais com o Brasil (como dantes), com a França e (muito) com a Inglaterra? E quase nada com frica? No início do século, os ingleses consumiam 70% das exportações portuguesas. 2/3 do comércio luso se faziam sob bandeira britânica.

---

382 Id. Ibid., p. 105.
383 *A Voz de Portugal*, 28 de abril de 1994.
384 Wemans, Jorge. "A construção da Europa na comunicação social portuguesa", ibid., pp. 254-255.

Portugal-Império não era uma economia-mundo em si. Naquele sentido dado por Fernand Braudel: "un univers en soi, un tout". Periferia da economia européia, seu império africano era só uma extensão colonial de uma economia mundo atlântica.

Agora, é a hora e vez da Europa "unida". Mas com seus centros de decisão em Berlim, Paris... Não em Lisboa.

"GEOHISTÓRIA"

"Porque é do português, pau de amplos mares,
Querer, poder só isto:
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita –
O todo, ou o seu nada".
Fernando Pessoa

Com o fim do Império, África e Portugal se tornaram duas realidades distantes. Uma faixa no extremo ocidente que sonhou com o Mar. Uma vasta área, de que Portugal só conquistou os litorais estreitos no Atlântico e no Índico. Europa e África. Esta, entre dois Oceanos e dois desertos, como veremos, não logrou mais ser uma entidade política e econômica de monta. Aquela, em meio a tanta diversidade e tantas mudanças de fronteira, conformando politicamente uma união. Mas antes disso houve uma história. Um espaço comum. Fluxos de comércio. Exploração. Enfim, uma geohistória. Esta palavra que foi aclimatada em francês em contraste com a geopolítica, em contraste com uma história espacial esquemática. A palavra, entretanto, desapareceu. Ou quase. E mesmo Fernand Braudel a retirou da segunda edição de sua obra (*O Mediterrâneo*)[385]. Por isso, se preferirmos, falemos apenas de uma história lenta inscrita pelos homens nas paisagens.

Compreender o espaço onde os homens trabalham, comem e pensam sempre foi de fundamental importância. Porque uma formação social e econômica, para lembrar o conceito do velho Lenine, deveria sempre agregar também o adjetivo "espacial". Porque as

economias estão nos espaços. Apesar disso, não se pretende aqui fazer uma descrição geográfica de Portugal. Os elementos de paisagem só servem para identificar um discurso geográfico (e histórico) e para corroborar ou questionar tal discurso.

Nossa investigação, restrita à seara das idéias e das práticas políticas e intelectuais, poderia até prescindir de uma exposição "geográfica". Ela seria, contudo, incompleta. Por três razões:

1. Entre as motivações básicas do imperialismo português, esteve sua independência face à Espanha e seu papel supostamente original no conjunto da Europa. O Terceiro Império foi tardio e insistente mesmo em lugares onde a colônia não tinha função econômica. Só de prestígio. Como Macau. Discute-se, ainda hoje, se todo o Terceiro Império não foi de prestígio (Hammond) ou economicamente determinado (Clarence Smith). Por tudo isso, Portugal precisa ser compreendido num espaço físico e ideológico que une Europa e África.

2. Os discursos imperialistas, por um lado, ou de independência, por outro lado, usaram tanto a história quanto a geografia para justificar ora o Império, ora a independência nacional, ora a integração européia. A razão de se tangenciar superficialmente a geografia reside tão somente na tentativa de demonstrar as construções dessas identidades (nacional, imperial ou européia) pelo que elas são: invenções historicamente determinadas. Assim, foi preciso mostrar o quanto o Minho português e a Galícia espanhola são semelhantes.

3. A geografia também auxilia a visão da Revolução. Mostrar o papel centralizador de Lisboa e as tendências de resistência, muitas vezes centrífugas, reveladas pelo isolamento físico altivo das regiões ou pela emigração embarcadiça, dirigida não a Lisboa ou ao Porto, mas ao ultramar, permite entender os dilemas

---

[185] Braudel, F. "Geohistória", Tradução de Lincoln Secco e Marisa Deaecto, *Entre Passado e Futuro*,

políticos de uma revolução que pouco saiu de Lisboa e cujas operações militares reais ou potenciais quando muito envolveram as Caldas da Rainha (antes do 25 de abril) ou ameaças nos Açores (por parte da OTAN ou NATO). A transformação de Lisboa, de centro opressor fiscal e político em cidade européia e turística dá a esta cidade de novo a vanguarda de um processo histórico. A contradição, entretanto, é que se trata de um processo que abala a identidade nacional e liga o país a uma entidade supranacional.

O retângulo ibérico não existe senão na circunferência: o mundo inteiro e seus fluxos econômicos e populacionais. Todavia, Portugal não é uma paisagem que se confunde com a Europa e, no discurso geográfico tradicional, nem mesmo com o resto da península.

Assente no flanco ocidental, para alguns geógrafos ele contrasta com a "maciça uniformidade dos planaltos interiores da meseta" [386]. Do mar, este platô espanhol é dificilmente acessível pelos rios pouco navegáveis[387]. Os braços de comunicação fluvial encontram-se, em geral, em território português. Esse lugar de uma desejada identidade perante o resto da península será lembrado na política e mesmo na busca atual de um lugar para os portugueses na nova Europa.

O nome Península Ibérica não é suficiente, do ponto de vista histórico, para tratar daquela região aquém Pirineus de que Portugal faz parte. Isto porque os Iberos da Antigüidade não povoaram senão a parte oriental. Todavia, a expressão Península Hispânica, foi sempre evitada pelos portugueses, por razões fáceis de se compreender[388].

S. Paulo, N. 1, maio de 2002.

386 Cortesão, Jaime. "O problema das relações entre a geografia e a autonomia política de Portugal", Seara Nova, N. 200, 13 de fecereiro de 1930.

387 Gescher, B.H. e F.M. *L'Espagne dans le Monde*, p.44.

388 Drain, Michel. *Géographie de la Péninsule Ibérique*, p.7.

O Platô espanhol forma três conjuntos. No noroeste a meseta é mais elevada. Atinge uns mil metros ao pé das montanhas em Castela Velha, Leão e Trás-os-Montes. Ao sul, em Castela Nova, Estremadura espanhola e Alentejo inclina-se em demanda do oceano e forma um vasto plano inclinado que passa de 800 metros a leste a menos de 200 metros na vizinhança do mar. No nordeste, enfim, um conjunto entre 200 e 300 metros.

Em todos esses platôs, os rios operam verdadeiras decupagens e formam vales. Nas rochas eruptivas e metamórficas da parte ocidental, os cursos de água cortaram os vales em "V". O Douro aprofundou seu vale em Trás-os-Montes em 500 metros[389]. Na subida da Serra da Estrela, o comboio (trem) acompanha especialmente o Rio Mondego. Todavia, é do outro lado, no alto vale do Zêzere que se pode observar os belos picos gelados, como se fossem nos Pirineus. Estes rios são peculiares. Ambos nascem na Serra e ameaçam seguir para nordeste. De repente, ambos fazem uma curva, na forma de ferradura. Mas, aqui, eles se separam. O Mondego faz sua virada à esquerda. E parte para o Oeste em demanda de Coimbra e da Figueira da Foz. O Zêzere desce na direção Sul, para o centro do país, perto de Tomar.

Nota-se que a geografia física não individualiza Portugal. Ela singulariza regiões! O Minho e a Galícia são semelhantes em muitos aspectos. Especialmente as altitudes. Nas montanhas predomina o mesmo arcaísmo da vida rural. Na faixa litorânea a mesma produção de um vinho verde de inigualável sabor. A estremadura espanhola e a Beira Baixa são arquipélagos de pedra sujeitos aos mesmos sistemas de erosão. E sua paisagem se confunde com o Alentejo. Entretanto, ela pertence à Ibéria Interior e é bem diferente da Estremadura Portuguesa, de natureza litorânea e que, em tempos dantes, englobava a Beira Litoral.

[389] Id. Ibid., p. 32.

Todavia, há as diferenças que permitem alimentar o discurso da geografia nacional. Ao contrário da Espanha (exceto o extremo noroeste desta), Portugal está numa região que avança ousadamente no Atlântico. Ocupa 91.631 Km^2 (incluindo o arquipélago dos Açores e a Ilha da Madeira, ambos no Atlântico). A parte continental do país corresponde a 96,6% do seu território. As temperaturas são amenas, aumentam um pouco de norte para sul, com uma precipitação que diminui no mesmo sentido e do litoral para o interior, assim como a população, mais concentrada na faixa litorânea e no norte. Parecem, os portugueses, preferirem o solo montanhoso e planáltico, ainda que do país não se possa dizer que tem grandes montanhas, pois no geral 88,4% do território continental estão abaixo dos setecentos metros e 43,1% não chegam aos duzentos metros de altitude, sobrando 28,3% na faixa entre duzentos e quatrocentos metros. Apenas ao norte do Rio Tejo, encontramos 19,7% das terras acima dos setecentos metros[390]. Tudo muito abaixo das alturas da meseta espanhola ou das serras. Braudel resumiu a dialética das diferenças e das similitudes. Na esteira de Vidal de la Blache, ele articulou a Geografia e a História, os Lugares e os homens, o espaço e o tempo:

"Le Portugal, face à l'Est, est sans doute défendu par la nature. Du plateau castillan au bas pays qu'arrosent les eaux portugaises, courent les routes difficiles, peu praticables, barrées par de solides fortifications. Mais cette frontière ne vaut que si elle est soutenue par un pays décidé à se defendre"[391].

As distâncias temporais e espaciais se exprimem também numa geografia industrial. Apesar da Europa e da sua união à qual Portugal integrou-se, a indústria portuguesa continuou a padecer de patologias históricas. De longa duração. Os desequilíbrios regionais ainda obedecem a duas clivagens. A mais sentida é entre o litoral e

[390] Brito, Raquel (Dir.). *Portugal geográfico.*

o interior. A segunda é entre o norte e o sul. E da combinação dessas têm-se um Portugal mais voltado à produção industrial no norte litorâneo. De Lisboa e seu entorno a Setúbal e depois acima. Ao Porto. A Braga. No interior as extensões para o triângulo Tomar – Abrantes – Vendas Novas. Sente-se esta extensão fisicamente ao se viajar para aquelas paragens. O Rio Tejo poluído. O Rio Nabão igualmente sujo naquelas plagas, especialmente no trecho urbanizado em Tomar. E bem mais ao norte a pequena extensão à Guarda, cidade no flanco setentrional da Serra da Estrela e que, não sendo tão alta, ainda assim é a mais elevada do país e que tem, por isso, aquele feitio medieval de guarda de fronteira ante o impetuoso avanço de "estrangeiros" vindos do sul. Em boa parte do país, a indústria de Cortiça, presença não insignificante na pauta de exportações. E outras indústrias espalhadas. Muitas voltadas ao consumo local.

O problema estrutural é que Portugal não ousou ou não conseguiu passar da exportação (do vinho do Porto, do vestuário, dos têxteis) à internacionalização de seus produtos e empresas. Sem mercados de destino, grandes marcas próprias ou controle dos canais de distribuição, a economia portuguesa inseriu-se na divisão internacional do trabalho às custas do barateamento de sua força de trabalho e da desvalorização cambial. Este último fator desapareceu com a entrada em vigor do Euro, a moeda da União Européia. Em 1991, 46,1% de suas importações eram do setor de metalurgia e metal-mecânico (intensivo em capital). E 38,9% das exportações eram de têxteis, vestuário e calçados (setores de elevado uso de força de trabalho)[392].

Portugal, historicamente, é um país de negociantes, não de empresários industriais. Buscam aqueles, como Marx já o ensinou, seus lucros na circulação das mercadorias, consumindo improdutivamente uma parte alíquota da mais valia social. Administram, estes, a produção dessa mais valia. Portugal só gerou muitos empresários

---

[391] Braudel, F. *La Méditerranée*, p. 1026.

excepcionalmente. Por exemplo, no norte ou na região da Marinha Grande (descendentes de cristão novos?). Nos anos 90 estavam aí a tecnologia mais avançada, como na indústria de moldes[393].

Mas voltemos ao Mar. Porque a Espanha é cinco vezes maior que Portugal, ela pôde ser um Império Terrestre, centralizado em Castela Medieval. Banhada por quase todos os lados pelo Mar, ela pôde escolher sua vocação mediterrânica. Depois Atlântica. Mas Portugal sempre foi atlântico. Essa foi sua missão ou sua natureza nos últimos cinco séculos. É esta natureza que se viu perdida depois da Revolução dos Cravos e do fim do império. Não era por nada que Jaime Cortesão acentuava esse caráter mais atlântico do que europeu de seu país. Porque, no seu aspecto orográfico, a faixa ocidental da península forma um anfiteatro, voltado para o Oceano Atlântico. Assim, os rios correm do nordeste para sudoeste (acima do Tejo), como o Vouga e o Mondego, e de sudeste para noroeste, abaixo, como o Sado e o Mira. Formam um leque[394]. Também não será por outra razão que, depois da perda do Brasil, portugueses ilustrados tratarão de avisar que o país só subsiste como um Império Atlântico. Ou é absorvido pela península (leia-se Espanha). O país só existe em função atlântica. Função esta simbolizada na Torre de Belém. Naquela paragem que, hoje, é dominada pelo Museu da Marinha, pelo Mosteiro dos Jerônimos, pela linha de um elétrico mais moderno (Bond), pelos famosos pásteis. Pelo turismo. É o extremo de Lisboa.

Lisboa, cidade européia

Lisboa, como qualquer urbe considerável, não se presta a guerras convencionais. Acresça-se o fato de que seus limites naturais, seu relevo irregular e a exigüidade de um

---

392 Brito, Raquel (Dir.). *Portugal geográfico*, p.224.
393 Agradeço ao meu parecerista da Fapesp por ter me chamado a atenção para este fato.
394 Id. Ibid.

espaço que termina nas margens do Tejo, não convida a grandes movimentações de tropas. As ações militares do 25 de abril se adaptaram a esta realidade. O Posto de Comando se estabeleceu bem longe do teatro principal de operações. Otelo Saraiva de Carvalho preferiu o norte. A Pontinha. O Aeroporto também foi tomado e, assim, o controle da cidade se decidiria no centro nervoso, na zona histórica do Chiado e adjacências e, por fim, na Praça do Comércio, na Santa Apolónia, na beira do Tejo. A única embarcação que ameaçou os revoltosos no 25 de abril foi a fragata Gago Coutinho. As ameaças de disparos não se cumpriram. Esta realidade militar também precisava respeitar uma geografia. Precisava aceitar o centralismo lisboeta, sua posição estratégica política e administrativa. Ninguém levaria a sério uma revolução que tomasse o poder em Évora ou na madeira e esperasse por Lisboa. E esta própria capital tinha suas especificidades. Mesmo numa época em que a disputa pelo controle dos meios de comunicação social é que garantiria a hegemonia (no sentido gramsciano de consenso mais coerção) do movimento na cidade.

Lisboa estende-se ao longo de um litoral fluvial de cerca de 18 quilômetros, desde Beirolas, a Levante, até o limiar de Algés, a poente. Dois marcos definem a cidade litoral. Um de natureza física, inescapável, o Mosteiro dos Jerônimos na parte ocidental, onde também domina a paisagem a Torre de Belém. Outro de natureza humana: o Convento Madre de Deus (ou a ferrovia, se preferirmos) na porção oriental. Seguindo para o interior, os limites são assinalados por montes ou elevações que bordam vales mais fundos. A Oeste está o Cemitério dos Prazeres e a Leste, o Alto de São João. São fronteiras "naturais". É no norte, esta evidente possibilidade de expansão da urbe, que se situam os únicos vazios urbanos consideráveis de Lisboa. O Aeroporto da Portela de Sacavén, a Cidade Universitária e o Parque Monsanto[395].

[395] Tudela, Aquilino. "Balizagens de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 102, Números 1-6, janeiro a junho de 1984.

Para os padrões europeus, Lisboa é, realmente uma cidade de porte com seus 677 mil habitantes em 1991! O Porto talvez um tanto menos significativa com suas 310 mil almas no mesmo ano[396]. País macrocéfalo, já se disse. Lisboa ocupa tudo e todos. E a população portuguesa, como no quinhentismo, concentra-se entre o Douro e o Tejo. Não há outras grandes cidades em Portugal. As que aspiram este título também são tributárias da Grande Lisboa.

Em 2001 o Porto foi a capital européia da cultura. Seu centro, próximo à velha e belíssima livraria Lello & Irmão, seus arredores, suas ruelas estreitas que levam às margens do Douro, a rua das Flores, onde há alfarrábios... tudo parecia destruído e em reconstrução. Até a Ponte Dom Luís, cheia de tábuas e tapumes. O filme de Manoel de Oliveira, Porto da Minha Infância, celebrou essa cidade.

Mas, de fato. não era ela a grande cidade européia portuguesa, e sim Lisboa. Essa cidade que se vive como européia bem distante do Portugal profundo e pré europeu do Alentejo ou do Minho:

"*Dos fins da República à Expo 98, num combate equívoco, Portugal luta desesperadamente para ser outro sem sair de casa, certo de que a Europa trazia até o Rossio e à Havaneza o que a sua classe mundana precisava para não passar por provinciana nos centros onde existia com elegância anônima, conservando em casa os jardins edênicos dos seus solares do Minho e das suas coutadas do Alentejo*"[397].

Lisboa é uma cidade capitalista por excelência. Mas nela convivem tempos lentamente ritmados., além daqueles mais velozes da dinâmica do "capital globalizado" e "desterritorializado". Todavia, esses diversos tempos se articulam naquele espaço. Ondas e relações horizontais, resistentes nos lugares, combinam-se com pontos de inserção de

396 Brito, R. (org), Portugal perfil geográfico, p.133.

ondas e vetores transnacionais. Em nenhum lugar isso é mais visível do que numa cidade plural e provinciana, européia e africana, como Lisboa. Se é verdade que os traços do imperialismo e dos novos imigrantes tendem a ser apagados da propaganda oficial, numa cidade em que ao lado dos turistas europeus, agem e trabalham africanos, brasileiros, ucranianos etc, a cidade continua a ter em seu íntimo povos, culturas e elementos de diferentes idades históricas. Essas variáveis do espaço são "assincrônicas do ponto de vista genético", é verdede, mas "funcionam sincrônicamente", em conjunto, segundo as "relações de ordem funcional" que mantêm entre si[398].

Imaginemos que Lisboa fosse uma folha de papel em branco. Nela se inclui um mapa. Depois linhas horizontais ligando regiões e pessoas, partidos e igrejas, prédios e parques, empresas e clientes, comércio e serviços. Nesse mesmo mapa há pontos produzidos por linhas verticais que formam um ângulo reto em cada local. São as empresas transnacionais. Os interesse globais. O turismo. Eis o espaço, talvez. Mas ele carrega em si idades, monumentos, técnicas, uma toponímia, uma ação social e política, investimentos, economias, a miséria, a pobreza, a resistência. Para nós outros, historiadores, não será o espaço que dará sua palavra final. E sim a duração. O (s) tempo (s). Não o da política somente, dependente das ações de governo do dia a dia. Não só o dos resíduos dos impérios ou do período do "Estado Novo". Mas o de todos eles. Porquanto esse espaço é histórico. E historicamente constituído. "A cidade é um espaço imerso no tempo"[399]. Tempo que guarda velocidades e lembranças várias. Oliveira Martins, para que se o comprove essa insistente visão que se tem sobre Lisboa, já o dissera: "Portugal é Lisboa, escrevi eu algures. Devia ter dito antes que Lisboa absorveu Portugal, pois esta expressão corresponde melhor à verdade histórica. Lisboa não foi Portugal até o meado do século

[397] Lourenço, Eduardo. *Mitologia da saudade,* p.132
[398] Santos, Milton. *Por uma geografia nova*, p. 211.
[399] Araújo, Renata. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*, p. 13.

XIV; mas desde que a vida marítima nos absorveu de todo, a capital e o sue porto, como um cérebro congestionado, mirraram as províncias. Portugal passou a ser Lisboa: uma cabeça de gigante num corpo de pigmeu".[400]

Se a cidade medieval nascera do intercâmbio comercial, a Lisboa de hoje é resultado do seu papel macrocéfalo no país: centro de serviços, sede administrativa de empresas e de um comércio local e internacional à medida em que um setor importante da cidade foi refeito à imagem e semelhança dos turistas e da "indústria do turismo". Especialmente o turismo europeu.

Viajar por Portugal é descobrir que os portugueses querem, finalmente, tornar-se europeus. Já o queriam nos anos 60. E o quiseram no oitocentismo. É o projeto da União Européia, à qual Portugal passou a integrar oficialmente em 1986, que move as consciências. Esse "país europeu" é visível em Lisboa e numa camada da sua população. Aquela que se quer européia e que vê com reservas aquilo que lhe parece tenebrosamente provinciano. Como contou Miguel Torga:

"*Seja como for, a nação não morre de amores por Lisboa, e sabe-se que Lisboa lhe paga na mesma moeda. É uma mútua hostilidade latente, que os anos não suavizam. O grito doloroso e revoltado que ainda hoje ecoa pelas serras da Beira – 'O país não é o Terreiro do Paço' – exprime uma parte desse desencontro; a ironia e o superior desdém que o lisboeta fala da província, é outra imagem dele. A centralização que o progresso tem acentuado, fazendo convergir todo o esforço do país para a sede do poder, aviva feridas mal cicatrizadas e abre outras de maior purulência ainda; um convívio mais íntimo com a nata do mundo, uma situação de privilégio em relação à cultura e ao gosto, tornam penoso o contato com maneiras terrosas e analfabetas*"[401].

---

[400] Oliveira Martins. *Portugal nos mares*, v. 1, p.10.

Há na cidade de Lisboa toda uma geografia cultural voltada ao cosmopolitismo. Que faz do "nacional" a mercadoria da indústria do turismo. As ruas apertadas da Alfama, as casas pobres preservadas assim, o traçado do elétrico (bond), o Chiado (zona baixa da cidade) e o Bairro alto perfazem um espaço vital do turismo. Aquela pequena parte do país impulsiona um fluxo de pessoas e mercadorias, o que envolve outras zonas. A própria integração do território nacional, feita a partir do século XIX com as ferrovias, é hoje núcleo de expansão do turismo a partir de Lisboa. E na direção norte. Em 1856 foi construída a primeira ferrovia com 36 Km de extensão[402]. De 1877 a 1890 o país saltou de 946 km de linhas em uso para 2070 km[403]. Estabeleceu linhas para o norte e o leste antes do sul e do sudeste. Atingiu a região entre Douro e Minho primeiro:

"*Desde muito cedo que Lisboa se tornou centro diretivo do país (podemos considerar a conquista definitiva do Algarve – 1253 – como o ponto de início do domínio de Lisboa) e também logo nos primeiros tempos da expansão ultramarina ela ultrapassou as fronteiras. Até à segunda metade do século XIX, com a predominância do transporte aquático (marítimo e fluvial – um dos principais fatores do desenvolvimento inicial de Lisboa esteve certamente no fator de o Tejo constituir a melhor via de penetração no interior do país) Lisboa e seu centro vivem voltados para o rio, apesar do esforço de Pombal em dirigir a cidade para o interior. Ainda as primeiras linhas férreas (Santa Apolónia, Barreiro - Terreiro do Paço, Cais do Sodré, Alcântara – Sintra) permitem a continuidade. Só com a estação do Rossio, na viragem do século, o centro de Lisboa é fortemente basculado para norte e vai continuar, agora sem interrupção, o processo que fora deixado em suspenso pelo urbanismo de Pombal*"[404].

---

[401] Torga, Miguel. *Portugal*, p.118.
[402] Legrand, T. *Histoire du Portugal*, p.158.
[403] Cabral, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, p.335.
[404] Gaspar, Jorge. *A dinâmica funcional do centro de Lisboa*, p. 18.

Nesta Lisboa bem próxima do Tejo também se "educa" uma parte da população no projeto europeu. Os mais jovens e as classes médias e superiores são o esteio, o consenso dessa integração. Esse processo que se passa na superestrutura cultural e ideológica carece, contudo, de bases mais sólidas, fincadas nas economias, na vida material, nos costumes. A cidade revela seu lado provinciano e os problemas sociais.

Este sonho de voltar a uma Europa da qual se teria desviado no século XVI só poderia tornar-se, aos olhos dos radicais, a armadura ideológica da manutenção da nova ordem. Foi preciso uma revolução de roupagem socialista para que a democracia parlamentar e o liberalismo se impusessem. Mas esse liberalismo foi a única linguagem que se falou em Portugal durante o Terceiro Império. Foi Lisboa que criou essa miragem socialista. Porque esta cidade, e somente ela, foi a sede de um império com o rosto voltado para o Atlântico sul e para outras paragens. E foi a partir dela que Portugal voltou depois os olhos para o continente, como se ali estivesse o futuro. Futuro que é um passado redivivo. A crença na recuperação do que se perdeu. A Revolução preferiu tirar sua poesia do passado.

Essa ideologia que envolve a política portuguesa é alimentada por Lisboa. Assim como a realidade oposta de suas classes inferiores situadas na sua cintura industrial. E nas cidades dormitório ao seu redor. Ou além Tejo, onde as pessoas atravessam pela manhã o rio para prestar seus serviços na cidade turística ou para trabalhar na construção civil de uma cidade que é constantemente remodelada e restaurada. Na infra-estrutura da sociedade civil operam essas forças sociais que não encontram representação política ou cultural na cidade ou no Estado. São forças de decadência, provincianismo, racismo, de surda violência e da contra-violência de uma massa de não-cidadãos (imigrantes), de desempregados e de classes subalternas ainda a espera de uma nova ou de uma outra "politização". O crescimento populacional também revela os desequilíbrios regionais, favorecendo Lisboa,

ma non troppo. Já no século XIX (1890-1911), incrementava-se a plebe urbana de Lisboa e Porto, cidades cujas populações cresceram 44% e 40%, respectivamente[405]. Não explicava isso o republicanismo como um fenômeno tipicamente urbano concentrado particularmente em Lisboa? Realidade que perdurou até a Revolução de 1974-75.

Nos anos que envolvem também a crise do Império e a Revolução, a variação populacional (período 1970-1991) foi de 9,5% em Lisboa, muito acima das taxas negativas da maioria dos distritos do país, mas abaixo dos 23,3% do Faro (no Algarve), dos 11% de Braga, dos 22,3% de Setúbal (mas Setúbal está na órbita lisboeta, ao sul do Tejo).

Se Lisboa permaneceu grande demais para os portugueses, já amenizou sua grandeza. Mas isso é insuficiente, é certo, porque o restante do país permaneceu distante dos progressos e do centralismo lisboeta. Submetido sim. Mas com suas culturas. E suas desavenças. Lisboa continuou sendo uma cidade desproporcional. Como Magalhães Godinho o disse: não se forjaram em Portugal cidades médias. Só as muito pequenas. Porque a emigração portuguesa foi embarcadiça e não se dirigiu às cidades. E as grandes eram apenas Lisboa e, em alguma medida, o Porto. As cidades que cresceram depois de abril, ainda assim o fizeram no entorno muito próximo de Lisboa, como Amadora e Setúbal. Tudo se passava, como sempre, no Terreiro do Paço.

Partir desse centro nevrálgico de Portugal é indagar o futuro[406]. Lisboa passou a viver de passado. Convenientemente moldado para turistas. Os ícones, edifícios, praças e monumentos do ideário liberal, republicano ou socialista foram apagados pelo passado remoto. Este que se restaurou como objeto de culto e curiosidade. "Lisboa nunca gostou de ruínas. Ou as emenda com pedras novas, ou as arrasa de vez para construir prédios de

---

405 Rosas, Fernando. "A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do estado Novo em Portugal", p.99.

406 "Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão articula igualmente o presente e o futuro". Santos, Milton. *Por uma geografia nova*, p. 205.

rendimento"[407], como disse um escritor. E uma contradição com os próprios valores existentes na política oficial. A prática liberal e a linguagem socialista, presentes nos muros, nas propagandas eleitorais e nos nomes de ruas, cederam espaço ao Portugal medieval e monárquico. Vai-se ao largo da Graça pela Rua Voz Operária. Os nomes de Humberto Delgado e de Norton de Matos são topônimos. O 5 de outubro é feriado nacional. Como o 25 de abril. O Largo do Carmo foi o palco da Revolução. Mas nada disso está nas mentes ou nos folhetos turísticos. Afinal, Portugal quis abrir-se. Receber as forças econômicas e culturais exógenas e com elas interagir, oferecendo o que possui de mais típico como mercadoria cultural. Isso diminuiu a possibilidade de um consenso interno (nacional). Este fosso histórico entre uma população de não-cidadãos (imigrantes) ou de sub-cidadãos pobres e os grupos que orientam a integração à Europa, tende a criar dinamismos internos incontroláveis em Lisboa.

De toda maneira, Lisboa não é todo Portugal. Ou o é cada vez menos. Mas ainda e muito de Portugal. Muitíssimo. Quem a moderou foi, paradoxalmente, a revolução. Aquele mar rural em torno da ilha de urbanidade (realidade palpável até os anos sessenta e, parcialmente, ainda hoje) foi contrabalançado nos tempos dos cravos. A região da qual Lisboa é o centro político, administrativo e econômico, respondia, até os anos 60, pela maior parte da produção e realização das mercadorias do país. Mas esse desenvolvimento desigual das regiões de Portugal começou a ser lentamente modificado nos anos 70. O peso de Lisboa na formação do produto industrial bruto passou de 49,33%, em 1970, para 37,69%, em 1977, cedendo a primazia para o Norte Litoral, que passou de 36,87% para 43,74% no mesmo período. Ao final da Revolução, já não se tratava mais de uma região industrial sozinha cercada por um imenso mar de atraso rural. Ou era, *ma non troppo*. Mesmo as regiões pouco urbanizadas do Centro Interior, do Algarve e do Alentejo respondiam

[407] Saramago, J. *Viagem a Portugal*, p. 303.

juntas, em 1977, por menos de 9% do produto industrial, mas por 32,24% do produto agrícola[408].

Neste Portugal profundo também chegam, paulatinamente, as linhas procedentes de Lisboa: o turismo, com seu impacto cultural. Mas ainda mitigado. Enfim, Lisboa não é todo o Portugal... Como Otelo Saraiva de Carvalho, esse revolucionário *par excellence*, descobriu tarde demais.

O Resto do País

Atravessemos o Tejo e veremos essa realidade. O Alentejo não é uma figura de linguagem. No aquém Tejo, uma forte altimetria e abundante pluviosidade. No Além Tejo, as planícies adustas[409]. A mais vasta região portuguesa está separada de Lisboa. O rio é um obstáculo transposto por barcos apinhados de gente. A linha férrea não se comunica com a malha ferroviária setentrional. Para se usar trens de passageiros é preciso transpor o Tejo de barco para o traslado entre as estações Santa Apolonia e Barreiro. Desta se vai ao Alentejo e ao Algarve.

Os espanhóis chamam a esta região de *montanera*. Ela une num mesmo regime de clima, pluviosidade e de chênes e terrenos xistosos e vastos domínios, a área de Salamanca e o sudoeste: Estremadura espanhola e Alentejo. Os trabalhadores viveram por muito tempo em cidades próximas às herdades, sujeitos ao desemprego e trabalhando na colheita de olivas no inverno. Este inverno úmido se combina com estações secas e incertas. Na paisagem extensa do Alentejo e da Estremadura espanhola era só na altura de Beja, Cuba, Évora, Almendralejo (Espanha), que se estendiam opulentas campanhas cerealíferas[410].

---

408 Imperatori, M.J. "Desenvolvimento local", in *Seminário 25 de Abril*, cit, p.207.
409 Cortesão, Jaime. Op. Cit.
410 Drain, Michel. *Géographie de la Péninsule Ibérique*, p.41.

A paisagem monótona e a rala vegetação escorrem por propriedades sem gente e sem urbanidade. Um décimo da população portuguesa está no Alentejo. O vinho (hoje) e o azeite. O surgimento de vinhos bastante apreciados pelo paladar mais exigente está a alterar o quadro fundiário e social. A pedra. A cortiça. O calor e a secura. O trigo (como na Antigüidade romana) ainda é cultivado neste país que come tanto pão. Em terras extensas.

Nestas terras e também no norte a estrutura demográfica e a agrária são seculares. Um norte medieval concentrando a maior parte da população em pequenas propriedades. Um sul árido reconquistado aos mouros e distribuído em grandes extensões de terras aos nobres, à igreja. Com poucos habitantes. Contra isso, a Revolução de 1974-75 insurgiu-se. Fez a reforma agrária. Mas era possível fazê-la, de fato, contra essa realidade de longa duração? Em 1974, apenas 1,4% dos proprietários dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal detinham 56% do solo. Esse tipo de exploração estava baseado na força de trabalho assalariada: 88% dos operários agrícolas no distrito de Évora, por exemplo[411].

Mas eis que houve a reforma! Mais de um milhão de hectares foram desapropriados. As Novas Unidades de Produção (NUP) eram de dois tipos: Cooperativas Agrícolas de Produção (CAP) e Unidades Coletivas de Produção (UCP). Em 1975 eram 70 mil os trabalhadores em cooperativas a ocupar 1.16 milhão de hectares[412]. E de que tamanho eram essas propriedades? Uma superfície média de 4.900 hectares. Algumas, como a "Margem Esquerda" com 14.100 hectares. Como disse Jacques Marcadé: "só a propriedade mudou; o modo de exploração, não". Porque não seria possível distribuir pequenos lotes numa área assim constituída por séculos de grandes explorações. Além disso, a contra-reforma agrária iniciou-se em 1976. De tal sorte que, nos anos 80, as Novas Unidades de Produção não dispunham de mais do que 40% daquilo que conquistaram em

411 Marcadé, Jacques. *Le Portugal au XX siècle*, pp. 131-132.
412 Hammond, John. *Bulding popular power. Workers' and neighborhood movements in the portuguese revolution*, p. 187.

1975[413] e o numero remanescente de trabalhadores era 26 mil. Isso, contudo, foi uma decisão política. De uma mentalidade que a Revolução não logrou mudar.

O Norte está tão distante historicamente do sul que faz um espaço entranhado e povoado. Lá estão mais cidades e mais gentes. Estremadura e Ribatejo e Entre Douro e Minho tem suas cidades próximas, pequenas, mas povoadas. E possuem o Porto. Assim como as Beiras possuem Coimbra, esse centro espiritual do Norte. A nordeste de Coimbra, em demanda do flanco setentrional da Serra da Estrela, na cidade da Guarda, as áreas de reflorestamento (eucaliptos e pinheiros) não impressionam nem individualizam a região. Mas as pequenas cidades e propriedades sim. Cidades medievais feitas de pedra como tudo ao redor. O solo rochoso determina as casas rústicas. O trato simples e ensimesmado revela cidades de poucos imigrantes e extremamente conservadoras. Andemos em Alburitel nos anos 30, aldeia perdida entre Chão de Maçãs, Pêras Ruivas e Fátima. Andemos hoje. Pouca diferença no número pequeno de seus fogos e de suas gentes. Mas cresceu, decerto, a ocupação no comércio, nos serviços.

A evolução ocupacional da força de trabalho era mais um traço de persistência de uma situação econômico-social aparentemente imutável e que só uma ruptura profunda poderia começar a transformar. Aqui é bom sempre lembrar que a demografia ou as estatísticas só nos interessam quando mostram as dissociações e diferenciações de classe ou de frações de classe. Sim, salários baixos e má alimentação assolavam os portugueses. Mas não os portugueses de todas as classes. Nota-se, pela Tabela nº 1 (inserida ao final), que a estrutura ocupacional tem uma evolução *sui gêneris* e, poder-se-ia dizer, anômala: o setor secundário diminuiu um pouco, enquanto o crescimento do setor terciário se fez às expensas do setor primário, graças, talvez, ao aumento do funcionalismo público civil e militar (principalmente durante a República) e dos criados domésticos. Há que se tomar

[413] Marcadé, J. Op. cit., p. 138.

precaução quanto a possibilidade de diferença dos critérios estatísticos utilizados em 1890 e em 1911-1930, posto que não dispomos de informações a respeito. Em 1970 o terciário ocupava 33% da população ativa! Poucas mudanças em tanto tempo.

Em 1961 (início da conjuntura de crise do sistema colonial), o país ainda tinha 48% de sua população economicamente ativa trabalhando na agricultura[414] e uma percentagem muito maior de pessoas vivendo em pequenas aldeias rurais. Razões para isso só se encontram numa longa duração. O êxodo rural, desde que a "política de transporte" sobrepôs-se à "política de fixação" (Antonio Sergio) das gentes em suas moradas e em suas terras, foi embarcadiço. A conseqüência foi o existir tímido de algumas pouquíssimas cidades de monta (Lisboa e Porto) e uma vasta noite rural desprovida de núcleos urbanos médios[415]. Ora, como lembrou Magalhães Godinho, não é possível existir cidadania sem cidades.

E o campo nada podia. Entre 1960 e 1967, trezentas mil pessoas abandonaram as areas rurais, numa população de pouco mais de oito milhões! Eram emigrantes que buscavam, por meios legais e ilegais fugir de Portugal, de tal sorte que houve instante em que a população do país, nos anos sessenta, diminuiu! As relações de trabalho não eram as mais modernas e o contraste entre norte e sul, quase milenar, persistia. A percentagem de trabalhadores assalariados na população ativa agrícola, em meados dos anos sessenta, era muito alta em distritos do centro para o meridiano. Dois extremos típicos eram Évora (90%) e Aveiro (39%), e este só tinha abaixo de si Viana (27%). O número de trabalhadores por patrão, que demonstra, ainda que indiretamente, algum grau de assalariamento ou propriedades maiores, era de 2,5 em Aveiro, por exemplo, e de vinte e dois em Évora. O número de proprietários em relação à população agrícola era quarenta e oito no Aveiro e apenas seis em Évora. Ainda em Évora, as grandes propriedades eram

414 *Almanaque Mundial 1962*, p.271.

apenas 6% do total, mas ocupavam 76% da superfície, enquanto no Aveiro ocupavam 2% da área agrícola[416]. Norte de poucos espaços e muitas gentes.

Dali partiam mais pessoas. Mas isto mudou. Antes as gentes saíam do norte. Da Guarda. De Vila Real. De Bragança. Elas eram analfabetas. Elas iam ao Brasil. Depois à França. Ao Canadá. Aos Estados Unidos. À Austrália. E alhures. Mas em 1975 o país se viu diante do fenômeno inverso. As gentes retornavam da África. Mais tarde, do Brasil. Poucos, *é vero.* E com eles, também os novos imigrantes: cabo-verdianos, brasileiros... Uma certa emigração continuou. Mas de gente letrada. E que prefere sair não só do Norte. Mas também do Algarve. E até do Alentejo. É certo, e já se o disse antes, que a Revolução assinalou um fim: o da constante fuga das gentes. Pelo Atlântico. Só depois pelo continente.

E o sul? Ele tem seus latifúndios improdutivos e arrendamentos de solos pobres e sujeitos a secas freqüentes, embora com um relevo menos acidentado. O norte tem seu relevo incerto, de difícil cultivo em grandes propriedades, atomizado em minifúndios cada vez menores, dispersando-se em heranças divididas até perderem o valor econômico. Entenda-se bem: a cada geração, os herdeiros dividem a terra e ficam com uma parcela cada vez menor; se não há inovações tecnológicas importantes, a produtividade de cada hectare não cresce, gerando crises que se repetem[417]. A saída é a emigração. Secular e constante. Que só a revolução de 1974-75 interromperia.

Mas a emigração era um traço e um ritmo europeus. Especialmente até a Segunda Guerra Mundial. No século XIX, a Europa toda emigrava e se houve uma marca da integração mundial do período posterior a 1850 foi o fato de que tanto as mercadorias e os

---

[415] Godinho, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, p.27.
[416] Esses dados foram compilados a partir de vários outros, referentes a inúmeros distritos, constantes de levantamento do II Congresso Republicano do Aveiro (op.cit).
[417] Situação parecida a certas regiões francesas no século XVI: Cf. Le Roy Ladurie. *O Estado monárquico*, p. 47.

capitais, quanto as pessoas, rodavam pelo mundo. No período 1851-1880, a emigração bruta da Europa, por decênio, foi de 2,89 milhões. No período 1881-1910 esse fluxo foi de 8,49 milhões por decênio[418]! Portugal não foi exceção. Vide Tabela nº 2.

O crescimento da população européia foi grande no período que vai de 1870 a 1910, passando de 290 milhões a 435 milhões de habitantes. A taxa de crescimento populacional européia por decênio atingiu seu índice mais elevado na segunda metade do século XIX. No período 1750-1800 ela foi de 5,9%; passou a 7,4% (1800-1850); atingindo 9,1% (1850-1900)[419]. Portugal também teve um crescimento populacional mais significativo nos anos 1878-1911, mas nada de muito surpreendente ou brilhante (Vide tabela nº 3).

Essa emigração jamais logrou criar na África uma extensão da pátria. Nem mesmo a lusofonia foi uma pesada herança deixada em África. Com o fim do Império, restou uma comunidade? Não era este o sonho de Vasco Gonçalves e dos revolucionários? Eles não buscaram um novo Brasil, mas um novo Império na forma de uma comunidade de homens livres e iguais. Não conseguiram. Qual comunidade de lusofonia sobrou?

Um fenômeno de Longa Duração: Emigração

Portugueses emigram desde sempre. Desde o século XVI. Isto só acabou depois da Revolução. Quando Portugal foi traumatizado pelo reconhecimento da separação do Brasil (1825), poder-se-ia pensar num abrupto corte de laços entre os dois países. Não foi assim. Os imigrantes portugueses e os laços comerciais ditaram o contrário. Logo no ano de 1825, Silvestre Pinheiro Ferreira escreveu um parecer sobre um projeto de pacto federativo entre o Império do Brasil e o reino de Portugal[420]. Projeto malogrado. É

418 Kuznets, Simon. *Crescimento econômico moderno*, p.38.
419 Id. ibid., p. 30.
420) Figueiredo, Fidelino. *Estudos de história americana*, p. 135.

evidente. Mas que indicava algo: uma união de três séculos não podia esmilingüir-se em três anos.

Nos anos 1837-38, o jornal *O Panorama* (jornal literário e instrutivo, da sociedade propagadora dos conhecimentos úteis) animado por Alexandre Herculano, publicou três artigos reveladores da ligação mental que continuava a existir entre portugueses e brasileiros: "O Brasil"; "Brasil: situação, extensão. Meios de prosperidade. Clima"; "Brasil: população. Caráter, usos e costumes dos habitantes. Produtos"[421]. Os títulos já são esclarecedores, e como diz um dos artigos "O Brasil é uma terra de esperanças". Certo. Um relacionamento de mais de trezentos anos podia ainda permitir a continuidade de ligações mais do que mentais. Econômicas. Ainda que sobrassem trisseculares desentendimentos.

Verifiquemos: o tráfico de escravos continuou a dar lucros aos comerciantes portugueses até a lei Eusébio de Queiroz (1850). Portugal dependia do Brasil para compensar o déficit de sua balança de pagamentos; até 1880 o comércio com o Brasil era maior do que o intercâmbio (mesmo desigual) com as colônias remanescentes, como o demonstram as exportações portuguesas de vinho em 1905[422]. Com toda certeza, mais de um século depois da independência brasileira, o fluxo de capitais entre Brasil e Portugal permaneceu sendo mais importante do que entre Portugal e suas colônias[423]. Embora fossem cada vez mais insignificantes, para o Brasil, as exportações e inversões portuguesas. Claro: investimentos lusos não fariam sombra aos ingleses, franceses e, no início dos novecentos, norte-americanos[424]. E nos anos vinte do século que se seguiu, Portugal

---

421 Amora, Antonio S. "Relações intelectuais entre Brasil e Portugal – um documento romântico", pp. 753-759.

422 Marvaud, Angel. *Le Portugal et ses colonies*, p.101. Livro datado de 1912. O Brasil era maior importador de vinho tinto português e as colônias nem lhe faziam sombra. Excetue-se o caso singular do vinho do Porto que os ingleses apreciavam muito mais.

423 Smith, Clarence. *O terceiro império português (1825-1975)*, pp. 14-15.

424 Já em 1875, a Grã-Bretanha era, provavelmente, o maior parceiro comercial do Brasil, o país que mais nos exportava. A França seguia em segunda colocação, empalidecendo o terceiro lugar português, que contribuiu com três vezes menos que os franceses no cômputo do valor monetário

tornou-se parceiro de diminuta importância comercial para o Brasil[425]. E mesmo assim (ou talvez por causa disso), como se mostrará mais adiante, o mito do "Novo Brasil" tentou impor-se nas colônias sobrantes: tratava-se de construir colônias povoadas, ricas e prósperas, onde escasseavam braços e cabedais para tal empreitada. Contradição? Não. Aos portugueses, aprazia-lhes ainda o direcionar seus teres e haveres para o "velho" Brasil (o fluxo emigratório luso para São Paulo, em fins do século XIX, só tinha rival superior nos italianos). Mas os que não o podiam, aventuravam-se em terras africanas. Mas lá também era o "Brasil" que procuravam.

Eis a base material explicativa da importância, já aludida anteriormente, que teve a proclamação da República brasileira (1889) entre as elites políticas portuguesas. As relações diplomáticas eram boas (ao menos enquanto durou o Império do Brasil)[426]. D. Pedro II esteve em Portugal em 1871, em 1877 e em 1889. A influência de Eça de Queiroz no Brasil não foi de somenos importância. O mesmo diga-se da incidência, entre nós, da crítica positivista de Teophilo Braga. E antes o historicismo romântico de Herculano não tinha exercido poderosa ascendência sobre Varnhagen? Transfiramos a atenção ao lado de lá do oceano. Não foi significativo que a Revista de Portugal tivesse abrigado em suas páginas a verve de Eduardo Prado (sob o pseudônimo de Frederico S.) em sua campanha anti-republicana? E não terá sido pelo impacto brasileiro na cultura portuguesa que Teóphilo Braga suspendeu sua colaboração com essa revista, em protesto a favor da República do Brasil?

Um elemento desse quadro mental do Terceiro Império é o de uma nova perda. Se à derrocada do Primeiro Império, basicamente oriental, a sensação de perda misturou-se

---

das importações que entraram no Rio de Janeiro. Cf. Deaecto, Marisa M. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930).*

425 Consoante dados da época, in id.ibid.

426 As relações Brasil-Portugal estremeceram depois da proclamação da República e chegaram a ser rompidas entre 1894 e 1896. Vide: Figueiredo, F. Op. cit., p.142.

ao sebastianismo e ao bandarrismo, o fim do Segundo Império, com o reconhecimento da separação formal do Brasil (1825), ensejou o mito do "novo Brasil", a ser buscado e construído em África. Pintou-se assim, a realidade africana com as cores que ela não possuía. Todavia, a força da continuidade das relações comerciais com o Brasil, ignorada por muitos historiadores de nossa terra, formou uma base material da qual os interesses da burguesia lusitana não podiam descolar-se. Mas e o outro lado do Atlântico? Que atrações oferecia à busca do "novo Brasil"? À construção do Novo Sistema Colonial? À imaginação do Império Colonial, fosse ele o modesto e pedestre Terceiro Império africano real e palpável, fosse o fantasiado, para obscuros desígnios, "Quinto Império" bíblico, sonhado por Vieira no século XVII, ressuscitado pela arte de Fernando Pessoa?

É claro que atrativos para ir ao Brasil havia. Particularmente os "negativos". Os chamados fatores de expulsão (como os havia na Itália do mesmo século XIX), a saber: os fatores econômicos de crise interna. Dos que emigram em 1880-1888, dirigem-se para as terras brasileiras mais de 85% e para a África portuguesa somente 3%. Longa duração: até os anos 1947-54, apesar das dificuldades legais impostas pelo governo brasileiro aos imigrantes, 78,6% dos portugueses escolheram o mesmo caminho e o mesmo destino: o Brasil[427]. Isto mostra o caráter ainda mais frágil da ideologia imperialista lusitana. Porque nem à África se emigrava com aquela vocação civilizatória européia. Se compararmos com o caso italiano, veremos que faltava uma base real ao imperialismo de Crispi, o qual resolvia a política interna criando o mito da terra fácil no exterior, especialmente para os meridionais. Algo que se prolongou ainda no período fascista. Mas Portugal tinha um imperialismo ainda mais periférico[428].

Preferiu-se o Brasil já constituído como país politicamente autônomo a qualquer "missão" em África. Explica-se quase tudo pela tradição de comércio com os brasileiros,

427 Godinho, V. M. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, p. 37.

aqui já demonstrada, pois era um condicionamento material significativo não apenas para a emigração ao sul da América, mas para que os portugueses em África buscassem lá um "novo Brasil", aquele que representaria a "melhor" obra colonizatória lusa, que referendaria seu papel no mundo: colonizar, miscigenar-se e criar uma nova civilização. Quando a África atingisse o patamar "brasileiro", aí sim teria terminado mais essa fase da missão portuguesa no mundo: dilatar a fé e o império. Não estariam aí as bases econômicas e culturais para a ideologia salazarista do colonialismo? E até para o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, tão "bem" absorvido por Salazar?

O Mito da Comunidade Lusófona. África

Lusofonia. Colonialismo. As palavras são fortes ainda hoje.

A antiga metrópole, devido a essa conjunção de fatores, passaria a ter um papel diminuto, no caso português, na dinâmica interna dos novos estados nacionais ditos lusófonos. Portugal não tinha nem tantas vantagens econômicas, nem um modelo político (até 1974) a oferecer a esses novos países. Até mesmo o caráter lusófono pareceu aos africanos uma herança pouco vinculada à maioria das populações. Uma vez mais tratava-se de uma verticalidade (a língua portuguesa) sem vida nos lugares. As nações, como quer que as entendamos, seriam uma obra incompleta e incerta na África que outrora foi portuguesa.

Em 1997, a língua portuguesa ainda era falada só por 8,8% da população de Moçambique. As mais faladas eram o Emakuwa (26,1%) e o Xichangana (11,3%). Ainda aqui mais uma *permanence*: embora falada por uma minoria, o português tendia (e parece continuar assim) a ser a língua dos novos assimilados. Da população urbana (onde a língua salta daqueles 8,8% de falantes para 26,1%). Dos funcionários, do governo, dos poderes estabelecidos e, especialmente, dos meios de comunicação de massa (a televisão e,

[428] Gramsci, A. *Quaderni del carcere*, p. 2019.

parcialmente, o rádio)[429]. De língua do colonizador a língua das classes letradas e politicamente dominantes. Ela continua a ser elemento de prestígio e diferenciação e muito pouco falada entre os rurais. Vistos do campo, seriam esses novos líderes urbanos, empresários da política, como pessoas tão distantes, como "colonizadores"? Eles tentaram o inverso. Ser a vanguarda de uma revolução.

África Subsaariana: Destinos Coletivos e Longa Duração

Portugal esteve na confluência de uma profunda transformação histórica ainda inacabada. Seu Terceiro Império se constituiu em meio à emergência e desagregação de continentes inteiros. A formação do império fez de Portugal um ator, embora passivo, na partilha da África, como vimos. O fim desse mesmo império situou Portugal na descolonização e desagregação dessa mesma África e na "invenção" política de um outro continente: a Europa. Portugal não foi o centro dessas transformações, mas como região periférica e de fronteira entre esses dois mundos, sua história permitiu ver melhor as construções e destruições dessas duas zonas de história.

A colonização européia de vastos espaços desconhecidos pela cartografia ocidental, implicou diversas tipologias de colonização. As colônias de povoamento, estabelecidas em zonas temperdas e vazias (ou esvaziadas pela força das armas) da América, ao norte da Bacia de Delaware, conviveram com colônias de exploração nas Antilhas, na América espanhola e na maior parte da América portuguesa. Zonas de povoamento europeu estabeleceram-se também na Austrália, por exemplo. E de exploração na India. Formas de trabalho forçado se sucederam. A escravidão. O trabalho compulsório. Todavia, a África Negra viveu uma história a parte. Isolada pela geografia. Um pouco

[429] Dados recolhidos por Caccia Bava e Omar Thomaz, in: Fry, P. (Org). *Moçambique. Ensaios*, p.37.

isolada pela história. Entre dois oceanos e dois desertos, como diria Braudel. No levante, o Índico. No poente, o Atlântico. Nas margens setentrionais, o Sahara. Na porção meridional, o Kalahari. Sob altas temperaturas, suavizadas às vezes pelo relevo, florestas densas, florestas ralas, rios largos, savanas. Subcontinente de recursos, mas não de riquezas. Porque aqueles exigiriam a constituição mais de economias do que de extrativismos.

A África não sofreu (e nem se beneficiou) daquela velha economia mundo do Mediterrâneo, onde o Sahara foi sua fronteira, embora uma área de circulacão de caravanas cameleiras. Uma extensão do mar, com seus vazios e "portos". Na emergência de uma economia atlântica, ela serviu prioritariamente de fornecedora de força de trabalho. Enquanto no nordeste do Brasil ou nas Antilhas se criavam as plantations, portanto, uma base material para o progresso econômico posterior, Angola e Moçambique persistiram zonas abandonadas. Só as feitorias litorâneas serviam de entreposto da mercadoria mais abundante: seres humanos.

Em fins do século XVIII, Portugal já não tem um Império com centro em Lisboa. Em 1808 (transferência da corte ao Rio de Janeiro, a política torna explícita uma realidade subjacente). Em 1825 houve o receio de que Brasil e África formassem um só reino atlântico, dados seus velhos relacionamentos. As relações do Brasil com África, enquanto partes de um mesmo complexo econômico e político durante o segundo Império Português, se incrementaram, por algum tempo, naquele plano que mais aqui interessa: a cultura, as idéias, os livros. O Brasil era o fornecedor de livros para Angola, na medida em que Portugal impedia esse comércio diretamente da metrópole para as colônias africanas[430]. O Brasil fornecia o que não produzia, é verdade. Fornecia livros europeus. Mas não indicava isso uma circulação comum de idéias?

[430] Pacheco, Carlos. "Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX", p.31.

Havia, é certo, uma base material. Portugal, em fins do setecentismo, já estava quase ausente das terras de Angola. O Brasil era centro produtor e, portanto, consumidor de força de trabalho escrava. O litoral angolano era freqüentado pelos traficantes estabelecidos na América do Sul. Já Moçambique tinha seu comércio exterior controlado pelos banianes (uma casta de Diu) e, a norte do Zambeze, pelos árabes. Ao menos com Angola, as relações comerciais com o Brasil eram mais importantes do que com Portugal[431]. Embora Sá da Bandeira tivesse apresentado (1836) seu projeto de recolonização da África, era o Brasil que se visava no novo Império. Velho Brasil, novas Áfricas, como diria o historiador Valentim Alexandre.

E por que ir à África? Eis a questão. Para morrer de moléstias incuráveis? O quinino só passou a ser usado no final do século XIX. Para labutar em tantas terras de Angola e Moçambique? Para isso, melhor labutar no relevo acidentado do norte luso, ou nas planícies também não muito propícias do sul. Encontrariam, os emigrantes, na África, a azinheira, o pinheiro manso, o loureiro (plantas, é verdade, resistentes à secura), a figueira, a oliveira, o ulmeiro? Deveriam padecer dessa dúvida. Sabemos que colonizar, na região do mediterrâneo, sempre foi reproduzir alhures as mesmas condições da metrópole. O Mediterrâneo era, como demonstrou Braudel, uma unidade geofísica, climática, alimentar, humana para gregos, turcos, espanhóis... Mas quando foram ao Novo Mundo, estes tentaram, em vão, muitas vezes, reproduzir a vinha, a oliveira... Portugueses, ja acostumados à exploração de protótipos de *plantations* de cana de açúcar na Ilha da Madeira, fizeram do nordeste brasileiro algo muito diferente da Europa. Todavia, a "recolonização" da África que se projetava, em outra época e com outros fins, supunha uma colonização "branca" de ocupação. A qual nunca se viabilizou e só cresceu timidamente no Estado Novo.

---

[431] Alexandre, V. *Velho Brasil, Novas Áfricas*, p. 232.

O neocolonialismo português foi estimulado também pela sua situação de "fronteira" entre Europa e África. Se parte dos liberais portugueses queria ser européia, sua visão foi ofuscada pelo temor da união ibérica. Que papel original Portugal poderia ter depois da perda do Brasil (1825) senão o de continuar seu imperialismo alhures? Certamente, a perda da maior parte do Império espanhol (1898) e as catástrofes da história política da Espanha no século XX, arrefeceram o temor da anexação peninsular. Portugal pôde, lentamente, voltar as costas para a África no exato momento em que esse continente mergulhava na mais grave crise de sua história, provocada diretamente pela presença "ocidental".

A África, esse continente inteiro, de passado às vezes tão desapontante, essa enorme massa de homens simpáticos, como dizia Braudel[432], so pôde contar com suas forças para criar, simultaneamente, e do ponto zero, as forças de produção e as relações sociais avançadas que visam atingir a "civilização sem barbárie". Mas o continente negro e, em especial, as áreas que foram outrora tidas por lusófonas, enfrentaram um processo de desarticulação da produção tradicional, crises no modo de produção capitalista que se implantava e uma base material insuficiente para o socialismo ou a economia planificada que se almejava. Tempos de duração diversa que se combinaram numa lógica pervertida pela Guerra Colonial, pela necessidade de afrontar o colonizador através da violência revolucionária, pela posterior guerra civil e pela submissão aos interesses dos Estados Unidos e da Europa.

O Império Português não poderia revolucionar a si próprio completamente sem contar com novas relações de solidariedade atlântica com uma nova África. A revolução teve sua vertente e sua origem atlânticas como motores iniciais de um processo que já tendia a se dirigir à Europa e aos mercados setentrionais. Africanos, então, emigraram em

[432] Braudel, F. "Prefácio" in Ki-Zerbo, op. cit.

maior número. Invertendo o fluxo da metrópole à colônia. Esses africanos, filhos de pessoas imersas em tempos históricos múltiplos, mas com desejos e propósitos de um futuro melhor, labutam igualmente em Luanda, Maputo ou Lisboa. Compartilham culturas diversas imbricadas em seu ser. Explodem por vezes, arrancando à força de si o colonizado que não se libertou de fato.

Entretanto, estes homens e mulheres africanos que foram a Lisboa e lá vivem (anos 80-90), na cidade que se deseja européia, tomam consciência de uma situação muito diferente daquela enfrentada por Amílcar Cabral, estudante no Portugal dos anos 40 ou 50. Os problemas de diversas idades históricas continuaram a reclamar soluções radicais. E a África, como Florestan Fernandes diria, precisa levar sua própria revolução até o fim e até o fundo e recriar um continente e uma economia para o homem e a mulher africanos.

"Fazem, mas não o sabem".
Karl Marx

Retornemos à História. É importante saber o que Carlos V, este último imperador grande por direito, e muito exercitado nos jogos do amor, fazia com Clara Blomberg? Mathieu, esse historiador maior da Revolução Francesa, não deixou de nos contar o que Maria Antonieta fazia às costas de um inepto Luís XVI. Onde estão as idéias? As construções, os edifícios culturais que só os historiadores erguem *post festum*? Certamente não estão nessas histórias...

Por outro lado, há contos ou situações que revelam muito mais do que a excitação das peripécias de Ulisses de volta a Ítaca. Sabemos, depois de Walter Benjamin, que não há mais condições históricas para que o narrador, tendo recolhido a experiência coletiva, possa nos contar o que *realmente aconteceu.* Ao contrário da narrativa épica, que conta o périplo de um herói rico de sentido humano e coletivo, o romance moderno é a história de um herói solitário que busca valores autênticos num mundo que não mais os possui. Ao contrário do Ulisses de Homero, o de Joyce é um indivíduo só e traído. Um herói problemático[433].

Os fatos em si não são problemas. Eles são construções. Mas positivamente (emprego propositadamente a palavra) ninguém duvida que os atenienses de fato foram derrotados no fim da Guerra do Peloponeso e que isso selou o futuro de sua democracia.

[433] Não deixo, aqui, de usar as palavras com que o meu antigo Professor, Davi arrigucci Jr., encantava seus alunos de Teoria Literária e Literatura Comparada.

Importa perguntar outra coisa: poderiam os fatos, essas unidades singulares que os historiadores aprenderam a cultivar, serem integrados em estruturas? Sejam elas econômicas ou culturais? Carlos V por Fernand Braudel: este imperador que foi a última encarnação individualizada dessa utopia de império universal, só nos importa porque simboliza uma época. A do surgimento de novos impérios. Império Otomano entre eles. Estados territoriais de amplos espaços. Não só de terras, bem entendido, mas de mares e oceanos. As disputas de Carlos V com Francisco I. A herança menor de Filipe II (menor? E a América?). As futuras disputas de Estados arrojados no Atlântico, esse oceano que demoraria ainda um pouco a suplantar o Mediterrâneo...

E as idéias? Constituem estruturas? Não costumamos nelas pensar como construções tão cristalizadas quanto as economias, as rotas, os mares. E não me refiro aqui às mentalidades (no sentido que os franceses dão a esta noção). Elas estão num andar inferior, mais importante talvez, porém menos acessível a um estudo como este: o das tomadas de consciência. Expressão melhor do que "conscientização", palavra, ao menos entre nós, já tão marcada por uma trajetória na política ou na pedagogia. Falemos em idéias, consciência (possível), pensamento. A expressão, tomada de Braudel e outros, talvez sirva melhor àquele problema que Antonio Gramsci tentou desvendar e que atormenta a todos depois dele: como vincular a infra-estrutura e as superestruturas? Ou melhor: como as economias, as práticas sociais, tornam-se conscientes ou em qual medida tornam-se? Esse problema que sempre nos persegue, permite ter um método para aproximar a análise histórica da real compreensão sobre o que é uma revolução, essa aparente aceleração do tempo histórico. Seriam os partidos e políticos portugueses conscientes de sua condição infra-estrutural ou mesmo de suas heranças ideológicas?

Este problema, no campo específico do historiador, agrega-se a outros, relacionados às fontes. No fim das contas são apenas os discursos, as falas, mas também os

silêncios (aprendamos com Georges Duby) que poderemos conhecer. E, talvez, ir um pouco além e desvendar aquilo que os produtores dessas idéias não sabiam: as suas bases sociais e (hoje alguns historiadores pediriam desculpas por dizê-lo) *de classe*.

Não seria possível, ao historiador, ir muito além disso. Nem perscrutar aquela consciência atribuída de que falava Georg Lukács:

"Não obstante, embora os historiadores não possam negligenciar esses problemas, eles naturalmente têm maior interesse profissional pelo que realmente aconteceu (incluindo o que poderia ter acontecido sob circunstâncias específicas), do que pelo que deveria realmente ter acontecido. Irei portanto abandonar grande parte da discussão de Lukács como não pertinente ao meu propósito, que é o propósito bastante modesto do historiador"[434].

Assim, a classe só interessa na medida em que os indivíduos adquirem alguma consciência dela, mas não necessariamente aquela consciência que pode ser racionalmente construída como um tipo ideal de comportamento que as pessoas teriam se pudessem conhecer seus reais interesses. Importa ao historiador a consciência de classe como generalização empírica daqueles fenômenos que ele pode observar. Assim, saber se o Partido Comunista Português, por exemplo, exprime ou não aquela consciência mais elevada dos interesses da classe operária, a *consciência atribuída* de Lukács, importa menos do que ler as representações que suas bases militantes faziam dele. Importa ainda mais entender sua política real e concreta, suas decisões. Suas hesitações. Pudemos ver como ele foi visto como freio da revolução proletária por setores de ultra-esquerda. Ou como ele foi acusado de querer subverter a nova ordem.

---

[434] Hobsbawm, Eric. *Mundos do trabalho*, p.37.

Historiografia

A história absorveu a cultura portuguesa. Sem uma tradição filosófica ou técnica de monta, e com um dilatado passadismo de suas classes de cima, tudo se tornou história. Por isso, um acontecimento tão recente, tão próximo, como o fim do império, logo se fez história e memória institucional. Até um romance da revolução (ou que dela alimentou-se) surgiu e desenvolveu-se. Não só pelo conteúdo, posto que os romances históricos frutificaram, mas pela forma. De José Saramago a Lobo Antunes, a própria linguagem aboliu a tradicional pontuação e estabeleceu uma oralidade onírica[435]. O encobrimento kafkiano de alguns (como *Todos os nomes*, de Saramago) parece ter acompanhado a cinza dos tempos de depois da estabilidade institucional.

E a história foi além. Foi à memória, à paródia e aos casos. Conta-se que, durante o 25 de abril, os carros de combate (os chaimites) que vinham da Escola Prática de Cavalaria pararam no sinal vermelho. O filme de Maria de Medeiros, *Capitães de Abril*, que glorifica na pessoa do Capitão Salgueiro Maia uma revolução puramente militar e generosa, mostra com tom de humor exatamente esta cena. Tal acontecimento pode ser verídico. Mas o que importa ao historiador não é exatamente isso. O que interessa é saber por que este ou aquele memorialista privilegiou este fato. Poderíamos aventar algumas hipóteses. É uma simples ironia ou descontração daquele que narra. É a tentativa de transmitir a idéia de que, desde o início, a revolução respeitou as leis! Foi pacífica. Generosa. Não quis agredir as hierarquias estabelecidas. Seu programa resumia-se à democracia formal. Idéia que se espraiou. Um jornal de portugueses residentes no exterior o disse muitos anos depois: "revolução pacífica e de largo consenso" [436]. Isso é uma parte da verdade histórica. Não é toda ela. Outro memorialista poderia dizer que se as tropas de um destemperado Brigadeiro

---

[435] Dal Farra, Maria Lúcia. "O romance do 25 de abril", *Leia livros*, julho de 1983, pp. 8-9.
[436] Leite, Natália. "Festejar a democracia", *Lusitano*, 18 de abril de 1994.

tivessem atirado na Rua do Arsenal, a revolução teria sido "menos generosa". Ou que a própria existência do MFA já era uma agressão à principal e mais sólida das hierarquias: a militar.

Mas esses detalhes são apenas curiosidades para o historiador, exceto quando revelam a perspectiva do narrador. Mesmo nós poderíamos ficar curiosos em saber por que a coluna de carros de combate parou aparentemente sem motivos. Sim, parece ter sido verdade que os soldados de abril respeitaram as leis de trânsito. Porque faziam uma revolução política, mas não da cultura. Ora, esses fenômenos não são novos. Wilhelm Reich dizia que, durante a Revolução Russa, as pessoas desfilavam no jardim zoológico com o máximo cuidado para não pisar na relva. Reich preferiu ver nisto um sintoma de "aburguesamento" da revolução[437]. Esses problemas compõem a construção de uma memória e de uma historiografia.

A História no Salazarismo

Sofreram os portugueses de uma idéia recorrente: a separação da Europa, da civilizada Europa! Disse-o alguém:

"*A nossa decadência, ou melhor, o nosso desnível em relação à civilização contemporânea não provém de um déficit de qualidades que não houvessemos tido ou que no decurso da nossa vida nacional se tivessem ido degradando. Não! Esse desnível provém de causas meramente históricas que deprimiram o caráter nacional e geraram esta falta de confiança em nós próprios e essa 'apagada e vil tristeza' de que fala nosso grande épico, e que é preciso absolutamente banir*" [438].

Sentimento de decadência e perda que não nasceu com este primeiro-ministro republicano que foi Affonso Costa e nem terminou com ele, como já vimos. Foi um

[437] Reich, W. *O que é a consciência de classe?* , p.24.

homem proclamado providencial que arrostou esse sentimento: o Sr. Oliveira Salazar. À sua frente estavam estampadas palavras de ordem, e não se sabia ainda o que realmente se escrevia em suas costas. O pensamento político de Salazar encontra suas raízes na difusão das idéias da direita francesa em Portugal no início do século. O catolicismo francês, ao lado da ideologia do "pequeno", fosse do pequeno comerciante (o *shopkeeper* de Karl Marx), do pequeno burguês, contrário ao grande capital, aos judeus etc, compunham um caldo de cultura extremamente conservador[439]. Salazar pertenceu ao Centro Acadêmico da Democracia Cristã e ao Centro Católico Português, este fundado em 1917 com as bases do extinto Partido Nacionalista.

Idéias insistentes à época do salazarismo eram: império, nação, ordem, colônias. Ficavam para trás os tempos da "república" como a palavra mágica da recuperação portuguesa. A crítica não se fez tardar. Nasceu com o próprio salazarismo. Selecionemos um dos níveis em que ela foi realizada: a historiografia. As sociedades costumam rescrever sua história continuamente, e ao fazê-lo, revelam tanto sobre seu presente quanto sobre seu passado. Verdade trivial, mas sempre esquecida. Essas leituras (do que acontece e do que já aconteceu) devem ser questionadas face à infra-estrutura material da sociedade. Metodologicamente aqui se avança pela seara da "história das idéias", esse termo tão ambíguo e problemático numa perspectiva marxista. Mas a maneira de expor difere do método de investigação. Cotejemos, portanto, as noções discutidas aqui com aquelas realidades subjacentes que se apresentaram antes e que se apresentarão depois, posto que assim como não se julga um homem pelo que diz de si mesmo, não se deve julgar uma sociedade pelas idéias que, numa dada época, ela constrói para si (Marx).

---

[438] Jobin, José. A verdade sobre Salazar: entrevistas concedidas em Paris pelo Sr, Affonso Costa (ex-primeiro-ministro de Portugal), pp.26-7. O exemplar é de 1934 e tem o curioso carimbo do Centro Republicano Português do Rio de Janeiro.
[439] Vide: Hobsbawm, Eric. *Era dos impérios*, op. cit.

Os estertores do republicanismo português viram florescer uma renovação cultural fulgurante. Se ela é mais conhecida pelo seu aspecto estético, com a pronunciada presença de grandes poetas e escritores (Fernando Pessoa, Sá-Carneiro, Florbela Espanca etc), também a historiografia teve seu quinhão. Pense-se em toda a geração que foi "liderada" pelas revistas *Águia* e *Seara Nova* e teremos os nomes de Jaime Cortesão, Raul Proença, João Lúcio de Azevedo, Antonio Sergio etc.

Um dos maiores intelectuais portugueses. Não seria exagero assim qualificar Antonio Sergio. Se pensarmos naquele tipo de intelectual público que, na França, dominou o século de Sartre. Sergio era ministro da instrução pública em 1923. Conheceu o exílio no Brasil, na França e na Espanha. Sempre perseguido pelo governo de Salazar, chegou a ser preso. Ainda assim não se lhe negava a ascendência sobre as inovações historiográficas que se processavam. Um livro muito curioso, como involuntário espelho intelectual de sua época, "Como devo formar minha biblioteca" (1938) não deixou de aludir aos trabalhos de Antonio Sergio[440].

Foi no ano de 1929 que Antonio Sergio publicou seu esboço de uma história de Portugal. O livro só pôde ser editado na Espanha. Como noutros pequenos livros de grande impacto na mesma época, (pensemos na *Evolução Política do* Brasil, de Caio Prado Jr., ou na *História de Espanha*, de Pierre Villar) a inovação era tremenda para os historiadores oficiais. Era metodológica. Era temática. Era política.

"Contrariamente ao nacionalismo exacerbado e ensimesmado de alguns dos principais corifeus da história de regime, Sergio considera geralmente a história de Portugal numa dupla perspectiva: nacional e internacional"[441].

---

[440] Sampaio, Albino Forjaz. *Como devo formar minha biblioteca*, p.96.

Destacavam-se, em Antonio Sergio, o uso da geografia; a identificação no passado dos problemas agrários do presente (excessivo parcelamento da propriedade no norte e latifúndios no sul); o questionamento de mitos da história nacionalista, como o milagre de Ourique[442]. A independência da nação é explicada pelos fatores geográfico (grande número de portos) e comercial (ponto de encontro do comércio do norte da Europa com o do Mediterrâneo). Por fim, o golpe de 1926 é criticado. Também os conceitos de política de fixação, de reis como D. Diniz e política de transporte (a partir da expansão marítima) foram criações daquele pequeno livro[443].

Na mesma época em que Sergio publicava sua "História", João Lúcio de Azevedo lançava suas "Épocas de Portugal econômico" (1928), cuja crítica à dependência portuguesa era visível mesmo na análise desapaixonada que o Autor fazia do Tratado de Methuen[444]. Ele estava igualmente longe daquele tipo de história oficial do novo regime, criando outra, que obedecia ao "conceito materialista" (para usar suas próprias palavras) e não à exaltação de heróis e grandes feitos.

Poder-se-ia chamar parcela dessa historiografia de "democrática". Termo vago, impreciso, é certo, mas compreensível à sombra da ditadura. É assim que Cortesão publicará na "História do regime republicano em Portugal", cujo volume primeiro saiu em 1930, seu estudo "Os fatores democráticos na formação de Portugal". Sugestiva ainda, sua análise, feita muitos anos depois, da Carta de Pero Vaz de Caminha, onde se relevam as tradições de luta pelas franquias e liberdades da cidade onde nascera o escrevente da frota cabralina: o Porto. Não seria inesperado que Cortesão fosse perseguido. E de fato o foi. Viveu longos anos no Brasil, e quando retornou, demonstrando seu apoio ao general Humberto Delgado, conheceu a prisão.

---

441 Torgal, L. R., Mendes, J.A. e Catroga, F. *História da história em Portugal*, vol. 1, p. 314.
442 Em 1139 os cristãos derrotaram um número muito superior de infiéis na batalha de Ourique.
443 Sergio, Antonio. Breve interpretação da história de Portugal.

A democracia era a preocupação central para se opor à ordem salazarista. Os partidos, as coligações e uniões provisórias toleradas pelo regime sempre carregavam o termo "democrático" no nome. Os republicanos começaram a identificar seu regime com a democracia. Notemos que mesmo um socialista, ainda que bastante moderado, como Sergio, escrevia em 1934 um texto intitulado "Democracia". Seu socialismo, que tinha que ser "democrático", fica patente na sua "Alocução aos socialistas" (1947): socialismo que aparece como produto de uma lenta evolução por etapas[445]. Algo que poderia remontar, *mutatis mutandis,* a Antero e avançar até as propostas de Magalhães Godinho[446].

Houve os historiadores de regime: João Ameal entre eles. O aqui já citado (aliás um espanhol) Jesus Pabón, ganhador do prêmio Camões nos anos 50. E até um exemplo tardio, outro estrangeiro, Richard Pattee, que, apesar da extensa pesquisa bibliográfica que acompanha sua tese de doutoramento na Universidade de Coimbra (1961), não deixou de fazer referências aos "esforços leais" (sic) dos portugueses para abolir a escravatura como uma "página meritória no conjunto dos anais da presença portuguesa em África"[447], nem de mostrar seu anticomunismo saliente. Nenhum deles, contudo, superou em importância a figura do brasileiro Gilberto Freyre, cuja obra foi instrumentalizada pelo próprio Salazar na forma de um eclético luso-tropicalismo que justificava o colonialismo lusitano. O próprio Freyre viajou inúmeras vezes à Metrópole e às Colônias propagando suas idéias nos anos 30. E ainda nos tardios anos 50, ele se preocupava em descrever aspectos do salazarismo[448]. De qualquer forma, essa historiografia, assim como o discurso de propaganda do regime, ignoravam os fatores de mudança que se operavam na infra-estrutura do império e que o derrubariam.

---

444 Azevedo, João Lúcio. Épocas de Portugal econômico, pp.385-460.
445 Sergio, Antonio. Democracia, p.112.
446 Godinho, V.M. O socialismo e o futuro da península. Texto de 1969.
447 Pattee, R. Portugal na África contemporânea, p.300.

Relatos da crise e da revolução

A historiografia sobre a crise do Terceiro Império ainda é incipiente, face aos enigmas que ainda cercam muitos dos fatos da Guerra Colonial e da Revolução dos Cravos. Talvez por isso ainda sejam poucas as reflexões que buscam superar a história "acontecimental" e tentar explicar os fatores estruturais das mudanças rápidas que Portugal viveu a partir de 1961. As obras de maior repercussão não foram feitas por historiadores profissionais, mas por pessoas "interessadas", ex-participantes da Guerra Colonial e do processo revolucionário. São mais memórias que *histórias*. Embora o queiram, não buscam o ideal epistemológico da verdade objetiva, este escopo inatingível que deveria guiar o historiador. Assemelham-se a outro conjunto de relatos produzidos no calor da hora, as obras de reportagens. Foram várias. As reportagens da imprensa brasileira, de *O Estado de São Paulo*, das revistas *Visão*, *Isto é*, *Veja*, *Manchete*, dos alternativos *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, buscavam falar do Brasil através de Portugal, e tentavam resolver o paradoxo de comentar o fato de militares exercerem um governo de esquerda. Ainda estão a espera de um trabalho de pesquisa acerca da recepção da Revolução dos Cravos no Brasil. Trabalho para outrem, porque foge aos limites desta investigação.

Há que se destacar ao menos três obras contrastantes nas suas perspectivas teórico-metodológicas: os livros de Cervellò, Medeiros Ferreira e Boaventura Santos, que são tentativas de entender o processo político a que nos referimos de uma perspectiva exclusivamente acadêmica, pois a maior parte da historiografia acerca do período ainda é composta de relatos jornalísticos, memórias e análises políticas de pessoas envolvidas no processo.

---

[448] Freyre, Gilberto. "A organização corporativa em Portugal: novos avanços", *O Cruzeiro*, 14 de julho de 1956.

Cervellò[449], ainda que preocupado com o impacto da Revolução dos Cravos na transição espanhola à democracia, buscou as origens da crise portuguesa no ano de 1961, início efetivo da guerra colonial, com algumas incursões (nem sempre nítidas, devido à confusa forma de exposição) ao início do salazarismo. Ainda assim, interessa-lhe a história política dos acontecimentos. Medeiros Ferreira[450] tentou demonstrar a predominância de fatores políticos e institucionais na dinâmica do processo revolucionário. Porém, sua pesquisa só abarca a curta duração dos acontecimentos do período pré-constitucional. Medeiros Ferreira não abarca, como se pretende fazer nesta pesquisa, as tomadas de consciência e os projetos políticos alternativos, pois declara que "nossa tendência epistemológica é não considerar como acontecimento histórico algo que não passou de intenção sem qualquer execução prática"[451]. Concepção restrita e delimitada do processo histórico em questão.

Boaventura Santos fez uma interpretação da crise do Terceiro Império[452], analisando, ao contrário de Medeiros Ferreira, as alternativas políticas que se colocaram para superá-la (inclusive as derrotadas) e o impacto social e econômico que a solução da crise trouxe para Estado e sociedade civil portugueses. Mas não se trata de uma investigação histórica *stricto sensu*, arrimada em fontes e vasta bibliografia, mas sim de um trabalho de síntese da vida política lusitana a partir de 1974.

Mais impressionante, nesta perspectiva, é o caso de Rainer Eisfeldt. Ao discutir a possibilidade de um pluralismo socialista no verão quente da Revolução Portuguesa, ele avança teoricamente na definição daquilo que muitos, desde o austromarxista Max Adler, quiseram que fosse uma democracia socialista: convivência harmônica de uma economia mista e socializada na base, com diversos tipos de propriedade pública e estatal, de uma

---

449 Op. cit.
450 Ferreira, José M. *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de abril. O Perído pré-constitucional.*.
451 Id. ibid., p.180.

democracia política com sufrágio universal e preservação de um espaço crescente para a democracia direta. Isso necessitaria o acordo daqueles ideais fluidos do Copcon com a defesa da legalidade socialista do grupo dos nove e o terceiro-mundismo de cor vermelha do governo Vasco Gonçalves.

Mas a historiografia também dividiu-se por motivos de interpretação de acontecimentos localizados. Sem grande valia. Mas por trás dessas divergências não estavam posicionamentos político-ideológicos? Vejamos o exemplo da revolta das Caldas da Rainha. As origens desse movimento são imprecisas. O embaixador belga, Max Wery, afirmou que o levantamento das Caldas da Rainha obedecia às ordens do MFA, anuladas no derradeiro momento sem que a unidade pudesse ser avisada[453]. Para Cervelló, o fato demonstrou que "o general Spínola alimentava o seu próprio projeto conspirativo, e a sua própria organização, porque desconfiava profundamente das intenções dos capitães"[454].

Involuntariamente, Pacheco Amorim confirma a segunda hipótese (de Max Wery). No seu relato extremadamente anticomunista da revolução portuguesa, ele revelou o caráter diferenciado que um golpe bem sucedido em 16 de março, de inspiração spinolista, teria em relação àquele que se efetivou em 25 de abril. Para ele, os oficiais do MFA, supostamente comprometidos com a esquerda, ao não agirem, sob o pretexto de que a ação era precipitada, eliminaram a parte spinolista do movimento[455]. A tese toda não se sustenta perante os relatos de vários participantes e da maioria dos historiadores, mas revelaria a hegemonia spinolista do movimento de 16 de março e seu fracasso quase inevitável, posto que não contava com as condições políticas e militares para o sucesso[456].

---

[452] Santos, Boaventura S. *O Estado a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, 1992.
[453] Wery, Max. *E Assim Murcharam os Cravos*, p.113.
[454] Cervelló, Josep S. *A Revolução Portuguesa e sua Influência na Transição Espanhola*, p. 172.
[455] Amorim, F. Pacheco. Portugal Traído, p. 68.
[456] Não há ainda documentos que provem totalmente qualquer hipótese sobre o 16 de março. As acusações de boicote aos oficiais milicianos por parte do PCP ou de oficiais mais à esquerda, também não se sustentam, conforme entrevista do próprio Varela, publicada num livro bastante

A natureza da revolução

Álvaro Cunhal, preferiu dizer que "ao levantamento militar se sucedeu no mesmo dia, um levantamento popular de massas apoiando, por um lado o MFA e imprimindo, por outro, à revolução, aos seus objetivos e às suas realizações uma nova e impetuosa dinâmica" [457] As fotografias da Revolução constituem um documento iconográfico de enorme valia para a confirmação dessa mistura e simbiose entre os civis e os militares na pressão que levou à renúncia do governo[458]. Mário Soares concordaria neste aspecto com Alvaro Cunhal. Soares declararia que "o primeiro de maio transformou a revolta de militares por razões conjunturais que teve a ver com a guerra colonial, numa revolução nacional e democrática"". Ora, sabe-se, pela documentação amplamente difundida, que os objetivos "democraticos e nacionais" já faziam parte do ideário dos capitães de abril. E esta também foi a memória construída por alguns deles, como Salgueiro Maia.

Corroboram essa tese diferentes historiadores e participantes do movimento. O capitão Salgueiro Maia declarou que jamais o MFA se propôs a se tornar um novo núcleo dirigente e definitivo do Estado, defendendo sempre objetivos democráticos[459]; o mesmo disse o capitão Vasco Lourenço, defendendo "a democracia acima de tudo"[460]; as reivindicações democráticas do MFA apareceram nos primeiros textos de discussão e se reduziram a "criar um novo poder político sempre assente na legalidade" (Ferreira)[461].

Quando a Revolução dos Cravos comemorou seus 20 anos, o momento foi propício para reavaliações. O mesmo quando fez 25 anos. Boaventura Santos, alheio um

---

parcial, embora seja uma tese universitária. Vide: Bernardo, Manuel A. Marcello e Spínola: a ruptura (as forças armadas e a imprensa na queda do estado novo 1973-1974), p.307.

[457]Cunhal, A. "A Revolução dos Cravos", in Coggiola, O (org). *O Fim das Ditaduras*, p. 141.

[458] Não somente o livro "Vinte e cinco de abril fotografias", mas vários outros que reuni na bibliografia, possuem fotografias de época que procuram demonstrar o caráter popular do dia 25 de abril.

[459]Salgueiro Maia, F. *Capitão de Abril*, pp. 81, 82, 87, 99, 100, 109.

[460]Visão, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1974, p.55.

pouco as datas redondas, escreveu que "as sociedades nunca comemoram o passado. Comemoram o presente enquanto futuro do que de importante aconteceu no passado"[462]. Assim é que encontramos no período que transcorreu sob a presidência de Mário Soares em diante, a idéia de que Portugal retornava à casa comum européia. Expressão que coincidia com outro pregador da época, o líder russo Mikhail Gorbatchev. Todos apontavam uma convergência implícita: Europa era sinônimo de democracia formal e economia de mercado (ainda que socialmente regulada para alguns). Claro, um ou outro político ainda usou fórmulas gastas pelo tempo, remontando o 25 de abril ao século XV![463]. Entrementes, a retomada da vocação européia era algo novo (vide capítulo 7). Se lembrarmos das páginas iniciais deste estudo, se voltarmos os olhos para o início do século XIX (quiçá antes), veremos idéias recorrentes. Infinitamente repetidas. Certo, com a roupagem do século!

E o que fazer quando o próprio presente parece o passado redivivo? O que as sociedades comemoram enquanto futuro de um passado que não acabou? Que sobreviveu? Para isto basta-nos ouvir os historiadores? Os políticos? Os militares? Num andar mais baixo é preciso ouvir, um pouco que seja, os cronistas de província. Os porta-vozes de aldeia. Os pequenos jornais. Suas apreciações são por vezes involuntariamente cômicas. Carecem de fundamento histórico. Mas revelam sentimentos que não afloram nos dois grandes centro de Portugal (Lisboa, Porto) ou nas universidades. Alguns preferiram ver o 25 de abril de outra forma. Houve quem achasse que o movimento dos capitães nascesse da "inveja" que estes sentiram dos oficiais milicianos[464]. Ou que foi oriundo de

---

[461] Ferreira, José Medeiros. *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de abril. O Perído pré-constitucional*, p. 51.

[462] Santos, Boaventura Souza. "Portugal – 23 anos de futuro", *O Estado de São Paulo*, 21 de abril de 1997.

[463] Jornal de Albergaria, 5 de maio de 1994. Declaração de Manuel de Oliveira (CDS).

[464] Fonte, Barroso da. "20 anos depois dê-se a palavra à verdade envergonhada", *Notícias de Chaves*, 22 de abril de 1994.

reivindicações salariais[465]. Ou que não passou de um 28 de maio (referência ao golpe de 1926)[466]. Houve ainda quem preferisse comemorar o 25 de novembro: a derrota da extrema esquerda[467].

Memória

As perguntas não são extemporâneas ou anacrônicas. Fizeram-nas os homens de alto escalão da política internacional. Na época, circulou a idéia de que Henry Kissinger se desinteressava pela sorte de Portugal, achando até mesmo que a vitória do PCP serviria, para o resto da Europa Ocidental, como uma "vacina contra o comunismo", alertando os outros países acerca da periculosidade dos PCs e da URSS. Ele contrariava a postura de outro setor do governo dos EUA e dos governos alemão (Brandt e Schmidt, respectivamente, primeiro-ministro e chanceler) e inglês (Callaghan, ministro dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha). Estes preocuparam-se em garantir apoio aos socialistas portugueses. Não acreditavam que o comunismo fosse inevitável em Portugal. Estavam certos.

A veracidade dessa informação foi defendida por Mário Soares, enquanto o Sr.Pinto Balsemão a contestou[468]. De qualquer forma, tendo ou não uma divergência no seio do governo norte-americano a esse respeito, o que interessa para o historiador aqui, do ponto de vista epistemológico, é o que efetivamente aconteceu: a linha defendida pelo embaixador norte-americano em Portugal, Frank Carlucci (homem da CIA - Central de Inteligência Norteamericana), foi a vitoriosa, e optou-se por impedir a "bolchevização" de Portugal. Os norte-americanos, que a princípio privilegiaram o financiamento do

[465] Silva, Adulcino. "Ciclone demagógico", *Folha do Minho*, 2 de maio de 1996.
[466] Abreu, José. "Portugal antes e depois do 25 de abril", *Notícias de Chaves*, 25 de abril de 1997.
[467] Marques, A. Caseiro. "Lembrar o 25 de abril", *Notícias de Chaves*, 25 de abril de 1994.
[468] Vide depoimentos dos dois em: Mesquita, Mario e Rebelo, José. *O 25 de Abril nos Media Internacionais*.

movimento separatista do Açores, como medida preventiva a uma vitória da esquerda militar em Lisboa, passou a intervir no conjunto da política portuguesa.

A Constituição Dirigente

Vejamos, então, a própria constituição portuguesa. Não a do salazarismo, mas a que foi temperada pela revolução. Essa constituição que, antes de sua revisão nos anos oitenta, conseguiu ir além de qualquer outra em qualquer lugar, posto que uniu objetivos socialistas com o pluralismo político e a democracia formal: "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes" (artigo 1). Vejamos o preâmbulo: "A Assembléia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito Democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista..."[469]. Esperava-se uma constituição dirigente, capaz de conduzir Portugal ao socialismo. Um Direito antecipador da mudança social, na mais rigorosa interpretação de um dos maiores constitucionalistas. Seria isso possível? Está certo: os objetivos do Estado não são os dos partidos ou das forças sociais em jogo. São os que se encontram normativizados na constituição. Ora, será que as políticas que animaram Portugal nos anos oitenta, de liberalismo desenfreado, foram normativo-constitucionalmente vinculadas?[470] Sucessivos governos colocaram-se, portanto, fora da constituição, a qual era vista como empecilho, da mesma forma como depois passou-se a ver a integração à Europa ora como um imperativo a cumprir, ora como um

[469] *Constituição da República Portuguesa*, 1976.
[470] Canotilho, J. *Constituição dirigente e vinculação do legislador*, pp.453-471.

impedimento da ação[471]. Não agrediram esse artigo primeiro? Ou o artigo segundo, onde fala-se na transição ao socialismo? Ou o artigo nono, onde se prevê a extinção da exploração do homem pelo homem? De toda maneira, essas idéias avançaram muito mais do que aquelas que faziam parte da mentalidade dominante das elites políticas africanas e portuguesas nos anos sessenta. Mas mesmo a Constituição de 1976 não foi além da realidade que persistiu ignorando o quadro constitucional. Porque não é o Direito que muda a sociedade, é a sociedade civil que muda o Direito. Este não pode impor-se às realidades subjacentes e insistentes. Voltamos ao velho problema levantado por Braudel: É possível fazer mudanças de estruturas através de decisões políticas? Ele mesmo responderia que a política só muda quando a sociedade já consente esta mudança...

Revolução dos Cravos e Revolução de Veludo

A historiografia não parece ter considerado muito a revolução inserida na longa duração e, por isso, não explica, senão insatisfatoriamente (como traição ou pusilanimidade das direções ou erros ou acertos individuais dos líderes), os resultados práticos e efetivos dela. Em ambos os casos supraditos entre os parênteses, tratam-se de explicações morais e não políticas ou históricas.

As revoluções não derrubaram, até hoje, as hierarquias sociais, diria Fernand Braudel. Elas são abaladas mais ou menos profundamente. Muito, como na enigmática Revolução Cultural Chinesa. Pouco, como nas chamadas revoluções burguesas da época moderna. Elas não acabam com a família, com o princípio da organização e disciplina nas empresas. Lênin e Brecht imaginaram a cozinheira decidindo os destinos da Rússia. Mas a cozinheira continuou cozinhando e, quando muito, servindo café nas reuniões de cúpula entre os novos governantes e seus pares estrangeiros capitalistas.

---

[471] Wemans, Jorge. "A construção da Europa na comunicação social portuguesa", in: Vários

Não que as revoluções não queiram ou não possam acabar com essas hierarquias no futuro. Não cabe ao historiador falar disso.

Uma vez mais Braudel: método perigoso, diria ele, o das comparações. Todavia, necessário. Tomemos duas revoluções tão diferentes nas suas épocas e propósitos. A Portuguesa e a Tchecoslovaca. Uma em 1974, no contexto da Segunda Guerra Fria. Outra em 1989, depois do fim da Guerra Fria. Uma quis acabar com o socialismo. A outra quis, em certa medida, instaurar um tipo de socialismo. Mas ambas conduziram ao mesmo resultado, *mutatis mutandis*: voltar à Europa e ao Ocidente. Dahrendorf disse:

"A Revolução dos Cravos em Portugal pode parecer tão interessante como a Revolução de Veludo da Tchecoslováquia, mas na verdade, a idéia de revolução é muito mais aplicável à Europa Central Oriental, onde os direitos abrangentes da nomenklatura reinante tiveram que ser quebrados"[472].

Neste caso, o argumento do pensador Dahrendorf sacrificou a história "res gestae" (como efetivamente aconteceu) para preferir ser fiel à sua matriz liberal de pensamento. Por que só no Leste Europeu (agora Europa Central) havia um regime de privilégios a ser derrubado e não num país submetido a 48 anos de ditadura, como era Portugal, não? Em todo caso, como o sociólogo alemão Rahlf Dahrendorf e o historiador britânico T. G. Ash disseram, o que se ouviu por toda parte antes e depois de 1989 foi o desejo da "volta à Europa".

É curioso que duas revoluções tão diferentes tenham conduzido, apesar das vontades de muitos de seus fautores, a resultados tão parecidos. E é para a Europa que a atual produção das ciências humanas tende a se reportar agora.

---

autores, *Corpo e espírito da Europa*, p. 255.
[472] Dahrendorf, R. *Reflexões sobre a revolução na Europa*, p. 106.

CONCLUSÃO

"La bourgeoisie ne crois pas possible que le pouvoir lui échappe et que la proprieté se transforme".
Jean Jaurès, *Histoire Socialiste*

Até que ponto uma Revolução, concentrada num tempo curto e acelerado, pode assumir valor estrutural e ser a fundadora de novas tendências profundas numa dada formação social é o alfa e o ômega de toda a investigação histórica acerca das mudanças sociais. É no encontro desse tempo curto da revolução com o longo das estruturas sociais recorrentes que se define o campo político. Ele não é necessariamente a cronologia de fatos e querelas parlamentares, como lembrava Chesneaux.

A substancial alteração trazida pelo fim do império e pela revolução, o fim da emigração secular, é tão política quanto a queda de Marcello Caetano[473]. Mas, por outro lado, o fato da revolução não ter mudado hábitos, formas e estruturas da vida política, reproduzindo o parlamento, as eleições e reduzindo ao nada as assembléias de base, conteve a transformação mais profunda. Não se quer aqui dizer que tais transformações fossem ou não desejáveis. O historiador não julga.

Quando as mulheres portuguesas quiseram o divórcio e a liberdade diante dos homens, elas lidavam com questões de idade muito antiga. Neolítica talvez. E que ainda se não resolveram. Quando os verdes surgiram em Portugal (e alhures) tentavam equacionar problemas muito recentemente percebidos. Os militares tinham seus interesses numa

conjuntura de no máximo 10 ou 15 anos: a guerra colonial. Mas os colonizados tinham em mente o neocolonialismo de mais de cem anos. Para não falar na colonização moderna de uns 400 ou 500 anos (no capítulo 3 há referências sobre a história e a idade de termos novos, como imperialismo, neocolonialismo, terceiro mundo etc). Os partidos políticos pensavam ora num liberalismo europeu de uns 100 ou 200 anos, ora numa ditadura anti-republicana de uns 50 anos. Os camponeses ou os trabalhadores rurais alentejanos tratavam de demandas "medievais"[474]. Compreendê-los talvez. Como diria Chesneaux, não e um problema para aqueles que fazem história, mas para aqueles que fazem *a história*[475].

Quando o mundo assistia aos efeitos da desagregação do Antigo Sistema Colonial (forma específica do Antigo Regime), Portugal perdeu sua principal colônia, o Brasil, o seu Império se fragilizou e a nação entrou numa fase de guerras liberais, que se iniciou com a Revolução do Porto em 1820 (liberal na metrópole, mas com intenções colonialistas para com o Brasil), e foi até a Regeneração (1851). O período posterior à Revolução do Porto (1821) ficou conhecido como Terceiro Império (1825-1975), e foi assinalado por uma crise histórica permanente e de longa duração, ou, para usar uma expressão de Braudel, uma *longa crise política*, que já se inicia no último quartel do século XVIII.

Não é preciso recordar o quadro *événementiel* do Terceiro Império. Ele foi discutido de forma subjacente no primeiro capítulo desta obra. Todavia, é necessário ao menos tentar responder se aquela crise terminou. Ou melhor, em que o fim do Terceiro Império (de todos os impérios) modificou o país. "Tentar", porque tão perto dessa crise (que talvez ainda continue) o historiador muito pouco pode dizer.

---

473 Vide: Chesneaux, J. *devemos fazer tábula rasa do passado?* p.140.

474 Não é outro o interesse epistemológico de uma geografia nova, por exemplo, ao reconhecer que existem variáveis de datação diferentes, resíduos, superposição de traços sistêmicos diversos inscritos no espaço. Por causa disso, essa geografia busca "compreender os mecanismos de transcrição espacial de sistemas temporais". Não cabe ao historiador ou ao geógrafo (e nem seria possível fazê-lo) tratar de combinar, na práxis social, todos esses tempos. Vide: Santos, Milton. *Por uma geografia nova*, p. 209.

Culturalmente, todavia, o império tinha uma dinâmica própria. Porque: 1) a vida cultural não é o reflexo de uma realidade econômica. Os interesses materiais europeus precisavam da mediação ideológica de uma aparente autonomia do Império; 2) é no campo das ideologias que os homens adquirem consciência de suas tarefas históricas. Logo, os socialistas ou liberais (PS, PSD) venceram porque estavam de acordo com essas realidades inconscientes. Eles representaram o *bloco histórico*, como diria Gramsci, que conduziu o país a aceitar o que já era: não um império, mas um apêndice de uma outra *économie-monde*. A Europa. Ou da economia mundial. Global, se preferirmos.

O *bloco storico*, bem se sabe, é a unidade orgânica da base e da superestrutura. A política "socialista" conseguiu ser aquilo que Lênin disse que era toda a política: "economia concentrada". Logrou soldar as idéias, as políticas, aos interesses das classes sociais. Dos seus capitais. Dos capitais forâneos. Das suas classes médias educadas para servir ao turismo. Das classes médias européias que fazem seu *tour* português.

Essa política socialista precisou ser "grande" na história *événementielle*. Na marcha dos acontecimentos entre 1974 e 1975. Essa história de ritmos fortes como a chamaria Florestan Fernandes. Mas tornou-se "pequena" na sucessão de eleições autárquicas. Nas quedas seguidas de ministérios. E levou o debate político para as questões de bastidores. Ora, isso é também "grande política", como a chamava Gramsci. Giolitti, na Itália do início do *novecento*, vulgarizava a política. Mas " vulgares" eram seus seguidores, seus "soldados", seus funcionários. E aqueles que, sem alternativa, os combatiam no mesmo terreno. Como desentranhar a aceleração histórica do tempo lentamente ritmado? Esta a questão para o porvir.

O socialismo português "rebaixou" a política e, com isso, retirou de cena os revolucionários e inconformados. O inconformismo é social. Mas não mais político. E o

---

[475] Chesneaux, J. Op cit., p. 147.

país deixou de ser o terreno primordial dessa luta. Porque o sonho da volta a Europa realizou-se. Que há mais para sonhar?

Cronologia

5 de outubro de 1910 - Proclamação da República

1921 - Fundação do PCP

28 de maio de 1926 – Golpe militar

28 de junho de 1932 - Salazar assume a presidência do conselho de ministros

1960 - Começa a guerra colonial

Agosto de 1968 - Salazar sofre uma queda que o incapacita mentalmente; assume o poder o jurista Marcello Caetano

1970 - Morre Salazar

13 de julho de 1973 - O governo edita o decreto - lei 353 que irritou a oficialidade média das forças armadas

9 de setembro - Primeira reunião dos capitães em Évora

1974

5 de março - Reunião em Cascais em que o MFA aprova o documento "As forças armadas a nação"

16 de março - Tentativa frustrada de golpe militar feita pelo regimento de Caldas da Rainha

25 de abril - Golpe vitorioso que derrubou Marcello Caetano; assume a Junta de Salvação Nacional chefiada pelo general Spínola, novo presidente da República

1 de maio - Grande manifestação em Lisboa, onde se destacam Alvaro Cunhal e Mário Soares

15 de maio - Assume o primeiro governo provisório, chefiado pelo jurista Palma Carlos

8 de julho - Otelo saraiva de Carvalho assume a chefia da Região Militar de Lisboa

17 de julho - Segundo governo provisório, chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves

19 de julho - Spínola se reune com Nixon e recebe apoio dos EUA

26 de agosto - A Guiné Bissau se torna independente de Portugal

28 de setembro - A marcha da maioria silenciosa em apoio a Spínola é impedida por militares e civis de esquerda

30 de setembro - o presidente Spínola se demite; assume a presidência o general Costa Gomes e como chefe do III governo provisório o coronel Vasco Gonçalves

1975

11 de março - Tentativa frustrada de golpe contra-revolucionário feita por oficiais spinolistas

26 de março - Assume o IV governo provisório, chefiado mais uma vez por Vasco Gonçalves

25 de abril - Os socialistas ganham as eleições para a assembléia constituinte

19 de maio - O jornal "República", dirigido pelos socialistas é invadido e fechado pelo governo

25 de junho - Independência de Moçambique

5 de julho - Independência de Cabo Verde

12 de julho - Independência de São tomé e Príncipe

11 de novembro - Independência de Angola

18 e 19 de julho - grandes manifestações socialistas contra o governo; aumenta o conflito PCP X PS

8 de agosto - Assume o V governo provisório chefiado por Vasco Gonçalves

19 de setembro - assume o VI governo provisório chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, sob hegemonia do PS

25 de novembro - Confronto militar entre a esquerda militar e demais setores das Forças Armadas

1976

25 de abril - eleições para a assembléia da república vencidas pelos socialistas

27 de junho - O tenente-coronel Ramalho Eanes é eleito presidente da república

22 de julho de 1976 - Assume o primeiro governo constitucional, chefiado pelo socialista Mário Soares.

1977 - Lei de bases da reforma agrária, beneficiando o latifúndio do Alentejo.

1978 - Mário Soares renuncia ao cargo de primeiro-ministro, diante de grave crise econômica.

1979/80 - sucedem-se cinco chefes de governo. Muitas leis revolucionárias são revertidas.

1981 - Ramalho Eanes é reeleito presidente da República.

1982 - O Conselho da Revolução é abolido.

1985 - A centro-direita vence as eleições e Anibal Cavaco e Silva (PSD) torna-se primeiro-ministro.

1986 - Portugal é admitido na Comunidade Econômica Européia. Mário Soares é eleito presidente da República.

1991 - Mário Soares é reeleito presidente da república.

1996 - Jorge Sampaio é eleito presidente da República e Antonio Guterres torna-se primeiro-ministro. Ambos são socialistas.

Fontes

As fontes determinam, em parte, a abordagem. No caso de uma história não só política, mas também das idéias e práticas sociais, fontes de diverso calibre podem ter algum significado. Assim é que compulsou-se não só os jornais e revistas habituais. Velhos de mais de cem anos ou novos de mais de vinte ou trinta anos. Mas também os catálogos de selos, que interessam hoje não só ao filatelista, mas também ao historiador preocupado com as representações que as sociedades (ou melhor, os Estados) fazem de si mesmos. E os catálogos de livrarias postas a leilão os quais não deixam de delinear a oferta de leituras e utensilhos ideológicos de uma época.[476]

A bibliografia sobre a história de Portugal contemporâneo não poderia ser lida por nenhum pesquisador isolado. E mesmo a bibliografia de algum modo relacionada à crise do Terceiro Império colonial português e à Revolução dos Cravos é bastante significativa. Ronald Chilcote, no levantamento bibliográfico exaustivo sobre a Revolução, anotou 1.047 livros e monografias. E 1.792 periódicos. As fontes abaixo citadas são uma pequena seleção do que foi possível compulsar e daquilo que mais se adaptava aos desígnios deste trabalho.

Fontes Primárias

25 de Abril: Documento. Lisboa: Casaviva, 1974.

43 anos de fascismo. *Revista Paz e Terra*, n°10, dezembro de 1969 (conjunto de depoimentos da oposição antifascista portuguesa).

A Revolução das Flores: do 25 de abril ao governo provisório, (Dossiê). Lisboa: Aster, s/d.

Almanaque Brasileiro Garnier. Paris: Typ. H. Garnier, 1909, 518 p.

Almanaque Mundial 1962. Rio: Ed. Moderna, 1961.

476 Cf. G. Cavallo e R. Chartier. *História da leitura no mundo ocidental*, p. 25.

Catálogo da camiliana que deverá ser vendida em leilão promovido pela livraria Moraes em 6 de fevereiro de 1922, em local que em devido tempo será anunciado. Lisboa: João D'Araújo Moraes, limitada, 1921, 81 p.

Catálogo da curiosissima livraria do falecido bibliografo e distinto escritor Julio de Castilho que será vendida em leilão no próximo dia 10 e seguintes do mez de abril, em local devidamente anunciado. Lisboa: Centro Typographico Colonial, s/d., 103 p.

Catalogo da curiosissima livraria que pertenceu ao inolvidavel escriptor Dr. Sousa Viterbo que será vendida em leilão no dia 20 e seguintes do mez de abril ás 8 ½ horas da noite sob a direção de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1914, 98 p.

Catalogo da importante livraria que pertenceu aos falecidos jornalista Joaquim Martins de Carvalho e general Francisco Augusto Martins de Carvalho com um prefácio de Henrique de Campos Ferreira Lima distinto escritor e bibliófilo que há-de ser vendida em leilão no dia 25 de fevereiro e seguintes de 1923. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923, 314 p.

Catalogo da preciosa livraria antiga e moderna que pertenceu ao distincto bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz que será vendida em leilão nos dias 18 e seguintes do mez de março ás 20 horas, sob a direção de casimiro da Cunha (em local que será opportunamente annunciado). Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1912, 396 p.

Coletânea de discursos de Alvaro Cunhal. Lisboa, Dom Quixote, 1975.

Coletânea de discursos do primeiro ministro Vasco Gonçalves. Lisboa, Seara Nova, 1977.

Coletânea de documentos cristãos sobre o 25 de abril.

Constituição da República Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1976.

Diários da Assembléia Constituinte Portuguesa (1975)

Discursos de Oliveira Salazar.

Entrevistas publicadas: de Otelo Saraiva de Carvalho e Vitor Alves (vários jornais e revistas).

II Congresso Republicano de Aveiro. *Teses e Documentos.* Lisboa: Seara Nova, 1969. II volumes.

L'Empire colonial portugais. Paris, 1937.

Les Constitutions de la France depuis 1789. Présentation par Jacques Godechot. Paris: Flammarion, 1979.

MFA: Rosto do Povo. Lisboa, Portugália, [1975]. (entrevista de Vasco Lourenço).

Moções e boletins do MFA (documentos localizados no Centro de Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra).

Movimento - Boletim Informativo das Forças Armadas. Direção: Comissão Coordenadora do Programa do MFA. 5 Divisão / EMGFA.

O império colonial português. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1942.

Programa do Movimento das Forças Armadas. Lisboa: Casa da moeda, 1974.

Relatório da comissão de inquérito aos acontecimentos do 11 de março. Lisboa: MFA, 1975.

Relatório da Comissão de Inquérito aos Acontecimentos do 25 de Novembro. Lisboa: MFA, 1975.

VII congresso do PCP. Lisboa: avante, 1974.

Diversos documentos impressos e manuscritos do Centro de Documentação 25 de Abril (CD 25 A).

Banco de Portugal. Relatório do Conselho de administração. Parecer do conselho fiscal. Gerência de 1965. Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal, 1966. CD 25 A, 336-7 (469) (047.3).

Relatório da execução do II Plano de fomento. Metrópole. 1959-1964. Lisboa, Imprensa Nacional, 1968 / 338.1 (469).

Dependency and underdevelopment. Consequences of Portugal in Africa. A report prepared by Research Group for the Liberation of Portuguese Africa. California, Riverside, 1971.

Jornais e revistas

Avante

Diário de Notícias

Ilustração Portugueza

Manchete

O Estado de São Paulo

Portugal Democrático

República

Dicionários

Bottomore, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

Bouillet, M.N. *Dictionnaire universel d'histoire et de géographie*. Paris: Librairie Hachette, 1876.

Brunacci, A. *Dizionario generale di cultura*. Torino: Libreria Editrice Internazionale, 1915.

Cunha, Antonio G. *Dicionário etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

Dauzat, Albert. *Dictionnaire etymologique*. Paris: Larousse, 1947.

Dauzat, Albert. Dubois, Jean. Mitterand, Henri. *Nouveau dictionnaire étymologique et historique.* Paris: Larousse, 1971.

Labica, Georges (Dir.). *Dictionnaire critique du marxisme.* Paris: PUF, 1982.

Littré, Paul-Emile. *Dictionnaire de la langue française.* Monte Carlo: Editions du cap, 1956.

Pereira, J. C. (Coord). *Dicionário Ilustrado da História de Portugal.* Lisboa: Alfa.

Saint-Laurent, Ch. *Dictionnaire encyclopédique usuel.* Paris: Au Comptoir des Imprimeurs-Unis, 1845.

Vários autores. *Dictionnaire Encyclopédique Petit Larousse.* Paris: Librairie Larousse, 1972.

Vários autores. *The new Merriam-Webster Pocket Dictionary.* New York: Pocket Books, 1970.

Bibliografia Específica

Abreu, Paradela (Org). *Os últimos governadores do Império.* Lisboa: Edições INAPA, 1994.

Afonso, Aniceto e Costa, Braz. "O movimento dos capitães", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Coimbra, maio de 1985.

Alencastre, Amilcar. O Brasil, a äfrica e o futuro. Rio: Laemmert, 1969.

Alexandre, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas.* Porto, Afrontamento, 2000.

Almeida, Diniz de. *Ascenção, Apogeu e Queda do MFA.* Lisboa: Ed. Sociais, s/d.

Almeida, Fialho. "O país não faz senão gritar viva a República", in Serrão, Joel. *Liberalismo, socialismo, republicanismo, cit*, p.272.

Amora, Antonio S. "Relações intelectuais entre Brasil e Portugal – um documento romântico", *Revista de História*, nº100 (jubilar), S. Paulo, outubro-dezembro de 1974.

Amorim, Fernando P. *Portugal Traído.* Madrid, 1975.

Anderson, P. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Apolinário, João. *25 de Abril. Portugal Revolução Modelo.* Rio: Nórdica, 1974.

Araújo, Renata. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Arruda, J.Jobson. e Tengarrinha, J.Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea.* Bauru: Edusc, 1999.

Audibert, P. e Brignon, D. *Portugal: os Novos Centuriões.* S.Paulo: Difel, 1975.

Augusto, Claudio de Farias. *Portugal, 1974: transição revolucionária ou revolução transitória? Uma interpretação da Revolução Portuguesa de 1974 – a revolução dos cravos.* Projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de Ciência Política da USP, Niterói, mimeo, 1997.

Azevedo, J.L. *Épocas de Portugal econômico*, 3°ed, Lisboa, Clássica, 1973.

Baar. *O 25 de Abril Nunca Existiu.* Lisboa; Assírio e Alvim, 1977.

Banazol, Luís. *Os Capitães Generais e os Capitães Políticos.* Lisboa: Prelo, 1976.

Baptista, H. *Eleições e parlamentos na Europa*, Porto, 1903.

Baptista, Jacinto. *O 5 de outubro*; 2ªed. Lisboa: Acádia, 1965.

Barros, João de. *A pedagogia e o ideal republicano em....* Seleção de textos de Maria Alice Reis e introdução de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Terra Livre, 1979.

Batista, António. *Conversas com Marcello Caetano.* Lisboa: Moraes, 1973.

Bernardo, Manuel. *Marcello e Spínola: a ruptura*, Lisboa, Estampa, 1996.

Boccanera, S. "Portugal: a consolidação do novo poder", *Revista vozes*, Petrópoles, ano 68, n°6, 1974.

Boudant, J. e Gounelle, M. *Les grandes dates de l'Europe communautaire.* Paris: Larousse, 1989.

Brito, Raquel Soeiro (Dir). *Portugal perfil geográfico.* Lisboa: Estampa, 1994.

Brown, Michael Barrat. *Economia do imperialismo.* Lisboa: Ulisseia, 1974.

Cabral, Antonio. *Em plena República.* Lisboa, s/ed, 1932.

Cabral, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX.* Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

Caetano, Marcello. *Depoimento.* Rio: Record, 1974.

Caetano, Marcello. *Mandato indeclinabile*, Torino, Divulgo, 1971.

Caetano, Marcello. *Minhas memórias de Salazar.* Lisboa: Verbo, 1979.

Caetano, Marcello. *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos.* Lisboa: Verbo, 1977.

Canotilho, G. e Moreira, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada.* Coimbra, 1993.

Carrilho, Maria. "O Papel político dos militares", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°15/16/17. Coimbra, maio de 1985.

Cartaxo, António e Ribeiro, Jorge. *BBC versus Portugal.* Lisboa: Estampa, 1977.

Carvalho, Joaquim Barradas. *O obscurantismo salazarista.* Lisboa: Seara Nova, 1979.

Carvalho, Jonathas. *Portugal colonizador.* Rio: A Encadernadora, [1930].

Carvalho, Otelo S. *Cinco Meses que Mudaram Portugal.* Lisboa: Portugália, 1975.

Carvalho, Otelo Saraiva. *Alvorada em Abril.* Lisboa: Ulmeiro, 1984.

Castro, Armando. *A dominação inglesa em Portugal com 3 textos do século XIX em antologia.* Porto: Afrontamento, 1974.

Castro, Armando. *A economia portuguesa do século XX (1900-1925).* Lisboa: Edições 70, 1979.

Cerqueira, Henrique. *Acuso!* Lisboa, Intervenção, 1976.

Cervelló, Josep S. *A Revolução Portuguesa e sua Influência na Transição Espanhola.* Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

Chesneaux, Jean. "A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África", in: Santiago, Theo (org). *Descolonização.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Chilcote, R. *The Portuguese Revolution of 25 april 1974. Annotated bibliography on the antecedents and aftermath.* Coimbra: Centro de Documentação 25 de abril - Universidade de Coimbra, 1998, 2 volumes.

Collin, Claude. "Révolution et contre-révolution dans les campanges portugaises", *Les Temps Modernes*, Paris, 1975.

Cortezão, J. *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal*; 2 ed. Lisboa: Portugália, 1966.

Cunha, Silva. *O ultramar, a nação e o 25 de abril*, Coimbra, Atlântida, 1977.

Cunhal, Alvaro. "A Revolução dos Cravos". In: Coggiola, O. *O Fim das Ditaduras*, S.P.: Xamã, 1995.

Cunhal, Alvaro. *A Revolução Portuguesa.* Lisboa: Dom Quixote, 1975.

Cunhal, Alvaro. *A Revolução Portuguesa: Passado e Futuro.* Lisboa: Avante, 1995.

Cunhal, Alvaro. *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura.* Lisboa: Avante, 1996.

Cunhal, Alvaro. *O Partido com Paredes de Vidro.* Lisboa: Avante, 1996.

D'Arriaga, Manuel. *Na primeira presidência da República portugueza.* Lisboa, A.M. Teixeira, 1916.

D'Arthuys, Beatrice. *As Mulheres Portuguesas e o 25 de Abril.* Porto: Afrontamento, 1977 (fotografias de Alain Mingam e Sylvain Julienne).

Delgado, Iva. "O Brasil e a Saga de Humberto Delgado", in: Coggiola (org). *O Fim das Ditaduras.* S. Paulo: Xamã, 1996.

Eça de Queiroz, J.M. *Echos de Paris*, Porto, Lello e irmão, 1944.

Eisfeld, Rainer. "25 de Abril e a política externa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº11, Coimbra, maio de 1983

Eisfeld, Rainer. "A Revolução dos Cravos e a Política Externa: o Fracasso do Pluralismo Socialista em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, Coimbra, maio de 1983.

Eisfeld, Rainer. "Sobre o murchar dos cravos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit.

Ermakov, V. e Poliakóvski, V. *Encruzilhadas da Revolução Portuguesa.* Moscou: Progresso, 1979.

Fabião, Carlos. "A descolonização da Guiné-Bissau", in *Seminário 25 de Abril.* Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian, 2 a 4 de maio de 1984.

Faye, Jean Pierre. *O Portugal de Otelo: A Revolução no Labirinto.* Lisboa: Socicultur, 1977.

Fernandes, Florestan. "A Era da Esperança", *Portugal Democrático*, ano XVIII, Nº 186, maio de 1974.

Fernandes, Florestan. "A Natureza do Caetanismo", in *Democracia e Desenvolvimento.* São Paulo: Hucitec, 1994.

Fernandes, Florestan. "Perspectivas da Revolução Democrática (vistas a 3 de outubro de 1967)", in *Democracia e Desenvolvimento.* São Paulo: Hucitec, 1994.

Ferreira, José M. "Portugal em Transe", in: Mattoso, J. (dir).*Historia de Portugal.* Lisboa: Estampa, s/d.

Ferreira, José M. *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de abril.* O Perído pré-constitucional. Lisboa: Alfa, 1990.

Ferreira, José M. *O Comportamento Político dos Militares - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX.* Lisboa: Estampa, 1992.

Ferreira, José M. "25 de abril de 1974: uma revolução imperfeita", in: *Revista de História das Idéias.* Coimbra: Faculdade de Letras, 1985.

Figueiredo, Fidelino. *A arte moderna.* Lisboa, 1908.

Figueiredo, Fidelino. *Estudos de história americana*, S. Paulo, Melhoramentos, s/d.

Fonseca, Ronaldo. *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa.* Lisboa: Horizonte, 1983.

França, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da restauração*, S. Paulo, Hucitec, 1997.

Freyre, Gilberto. "A organização corporativa em Portugal: novos avanços", O Cruzeiro, 14 de julho de 1956.

Fry, Peter (Org). *Moçambique. Ensaios.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

Gama, Jaime. *Política externa portuguesa.* Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.

Gaspar, J. e Vitorino, N. *As Eleições do 25 de Abril, Geografia e Imagem dos Partidos.* Lisboa: Horizonte, 1976.

Gaspar, Jorge. *A dinâmica funcional do centro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

Geada, Eduardo. *O imperialismo e o fascismo no cinema.* Lisboa: Moraes, 1976.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa.* Lisboa: Arcádia, 1971.

Godinho, Vitorino Magalhães. *O Socialismo e o futuro da península.* Lisboa: Horizonte, 1969.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial.* 3 vols. Lisboa: Presença, 1991.

Gonçalves, Vasco. "MFA e projetos políticos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº15/16/17, cit.

Grácio, S. "Portugal: cinco anos depois de abril", *Temas de ciências humanas*, S. Paulo, v.6, 1979.

Granja, C. e Madeira, J.L. *25 de Abril de 1974. Fotografias.* Lisboa: Livros Horizonte.

Guerra Colonial em Moçambique: testemunho do padre Luis Afonso Costa. São Paulo: Unidade Democrática Portuguesa, 1973.

Guimarães, Josué. *Lisboa: Urgente.* Rio: civilização brasileira, 1975.

Hammond, John. "Building popular power. Workers' and neighborhood movements". *In*: *The portuguese revolution.* New York: Monthly review press, 1988.

Hammond, R.J. *Portugal and Africa 1815-1910*, Stanford, 1966.

Harnecker, M. e Uribe, G. *Luta de classes: as classes sociais em Portugal*, 2ºed, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

Hottingen, A. "The rise of Portugal's communists", *Problems of Communism*, nº24, julho-agosto de 1975.

Jobin, José. *A verdade sobre Salazar.* Rio: Calvino, 1934.

Kayman, Martin. *Revolution and counter-revolution in Portugal.* London: Merlin, 1986.

Legrand, Théodoric. *Histoire du Portugal.* Paris: Payot, 1928.

Léonard, Yves. *Le Portugal: vingt ans après la Révolution des oeillets.* Paris: La Documentation Française, 1993.

Leonzo, Nanci. "Boas vindas, general! O Brasil e a saga de Humberto Delgado", in: Coggiola, O. *O fim das ditaduras.* São Paulo: USP/Xamã, 1995.

Louçã, Francisco. "A Vertigem Insurrecional: Teoria e Política do PCP na Viragem de Agosto de 1975", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit.

Lourenço, Eduardo. *Mitologia da saudade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Lourenço, Eduardo. "Révolution avortée ou impossible?", *Esprit*, N. 25, janeiro de 1979.

Magalhães Lima, S. *A obra da Internacional.* Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1896.

Marcadé, Jacques. *Le Portugal au XX Siècle. 1910-1985.* Paris: PUF, 1988.

Marques, A. Oliveira. *Guia de história da 1ª república portuguesa.* Lisboa, Estampa, 1981.

Marques, Fernando P. "A instituição militar", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit.

Martelo, David. *1974: cessar fogo em África.* Lisboa: Europa-América, 2001.

Martelo, David. *As Forças Armadas portuguesas após a Revolução de 25 de abril de 1974*, Porto, mimeo, 1982.

Marvaud, Angel. *Le Portugal et ses colonies.* Paris: Librairie Félix Alcan, 1912.

Maxwell, Keneth. "A Derrubada do Regime e as Perspectivas de Transição Democrática em Portugal", in: Schmitter, P. C. (ed), *Transições do Regime Autoritário.* S. Paulo: Vértice, 1988.

Maxwell, Keneth. *Chocolate, piratas e outros malandros.* Rio: Paz e Terra, 1999.

Medina, J. "Salazar e Franco: Dois Ditadores, Duas Ditaduras", in Coggiola (org), *O Fim das Ditaduras*, S.Paulo: Xamã, 1995.

Melo Antunes, Ernesto. "As forças armadas e o MFA", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, cit.

Melo, A. Capela, J. Moita, L. e Pereira, N. (eds.). *Colonialismo e lutas de libertação. Sete cadernos sobre a Guerra Colonial.* Porto: Afrontamento, 1974.

Mesquita, M. e Rebelo, J. *O 25 de Abril nos Media Internacionais.* Porto: Afrontamento, 1994.

Morais, João e Violante, Luís. *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais: Portugal 1926-1985.* Lisboa: Horizonte, 1986.

Moreira, Adriano. *O Novíssimo Príncipe, Análise da revolução.* Braga: Intervenção, 1977.

Mujal-León, E. "The PCP and the portuguese revolution", *Problems of Communism*, nº 26, jan.fev. de 1977.

Naville, Pierre. *Pouvoir Militaire et Socialime au Portugal.* Paris: Anthropos, 1975.

Neves, J.A. *Raízes do terrorismo em Angola e Moçambique*, Lisboa, Gráfica Imperial, 1970.

Neves, Orlando (Dir). *Diário de uma revolução.* Lisboa: Ed. Mil dias, 1978.

Nogueira, José Felix Henriques. *O município no século XIX*, Lisboa, 1993. Primeira edição: 1856.

Nogueira, José Félix. *O município no século XIX.* Lisboa, Ulmeiro, 1993 (edição facsimilada).

Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1986.

Oliveira Martins. *Portugal nos Mares.* Lisboa: Ulmeiro, 1984, 2 volumes.

Oliveira, Cesar. *O socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973.

Oliveira, Cesar. Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa. A descolonizaçao (1974-76). Lisboa: Cosmos, 1996.

Pacheco, Carlos. "Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX", *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, N. 2., 2000, pp. 21-41.

Partido Comunista Português. *60 anos de luta.* Lisboa: Avante, 1981.

Paschkes, Maria Luisa. *A ditadura salazarista*, S. Paulo, Brasiliense, 1985.

Pattee, Richard. *Portugal na África Contemporânea.* Rio: Escola de Sociologia e Política / Pontifícia Universidade Católica, 1961.

Pélissier, René. História de Moçambique. Lisboa: Estampa, 1987. Volume I.

Pereira, J. C. (coord). *Dicionário Ilustrado da História de Portugal.* Lisboa: Alfa.

Pereira, Miriam Halpern. *Política e economia. Portugal nos séculos. XIX e XX.* Lisboa, Horizonte, 1979

Perrone, F.L. *Luta pelo Controle da Comunicação Social em Portugal (1974-1993).* S. Paulo: USP-ECA, 1994 (tese de livre-docência).

Pessoa, Fernando. *Da república (1910-1935).* Lisboa, Ática, 1978.

Pessoa, Fernando. *O banqueiro anarquista e outras prosas.* São Paulo: Edusp, 1988.

Pinheiro, Eurico. *Portugal no limiar de uma nova era.* Rio: Gráfica Editora Aurora, [1956].

Pinto, Jaime Nogueira. *Portugal os anos do fim.* Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças, 1976.

Opello Jr., Walter. "The transition to democracy and the constitutional settlement as causes of political instability in post-authoritarian Portugal". *Luso-Brazilian Review*, vol. 27, number 2, winter 1990.

Poulantzas, Nicos. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia e Espanha.* Rio: Zahar, 1976.

Reis, A. "A Primeira República", in Saraiva, J.H. *História de Portugal.* Lisboa: Alfa, 1983, v. 6.

Reisewitz, Marianne. *Dom Fernando José de Portugal e Castro: prática ilustrada metropolitana na colônia (1788-1801).* São Paulo: USP, Dissertação de mestrado, 2001.

Rodrigues, A. et. Al. *Abril nos Quartéis de Novembro.* Lisboa: Bertrand, 1979.

Rodrigues, Avelino et. al. *O Movimento dos Capitães e o 25 de abril.* Lisboa: Dom Quixote, 2000.

Rodrigues, Avelino; Borga, Cesario; e Cardoso, Mario. *Portugal depois de Abril.* Lisboa: Intervoz, 1976.

Rodrigues, Francisco Martins. *Abril traído.* Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

Rosa Coutinho. "Notas sobre a descolonização de Angola", in *Seminário 25 de Abril.*

Rosas, Fernando (coord). *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976).* Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Rosas, Fernando. "A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal", *Penélope*, Lisboa, N. 2, fevereiro de 1989, pp.97-128.

Sá, Victor. *Instauração do liberalismo em Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1987.

Sá, Victor. *Liberais e republicanos.* Lisboa, Horizonte, 1986.

Sabino, Amadeu L. *Portugal é Demasiado Pequeno.*Coimbra: Centelha, 1976.

Salazar, A. Oliveira. *Antologia*, Lisboa, Vanguarda, 1954.

Salazar, Oliveira. *Como se Levanta um Estado.* Lisboa: Mobílis, s/d.

Salgueiro Maia, F. *Capitão de Abril.* Lisboa: Editorial Notícias, 1994.

Sanches Osório, J.E. *O Equívoco do 25 de Abril.* Rio: Francisco Alves, 1975.

Santo, Maria L. et. Al. *O 25 de abril e as Lutas sociais nas empresas.* Porto: Afrontamento, 1976.

Santos, Boaventura S. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988).* Porto: Afrontamento, 1990.

Santos, Boaventura S. "Portugal – 23 anos de futuro", *O Estado de São Paulo*, 21 de abril de 1997.

Santos, Maria de Lourdes; Lima, Marinús Pires; e Ferreira, Vitor Matias. *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas.* Porto: Afrontamento, 1976.

Saramago, J. *Viagem a Portugal.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Secco, Lincoln. "A sociologia como previsão: Florestan Fernandes e a Revolução dos Cravos", in: Martinez, Paulo H. (org). *Florestan ou o sentido das coisas.* São Paulo: Centro Universitário Maria Antônia (USP) / ed. Boitempo, 1998.

Sérgio, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*; 8º ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

Sergio, Antonio. *Democracia.* Lisboa: Sá da Costa, 1974.

Serrão, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo.* Lisboa, ed. Horizonte, 1983.

Serrão, Joel. *Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia de pensamento político português*, 2°ed. Lisboa, Horizonte, 1979.

Silva, Antonio D. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa.* Porto: Afrontamento, 1997.

Silva, Rui F. "Racismo e Colonização Étnica em Angola", *História (nova série)*, n°9, Lisboa, junho de 1995.

Smith, Clarence. *O terceiro império português (1825-1975).* Lisboa, Teorema, 1985.

Soares, Mario. *Caminho Difícil: do Salazarismo ao Caetanismo.* Rio: Lidador, 1973.

Soares, Mário. *Portugal: que Revolução?* Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

Souza, Celestino. *Movimentos revolucionários em França e Portugal (1830-1848)*, Lisboa, Livraria internacional Abel D'Aalmeida, s/d..

Souza, Celestino. *Movimentos revolucionários em França e Portugal*, Lisboa, Livraria Internacional Abel D'Almeida, s/d.

Spínola, António. *Portugal e o Futuro.* Lisboa: Arcádia, 1974.

Sweezy, Paul. "Class Struggles in Portugal", *Monthly Review*, n° 26-27, New York, setembro-outubro de 1975.

Telo, Antonio José. *Decadência e queda da I República portuguesa.* Lisboa: a regra do jogo, 1980.

Tengarrinha, José (Org). *História de Portugal.* São Paulo: Unesp, 2000.

Tomé, Mario. "A derrota político-militar, base descolonizadora do MFA. A situação em Moçambique", in *Seminário 25 de Abril*, cit.

Torgal, L., Mendes, J.A. e Catroga, F. *História da história em Portugal.* Temas e debates, 2 volumes, 1998.

Unamuno, M. *Portugal: Povo de Suicidas.* Lisboa: Etc, 1986.

Valles, Edgard. *África: colonialismo e socialismo.* Lisboa: Seara Nova, 1974.

Vários Autores. *Portugal, a guerra e os novos rumos da Europa.* Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

Vários Autores. *Companheiro Vasco.* Porto: Editorial Inova, 1977.

Vários Autores. *Portugal / capitalismo e Estado* Novo. Porto: Afrontamento, 1976.

Vários Autores. *Portugal; a Hora dos Capitães.* São Paulo: Nova Época, s/d.

Vidigal, Luis. *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal 1890-1916*, Lisboa, Horizonte, 1988.

Villa, Raul. "Lições de Portugal". *Brasil Socialista*, N° 4, out, 1975.

Wery, Max. *E Assim Murcharam os Cravos.* Lisboa: Fragmentos, 1994.

Zotov, Nikolai e Malikh, Vladislav. *A África de Expressão Portuguesa: Experiência de Luta e Desenvolvimento.* Moscou: Progresso, 1990.

Bibliografia geral

Aguirre Rojas, Carlos Antonio. *La escuela de los annales.* Espanha, Montesinos, 1999.

Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

Arendt, H. *Da revolução*, São Paulo: Ática, 1988.

Ash, T. G. *In Europe's name. Germany and the divided continent.* London: Vintage, 1993.

Ash, T. G. *The uses of adversity. Essays of the fate of Central Europe.* London: Granta Books, 1991.

Ash, T.G. *History of the present.* London: Penguin Books, 2000.

Azevedo, Licínio e Rodrigues, Maria da Paz. *Diário da libertação.* São Paulo: Versus, 1977. Prefácio de Florestan Fernandes.

Barros, Roque Spencer Maciel. "O espírito das revoluções", *Digesto econômico*, nº388, ano LIV, janeiro-fevereiro de 1998.

Berlin, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos de História das idéias*, S. Paulo, Companhia das letras, 1991

Bobbio, Norberto. *Destra e Sinistra*, Roma, Donzelli, 1995.

Borchardt, Klaus-Dieter. *The abc of community law.* Luxembourg: Office for officialm publications of the European Communities, 2000.

Brandt, W. *A peace policy for Europe.* London: Widenfeld and Nicolson, 1969.

Braudel, F. *Grammaire des civilisations.* Paris: Flammarion, 1993.

Braudel, F. *L'identité de la France.* Paris: Flammarion, 1990.

Braudel, F. *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.* Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

Brunschwig, Henri. *A partilha da África negra*, S. Paulo, Perspectiva, 1993.

Camiller, P. "Espanha: sobrevivência do socialismo?", in Anderson, P. e Camiller, P. (orgs). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, Rio, Contraponto, 1996.

Cardoso, Fernando Henrique. "Classes sociais e história: considerações metodológicas", in Id. *Autoritarismo e democratização.* Rio: Paz e Terra, 1975.

Carone, Edgard, *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*, S. Paulo, Edusp, 1993

Carvalho, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

Cavallo, Guglielmo e Chartier, Roger. *História da leitura no mundo ocidental.* São Paulo: Ed. Ática, 2002.

Chaliand, Gerard. *A luta pela África.* S. Paulo, Brasiliense, 1980.

Chesneaux, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Tradução e apresentação de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

Cirici, Alexandre. *La estética del franquismo.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977.

Corrêa, S. e Homem, E. *Moçambique, primeiras machambas*, Rio, Margem, 1977.

Deaecto, Marisa M. *A atividade comercial na cidade de São Paulo (1889-1930)*, relatório FAPESP, São Paulo, 5 de novembro de 1998, mimeo.

Del Roio, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.* São Paulo, Ícone, 1998

Delmas, Philippe. *O belo futuro da guerra.*Rio de Janeiro: Record, 1996.

Duby, Georges. *A história continua.* Rio: Zahar, 1993.

Dupas, G. (org). *A transição que deu certo: o exemplo da democracia espanhola*, São Paulo, Trajetória Cultural, 1989.

Escarpit, Robert. *La revolution du livre*; 2 ed. Paris: UNESCO, 1969.

Fanon, Frantz. *Les damnés de la terre.* Paris: Maspero, 1974.

Febvre, Lucien. *Michelet e a Renascença.* São Paulo: Scritta, 1995.

Fernandes, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.* São Paulo: T.ª Queiroz, 1979.

Finner, S.E. *The man on horseback. The role of the military in politics.* Penguin Books, 1975.

Godechot, Jacques. *Les Révolutions (1770-1799).* Paris: PUF, 4 ed., 1986.

Gramsci, *Quaderni del Carcere*, Turim, Einaudi, 1977.

Grisoni, Dominique e Maggiori, Robert. *Lire Gramsci.* Paris: Éditions Universitaires, 1973.

Hobsbawm, E. e Ranger, T. *A invenção das tradições.* Rio: Paz e Terra, 1997.

Hobsbawm, Eric. *A era do Capital*, 4ºed, Rio, Paz e Terra, 1988.

Hobsbawm, Eric. *A era dos impérios*, 3ºed, Rio, Paz e Terra, 1992.

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos.* S. Paulo: Companhia das letras, 1996.

Hobsbawm, Eric. *Estratégias para uma Esquerda Racional.* Rio: Paz e Terra, 1991.

Hobsbawm, Eric. *Mundos do trabalho.* Rio: Paz e Terra, 1988.

Hobsbawm, Eric. *Revolucionários*, Rio, Paz e terra, 1985.

Hobsbawm, Eric. *Sobre história*, S. Paulo, Companhia das letras, 1998.

Holland, Stuart (Coord.). *Sair da crise: um projeto europeu.* Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

Horowitz, I. L., Castro, J. e Gerassi, J. (ed). *Latin American Radicalism.* New York: Vintage, 1969.

Janowitz, Morris. *O Soldado Profissional.* Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

Kuznets, Simon. *Crescimento econômico moderno.* S. Paulo: Abril cultural, 1986.

Laski, Harold. *O liberalismo europeu.* São Paulo: Mestre Jou, 1973.

Le Roy Ladurie. *O Estado monárquico.* S. Paulo: Companhia das letras, 1994.

Le Goff, J. *A História nova.* S. Paulo: Martins Fontes, 1995.

Linhares, Maria Y. *A luta contra a metrópole (Ásia e África).* S. Paulo: Brasiliense, 1981.

Machiavelli, N. *Il principe.* Torino: Loescher, 1993.

Memmi, Alberto. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.* Rio: Paz e Terra, 1967.

Mota, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801).* São Paulo: Ática, 1996.

Poulantzas, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo.* Rio: Graal, 1990.

Rémond, René, O século XX, São Paulo, Cultrix, 1993.

Rosanvallon, Pierre. "Por uma história conceitual do político", RBH, vol.15, nº30. São Paulo, 1995.

Rulli, Giovanni. Per un'Europa senza frontiere da Yalta a Helsinki. Roma: Adnkronos libri, 1985.

Saint-Just, L. A. L. *O espírito da revolução*, São Paulo, Unesp, 1989

Santos, Milton. *Por uma geografia nova.* São Paulo: Hucitec, 1980.

Santos, Milton. *Espaço e método.* São Paulo: Nobel, 1985.

Schmitter, Philippe C. (ed). *Transições do Regime Autoritário.* S. Paulo: vértice, 1988.

Thomson, David. *Pequena história do mundo contemporâneo*, 3ºed, Rio, Zahar, 1973.

Tilly, Charles. *As revoluções européias (1492-1992)*, Lisboa, Presença, 1996.

Vários Autores. *Colonialismo e lutas de libertação: sete cadernos sobre a guerra colonial*, Porto, Tipografia Nunes, 1974.

Vários Autores. *Corpo e espírito da Europa.* Lisboa: Verbo, 1990.

Vidrovitch, Catherine Coquery. *Afrique noire. Permanences et ruptures.* Paris: Payot, 1985.

Wallerstein, Immanuel. *A Política dos Estados Unidos em relação à África.* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.

Arquivos Consultados

Acervo da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA)

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP) - Seção de Periódicos (BMA)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Seção de Periódicos (BNRJ)

Casa de Portugal, São Paulo (CP)

Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra. Portugal (CD 25 A)

Apenso Documental

Apenso Documental

Documento 1 – Anarquismo no Século XX

Fonte: Portela, Luís e Rodrigues, Edgart. *Na inquisição do salazar*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1957, 270 páginas.

Ao contrário da maioria dos países europeus, o comunismo em Portugal não teve como antecedente um forte Partido Socialista. Semelhante ao que ocorreu no Brasil, os anarquistas eram hegemônicos no movimento operário. Os títulos de suas publicações revelavam um ideário extremamente voltado para a esperança (futuro), como de resto todo o socialismo europeu, e tributário do iluminismo e do culto a uma reorganização social baseada na natureza, diferentemente dos comunistas.

JORNAIS ANARQUISTAS (anteriores ao 25 de abril)

O Despertar

O Germinal

O Protesto

Revolução Social

Revolta

O Trabalhador e a Liberdade

A vida

Vanguarda Operária

A Comuna

O sindicalista

Terra Livre

Boletim da Aliança libertária de Timor

Educação Social

O Trabalho

O Gráfico

República social

A Tipografia

A União Operária

Fraternidade Operária

O defensor dos artistas

A Aurora

Solidariedade

Igualdade

O caixeiro

O Primeiro de maio

A Folha do Povo

Rebelião[477]

Avante!

O Militante

O Camponês

REVISTAS

Aurora

A Sementeira

Renascer

Renovação

Novos horizontes

Suplemento da batalha

La Vero (em esperanto)

O Anarquista

EDITORAS

A Sementeira. Editor: Hilário Marques

Centro de Estudos sociais

Livraria Guimarães

Seção editorial de "A batalha"

Biblioteca de "A Comuna"

Edições Spartacus (Editor: Campos Lima)

Comissão Escolar e de Propaganda do pessoal de Câmara da marinha Mercante Portuguesa

Biblioteca de Educação Nacional (editores: Agostinho Fortes e Ribeiro de Carvalho)

Comuna da Luz

Lux

Livraria Internacional

Nova Aurora

O Argonauta

Documento 2 - Comunismo Português

O Partido Comunista Português não teve um movimento socialista para herdar. Ele substituiu o anarquismo. Apesar da mudança de nomes, o anarquismo continuou presente nas regiões de extrema esquerda da Revolução dos Cravos, sob o rótulo do maoísmo, do conselhismo e do poder popular. Ou ainda em escassas organizações autonomeadas anarquistas que publicavam periódicos como nomes como "Não" e "Ação Direta".

Os comunistas, de fato, trouxeram uma novidade à política portuguesa, desde sua fundação em 1921. Eles inseriram Portugal no continente ideólogico europeu. Mas a leste do Elba. Talvez por isso, não puderam representar a única alternativa real à Comunidade Européia, sonhada por Vasco Gonçalves: um novo império sem imperialismo. A unidade atlântica com Brasil e África. Mas calcada no futuro e não num passado de opressão, como bem ressaltou Florestan Fernandes, ao receber o título de doutor honoris causa na Universidade de Coimbra.

Os socialistas foram só liberais. E podiam ser algo mais? Os comunistas não puderam ir além dos ditames da política exterior soviética. Era um mundo muito bem demarcado! E os anarquistas, conselhistas e esquerdistas mantiveram-se fiéis à utopia. O lugar que não existe, como o sabia o Santo Thomas Morus.

---

[477] Órgão dos anarquistas portugueses no exílio.

Ao contrário dos anarquistas, o comunismo português, tributário da visao bolchevista, que enfatizava mais os resultados concretos na construção do socialismo e do partido de revolucionários profissionais necessário para atingir os objetivos igualitários, apresentava títulos mais afeitos à figura do militante em tempo integral. Cuja vida era dedicada inteiramente ao ideário marxista. Os substantivos denotavam o comunista em si. O homem novo, jovem e trabalhador, capaz de construir o novo caminho e não uma nova utopia.

ALGUNS TÍTULOS DE JORNAIS E EDITORAS

O Comunista
O jovem comunista
O Trabalhador Rural
A Internacional
O Militante
O Jovem
O marinheiro vermelho
A Voz do Soldado
Avante!
O Proletário
Caminho

Documento 3: Programa de história nas escolas elementares de Moçambique[478]

(Frelimo, Departamento de educação e cultura, 1968)

Capítulo 1. O que é a história?
A O que é a história
Como se mede o tempo na história

Capítulo 2. A terra moçambicana
A Geografia física de Moçambique

[478] Cf. Passerini, Luisa. *Colonialismo portogheses e lotta di liberazione nel Mozambico,* pp.269-275.

B Moçambique se encontra na África

Capítulo 3 A antiga civilização de Moçambique

A Civilizações dos metais

B Civilizações agrícolas

C Civilizações dos mercadores

Capítulo 4 O povo de Moçambique entra em contato com os povos de outros continentes

A Os árabes

Capítulo 5 Chegada dos portugueses

A Razão da chegada dos portugueses

B Luta dos portugueses com os árabes pelo monopólio do comércio

C Primeiras lutas de resistência contra a penetração portuguesa

Capítulo 6 Apogeu do Império do Monomotapa

Capítulo 7 Exploração pelos portugueses em Moçambique

Capítulo 8 Invasão de Moçambique por outros povos africanos

Capítulo 9 Moçambique durante o século XIX

Capítulo 10 A resistência do povo moçambicano ao colonialismo

Capítulo 11 A colonização de Moçambique

A as grandes sociedades monopolistas

B O fascismo colonialista português

C Política obscurantista do colonialismo português

D Conseqüências do colonialismo para o povo moçambicano

Capítulo 12 O povo moçambicano em luta contra o colonialismo

A A única via para atingir a liberdade

Fatores negativos de divisão

Fatores positivos de união

Unidade do povo moçambicano na Frelimo.

B A luta armada única via para conquistar a independência nacional

Necessidade da luta armada

A luta armada em curso

Sucessos militares da Frelimo

A vida nas zonas semi-libertadas

C Solidariedade dos outros povos do mundo com o povo moçambicano

Quem são nossos amigos

D O Moçambique independente

Igualdade

Justiça social

Fim da exploração do homem pelo homem

Cultura moçambicana

Os deveres da construção nacional (esforço e trabalho de todos mais que nunca)

E O Comitê Central da Frelimo

O líder da Frelimo

Estrutura geral da Frelimo

Educação na Frelimo

F A vitória será nossa

Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Estrutura Ocupacional da População			
Setor	**1890**	**1911**	**1930**
Primário	61%	57%	46%
Secundário	18,4%	21%	17%
Terciário	20,6%	22%	37%

Tabela 2: Emigração em Portugal	
1870	7.310
1875	15.434
1880	12.596
1885	15.004
1890	20.614
1895	44.746
1900	21.235
1905	33.610
1910	39.515

Tabela 3: Crescimento Demográfico (População em números absolutos)	
1801	2.931.930
1820	3.013.900
1857	3.568.895
1864	3.829.618
1878	4.160.315
1890	4.660.095
1900	5.016.267
1911	5.547.708
1920	5.621.977

Tabela 4: Taxa de Analfabetismo (% sobre a população total)	
Ano	**Taxa (%)**
1878	82,4
1890	75,05
1900	78,04
1911	75,05
1920	70,5
1930	67,8

Tabela 5: Votação para a Assembléia da República (25 de abril de 1976)		
Partido	**Votação (%)**	**Nº de deputados**
PS	34,87	107
PPD	24,38	73
CDS	16	42
PCP	14	40
UDP	1,67	1

Tabela 6: Eleição Para Presidente da República em 27 de Junho de 1976 (% dos votos válidos)	
Candidato	**Votação**
Ramalho Eanes (PS-PPD/CDE)	60,79
Otelo Saraiva de Carvalho	16,24
Pinheiro Azevedo	14,18
Otávio Pato (PCP)	7,49

Tabela 7: Forças Militares no Ultramar			
	Angola	**Guiné**	**Moçambique**
Homens	70.000	42.000	57.000
Aviões	94	39	99
Helicópteros	45	18	36
Navios	8	8	4
Lanchas de desembarque	16	13	8
Guerrilheiros	6.500	7.000	6.500

Tabela 8: Resultado das Eleições para a ANC (25 de Abril de 1975)		
Partidos	Votos (%)	Nº de Deputados
PS	37,87	116
PPD	26,38	81
PCP	12,53	30
CDS	7,65	16
MDP/CDE	4,12	5
UDP	0,79	1
Representante de Macau	-	1

Tabela 9: Saldos do Comércio Exterior (Milhares de Escudos)		
Ano	**Saldos com Exterior**	
	Previstos	**Verificados**
1959	- 3.480	- 3.580
1960	- 3.061	- 4.184
1961	-2.593	- 6.908
1962	- 2.085	- 3.835
1963	-1.522	- 5.239
1964	- 896	- 4.102

Gráfico nº 1: Evolução da População Branca (%/decênio)

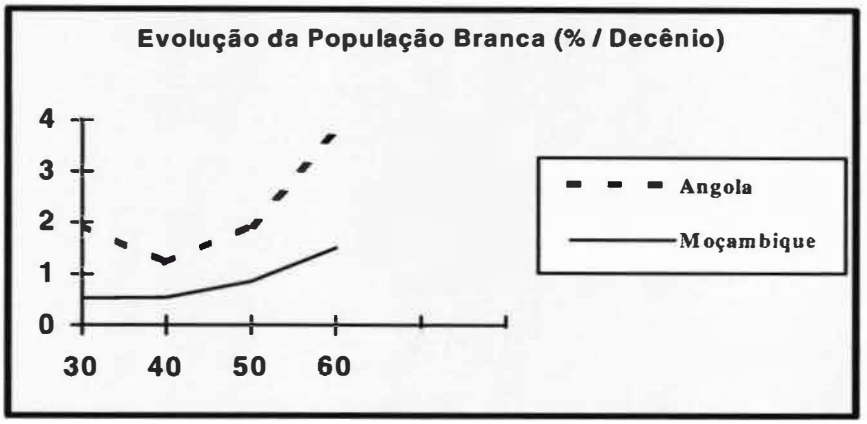
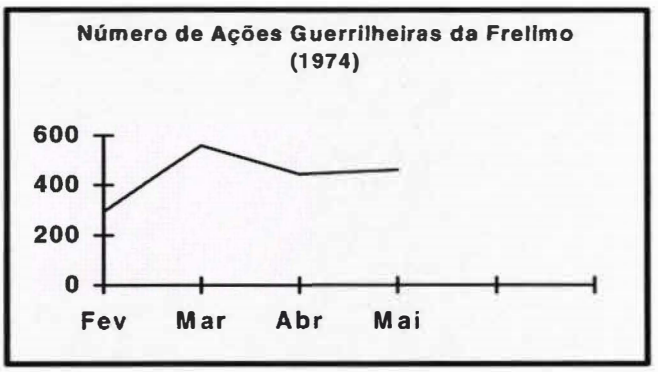


Gráfico nº 2: Número de Ações Guerrilheiras da Frelimo (1974)



Fontes: Serrão, J. *Do sebastianismo ao socialismo*, pp. 130 e 134.Vidigal, L. Caciquismo etc, pp.17 e 19. Silva, Rui F. "Racismo e Colonização Étnica em Angola", p.27. Tomé, Mario. A derrota político-militar, base descolonizadora do MFA. A situação em Moçambique", p. 298. Diário de Notícias (vários fascículos sobre a Guerra Colonial). Banco de Portugal, 1966.

Siglas

AMFA - Assembléia do Movimento das Forças Armadas

ANC - Assembléia Nacional Constituinte

AOC - Aliança operário-Camponesa

ARA - Ação Revolucionária Armada

BR - Brigadas Revolucionárias

CARP - ml - comitê de apoio para a reconstrução do partido marxista leninista

CBS - Comissões de Base Socialistas

CCP - Comissão Coordenadora do Programa do MFA

CCR - ML - comitês comunistas revolucionários - marxistas-leninistas

CDE - Comissão Democrática Eleitoral

CDS - Centro Democrático Social.

CEMGFA - Chefia do Estado Maior General das Forças Armadas

CIOE - Centro de instrução e operações especiais

CIP - Confederação da Indústria Portuguesa

CML - Comitê Marxista Leninista

COPCON - Comando Operacional do Continente

CR - Conselho da Revolução

CTT - Correios, Telégrafos e Telefones

DGS - Direção Geral de Segurança

EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas

EPAM - Escola Prática de Administração Militar

EPC - Escola Prática de Cavalaria

EUA - Estados Unidos da América

FAP - Frente de Ação Popular

FPLN - Frente popular de Libertação Nacional

FRELIMO - Frente de libertaçao de Moçambique

FSP - Frente Socialista Portuguesa

FUR - Frente Unida Revolucionária

GIS - Grupo de Intervenção Socialista

GNR - Guarda Nacional Republicana

JSN - Junta de Salvação Nacional

LCI - Liga Comunista Internacionalista

LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária

MES - Movimento de Esquerda Socialista

MFA - Movimento das Forças Armadas

MOD - Movimento de Oposição Democrática

MPLA - Movimento popular de libertação de Angola

MRPP - movimento revolucionário do proletariado

MRPP- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MUD - Movimento de Unidade Democrática

MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista

OCMLP - organização comunista marxista leninista portuguesa

OTAN - Organização Tratado do Atlântico Norte

PAIGC - Partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde

PC r - Partido Comunista (reconstruído)

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PIB - Produto Interno Bruto

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PM - Polícia Militar

PPD - Partido Popular Democrático

PPM - Partido Popular Monárquico

PRP - Partido Revolucionário do Proletariado

PS - Partido Socialista

PSD - Partido Social-Democrata

RAL - Regimento de Artilharia Ligeira

RALIS I - Regimento de Artilharia de Lisboa

RCP - Rádio Clube Português

RML - Região Militar de Lisboa.

RPM - Regimento de Polícia Militar

RTP - Rádio e Televisão Portuguesa

SDCI - Serviço de Detecção e Coordenação de Informações

SUV - Soldados Unidos Vencerão

UDP - União Democrática Popular

UNITA - União para a independência total de Angola

URML - unidade revolucionária marxista leninista

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas